

Cz\$ 1.000,00 ANO V/1988 ISSN 0102-9479

Humanidades

19

Exterior US\$ 9,50 (surface) US\$ 14,50 (air)

DIREITO
AO FUTURO



BRB-21 ANOS

O Banco de Brasília chega à maioria com a reafirmação do compromisso assumido 21 anos atrás: o de ter no lucro social a sua razão de existir.

Essa filosofia de trabalho direcionou a atuação do BRB durante todo esse tempo, no sentido de fortalecer todas as atividades produtivas do Distrito Federal e da Região Geoeconômica.

Os lucros que o BRB registra ano a ano são reaplicados nessa ação de fomento, fazendo surgir novas empresas e ampliando o mercado de trabalho para a nossa população.

*Quem faz aniversário é o BRB.
Mas quem ganha a festa é você.*





Desenvolvimento. Mas sem esquecer a natureza em volta.



Ecologia e desenvolvimento.

Para a Companhia Vale do Rio Doce, a integração do modelo de desenvolvimento econômico com o uso correto dos recursos naturais disponíveis é ponto de honra.

E onde quer que esteja, a Vale desenvolve grandes esforços para obter uma harmonia entre progresso e conservação.

Faz isso em Linhares (Espírito Santo), em Tubarão (Vitória), na Serra de Carajás (Pará), na Barragem de Itabiruçu (Minas Gerais) e em muitos outros lugares.

A Vale tornou-se uma das maiores mineradoras do mundo.

Para continuar ocupando essa posição, a Vale tem consciência de que é fundamental respeitar a natureza em volta.

Porque ser grande não é só obter consideráveis índices no aspecto econômico.

Mas é também zelar pelo ser humano e pela vida.



Companhia
Vale do Rio Doce

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA



■ DIREITO AO FUTURO

Uma simples operação aritmética permite prever que, no ano 2084, a atual Constituição brasileira completará 60 anos e a Declaração dos Direitos Humanos seu primeiro século. Nada pode prever em que condições estes aniversários serão comemorados, nem a contribuição exata que estes documentos terão dado, até lá, para a construção de um mundo melhor e mais belo.

É certo que o simples esforço de elaborar tais cartas enriquece o patrimônio ético da humanidade, pela beleza do processo de elaboração e pela esperança que criam. Isto não basta.

É urgente que se associe ao valor ético e estético uma eficiência política que transforme a letra das cartas em normas de um mundo real. Há 40 anos a Declaração diz que: "Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

Mesmo se assegurados os três direitos acima, podem não ser cumpridos, através de sistemas sociais perversos. É possível assegurar a vida, mas condená-la às condições inumanas das favelas das grandes cidades do Terceiro Mundo. Assegurar a liberdade mais absoluta para cada homem, mas deixá-lo livremente morrer de fome pisando a terra reservada para a especulação, perambulando desempregado no meio do lixo e da riqueza das cidades. Garantir a segurança pessoal de cada homem, graças a uma vida prisioneira de esquemas de proteção, a sistemas de alarme, exércitos particulares, cadeias superpovoadas.

A Declaração dos Direitos Humanos foi elaborada pensando o mundo idílico em que todos imaginavam estar em 1948, quando a vitória da democracia sobre o fascismo e a pujança do avanço científico-tecnológico formavam os dois pilares da utopia moderna. A Declaração dos Direitos era a coroação da ideologia de um futuro perfeito.

Quarenta anos mostraram que o destino dos homens não se construiu como em sonhos.

As bases da utopia foram pervertidas. A nação que as encarnava trouxe-nos relação de dominação. A democracia foi usada como sinônimo de um estilo de vida, consumista, depredativo, excludente, que foi imposto a cada país. Independentemente de seus recursos e de sua cultura. A ciência e a tecnologia, que formavam a base da utopia, ganharam uma independência própria e perverteram a ordem do desejado, moldando a sociedade conforme os interesses que mais convinham ao avanço técnico.

Nenhum artigo da Declaração está sendo cumprido. Porque aqueles que a elaboraram viram-na como um instrumento que deveria ser permanente, em um mundo extremamente móvel, com um poder de mutação e de disfarce superior ao imaginado.

É hora então de uma nova Declaração. Uma Declaração que considere as formas invisíveis da exploração entre nações e entre indivíduos de um mesmo país; que incorpore o respeito à natureza como patrimônio da humanidade e base da vida de cada homem; que defina os contornos do uso da ciência e da tecnologia como instrumentos libertários do homem; que considere a dimensão complexa de uma aldeia global que veja o direito das culturas nacionais; que oriente a conquista do espaço como parte do processo de libertação da espécie humana.

Não precisa ser feita com rapidez. Pode até esperar para ser promulgada em 1998. Cinquenta anos depois da Primeira, às vésperas do novo século. Importa, sim, que seja uma declaração do nosso tempo. Um tempo que inclui o futuro. E que terá como seu artigo primeiro o direito ao futuro: "Todo homem e todos os homens têm direito ao futuro. Todo homem e todos os homens têm o compromisso de construir um futuro melhor e mais belo para todo homem e para todos os homens. Tudo o mais se declarará em função desse direito".

Esta é a nossa proposta. Pense a respeito e formule a sua.

Cristovam Buarque

Reitor da UnB

e

Presidente do Conselho da Universidade para a Paz das Nações Unidas

Atenção: O Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos – NEP, da UnB, está coordenando uma proposta de reestudo da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, avaliando os seus parâmetros éticos, bem como as contradições, lacunas e resultados práticos da sua existência durante os últimos 40 anos. Um dos objetivos da proposta é o de reescrever a Declaração, adequando-a aos nossos dias, enriquecendo-a com a dinâmica deste período e uma perspectiva de futuro. Informe-se junto ao NEP/CEAM Prédio Multi-Usos – Campus Universitário – 70910 – Brasília – DF – Telefone: (061) 274-0022 – Ramal 2219.



CAPA: Pintura de Renato Palet

A revista **Humanidades** é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Editora-chefe: Sílvia Távora

Conselho Editorial: Bárbara Freitag, Dercio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho.

Autores: Alfredo Antonio Saad Filho, Celso Araújo, Elga Perez-Laborde, Heitor Pinto Filho, Ivan Marinovic, João Gilberto Lucas Coelho, José Geraldo Sousa Júnior, José Paulo Bisol, Kaqiri (Francisco Saraiva), Luciano Oliveira, Luiz Eduardo da Silva Machado, Marcos Savini, Maria Luiza Belloni, Ordep Serra, Poti Campos, Sérgio Silveira Banhos, Severino Francisco e Vânia Lomônaco Bastos. **Painel:** Antonio Lassance Júnior, Hildo Honório do Couto, João José Reis, José Roberto, Maria Angélica Brasil G. Madeira, Maria Rosa Abreu, Maria Salete Machado e Nair Heloisa Bicalho de Sousa.

Versões: Mark Ridd, Sara Almarza e Marcos Bagno

Edição de textos e revisão: Edson Cardoso

Redação geral: Tetê Catalão

Edição de arte, diagramação e arte-final: Célia Matsunaga e Marcelo Terraza.

Editor-assistente de Ciência: Ailton Lugarinho Lima Camara

Ilustrações: Luiz Augusto Jungmann de Andrade (Girafa), Luiz Fernando Pimentel Mendes (Oscar), Marcelo Terraza, Mário Maciel (Mar-El), Renato Palet e Ziraldo.

Fotografia: André Dusek, Delfim Martins, Duda Bentes, Juan Pratginestós, Juca Martins, Milla Petrillo, Ricardo Azoury, Ricardo Junqueira, Ricardo Malta e Salomon Cytrynowicz.

Assessor de produção: Ivaneck Perez Alves

Marketing e comercialização: Deuza Ribeiro

Secretaria gráfica: Edilson Oliveira Silva e Elmano Rodrigues Pinheiro.

Promoção, vendas e assinaturas: Alexandre Lima

Apoio Administrativo: Elias Romcy Pereira

Cadastro de assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco.

Preços: Cz\$ 1.000,00 (exemplar avulso)

Cz\$ 3.800,00 (assinatura quatro números)

Cz\$ 3.500,00 (assinatura para estudantes)

Endereço: Revista **Humanidades** – Editora Universidade de Brasília Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Dois Candangos Caixa Postal 153001

70919 – Brasília – DF – Brasil

Telefones: (061) 274-5352, 274-3182, 273-1055 (diretos), 274-0022 r. 2110 e 2101.

Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição e impressão: Escopo Editora

Fotolitos: Policor Reproduções Gráficas e Editora Ltda.

Os artigos são da inteira responsabilidade de seus autores.

Todo material publicado – artigos, resenhas, ilustrações e fotos – só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

Os direitos autorais dos textos reproduzidos são de propriedade da Editora Universidade de Brasília.

Nota: A edição da revista agradece ao CNPq, à FINEP e ao MEC pelo apoio financeiro prestado a este número.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor), João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)

-
- 6 CONSTITUIÇÃO E DIALÉTICA
Duelo entre o novo e o antigo ☐ João Gilberto Lucas Coelho
- 13 OSCAR
- 14 DIREITOS HUMANOS
Ser gente e cidadão ☐ José Geraldo de Sousa Júnior
- 20 LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE
A nova cidadania e o trapézio volante da igualação das liberdades ☐ José Paulo Bisol
- 26 COMUNICAÇÃO
Piratas de carteirinha: a deglutição oficial da nova onda ☐ Ivan Marinovic
- 36 CRIANÇA
O herói de mentirinha e a violência de verdade: o menino que queria ser Rambo ☐ Maria Luiza Belloni
- 42 HISTÓRIA EM QUADRINHOS
O Saci tupiniquim na selva de Disneyworld ☐ Poti Campos
- 47 BILHETE PARA O FUTURO
- 52 COMÉRCIO
ZPÊs: o que é bom para o Brasil será bom para o Brasil? ☐ Alfredo Antônio Saad Filho
- 58 ÁFRICA
Moçambique no impasse da modernidade ☐ Vânia Lomônaco Bastos
- 64 CULTURA
Corpo-a-corpo pela vida ☐ Elga Pérez-Laborde
- 72 DANÇA
Maura Baiocchi: dançando na ruína das almas ☐ Celso Araújo e Severino Francisco
- 78 FOTOGRAFIA
À captura do momento ☐ Marcos Savini
- 85 INFORMÁTICA
E David decide... ☐ Sérgio Silveira Banhos
- 92 CIBERNÉTICA
Tão bonita que até parece ficção! ☐ Heitor Pinto Filho
- ▶ 100 DÚVIDAS DA CIÊNCIA ■ 1ª EDIÇÃO
O rosto de Marte ☐ Luiz Eduardo da Silva Machado
- 108 EUDORO DE SOUSA
A bela dádiva ☐ Ordep Serra
- 116 SAMBA
Noel Rosa: a circulação na modernidade ☐ Káqui
- 122 PESQUISA CIENTÍFICA
Neutros & neutros ☐ Luciano Oliveira
- 128 IN MEMORIAM
Joaquim Pedro: o mergulho possível ☐ Geraldo da Rocha Moraes
- 129 PAINEL

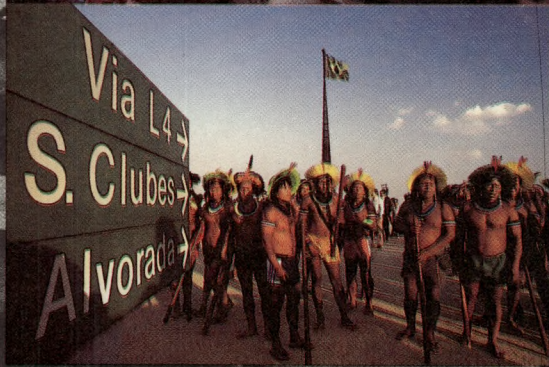
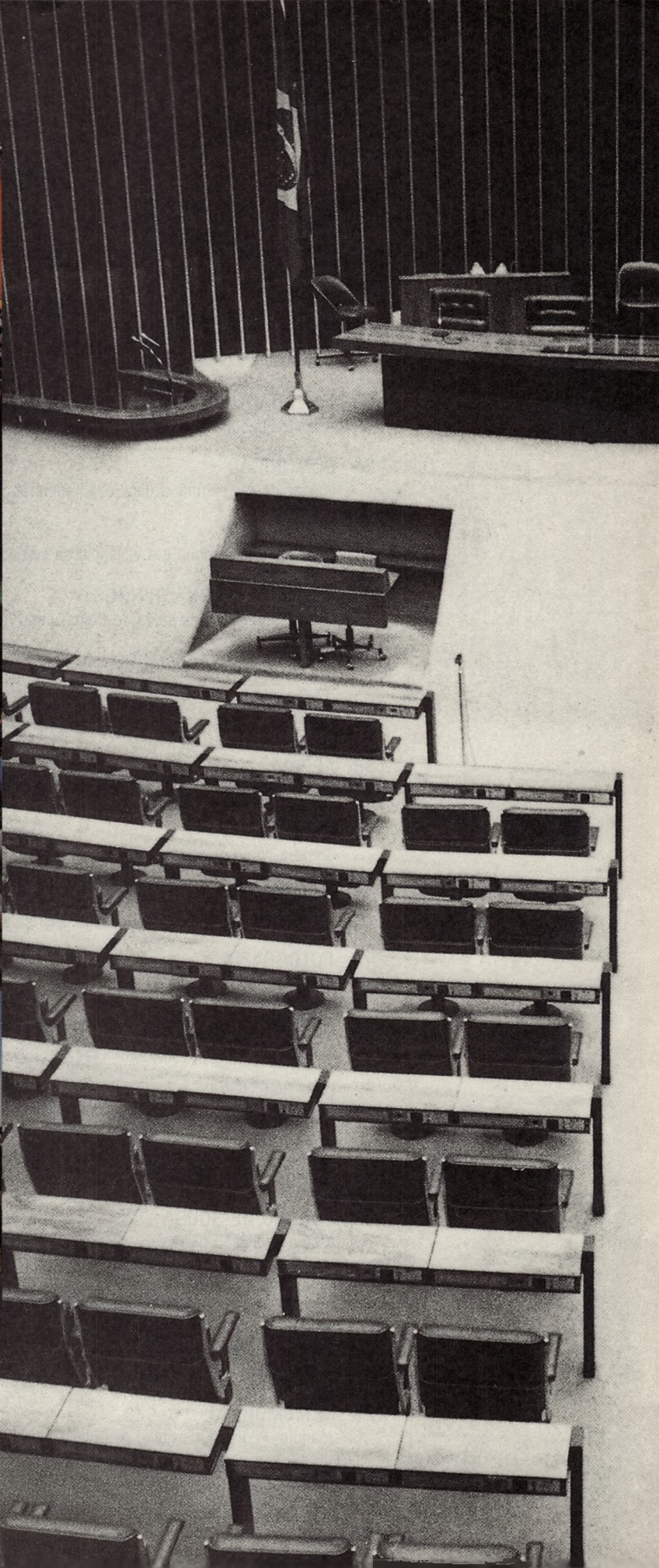


FOTO PB - Duda Bentes/Ágil – FOTOS COR - Juca Martins, Salomon Cytrynowicz, Ricardo Malta e Salomon Cytrynowicz/F4



DUELO ENTRE O NOVO E O ANTIGO

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO

O DUELO ENTRE O NOVO E O ANTIGO VEM DE ANTES DO PROCESSO CONSTITUINTE, ATRAVESSE AS DIVERSAS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E PROSSEGUE AGORA, DEPOIS DE PROMULGADA A NOVA CARTA. O NOVO E O ANTIGO CONTABILIZAM GANHOS E PERDAS. O NOVO INQUIETA-SE COM ALGUNS ATRASOS IMPORTANTES. TODAVIA, TRATA DE BRAMIR AS INOVAÇÕES. O ANTIGO ARREPIA-SE COM TANTA NOVIDADE, MAS, MATREIRO COMO SEMPRE, DESDENHA: NÃO SÃO PARA VALER... NÃO VÃO PEGAR!

O novo é mudancista, apaixonado, idealista e, às vezes, imaturo. O antigo é vivido, só anda pelas mesmas trilhas já caminhadas, conservador e saudosista. O novo é o vir-a-ser. O antigo já foi. O presente, a gente vai construindo no bom combate, na dialética entre eles.

O novo apostou: o fim da ditadura! E colocou gente, como nunca antes, nas ruas, bradando por "diretas já". Denunciou. Desestabilizou. Jogou no tudo ou nada.

O antigo sentiu-se em perigo. Remendou o velho pacto desajeitado das elites. Deu ordens de retirada organizada. E deixou o jogo andar, lento e seguro, do jeito que o *status quo* gosta.

O novo revidou: Constituinte, livre e soberana! O antigo tremeu. Bem que gostaria de apenas uma reforma na Carta, mas estava em dificuldades. Jogou suas derradeiras peças: sim... porém, eleita pela forma congressual e funcionando dentro das regras parlamentares normais.

O ímpeto inovador sucumbe às velhas artimanhas e quando se dá conta, furioso, já tem até a ameaça de um anteprojeto governamental. A campanha eleitoral não discute a Constituinte; são os governadores que tomam a atenção e emocionam a opinião pública. Os grandes apostam nos bastidores para eleger o que interessa: a maioria na futura Assembléia.

O novo sente-se meio tonto. Age um tanto no desespero, contra tudo e todos. Tenta a desestabilização do processo, insurge-se contra qualquer regra, não aceita projeto, quer o salto no escuro da indefinição. O antigo compreende-se ainda em risco, joga devagar, move interesses, procura bloquear alternativas, enquanto recua com aparente tranquilidade.

E, assim, instala-se a Assembléia Nacional Constituinte. Ao tratar da própria soberania, mostra-se absolutamente tímida para alçar o vôo que o novo queria. Ao deliberar sobre o roteiro para a elaboração da futura Constituição, afasta todas as prudências ou maquinacões do antigo. E pula para o abismo criativo e arriscado da espontaneidade, ausência de projeto, abertura do processo à pressão social.

É sobre isto que desejamos tratar: o duelo, a dialética entre o novo e antigo no processo da Constituinte de 1987/88 e no texto da Constituição de 1988.

O PROCESSO

Quando foram convocadas as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte tinha-se poucos ingredientes substancialmente novos. Um deles, sem dúvida, a liberdade de organização partidária e todas as agremiações – inclusive partidos antes na clandestinidade – podendo disputar o voto. A legislação, o calendário e as regras eram, todavia, as mesmas de pleitos normais. Os constituintes seriam eleitos senadores e deputados federais, em dois sistemas diversos – o majoritário simples para o Senado e o proporcional para a Câmara. E ainda havia uma pequena bancada, o terço remanescente de senadores do pleito de 1982.

Ao instalar-se, a Assembléia viveu tensões. Era realmente soberana? Como demarcaria essa soberania sobre a vida institucional e a transição política do país? Seria exclusiva ou um mero apêndice do Congresso? Deixar o país sem leis ordinárias ou apenas priorizar os trabalhos da elaboração

constitucional? Partir de um projeto? Encaramujar-se sobre si mesma ou escancarar as portas para a sociedade civil?

A soberania não foi afirmada; virou frase no preâmbulo do Regimento Interno e artigo regulamentador de seu exercício, numa emergência.

A mediação trabalhou o convívio entre Congresso e Constituinte, com prioridade para esta.

O sufoco dessas duas questões levou a opinião conservadora a não conseguir barrar a formulação de uma ousada e inovadora maneira de escrever a futura Constituição.

Partem de 24 comitês, as subcomissões temáticas, cada um cuidando de um item determinado. Juntam-se, três a três, estas nascentes, em oito comissões. Uma outra, a de Sistematização, deve ordenar as parcelas tão contraditórias e independentes num esboço de anteprojeto.

E assim, só em 15 de julho – cinco meses e meio após a instalação – chega-se ao que seria, do ponto de vista técnico, o marco inicial da elaboração formal de uma Constituição. Daí para a frente são borbotões de emendas, crises, impasses, negociações e processos decisórios. Mais de 65 mil propostas estudadas, dezenove meses de trabalho, milhares de horas de reuniões e debates, até chegar à Constituição.

Inusitada, esta maneira de elaborar.

De outra parte, o processo contemplava formas imaginativas de participação popular e da sociedade organizada. Regimentalmente, abrem-se portas institucionalizadas a respeito: qualquer associação pode encaminhar sugestões prévias às subcomissões; estas realizam obrigatoriamente audiências públicas ouvindo representações populares ao lado de especialistas e autoridades – no que foi, talvez, o mais completo desnudar da realidade brasileira numa instância formal de poder; são admitidas ao anteprojeto de Constituição emendas de 30 mil cidadãos com a responsabilidade de três entidades, coletando-se mais de 12 milhões de assinaturas em 122 propostas, das quais 83 foram admitidas como preenchendo os requisitos para tramitação; e, destas emendas, subscritores foram autorizados a defendê-las na tribuna da Comissão de Sistematização.

Por estas plagas, nunca antes tais mecanismos de participação tinham sido utilizados com essa intensidade e concomitância. E não o foram apenas por uma parte da sociedade ou por uma tendência ideológica. Instrumentos participativos e democráticos, abertos a todos, mostram os conflitos, as contradições e as divergências existentes.

Ao lado disso, a sociedade pressiona, tensiona, envolve-se na novidade de procedimentos de negociação. Surgem movimentos unitários ou amplos, ligados ao processo constituinte. Exercitam-se práticas de manifestações, atos públicos e pressões, conhecidas. Aprofunda-se o uso do lobby, inclusive pelo movimento sindical.

O processo foi rico, criativo, tenso e arriscado. Algumas vezes, os próprios novos atores em cena – os atores da sociedade civil – assustaram-se com o efeito que sua participação provocava: desorganizar o controle de elites determinadas, dificultar as deliberações e fazer presente o ingrediente da crise. A orquestração conhecida dos que tinham saudade de uma elaboração rápida, eficaz e sob controle efetivo e absoluto dos poderes constituídos políticos, econômicos e sociais, encontrava eco numa opinião pública desacostumada com o barulho e a

complexidade das práticas democráticas.

O movimento popular aprendeu a dura lição de que os mecanismos são utilizáveis por todos e não substituem uma correlação de forças que está na sociedade, não apenas no seu corpo representativo.

As elites brasileiras, dominantes e desarticuladas, sem um projeto nacional definido, sem uma vocação de dirigentes para uma construção social mais justa, apegaram-se a ranços conservadores e muitas intransigências. Tiveram êxitos e amargaram algumas derrotas importantes. Até um importante empresário sentiu-se "nocauteado" pelo texto final.

O processo foi intenso, forte, multicolorido, imprevisível, crítico. Mostrou graves confrontos, alguns decididos apenas na força e pelo uso de todos os expedientes; teve um aprendizado de negociações, entendimentos, composição de interesses divergentes e visões antagônicas.

O Brasil nunca fora passado a limpo de forma tão profunda. O movimento social cresceu e aprendeu. Com tantas vicissitudes – a começar pela apatia e desmobilização que o fracasso das soluções, mágicas como diretas, Tancredo e cruzado produzira – conseguiu resolver-se em parâmetros de participação e envolvimento social que não haviam sido ainda experimentados.

O processo constituinte valeu por si mesmo. Como visão desnudada da realidade. Explicitação das correlações de forças. Aprendizado participativo, mobilizatório e de mediações.

O TEXTO

O produto teria de ser assim: imperfeito, inacabado, contraditório e surpreendente.

O antigo está ali bem presente. A propriedade é tratada como na tradição: direito igual à vida e à liberdade, a lei não o regula ou controla. As instituições não sofreram alterações substantivas internas: nem se cogitou de discutir o bicameralismo do Congresso, o papel dos militares mantém-se próximo daquilo que tem sido ao longo de toda a República, o Judiciário recebe apenas pequenas reformas.

O novo irrompe com conteúdos revolucionários. A figura jurídica dos direitos coletivos. A tendência à democracia participativa. O reconhecimento do papel ativo dos entes espontâneos da sociedade civil na formação da vontade estatal.

Uma Constituição que toma o caminho mais recente de regular campos onde o direito constitucional nem sempre adentrava, mas que absorve muito de uma pressão corporativa e segmentada, reunindo pequenos interesses parciais e compondo-os.

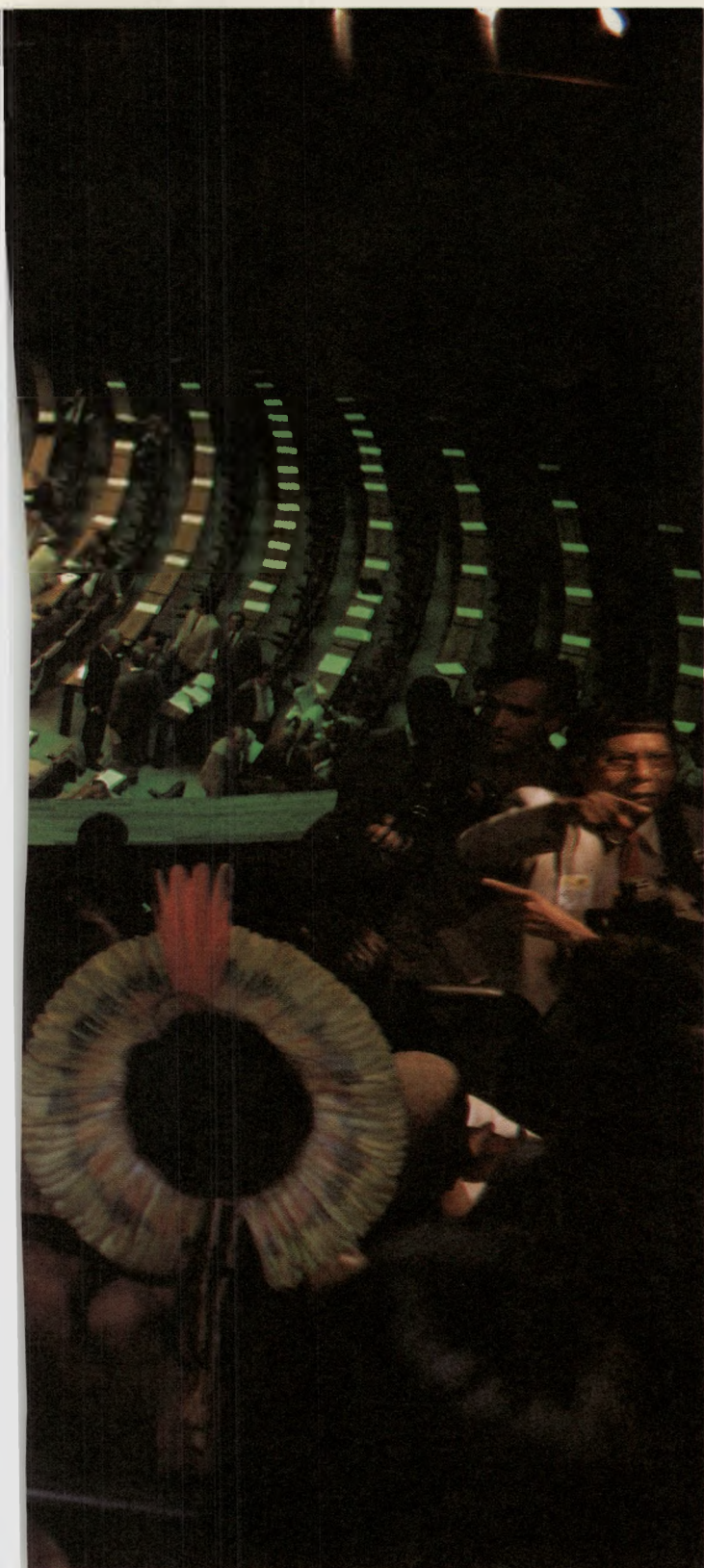
Vale a pena debruçar-se sobre alguns princípios ou conteúdos da Constituição de 1988:

Cidadania. Nenhum outro texto da história brasileira constitui-se em tão forte afirmação da cidadania, nas suas dimensões individual e coletiva. A Constituição começa por definir direitos e garantias, para depois compor o Estado e seus Poderes. Organiza quatro categorias de direitos fundamentais: individuais, coletivos, sociais e políticos. Este título nada fica a dever



FOTOS – SALOMON CYTRYNOWICZ/F4 ►





ao que de melhor se tem no direito comparado, em outros países.

Instrumentos de garantia. Os constituintes preocuparam-se com uma questão que não é só brasileira, embora possa ser agravada por aqui. E as leis que não pegam? Como o cidadão tira o seu direito do papel? Transformaram, assim, o cidadão brasileiro numa espécie de Heman, dotado de superpoderes. A ação popular – do cidadão em relação à autoridade – foi ampliada e facilitada. O mandado de segurança agora pode ser coletivo. O *habeas-corpus* é mantido e surge o *habeas-data* para dar acesso a informações sobre cada indivíduo. O mandado de injunção destina-se a garantir o cumprimento dos princípios da Constituição mesmo em face da ausência de lei ou norma. A inconstitucionalidade direta pode ser provocada, em casos de omissão ou de divergência da lei ou norma em relação ao texto constitucional, por entidades de âmbito nacional e autoridades dos estados.

Objetivos permanentes. Para um país que até o dia 05 de outubro de 1988 atribuía ao Conselho de Segurança Nacional, órgão de assessoramento do presidente da República, “estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional”, a mudança é radical. A própria nova Constituição fixa em seu terceiro artigo os objetivos fundamentais e atribui ao Congresso deliberar sobre as políticas, planos e programas.

Direitos coletivos. O surgimento desta nova categoria rompe com a tradição que nos vem desde o direito romano, de compreender os direitos somente através do indivíduo. Agora, o direito de uma coletividade será uma nova categoria, com outra qualidade. Não será apenas a soma dos direitos dos indivíduos que a integram. O fato de existir uma “reunião” ou uma “associação” gera um novo direito. Se a mudança for consolidada nos códigos, leis, julgamentos, procedimentos, aqui está um conteúdo capaz de revolucionar as instituições jurídicas brasileiras e as relações indivíduos/sociedade.

Democracia participativa. O Brasil em 1946 esteve ausente do debate internacional sobre uma revisão da tradicional democracia representativa. Nossa Constituição de então apenas enfatizou conteúdos liberais, com a presença da preocupação social. Noutros países, a democracia deixava de ser indireta ou representativa, para assumir características semidiretas ou participativas. Agora, estamos recuperando o tempo perdido e mergulhando fundo nesse debate. A soberania popular será exercida por representantes ou diretamente. São categorias constitucionais, a iniciativa popular de leis, o referendo e o plebiscito. O uso prático fica, na maior parte dos casos, condicionado à legislação que vai regulamentar em âmbito federal, estadual e municipal estes importantes princípios. Passaremos da democracia governada para a democracia governante?

Sociedade civil. O direito de associar-se é amplo e irrestrito. O Estado não interfere sobre as associações e formas organizativas espontâneas da sociedade civil. Mas, estas, num feliz paradoxo, vão influir na formação da vontade estatal, através da capacidade de agir administrativa e judicialmente, participação no planejamento local, nas decisões e execuções de vários tipos de políticas, e do controle sobre a administração pública.

Equilíbrio dos poderes. As pessoas surpreendem-se e reclamam: “não vai funcionar”. Imaginem o Brasil com três poderes

◀ FOTO – SALOMON CYTRYNOWICZ/F4

fortes: Legislativo, Executivo e Judiciário! Até aqui, a história da República foi a história do sucesso ou do fracasso de presidentes que precisavam ser fortes; se fracos, eles comprometiam o próprio sistema. Optaram os constituintes pelo presidencialismo, mas definiram fortaleza e competências para os três poderes. Nos Estados Unidos, o presidencialismo mais democratizado que se conhece – ou o único – funciona assim. E por aqui?

Centralização e descentralização. Um debate que não se esgota, acompanha o Brasil e suas correntes de pensamento em todo o tempo. É o poder centralizado motor das transformações e da modernização, porque os poderes locais são arcaicos? Ou é a comunidade local a que realmente consolida e garante validade às mudanças? O Brasil de 1988 enfrenta esta disputa, com aparente contradição. A União reforça suas competências em áreas sensíveis, como organização urbana, ecologia, setores de novas preocupações. Os planos e políticas serão nacionais. As Constituições antes não definiam tantos programas, expressamente: educação, saúde, agricultura, assistência, seguridade... Os estados têm suas competências fortalecidas e ampliadas. Os municípios passam a ser considerados entes da Federação, antes eram apenas unidades administrativas, alçam-se à autonomia de regular sua própria vida e ampliam a atuação em vários setores.

Instituições. A Constituinte não tocou no bicameralismo do Congresso, nem o discutiu. Não modificou a questão da representação na Câmara, pela proporcionalidade dos estados, pois elevou um pouco o máximo, mas criou novas unidades. Nela não teve aprovação a criação de uma Corte Constitucional. O Judiciário recebe pequenas alterações, como a descentralização do atual Tribunal Federal de Recursos e um remanejamento de competências para atribuir ao Supremo um papel de controle da constitucionalidade mais enfatizado. São previstos juizados especiais que os Estados regulamentarão e criarão. Modifica em muito, e bem, o papel do Ministério Público. Constitucionaliza a Defensoria Pública. Sobre os militares e seu papel institucional, previsto desde a primeira Constituição republicana, a mudança é ainda tímida. O emprego interno das Forças Armadas, para garantir a lei e a ordem, depende da responsabilidade de um dos poderes e será regulamentado em lei.

Propriedade. O Brasil conservador e ultrapassado manifesta-se no direito de propriedade, seja imóvel, móvel ou semovente. Outros países capitalistas submetem este direito aos termos da lei. Por aqui, sequer isso é alcançado. A propriedade é direito consagrado no mesmo nível da vida e da liberdade. As consequências práticas estão no tratamento da questão urbana e na atrasada disposição sobre reforma agrária.

E O DUELO CONTINUA

O novo e o antigo contabilizam ganhos e perdas. A complexidade e as contradições da sociedade estão bem expostas na técnica e no conteúdo do texto constitucional.

Solenemente, a Constituição está promulgada e jurada pelos três poderes. A ela os cidadãos, fardados ou não, devem respeito e continência. Nela, os mesmos cidadãos buscam amparo e novas possibilidades.

O novo inquieta-se com alguns atrasos importantes. Todavia, trata de bramar as inovações. O antigo arrepia-se com tanta novidade, mas, matreiro como sempre, desdenha: não são para valer... não vão pegar!

E tudo recomeça. O novo dirá que a Constituição é auto-aplicável, não tem sentido a lei fundamental de um país ser condenada a ficar no congelador à espera de um mecanismo reativante. O antigo alegará sutilezas de redação e embromações jurídicas. São necessárias muitas leis complementares e ordinárias, constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

O novo vai recorrer ao mandado de injunção e outras armas. O antigo vai escrever pareceres com força de lei, como ontem fizera normas e regulamentos substituindo o Legislativo.

Enfim, este duelo vai depender de que o Legislativo esmurre a mesa e diga: "Legislar é comigo, sou o Poder Legislativo!" E que o Judiciário assuma a função de interpretar e aplicar a lei ao caso concreto, fiel aos princípios que nortearam a Constituição, à vontade do poder constituinte, e não às artimanhas procrastinatórias ou deturpadoras. E que a cidadania, individual e coletiva, seja exercida plenamente pelos mais de 130 milhões de brasileiros.

A Constituição é uma nova possibilidade, uma ferramenta mais moderna. Construir, obrar, fazer, é conosco mesmo! □

João Gilberto Lucas Coelho, ex-parlamentar gaúcho, é professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília e diretor do CEAC/UnB.

Resumen

UN DUELO ENTRE LO NUEVO Y LO ANTIGUO

El duelo entre lo nuevo y lo antiguo se viene dando desde el comienzo del proceso constituyente, atraviesa las diferentes etapas de elaboración de la constitución y prosigue, ahora, después de su promulgación. Lo nuevo y lo antiguo contabilizan ganancias y pérdidas. Algunos atrasos importantes inquietan a lo nuevo, sin embargo está eufórico con las innovaciones. Lo antiguo se horroriza ante tantas novedades pero, astuto como siempre, las desdena: no son de verdad... no van a ponerse en práctica!

Abstract

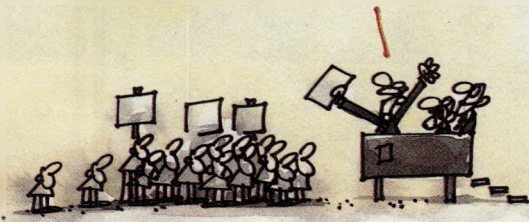
DUEL OF THE OLD AND THE NEW

The duel of the old and the new predates the process of elaborating Brazil's new Constitution, extends through the various phases of its formulation and continues now beyond the promulgation of the country's new Magna Carta. The old and the new count their losses and gains. The new looks anxiously at certain worrying backward aspects. It can exult, meanwhile, at the innovations. The old's hackles rise at the sight of so much novelty, but, shrewd as ever, it disdains the innovations: they're not for real... they'll never catch on!

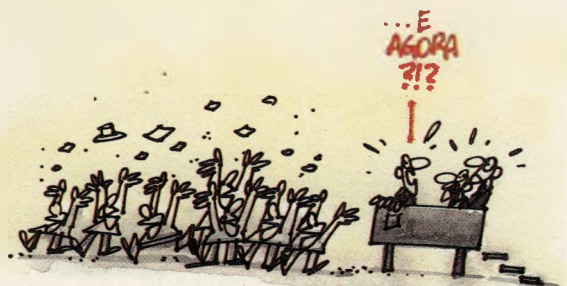
COM A
NOVA CARTA
CONSTRUIREMOS
UMA NOVA
NAÇÃO!!



TEREMOS
RESSGATADO
NOSSA
DIGNIDADE!!



ENFIM
VAMOS BOTAR
PRA
QUEBRAR!!



...E
AGORA
?!?

Oscar.

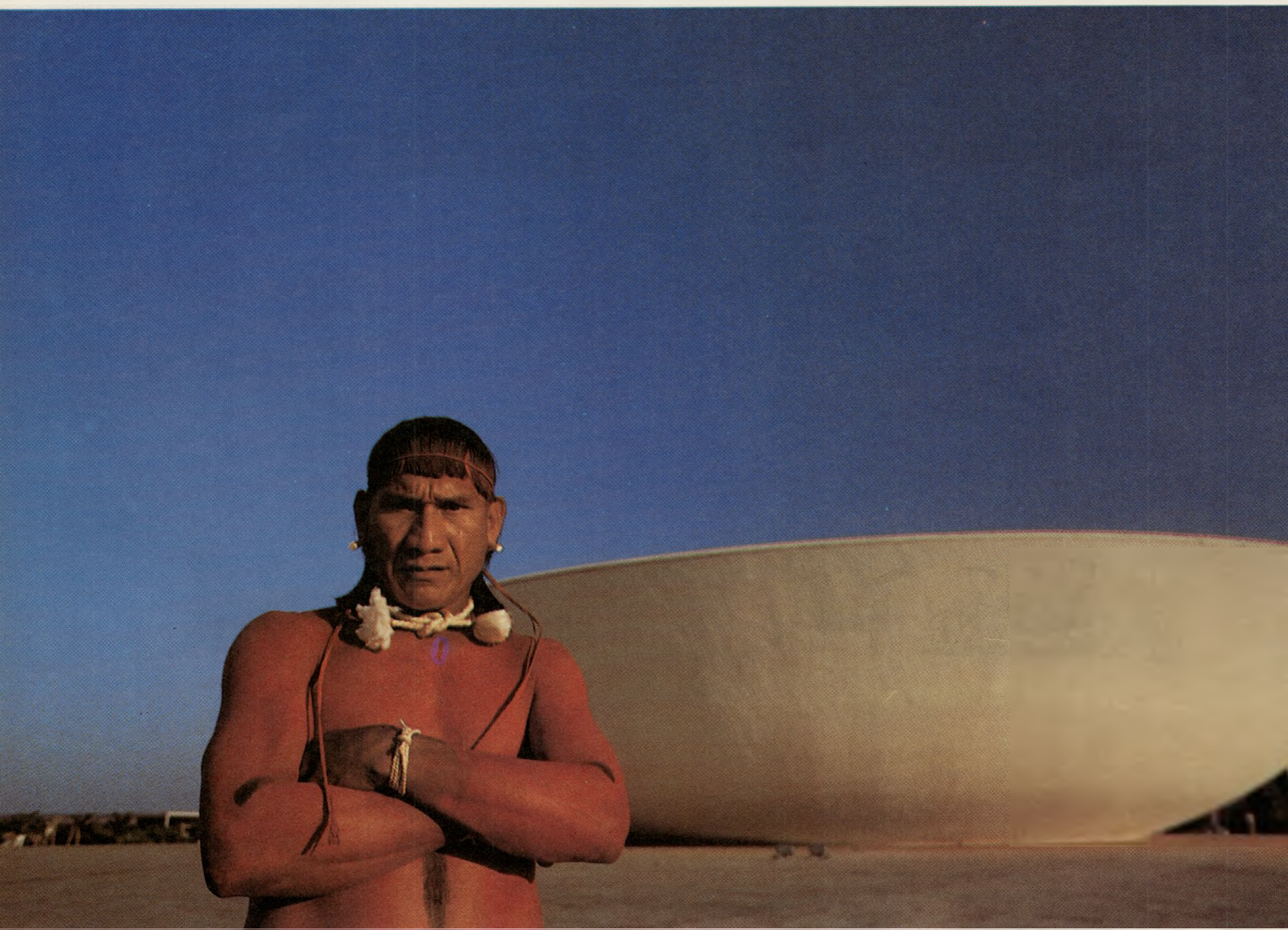


FOTO – SALOMON CYTRYNOWICZ/F4

SER GENTE E CIDADÃO

O PROCESSO CONSTITUINTE
BRASILEIRO É UMA EXPERIÊN-
CIA DE EMOÇÃO. VIVÊNCIAS,
TENSÕES, IMPREVISIBILIDADE,
CONFLITOS E AFETIVIDADES
CRIATIVAS COMPÕEM O IMA-
GINÁRIO DE UM AUTOR FACE À
REALIDADE CONSTITUINTE.
A POÉTICA DRUMMONDIANA DE
“A ROSA DO POVO” INSPIRA A
NOVA ATRIBUIÇÃO MÁGICA E
TRANSFORMADORA DA POLÍTI-
CA, FAZENDO DA CONSTITUIÇÃO
UM ESPAÇO DE MEDIAÇÃO,
CONTESTAÇÃO E NEGOCIAÇÃO;
EM BUSCA DE UMA SOCIEDADE
MAIS JUSTA.

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralise os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furo o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.”

(DRUMMOND DE ANDRADE, A Flor e a Náusea, em A Rosa do Povo, 1945)

Escrevo com a atenção voltada para o entardecer deste 5 de outubro e é curioso que no promulgar de uma nova Constituição em meu país seja a poesia e não o discurso, não a razão mas o imaginário, o exercício de celebração do acontecimento.

Talvez porque, se tem razão Barthes, falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, mas sujeitar, e a poesia, assim, como sentimento do mundo, ajude a romper a relação fatal de alienação que toda língua implica. Afinal, não se trata de explicar o mundo, mas de comungar com a sua realidade.

A promulgação da Constituição como coroamento do processo constituinte comporta a explicação do pensamento analítico mas a poesia, sem dúvida, celebra a realidade apreendida, a vivência, a emoção, a imaginação, a imprevisibilidade, em suma, a efetividade criativa que institui o novo e a singularidade.

Luis Alberto Warat, no seu Manifesto do Surrealismo Jurídico, aponta para a estreita relação que existe entre a democracia, a imaginação e o sonho, pela capacidade de nos interpelar e nos provocar em torno do novo. Como é possível imaginar o novo? – ele pergunta. Esta é a grande questão que precisamos formular. Se quisermos – ele responde – que nossas vidas sejam articuladas por uma mentalidade democrática, devemos ir à procura da imaginação democrática, ter, assim, uma relação estreita entre sonho, imaginação e autonomia.

Com isso ele procura indicar a estratégia emancipatória do poético e do artístico. A sua magia transformadora. A poética, como diz Bachelard, é a obra humana que nos transforma com maior rapidez. Tem razão Warat, basta um poema.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde e lentamente passo a mão nessa forma insegura.

Não, não se trata de contemplação ociosa do diletante que empresta a harmonia para atar o verso ao exato sentido lógico monossêmico que não liberta a poesia; nem a prosa poética que perde alcance científico enquanto sobrevive num estilo declamante, num Bergson ou num Buffon.

Trata-se dessa participação que Lyra Filho (Noel Delamare) dizia ensinar os golpes de síntese, capazes de, sem explicar, pôr-nos diante de elementos da realidade, como no exemplo de Vieira, no Sermão XIV do Rosário, exibindo, artisticamente, a estrutura econômica, num certo modo de produção, que a ciência, depois, explicaria:

"Eles mandam, e vós servis"; eles dormem, e vós velais; eles descansam, e vós trabalhais; eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que os das vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é? Sois como as abelhas, de quem disse o poeta: 'Sic vos non vobis mellificatis apes'".

A imaginação medieval e inaciana, anota Alfredo Bosi, antecipa a percepção da mais valia, justamente onde "deveria malograr aquele arquiteto de sonhos" no ardor da defesa ao indígena e ao escravo negro.

Uma flor nasceu na rua!

Nasceu para instituir um estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Sim, pode dizer-se, com razoável convicção, que a Constituição promulgada às cinco horas da tarde, na capital do país, revela o esboço de um projeto de organização de direitos e liberdades fundamentais, de instrumentos e de mecanismos eficazes para a garantia desses direitos e liberdades básicos e que apontam para uma alternativa democrática real.

Sim, pode dizer-se que o processo constituinte que se instaurou no Brasil acabou por abrir perspectivas avançadas para a organização de forças sociais reais. E que a ação destas forças ampliou o espaço civil da cidadania participativa, revelando o povo como sujeito histórico emergente no contexto das muitas lutas que travou para ser cidadão e, antes até, para se humanizar.

Origem, raça e cor: soberania, cidadania e dignidade de pessoa humana.

Este não é o final da história, porque a história não é a história das declarações, das idéias filosóficas, de valores morais ou das instituições. É, sim, a história das lutas sociais, do confronto de interesses. É o ensaio de positivação da liberdade conscientizada e conquistada no processo de criação das sociedades, na trajetória emancipatória do homem.

Origem, raça, cor, soberania, cidadania, mas, realmente, pessoa humana?

Há poucos anos, um "jagunço" fez um depoimento, não me recordo se para o jornal "Movimento" (o da censura e das bancas incendiadas) ou se para o "Porantim", do Conselho Indigenista Missionário:

"- Atirei nele (num índio), quando cheguei perto, vi que chorava. Parecia gente!"

É verdade. Na consciência daquele matador de aluguel a humanidade do índio é questão tão irresolvida quanto o era

para portugueses e espanhóis, às vésperas da negociação do Tratado de Madrid e do destino dos Sete Povos das Missões.

Como se recorda, foi necessária a resolução papal, expressa na Bula de Paulo III, em 1537, para determinar "que esses mesmos índios, na sua qualidade de verdadeiros homens" e, ainda assim, provocar o esclarecimento contido na "Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil", de 1663, no sentido de que "da resolução da dúvida sentenciada pelo Sumo Pastor da Igreja, que passou em coisa julgada consta que são eles verdadeiros indivíduos da espécie humana, e verdadeiros homens, como nós, capazes dos sacramentos da Santa Igreja, livres por natureza, e senhores de seus bens e ações".

Uma flor ainda desbotada

ilude a polícia, rompe o asfalto.

Façam completo silêncio, paralise os negócios."

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O quanto resistirá, à dinâmica solidária e participativa, a retórica tradicional do discurso sobre os direitos e dos álibis ideológicos para negá-los? Certamente, à medida da associação livre capaz de estabelecer condições efetivas de ruptura na esfera do político e de garantir a generalização de processos sociais novos desenvolvidos na prática da cidadania.

Para o índio, a cidadania é ainda a efetivação entre intenções e compromissos, entre o genocídio e as exigências de uma sociedade real de homens concretos que a realizem, superando as dúvidas contemporâneas acerca da sua condição de gente.

Muito recentemente, em 1980, um tribunal brasileiro julgando o *habeas-corpus* em favor do cacique Juruna e de seu direito de participação no Tribunal Russel de Assuntos Indígenas, instalado em Roterdã, recolocou a questão neste voto do ministro Washington Bolívar de Brito: "Nenhuma Nação tem o direito de impedir que os seus filhos dela se ausentem ou retornem livremente e isso também foi dito da Tribuna, relembrando passagem da Declaração dos Direitos do Homem. Haveria alguma dúvida de que o silvícola é um homem? Evidentemente que não. E não havendo esta dúvida sendo também certo que a Nação Brasileira aderiu à Carta de São Francisco, onde estão consignados tais direitos, não se poderia impedir a ausência do homem brasileiro, seja ele silvícola ou não".

É feia. Mas é realmente uma flor.

Carrega, de fato, as contradições, afinal refletidas no conjunto, dos entrecabos entre os desejos emancipatórios e o arranjo das forças e alianças entre elites que organizam novos perfis de dependência e novos projetos de hegemonia. João Gilberto Lucas Coelho, no artigo que publica nesta edição, fala deste processo "rico, criativo, tenso e arriscado", mostrando como ele alimentou "graves confrontos, alguns decididos apenas na força e pelo uso de todos os expedientes: teve um aprendizado de negociações, entendimentos, composição de

interesses divergentes e visões antagônicas".

Neste aprendizado, a reorganização de forças sociais já não contidas nos esquemas tradicionais das elites, logrou trazer para o processo constituinte, por meio do debate que ele proporcionou, reivindicações claras e específicas que aspiravam transformar-se em direitos e liberdades básicos, ao mesmo tempo que instrumentos de organização, representação e participação ativa na estrutura econômico-social e política da sociedade.

O Estado Democrático de Direito tem como fundamentos, quando se constitui a República Federativa do Brasil: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

A construção democrática é o imaginário social que se formula como novidade e busca de autonomia nesta Constituição. Pelo menos neste capítulo, e desde os trabalhos iniciais das subcomissões, o que se começou a consolidar no processo foi a dimensão coletiva e solidária para a demarcação do espaço civil da soberania. A soberania é tributária da capacidade constitutiva do poder popular e se manifesta na experiência histórica da exclusão. Na caminhada difícil de se construir a identidade social, primeiro como gente, depois, cidadão.

Por isso se diz que a democracia designa o sentido de permanente ampliação dos espaços de emergência de novas liberdades e novos direitos, como obra inconclusa. E a alusão à fórmula do Estado democrático de direito o que deve ter em vista é assinalar os estágios de superações necessárias, para acentuar na etapa corrente a exigência de novas concepções de Justiça capazes de assegurar, através do exercício da democracia, a criação permanente de direitos novos no processo de reinstituição contínua da sociedade.

Os direitos sociais e os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais correlativos da educação, da saúde, do trabalho, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, da assistência aos desamparados e da associação profissional, âmbito coletivo da capacidade de discernir sobre a oportunidade e os interesses que autonomamente queiram defender, são, em suma, nesta última Constituição brasileira, "o avesso do avesso, do avesso", como positivamente da liberdade conscientizada a partir de todas as negações presentes no texto constitucional de 1824. A alienação da humanidade para a massa escrava de trabalhadores, reduzida à condição de coisa, mercadoria para uso, abuso e fruição; os menores, as mulheres, os índios, os clérigos, os soldados e os analfabetos. O cidadão, na Constituição da Mandioca, é o branco proprietário numa hierarquia de alqueires: 150 na paróquia, 250 na província, 500 e 1 000 na assembléia e no senado.

Farroupilhas e cabanos, quilombistas e malês; baiaios e sabinos, praieiros e liberais, tecem numa inconfidência permanente o programa que a pacificação cruenta não impede renovar-se.

É interessante comparar, nos marcos de 1988, o manifesto praieiro de 1848, propondo a convocação de uma Assembléia Constituinte:

"Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembléia Constituinte. Esta Assembléia deve realizar os seguintes princípios:

FOTO - DELFIM MARTINS/F4 ►



- 1º – O voto livre e universal do povo brasileiro.
- 2º – A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos, por meio da imprensa.
- 3º – O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.
- 4º – O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros.
- 5º – A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.
- 6º – A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar.
- 7º – O elemento federal na nova organização.
- 8º – Completa reforma do Poder Judicial, em ordem a assegurar as garantias dos direitos individuais dos cidadãos.
- 9º – Extinção da lei do juro convencional.
- 10º – Extinção do atual sistema de recrutamento."

Aliás, a denúncia do esgotamento da fórmula individualista foi, novamente, retomada pela intuição humanista de João Mangabeira, na sua "Oração do Parainfo", em 1944, sobre a representação formal da Justiça, contida na máxima latina do suum cuique tribuere: "Aplicada em toda a sua inteireza, – diz Mangabeira – a velha norma é símbolo da descaridade, num mundo de espoliadores e espoliados. Porque se a justiça consiste em dar a cada um o que é seu, dê-se ao pobre a pobreza, ao miserável a miséria e ao desgraçado a desgraça, que isso é que é deles. Nem era senão por isso que ao escravo se dava a escravidão, que era o seu, no sistema de produção em que aquela fórmula se criou".

Eis que não basta a genialidade que universalize antecipações, se o gênio e suas idéias armam representações conformistas que exprimem a aceitação do mundo, insensíveis ao movimento de sua transformação. Aristóteles, por exemplo, armado da materialidade de seu mundo, não se projetou de seu tempo para elaborar uma hermenêutica superadora do lugar de sua classe. Conservou-a, ao contrário, com a explicação conveniente de uma divisão entre os homens segundo a natureza, para justificar na prática do senhor a utilidade e a justiça da servidão do escravo.

A história é, entretanto, abolicionista. E a inscrição que a prática cristã imprimiu na sua comunidade solidária (Atos 4, 35; 2 Tessalonicenses 3, 10), atualiza nos contextos modernos e contraditórios, outros 1848 e novos 1º de maio, de renovados Zumbis e Espartacus, como máximas de Justiça e de Liberdade para uma sociedade em que desapareça a exploração e a opressão do homem pelo homem. Mangabeira, no seu discurso de 1944, anotou também esta representação: "A regra da justiça deve ser: a cada qual segundo o seu trabalho, como resulta da sentença de São Paulo na carta aos Tessalonicenses, enquanto não se atinge o princípio de a cada um segundo a sua necessidade".

Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se. Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.

O ensaio conduzido pela Constituinte para servir a um projeto de organização e de ampliação da capacidade popular de auto-exercitar a sua participação habilita um poder popular emergente, ativo e soberano para a determinação de seus interesses e de seu próprio destino.

Os direitos políticos, base da soberania popular, concebem-se no plano da participação consciente da capacidade constitutiva do poder popular.

Já não se pode condenar Tiradentes. Tiradentes é, agora, o "herói tresloucado" que institucionalizou a transgressão e, absolvido pela História, tornou cotidiano o processo desordenador do avanço conscientizado de grupos, classes e povos ascendentes, no "rumo de outro e mais avançado tipo

de ordenação transeunte", a que Roberto Lyra Filho chama de "legítima organização social da liberdade".

O processo constituinte é, por isso, mediação política, instância de expressão e contestação. Possibilidade, como afirmaria Castoriadis, para negociar uma sociedade justa, não porque tenha adotado "leis justas de uma vez por todas, mas sim porque a questão da justiça permanece constantemente aberta".

No lado das montanhas ou no mar, galinhas em pânico já não podem condenar Tiradentes e Frei Caneca e se dão conta de que Rubem Paiva, Padre Josimo e os comunistas são, afinal, gente também.

"– Eu não matei um padre, eu matei um comunista!",

A afirmação é do pistoleiro que há três anos assassinou o Padre Josimo Tavares, em Imperatriz, no Maranhão, a mando de latifundiários e com a consciência disponível em seu tempo, na recusa de prestar contas de outras mortes e desaparecimentos.

A demissão é contemporânea da insensatez e, sub-reptícia, só se revela momentaneamente, no desmascaramento surreal de certas contradições: ontem a invocação da lei de proteção aos animais para impedir a tortura; hoje, mais uma vez, a proteção da mesma lei para garantir a moradia.

Às cinco horas da tarde, sento-me no chão da capital do país e o imaginário celebra o acontecimento de uma nova realidade apreendida dos direitos humanos militantes.

É feia, mas é uma flor. Furou o asfalto,
o tédio, o nojo e o ódio.

□

José Geraldo de Sousa Júnior é professor do Departamento de Direito e Coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos, da UnB.

Resumen

SER PERSONA Y CIUDADANO

El proceso constituyente brasileño es una experiencia emocionante. Vivencias, tensiones, imprevistos, conflictos y afectividades creativas componen el mundo fantástico de un autor frente a la realidad constituyente. La nueva atribución mágica y transformadora de la política, inspirada en la poética drummondiana de "A Rosa do Povo", permite a la constitución ser un espacio de mediación, contestación y negociación en la búsqueda de una sociedad más justa.

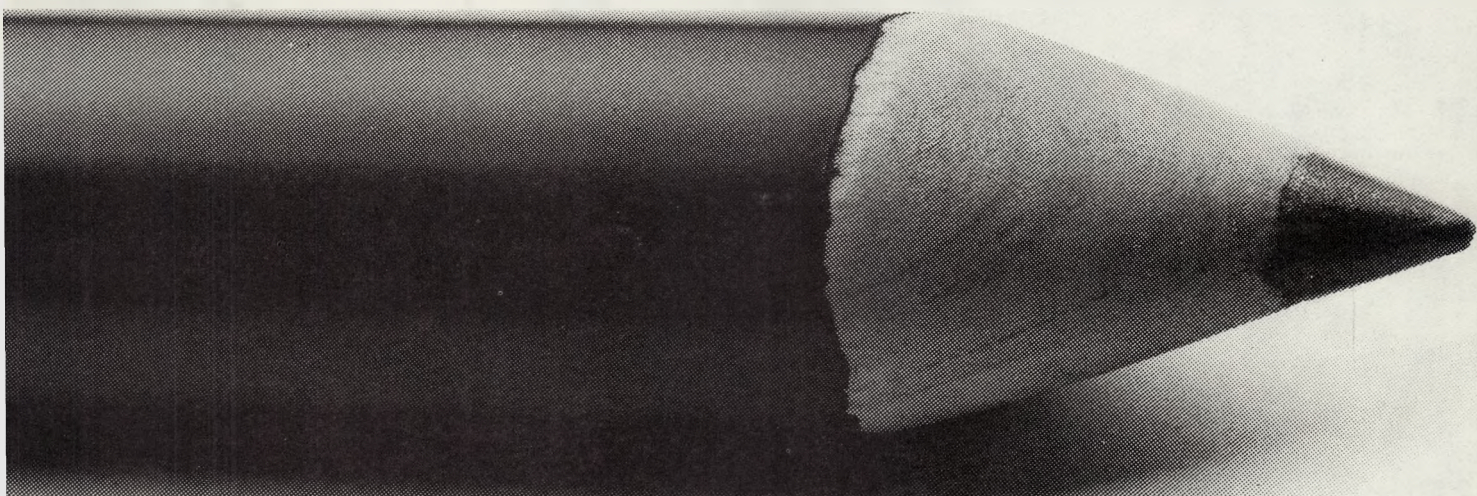
Abstract

BEING SOMEONE AND A CITIZEN

The process of drawing up Brazil's constitution has been fraught with emotion. Personal experience, tension, unpredictability, conflict and creative feeling are all part of an author's frame of mind when faced with the reality of the task of writing the Constitution. Carlos Drummond de Andrade's "A Rosa do Povo" (The People's Rose) inspires the magical and transforming attributions politics has acquired, making of the Constitution a place for meditating, contesting and negotiating, in the quest for a more just society.

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO APRESENTA OS NÚMEROS DO ENSINO DE 2º GRAU NO BRASIL.

CONFIRA NA PONTA DO LÁPIS.



O Ministério da Educação criou o PROTEC-Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, para instalar e apoiar 200 novas Escolas Técnicas Industriais e Agrotécnicas de 2º grau e Agrícolas de 1º grau, em nosso País.

A Secretaria de Ensino de 2º Grau e a CAPES vêm oferecendo bolsas de estudo e promovendo o treinamento de recursos humanos, através do Programa Institucional de Capacitação de Docentes.

Está, igualmente, implementando o Sistema de Disseminação de Informações Tecnológicas, para atualização permanente do corpo docente do ensino técnico, bem como implantando cursos de informática.

Serão instalados 250 laboratórios, sobretudo no Nordeste.

E mais: consolidação dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, reestruturação curricular das escolas normais e capacitação de professores leigos, através de telecursos.

O MEC escreve a nova história do ensino público no Brasil.

A NOVA CIDADANIA E O TRAPÉZIO VO



FOTO - ANDRÉ DUSEK/ÁGIL

LANTE DA IGUALAÇÃO DAS LIBERDADES

JOSÉ PAULO BISOL

O QUE A CONSTITUIÇÃO FEZ DA IMPORTANTE RELAÇÃO DE CIDADANIA, QUE É, A UM SÓ TEMPO, RELAÇÃO CIDADÃO-ESTADO E CIDADÃO-CIDADÃO? NÃO TEVE A OUSADIA DE COMEÇAR PELO COMEÇO, E O COMEÇO NÃO PODE SER OUTRO SENÃO O HOMEM E SUA DIGNIDADE, A SOCIEDADE, O IMPERATIVO MORAL DA JUSTIÇA, DA CONVIVÊNCIA E A UNIDADE NACIONAL QUE SUPÕE A DEFINIÇÃO DE POVO COMO TITULAR DA SOBERANIA. ATRELADO AO ONTEM, O NOSSO CONSTITUINTE COMEÇOU PELO ESTADO, COMO SE O INSTRUMENTO PUDESSE SIGNIFICAR MAIS QUE O SEU USUÁRIO.

Subtraio a Isaiah Berlin (Pensadores Russos, p. 43) o fragmento que ele subtraiu ao poeta grego Arquíloco, que diz assim: "A raposa conhece muitas coisas, mas o porco-espinho conhece uma só e muito importante". Está visto que a proposição é obscura, mas, é o próprio Berlin que sugere, talvez ela signifique que a raposa, apesar da flexibilidade de sua astúcia, acaba sendo vencida pelo porco-espinho que só tem uma defesa. Quem sabe se encaixe no modelo a dicotomia brasileira esquerda-direita, na qual o porco-espinho, a direita, não muda nunca de estratégia e se não ganhar todas não está longe disso.

Todavia, para os propósitos deste artigo, a última avaliação não serve porque o que a esquerda tem de mais organizado é tão porco-espinho quanto o pior da direita, enquanto que o liberalismo clássico de certa parcela de nossa direita tem todas as qualidades da raposa. Assim, certo ou errado, ficamos com a interpretação de Berlin, no entendimento que o fragmento de Arquíloco acaba sendo útil, pelo menos literariamente, quando se mencionar, com um toque de graciosa erudição, que a oposição porco-espinho e raposa não é outra se não a dicotomia monismo-pluralismo, no mínimo se circunscrita às suas implicações filosóficas.

O primeiro é centrado, se quiserem centrípeto, tende à compactação e organiza tudo sistemicamente em função de um princípio universal. O segundo é centrífugo, tende à dispersão, sua inteligência não descansa porque só se realiza na dúvida, seu reino é a multiplicidade de princípios e seu sentido é fortemente existencial e se perfaz na contradição. Resumindo tudo, o porco-espinho é metafísico até na física e a raposa é física até na metafísica. Se fossem vespas, o primeiro estaria circulando incansavelmente em torno de uma mesma lâmpada, na certeza de que ela ilumina tudo, e o segundo se deslocando de lâmpada para lâmpada, na certeza de que sua revoadada não tem fim, já que não há probabilidade nenhuma de que chegue a uma lâmpada capaz de alumiar tudo.

Se um porco-espinho vira constituinte ele vai logo propondo as regras como se houvesse um conceito universal de Constituição, outro igualmente universal de Estado e outro igualmente universal de sociedade. Todos esses conceitos não são menos que o produto mais acabado de uma verdade central, que não é ontológica mas deontológica, e rege como o homem deve ser consigo mesmo e na sua relação com os outros em todos os lugares e em qualquer tempo.

Se uma raposa vira constituinte ela vai logo propondo que a vida e o mundo mudam e que os conceitos de Constituição, Estado e sociedade estão aí para serem substituídos por outros nada comprometidos com a universalidade ou com a história da metafísica, mas dolorosamente atrapalhados com a incessante mobilidade da realidade a que se referem. Ressalvado o caráter tipificador da proposição, o princípio do porco-espinho modela a realidade e o da raposa é pela realidade modelado, o que coloco aqui em expressões extremadas na certeza de que serão interpretadas *cum grano salis*.

Atitudinalmente, seja ele de esquerda ou de direita, o porco-espinho é fascinante. Ele se apropriou de uma sabedoria celestial, deitado em cujos coxins qualquer um pode repousar eternamente. O contrário se passa com a raposa, que só conhece a sabedoria da dúvida, onde não há como descansar, pois quem duvida tem que criar e criar é o oposto de ousar de

novo; é, isto sim, ousar o novo, o que não se sabe com certeza em que vai dar. Em compensação, o porco-espinho é vítima de uma fatalidade empobrecedora: sua verdade sempre nasceu ontem, o que significa que não há o que fazer, só há o que ajustar, porque quem faz, faz para negar o que foi feito, e o negócio, conseqüentemente, é ajustar, porque ajustar é confirmar o que se ajusta. A reforma é a ousadia máxima do porco-espinho e a revolução é a sua negação totalizada. Bem ao contrário, a raposa é vítima da fatalidade de não haver fatalidade: sua verdade nem sequer está por nascer, pois não passa nunca de um vir-a-ser possivelmente mas não necessariamente verdade. A revolução é a sua ousadia máxima, mas apenas enquanto a revolução em marcha e como processo de renovação de práticas e princípios.

Tudo isso é para dizer que uma certa família de porcos-espinhos "fez" a Constituição 88, num processo de ajustamento das constituições nacionais anteriores com aproveitamentos tópicos de algumas estrangeiras. Você não pode dizer que a Constituição 88 é outra; você pode, no máximo, dizer que os reparos, as depurações e os adendos feitos ou avançam ou retrocedem em relação ao modelo constitucional tomado *ab initio* como matéria a ser ajustada. O diabo é que os porcos-espinhos em questão são justamente os beneficiários da ordem constituída anterior, entendendo-se, então, porque a ordem constituída não foi desconstituída e porque, não tendo constituído uma nova ordem, a Constituinte a rigor não foi uma Constituinte, mas um mecanismo de ajustamento e confirmação do já constituído.

Não nego que houve tentativas heróicas, nem que, como fruto de um ajustamento que em alguns instantes chegou a ser criadoramente transformacional, o emendão que produzimos em lugar da Constituição se não tem condições operacionais para mudar estruturalmente, é certo que tem condições operacionais para produzir algumas condições históricas e sociais, sem a implementação das quais sempre será uma ilusão de raposa pouco astuciosa querer mudar.

Ao que tudo indica, se era lícito, não era inteligente esperar mais. Logo, que exultem as raposas, porque vencidas, como estava previsto, venceram contrariamente à previsão em muitas coisas relevantes.

Por exemplo, o que a Constituição fez da importante relação de cidadania, que é, a um só tempo, relação cidadão-Estado e cidadão-cidadão? Em primeiro lugar, com sua mentalidade de porco-espinho não teve coragem de ser, em cima de uma evidência, melhor e mais moderna que a maioria das mais modernas e melhores constituições estrangeiras. Ademais, não teve a ousadia de começar pelo começo, e o começo não pode ser outro senão o homem e a sua dignidade, a sociedade, o imperativo moral da justiça, da convivência e a unidade nacional que supõe a definição de povo como titular da soberania. Como bom porco-espinho atrelado ao ontem, o nosso constituinte começou pelo Estado, como se o instrumento pudesse significar mais que o seu usuário. Parece que isso ocorre por pura imitação; na verdade ocorre em razão de intencionalidades bem conscientes e definidas. E é bem ali, no artigo 1º, onde o Estado é posto como o princípio dos princípios, o primeiro produto dos primeiros fundamentos, antes da pessoa, da sociedade e das nações brasileiras, sim, justamente ali que se

FOTO - ANDRÉ DUSEK/ÁGIL

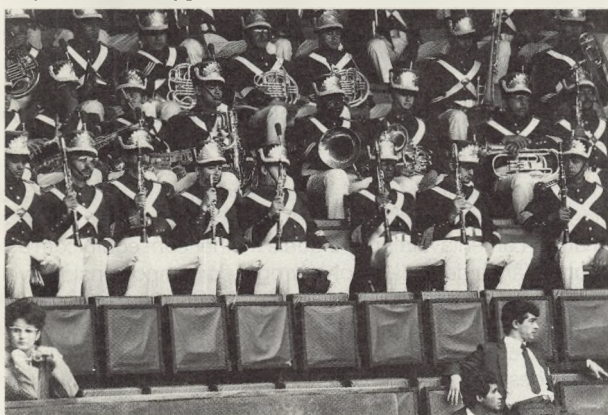


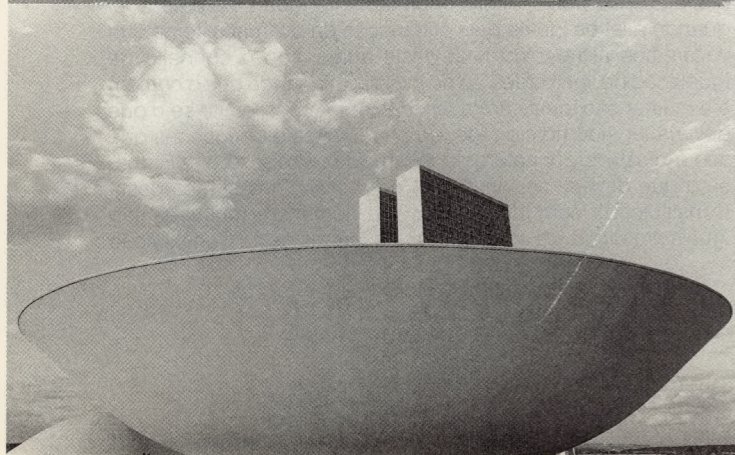
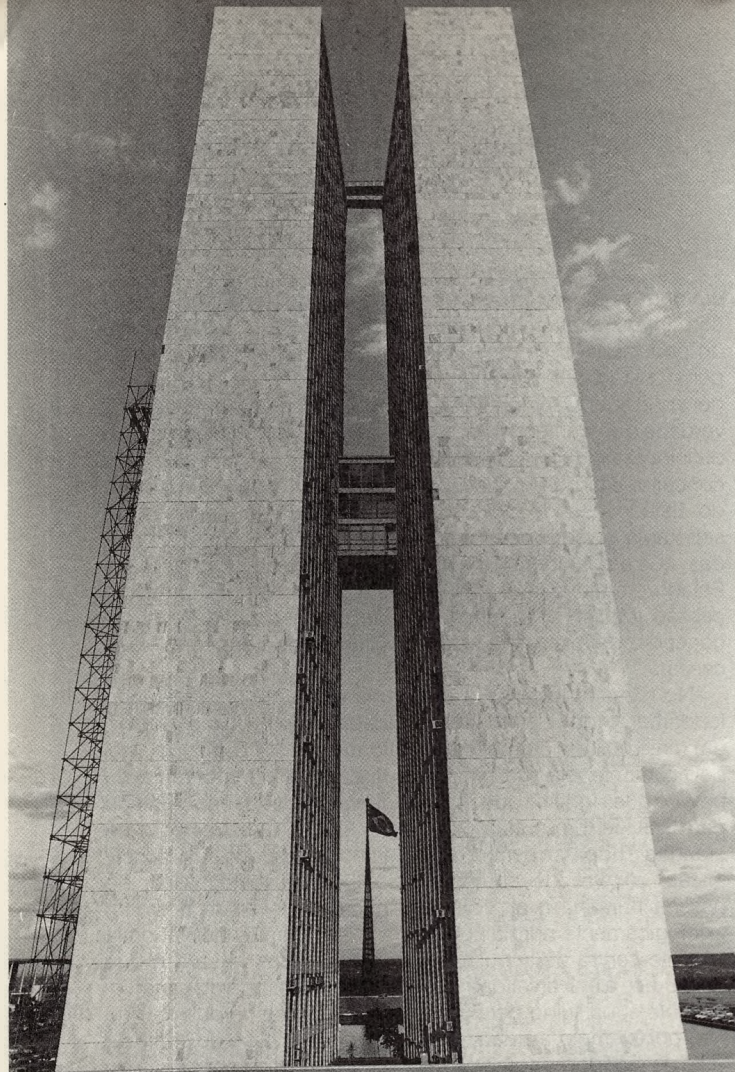
FOTO - DUDA BENTES/ÁGIL



entroniza a soberania sem dizer que ela é do povo, o que é feito com intencional ambigüidade, pois omitindo-se a titularidade do poder abstrai-se de sua legitimidade, escancarando-se as portas para a sobrevivência de um tradicional vício de linguagem que acaba sempre relacionando a soberania ao Estado. É verdade que o artigo 14 vai usar a expressão soberania popular, definindo-a satisfatoriamente, mas a ordem de sucessão dos conceitos é tal que, ou se supõe que existem duas soberanias, a do Estado e a do povo, o que importaria na negação da soberania, ou se supõe, na linha tradicional das cartas outorgadas, que a soberania do povo é uma generosa concessão do Estado, é soberania transferida provisoriamente. Ora, toda concessão implica a superioridade de quem concede e quem concede, pela mesma razão de que pode conceder, pode cassar.

No mesmo artigo 1º, a cidadania aparece como segundo fundamento do Estado. Ora, a cidadania tem dois aspectos, um mais político que jurídico, outro mais jurídico que político: politicamente, ela é a expressão individual da soberania do povo, o que significa que por ser soberano, o povo cria o Estado para servi-lo. Em outras palavras, o Estado é instrumento do cidadão. Tudo isso estaria explicitamente colocado se a Constituição, em vez de começar pelo Estado, começasse pela pessoa humana e a sociedade nacional. Invertida a ordem axiologicamente normal; o Estado assume antes a fisionomia forte de centro de imputação da ordem e dos valores, o que obscurece a universalidade de seu caráter instrumental, imediatamente substituído pela usurpação do poder de outorgar ou não, por exemplo, a cidadania. Observe-se: em tese, do ponto de vista da cidadania como expressão individual da soberania do povo ninguém confere cidadania a ninguém, nem mesmo o Estado, nem mesmo a Constituição ou a lei: o que auferir a alguém a cidadania é um dado fático, o simples pertencer ao povo. O que o Estado, a Constituição ou a lei podem fazer relativamente à cidadania como expressão individual da soberania, é confirmá-la, cassá-la ou reduzir a sua eficácia política e jurídica, comportamentos que só podem ser assumidos "a posteriori".

O segundo aspecto da cidadania, mais jurídico que político, envolve ainda a servilidade do Estado em relação ao cidadão, na medida em que é dever do Estado garantir a igualdade de todos perante a lei. Ao tratar do assunto, no artigo 5º, a Constituição comete, no caput do artigo, um erro grosseiro, e no inciso I uma afirmação imediatamente seguida de sua negação. No artigo 5º diz que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...", esquecido, em primeiro lugar, que, quando a diferença é natural a igualação, mais que artificial, é impossível, e, em segundo lugar, que as pessoas diferentes só podem ser concretamente iguais perante a lei quando a lei os iguala pela eliminação da diferença, tema que voltaremos a tratar no final deste artigo, sob o conceito de igualação de liberdades. Já no inciso I, afirmando que o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, omite-se o que deveria ter sido adicionado, que há direitos e obrigações que são exclusivos, por natureza, de um e de outro sexo, e adiciona-se o que deveria ser omitido, a expressão "nos termos desta Constituição": com efeito, dizer que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição



consiste em dizer, a **contrario sensu**, que eles são desiguais nos termos da Constituição, já que o constituinte só estabeleceu a reserva porque pretendia desigualá-los em alguma coisa, isto é, sexualizar a cidadania para produzir diferentes cidadanias.

Aliás, nesse assunto, a evidência é um grito. Para dessexualizar a cidadania era indispensável um texto que dissesse que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações com a única exceção dos originários das seguintes diferenças de natureza: gravidez, parto e aleitamento. Semelhante dispositivo vedaria definitivamente qualquer diferença de tratamento em razão de sexo, seja pela Constituição, seja pela lei. É claro que os privilégios também desapareceriam. Diante dessa perda, as mulheres mostraram que ainda não estão à altura de sua própria questão social.

Chegaram ao ponto de “racionalizar” argumentos descaradamente falsos para permitir que permanecesse constitucionalmente inscrito que a condição feminina, por sua inferioridade, não por sua diferença em relação à condição masculina, serve como pressuposto axiológico de privilégios como o de menor tempo de serviço para efeitos de aposentadoria. A esse respeito, a racionalização argumentativa das mulheres só não é de pobreza franciscana porque a pobreza de São Francisco nunca teve interesses ocultos. Refiro-me ao argumento da dupla jornada, que é originariamente falso. Se o problema é a dupla jornada, tome-se o fato, e não a condição feminina, como gerador do efeito redutor do tempo de serviço para aposentadoria.

Isso eliminaria no mínimo três distorções e uma indignidade: primeiro, o preceito abrangeria homens viúvos ou separados que fazem a dupla jornada; segundo, o preceito não beneficiaria as mulheres que não fazem dupla jornada; terceiro, não constangeria as mulheres, num momento tão decisivo de sua história, a negar, num só instante e por tão miserável favor masculino, de fio a pavio, toda a seriedade da exigência de libertação pela igualação das liberdades do homem e da mulher. Lamentavelmente, o que a mulher conseguiu com essa momentânea debilidade foi prorrogar por tempo considerável a qualidade constitucional da definição jurídica de sua inferioridade. Continuamos com duas cidadanias, a masculina, que é plena, e a feminina, que termina onde começa um privilégio desnecessário e humilhante. O caso é só o mais relevante de uma série de outras medíocres e desqualificadas diferenças de tratamento jurídico, realizadas pela Constituição não porque envolvam questões constitucionais e sim porque são tão insustentáveis que, adotadas em lei, a lei seria rapidamente revogada. Esse fenômeno é curioso porque compromete o pudor do constituinte: é preciso pouca vergonha para aproveitar-se da condição de constituinte e criar privilégios de categorias, estamentos, classes, etc, privilégios esses que, além de serem inconstitucionais se editados fora da Constituição, se não o fossem, não teriam como perdurar se editados em lei. É difícil engolir as explicações morais dessas coisas, que compatibilizam gregos e troianos.

Por exemplo, o tempo de aposentadoria de professores, de juizes, de promotores de justiça, etc. Na dimensão desse favor ou privilégio sem sentido, raposas e porcos-espinhos se abraçam comovidamente, como se a permanência de uma conquista de diferença injusta de tratamento legal se tornasse legítima por ter sido produto de uma luta corporativista.

◀ FOTOS – ANDRÉ DUSEK/ÁGIL

O que se fez contra a cidadania no texto permanente e, em forma de enxurrada, nas disposições transitórias pode ser literalmente qualificado de vergonha ou escândalo constitucional. E olha que a história vai registrar essa humilhação que nós assinamos.

Depois de tais desatinos, será que em algum momento, constitucional ou não, estamos falando sério ao mencionar a cidadania? A idéia de enfatizar, sob outro ângulo, a verdadeira significação do conceito constitucional de cidadania como um dos instrumentos mais eficientes na luta por uma democracia socialista, que supõe a igualdade de todos no concreto acesso aos valores fundamentais da existência humana. Sim, o aperfeiçoamento conceitual da cidadania, que importa na eliminação radical de todas as exceções, menos uma, que em seguida definirei, é o grande caminho da socialização pacífica e progressiva das sociedades parademocráticas do Terceiro Mundo. É, talvez, por esta razão que uma constituinte como a nossa, depois de avançar pelo menos até o ponto de definir a feição política da cidadania, o que é novo em nossa história constitucional, acaba por amesquinhar o conceito pela desqualificada estratégia da exuberância e do sem sentido das exceções.

Alguém pode duvidar que a igualdade de todos perante a lei seja um direito fundamental? Então, não seria lícito esperar por um tiquinho a mais de consciência? Quanto mais fundamental é um princípio, tanto menos se legitima a sua exceção. Isso é uma verdade tão universalizada que os cientistas políticos a repetem por todos os cantos, como o fez Norberto Bobbio em "Liberalismo e Democracia", *in verbis*: "pode-se apenas dizer que são fundamentais os direitos que numa determinada constituição são atribuídos a todos os cidadãos indistintamente, em suma, aqueles diante dos quais todos os cidadãos são iguais" (p. 41). É de bom alvitre procurar induzir o povo brasileiro a pensar na cidadania como um concreto direito à igualdade real, e não apenas à igualdade formal, porque em relação a esse direito só um privilégio se legitima: o Estado deve proteger os desprotegidos nas suas relações com os que lhes são superiores em força, saber, status, condição material, etc. Isso foi proposto durante o processo constituinte e por recalcitrância dos porcos-espinhos não teve receptividade. É que nem todos os porcos-espinhos conhecem uma lição dos egologistas argentinos. A lição começa citando Ulpiano: "Justiça é dar a cada um o que é seu". Muito bem, Ulpiano, velha e astuta raposa da jurisconsultoria romana, mas, então, qual é o seu de cada um? Ora, o seu de cada um é a cidadania, em primeiro lugar, por que ela é a parte igual da soberania nacional que a cada indivíduo toca, e, em segundo lugar, por que ela é a concreta igualdade de todos não só perante a lei como também perante o Estado e os outros, a sociedade como um todo. Igualdade significa igualdade de liberdade e liberdade significa que a ação está ao alcance real de nossa iniciativa. Daí a resposta egológica a Ulpiano, que se expressa assim: "O seu de cada um é precisamente o que a cada um falta para estar em iguais condições de liberdade com quem com ele interfere". Entendeu, amigo? Cada um tem o seu, isto é, o que lhe pertence, se a sua liberdade é igual à dos outros enquanto possibilidade de viver dignamente pela própria ação. Do ponto de vista do Estado, a cidadania é o seu dever de igualar as liberdades individuais quando elas se interferem. Por exemplo, quando a liberdade da patroa interfere com a da empregada doméstica.

É por essas coisas que lhe digo: todos os monismos estão mortos, a frase *omnia scrimia habet in pectora sua* sempre foi a maior mentira dos porcos-espinhos. Não existe peito desse tamanho. Se se trata de avaliar verdades e se cada cidadania é uma liberdade que precisa, na interferência, ser igualada às que com ela interferem, então a maior e melhor verdade é aquela que induz, em cada interferência, à igualação das liberdades.

Seria doce morrer no mar nos braços de outra verdade que não exigisse tanto nem tão incessantemente a nossa presença ativa, mas essa outra verdade não existe: o que existe é a pluralidade das liberdades desiguais que não podem deixar de ser desiguais nem podem deixar de ser igualadas nas interferências. Somos, mesmo, fatalmente plurais, e, no entanto, o pluralismo, supondo a diferença de cada liberdade em sua relação com a outra, mostra que o caminho de um ser humano para outro é sempre um trapézio volante, cujo percurso talvez só o amor seja capaz de vencer, porque o amor iguala necessariamente as liberdades e isso não acontece, infelizmente, com a mesma necessidade interior, quando é preciso percorrer o trapézio não por amor ao outro ou à sua peculiar liberdade, mas por amor à liberdade de quem quer que seja, o que significa que ainda se vai fazer o percurso por amor, porque a liberdade de cada um é ainda a minha própria liberdade, que é a de todos, isto é, a liberdade inteira, a inteira humanidade.

Em suma, viva o trapézio, e antes morrer que ter medo de ir ao outro pisando nele.

Brasília, outubro de 1988

□

Desembargador aposentado e professor universitário, José Paulo Bisol é senador da República pelo estado do Rio Grande do Sul, e constituinte relator da Comissão de Direitos Individuais e de Garantias do Homem e da Mulher.

Resumen

LA NUEVA CIUDADANÍA

¿Qué hizo La Asamblea Constituyente de la importante relación de ciudadanía, que también es una relación entre ciudadano-Estado y ciudadano-ciudadano? La Asamblea no tuvo la osadía de empezar por el comienzo, y la partida no puede ser otra más que la del hombre y su dignidad, la sociedad, el imperativo moral de una convivencia justa y la unidad nacional que supone la definición de pueblo como titular de la soberanía. Nuestro congresista, apegado al ayer, comenzó por el Estado como si el instrumento pudiera tener más significación que el usuario.

Abstract

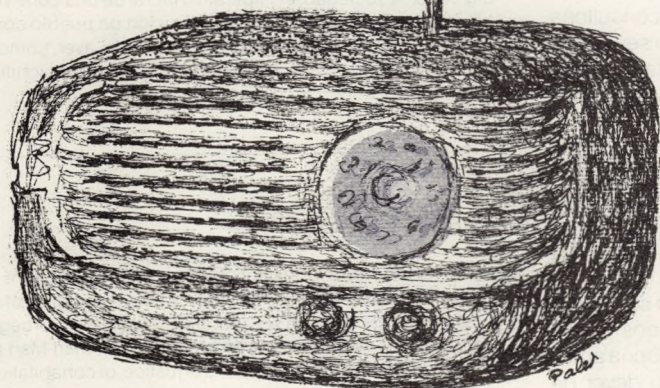
THE NEW CITIZENSHIP

What has the new Constitution made of the important relation of citizenship which is, at one and the same time, the relation of citizen-to-State and citizen-to-citizen? It was not sufficiently daring to begin at the beginning; and the starting point can be none other than Man and his dignity, society, and the moral imperative of justice, of cohabitation and national unity, which places the title-deeds of sovereignty squarely in the hands of the people. Schackled to the past, our Constitutional Assembly took the State as its starting point, as though the instrument could supplant its user.

PIRATAS DE CARTEIRINHA: A DEGLU

IVAN MARINOVIC

NO BRASIL, DE VEZ EM QUANDO, ONDAS DE LIBERDADE DESAFIAM O DENTEL COM UM TRANSMISSOR FM DE BAIXO CUSTO. DE SOROCABA, CIDADE CONSIDERADA COMO O BERÇO DAS RÁDIOS "PIRATAS" NO BRASIL, ÀS GRANDES CAPITAIS, A POLÊMICA SE INSTALA E MUITOS JÁ COMEÇAM A SONHAR COM A LIBERAÇÃO DESTAS RÁDIOS. MAS ESTA LIBERDADE BENEFICIA A QUEM? AOS DESERDADOS DA COMUNICAÇÃO OU AO PODERIO ECONÔMICO? A EVOLUÇÃO DAS RÁDIOS LIVRES NA FRANÇA TROUXE ELEMENTOS PARA ESTA INDAGAÇÃO. A DESOBEDIÊNCIA CIVIL NO BRASIL AINDA ENGATINHA, MAS É OPORTUNO REFLETIR SOBRE ARMADILHAS E CAPACIDADE DE ASSIMILAÇÃO DO SISTEMA.



TIÇÃO OFICIAL DA NOVA ONDA

Segundo a intelectualizada revista semanal de atualidade *Le Nouvel Observateur*, a primeira rádio "pirata" francesa foi montada em abril de 1975 na Faculdade de Jussieu, em Paris, animada essencialmente por estudantes. A polícia não demorou a intervir e o transmissor foi confiscado. No entanto, a cidade de Lille reivindica a criação da rádio livre pioneira, em 1969: a Rádio Campus.

Mas o despertar do grande público para a possibilidade de instalação de uma emissora simples, barata e eficiente foi motivado pela façanha de Brice Lalonde, o número 1 do Partido Verde francês. Em mesa-redonda com os principais líderes políticos de oposição ao governo de Giscard D'Estaing, durante as eleições municipais de 1977, televisionado pela emissora estatal TF1, Lalonde, aproveitando-se de uma audiência que podia se contar por milhões de telespectadores, retira um pequeno rádio do bolso e sintoniza nos 92 megahertz da emissora pirata **Radio Verte** (Rádio Verde).

Foi o primeiro trovão de uma tempestade que durou semanas e despejou muita tinta na imprensa. Calcula-se que 15 milhões de telespectadores tomaram conhecimento da novidade. Os ecologistas saíram vitoriosos no debate pela propaganda que o tema "pirataria" rendeu ao partido. Os jornalistas se precipitaram sobre o representante ecologista e esqueceram as vedetes da política presentes nos estúdios.

A investida bem planejada e histórica de Brice Lalonde foi um trauma para os conservadores, o poder vigente. O monopólio das comunicações acabou de sofrer o primeiro ultraje em público. Foi um estrondoso início. Em uma noite, Lalonde causou mais impacto para as rádios livres do que centenas de debates isolados.

Os ecologistas entraram de corpo e alma em projetos que eles passaram a denominar de **radios de quartier** (rádios de quarteirão). É interessante ressaltar os argumentos: "Com um consumo mínimo de energia elétrica se atinge, barato e imediatamente, uma boa parte da população e sem desperdiçar papel", disse Lalonde. Eles

chegaram a sonhar até com emissoras alimentadas com energia solar.

A idéia de mídia alternativa ganha forma e se espalha rapidamente. Inúmeros transmissores clandestinos aparecem na província francesa: Fessenheim, Tours, Nantes, Lyon... etc. O fenômeno "rádios livres" ganha importante dimensão. Todo mundo falava sobre o assunto, embora poucos conseguissem captar uma.

A proliferação da pirataria das ondas desencadeou todo um esquema repressivo que, inicialmente, agiu com dificuldade devido à falta de estrutura para a localização das emissoras e também ao número cada vez mais elevado de estações transmissoras. Os contraventores das ondas hertzianas conquistaram aos poucos um grande espaço na imprensa e na opinião pública e lançaram uma das maiores polêmicas dos meios de comunicação de massa, que hoje revoluciona a estrutura da radiodifusão francesa: a liberação das ondas.

PRAGA COMERCIAL NO MONOPÓLIO FRANCÊS

Já em 1974, ano de posse do presidente da República francesa, Valéry Giscard D'Estaing, o sistema de radiodifusão era de caráter estatal, monopolista e supercentralizado. Sua política em matéria de telecomunicação consistia em monopolizar e centralizar ainda mais o sistema de telerradiodifusão.

Pertenciam ao Estado a gestão da rede de rádio e televisão. Todos os recursos financeiros destinados a estes importantes veículos de comunicação social provinham do pagamento anual das **redevances**: uma espécie de imposto pago pelo proprietário do aparelho de televisão, que serve também de recurso às transmissões de rádio. Os ouvintes ficavam, portanto, dispensados dos "bombardeios" publicitários. Não se transmitia publicidade, a princípio.

Mas a regra do monopólio estatal não foi cumprida à risca.

As leis que regiam a telerradiodifusão não permitiam a transmis-

são por ondas de qualquer veículo privado de comunicação no solo francês. Mas o que fazer quando potentes transmissores encontram-se em território estrangeiro, com suas poderosas antenas direcionadas ao território francês, transmitindo em língua francesa, segundo os gostos e as exigências do país, e com publicidade?

É justamente o que acontece com a poderosa Rádio Europe I, estilo americano dos disk jockeys, locutores que muito falam para não dizer nada. Fundada em 1956, com seus poderosos transmissores de 2000 kilowatts emitindo em ondas médias da Alemanha, no planalto de Felsberg, a Europe I atinge a totalidade da França, Inglaterra e litoral da África do Norte, Bélgica e Suíça.

Guiada pelo senso do lucro, a Rádio Europe I instalou-se quase como pirata, interferindo nas ondas do Aeroporto de Genebra, e, ao, mudar de frequência, ela esbarra na frequência de uma rádio escandinava. Enfim, transpondo as dificuldades iniciais, ela se acomodou, com muito barulho, junto à opinião pública, nos 105,2 MHz da banda FM. Atualmente, a Europe I está em segundo lugar na liderança de audiência em toda a França. Um detalhe importante: toda a sua programação é produzida nos estúdios da Rue François I, em Paris.

O mesmo ocorre com a Rádio Luxembourg (RTL), líder absoluta de audiência, com sua transmissão em ondas longas, proveniente deste pequeno país, Luxembourg, que tem uma audiência, na França, de quase 10 milhões de ouvintes.

A Rádio Sud, do pequeno principado de Andorra, incrustado nos Pireneus, entre a França e a Espanha, direciona sua antena, instalada no Pico Branco, com 2700 metros de altitude, para centenas de milhares de ouvintes no sul da França. É considerado o centro emissor mais alto do mundo.

Não se pode deixar de assinalar também a Rádio Monte-Carlo, que atingiu o cúmulo da ousadia. Ela não se conformou em instalar as suas antenas no principado de Mônaco, local topograficamente pouco propício à propagação das ondas, ao norte da França. A RMC,

como é conhecida, inicia, então, sua transmissão em Mont-Agil, em pleno território francês.

O mal-estar político e jurídico não tardou a causar polêmica. Em 1980, a RMC foi declarada ilegal pelo tribunal administrativo de Paris, por transmitir em território francês e ferir o monopólio estatal da radiodifusão. Mas o tribunal não anulou a decisão de instalação de transmissor.

Estas emissoras comerciais, denominadas **peripheriques**, a princípio toleradas pelo governo, funcionam com ótimos níveis de audiência em um país onde os estatutos de radiodifusão só permitem ao poder estatal transmitir. A polêmica persiste há muito tempo: estas estações de rádio são ou não ilegais?

Questionava-se, também, se esta situação não era nefasta economicamente para o país, pois parte dos recursos dos anunciantes fugia para o exterior. Para aliviar a polêmica o Estado fundou, então, uma sociedade, a **Sofirad** (Société Financière de Radiodiffusion) e adquiriu a maioria das ações das rádios periféricas. Assim, parte dos lucros derivados da publicidade permanece no país.

Outro ponto importante, que toca profundamente o sentimento nacionalista dos franceses, é a constatação de um paradoxo um tanto injusto. Enquanto as leis e o Estado limitam a liberdade de expressão dos franceses, os estrangeiros criaram as suas emissoras dirigidas à França.

DESENVOLVIMENTO DA PIRATARIA

A própria indefinição das rádios periféricas comerciais na França serviu de argumento para os "piratas das ondas", inspirados na vontade obsessiva de muitos jovens contestadores de fazer face a uma rede de rádios estatais e comerciais considerada por demais "giscardiana", ou melhor, conservadora. Analisando criticamente a espantosa proliferação das rádios "piratas", podemos concluir que tal fenômeno se deu impulsionado pelos problemas e contradições de uma gestão monopolizante e concentradora de

poderes, onde os jovens, agoniados pelo desemprego, vislumbravam nas rádios piratas a possibilidade de participação e de expressão do seu protesto. Também, para muitos, elas significam a possibilidade de emprego em um mundo que exerce um considerável fascínio.

Muitos franceses já mostravam sinais de repulsa ao assistirem e ouvirem insistentemente o presidente Valéry Giscard d'Estaing. A cada passo dado, um batalhão de repórteres injetavam mais e mais imagens de uma pessoa que parecia monopolizar a informação e a França inteira tinha que apreciar.

A rádio, sem dúvida nenhuma, é, juntamente com a televisão, um importante meio de persuasão nas mãos do governo francês. Eles estão cientes de que, além dos espetáculos, informações e programas educativos que a rádio e a TV transmitem, estes meios são destinados a promover e a manter o governo no poder. Mesmo as rádios periféricas comerciais (Europe 1, Luxembourg, Sud-Radio, Mônaco, Mont Blanc, etc...) estão sob o controle do Estado através da Sofirad ou da agência de notícias Havras, outra estatal. Os franceses são conscientes de que possuir o microfone é possuir o poder.

Outras polêmicas tiveram o mérito de apressar o desenvolvimento das rádios "piratas". Um advogado favorável ao governo de Giscard, François Chassaing, especialista em direito da comunicação, descobre brechas na jurisdição ao demonstrar que o monopólio de rádio e TV não tem proteção da lei e coloca no ar, em 1977, a Radio Fil-Bleu, na cidade de Montpellier, no sul da França.

Toda a operação foi montada com o máximo de respaldo da lei e à luz do dia. Ele funda uma associação declarando abertamente o intuito de fazer rádio livre, registra-a na prefeitura, publica o nome e endereço dos membros da associação, anuncia oficialmente o local das transmissões e o local da instalação de sua antena de 18 metros de altura no edifício mais alto da cidade. E mais, Chassaing se permitiu o requinte de organizar uma entrevista coletiva com a imprensa nas vésperas da emissão inaugural.

Apesar da sua tendência favorável ao governo de Valéry Giscard d'Estaing, o advogado François Chassaing é indiciado e acusado de violar o monopólio estatal da

comunicação e seu material é imediatamente confiscado. Durante o seu processo, Chassaing funda sua defesa na Declaração Europeia sobre os Direitos do Homem, que prevê a todo cidadão a liberdade de expressão. Chassaing foi absolvido mas saiu decepcionado, pois ele esperava uma decisão judicial "à italiana", isto é, a consideração de que o monopólio das ondas era inconstitucional.

Algumas análises veiculadas pela imprensa levantaram a suspeita de que a Radio Fil-Bleu seria uma forma do partido da situação ganhar popularidade para as próximas eleições legislativas enquanto que outros jornais de esquerda suspeitavam de que a emissora era o "submarino do grande capital", destinado a sondar o terreno para a conquista de um novo mercado publicitário e a privatização comercial das emissoras. Os fatos evidenciam uma trama muito bem montada. Enquanto a Radio Verte transmitia em Paris em total impunidade, a Radio Fil-Bleu, partidária do governo vigente, sofre interferência, em Montpellier, além de ser a primeira rádio pirata processada pelo órgão fiscalizador TDF (Télédiffusion de France). Não haveria forças econômicas utilizando o militantismo dos jovens idealistas para que esses, como massa de manobra, abrissem caminho para a infiltração de rádios de cunho essencialmente lucrativo?

A imprensa de esquerda não deixou de manifestar a sua estranheza quanto ao fato de que um grupo de advogados giscardianos, muito bem preparados, ter a ocasião de, através de um processo jurídico e de todo barulho que o caso provocou na imprensa, expor, em larga amplitude, a causa das rádios livres.

As rádios "piratas" continuaram a proliferar, por toda parte. O presidente da República, ciente de que o monopólio das ondas sofreu um forte abalo e inquieto com as consequências políticas, toma medidas drásticas: inculpações, confiscos e principalmente a interferência nas ondas "piratas". Tal interferência consiste em emitir um incômodo zumbido na mesma frequência da emissora clandestina, com um transmissor muitas vezes mais potente, impossibilitando a escuta. Esta forma de reprimir a ação dos "piratas do ar" é denominada de *brouillage* pelos franceses.

Em 1979, a Assembléia Nacio-

nal, preocupada com a rápida proliferação das rádios "piratas", resolve designar uma comissão parlamentar para estudar a independência e o pluralismo da informação pública no estatuto do monopólio. Após seis meses de trabalho a comissão estimou, após ouvir 97 pessoas, que o serviço de comunicação radiofônica não era suficiente, além de que a independência e o pluralismo da informação não estavam assegurados. O monopólio da radiodifusão sofreu mais um duro golpe.

No mês seguinte, em outubro, o monopólio foi novamente golpeado com uma sondagem de opinião pública encomendada pela revista *Telerama* ao conceituado Instituto Luís Harris.

Esta pesquisa, que assombrou as autoridades, revelou que 58% dos franceses eram favoráveis a um regime de liberdade para as emissoras de rádio, enquanto que apenas 28% eram contra.

Desses 58% favoráveis, 39% eram favoráveis às rádios livres sem interferência das sociedades comerciais, isto é, contrários à publicidade, e os 19% restantes eram favoráveis a um estatuto idêntico à imprensa escrita, englobando, então, as sociedades comerciais e logicamente a publicidade.

Foi a surpresa geral. Antes disso, os quatro partidos políticos: o UDF (governo), o Partido Socialista, o RPR (partido neogaullista) e o Partido Comunista eram contra as rádios "piratas" e não tinham nenhuma aspiração em defender as rádios livres. Aos poucos, os partidos políticos partiram para posições antagônicas.

Desde então, os socialistas, a segunda força política na época, manifestam-se repentinamente favoráveis às reivindicações que até o momento eram sustentadas apenas pelos ecologistas, grupos isolados e algumas correntes ditas "marginais".

Em junho de 1979, instigados pela Radio Fil-Bleu, considerada excessivamente giscardiana, o Partido Socialista lança a Radio Ris-pote, tendo François Mitterrand como seu primeiro secretário. A polícia invade as instalações do PS duas horas após o fim da primeira transmissão não encontrando nenhum material para ser confiscado. Mitterrand é imediatamente inculcado juntamente com Laurent Fabius, que mais tarde tornou-se ministro das Finanças no governo socialista. Os dois foram obrigados a comparecer ao Tribunal

de Justiça. Eles, também, foram absolvidos.

Esta não seria a primeira vez que o futuro presidente da República iria ao tribunal tendo como causa as rádios "piratas". Em outubro de 1980, o líder socialista causou grande impacto na imprensa ao defender a Radio Palmares, declarando: "Venho aqui defender uma verdadeira causa; a liberdade de expressão". Após a defesa e as declarações de Mitterrand os animadores das rádios livres mantiveram, então, suas esperanças na vitória do candidato socialista às eleições presidenciais.

Somente a Radio Verte da cidade de Fessenheim, animada por um grupo de militantes ecologistas antinucleares, gozam de tolerância. Esta rádio alcançou grande penetração e as medidas policiais eram por demais polêmicas entre a opinião pública. Cada intervenção policial fazia muita tinta correr na imprensa local e nos jornais de Paris de penetração nacional. O governo de Giscard tinha o interesse de abafar os gritos de protestos contra as centrais nucleares instaladas no local.

Ainda em 1979, as emissoras clandestinas denominadas de "rádio de luta" entram em cena. George Ségué, secretário geral da CGT-Confédération Générale du Travail, a maior força sindical da França, anuncia a criação de cinco emissoras de luta: a Radio 92, a Radio 93, a Radio 76, a Radio Action e a Radio Sam. Animadas por empregados permanentes da CGT, elas se encontravam nos focos de maior agitação da França.

George Ségué justificou a implantação das rádios de luta como "meio de romper a conspiração do silêncio ou deformações de informações que os grandes meios de comunicações praticam em relação ao trabalhador".

O governo francês não tolera nem as rádios "piratas", nem as rádios de "luta", interfere nas suas ondas, confisca o material e processa os responsáveis. A população, muitas vezes, reagiu prontamente com passeatas e manifestações. Em muitos casos houve confronto direto com a polícia, resultando em várias prisões e pessoas feridas.

Certa vez, na cidade de Aubry, no norte da França, 900 soldados cercaram a prefeitura que mantinha uma emissora da central sindical CGT, a Radio Quinquin. A operação durou dois dias entre

tumultos e brigas. Sete pessoas saíram feridas. A emissora reiniciou suas transmissões 24 horas após o incidente.

Ainda no norte da França, na pacata cidade de Rouvroy, os policiais, na calada da noite, arrombaram a porta da igreja local para confiscar uma emissora pirata. Eles não encontraram o transmissor mas foi o suficiente para desencadear o protesto de 5000 pessoas, que se manifestaram na cidade próxima de Lens. As reações tiveram amplitude não somente em nível regional, como também em nível nacional.

O governo de Giscard dificultava ao máximo as transmissões. Os constantes confiscos de transmissores interrompiam as emissões, as perseguições forçavam os animadores a constantes mudanças de local. Enfim, as condições difíceis de transmissão forçavam os jovens "piratas" a se limitarem a transmitir quando as condições estavam favoráveis, impossibilitando, assim, o conforto de escuta do público cada vez mais curioso, aberto à novidade, mas decepcionado pela dificuldade em captar as emissoras.

O Partido Socialista, atento às reivindicações dos franceses e principalmente à possível derrubada do governo conservador de Giscard, canaliza um expressivo número de adeptos (ou ao menos um número relativamente reduzido que tem acesso a um meio cada vez mais importante de comunicação) ao se mostrar favorável à liberação das ondas. No programa de governo elaborado pelo Partido Socialista sobre a reforma do audiovisual, o líder socialista Mitterrand salienta visivelmente a preocupação do partido em dar ênfase a este original meio de comunicação.

Paralelamente ao engajamento favorável do Partido Socialista no movimento das rádios livres, o Partido Comunista posicionou-se favorável apenas às rádios municipais e a UDF (Union Democratique Française), partido do presidente Giscard D'Estaing, reconheceu ser necessário descentralizar a radiodifusão, enquanto que o RPR (Rassemblement Pour la République), partido inspirado no General De Gaulle, pregou o respeito ao monopólio.

Em 1980, o Partido Comunista inicia ilegalmente a implantação dos rádios municipais nas cidades cujos prefeitos são comunistas: a Radio G92 instalada na prefeitura

de Gennevilliers tem a peculiaridade de transmitir, ao vivo, as discussões do orçamento municipal.

VITÓRIA ELEITORAL DE MITTERRAND: CORRIDA ÀS ONDAS

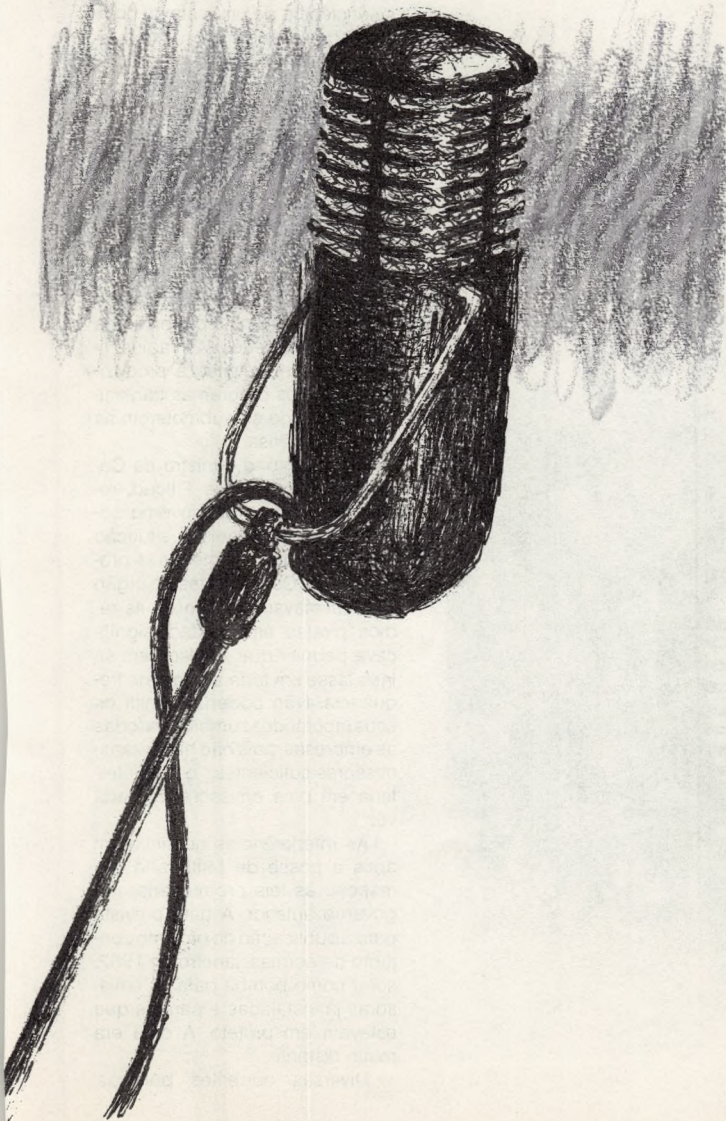
Os estudantes, os fanáticos do rock, do jazz, da música francesa, as seitas, os emigrantes, os anarquistas, os grandes jornais, tendências políticas, homossexuais, religiosos e etc... se precipitaram de tal forma sobre o limitado espaço da frequência modulada, logo após a vitória de Mitterrand à presidência, dia 21 de maio de 1981, que, a título de exemplo, uma suave canção ecologista de Yves Montand tinha como fundo um rock da pesada de Led Zeppelin. Uma emissora transmitia sobre a outra. Aqueles que não tinham uma estrutura de programação se contentaram, de início, a emitir um pequeno sinal para assegurar o seu espaço. Um verdadeiro far-west: o primeiro a chegar reivindicava o território.

Uma explosão. Daí por diante as emissoras nascem, morrem, se dividem, casam-se e renascem. Cada cidadezinha já pensa no seu projeto, como também vários grupos de jovens. Bastava deslocar levemente o botão FM e se colocar à escuta, dias após a vitória dos socialistas, para constatar que as rádios livres proliferavam assustadoramente. Um mês após, foram recenseadas, na pobre banda FM de Paris e em seu subúrbio, 54 estações transmissoras, sobre uma largura de banda em que mal cabiam 30.

Uma estação mais poderosa se encavalava sobre a vizinha desafortunada, que, por sua vez, deslocava-se alguns hertz ao lado sobre a outra estação vizinha. Ela, também, não ficava impassível. E pronto. Esta rede parecia não ter mais fim. Era impossível ouvir uma emissora FM no automóvel em movimento. Em cada bairro, de uma rua para outra, se ouvia uma estação diferente, na mesma frequência. A liberdade de expressão tomou o lugar da liberdade de escuta.

Mas o que causou tão rápida proliferação?

O motivo é simples: com menos de 6.000 francos (o salário mínimo mensal é de aproximadamente 5.000 francos) é possível adquirir um transmissor capaz de cobrir um raio de 10 km. Com 50.000 francos pode-se obter da Alema-



nha ou da Itália uma estação completa de 300 watts, suficiente para cobrir toda a Paris, incluindo transmissor, toca-fita, toca-disco, mixador, microfones, e mais alguns acessórios. Com 120.000 francos se pode transmitir para toda a Paris e seu extenso subúrbio.

Mesmo após a posse de Mitterrand, todos esses pioneiros, que se contam por centenas, em toda a França, estavam fora da lei... mas ao menos não se confiscavam mais os transmissores e não se processava mais ninguém.

PROMESSAS SOCIALISTAS

Com o nítido sentimento de estarem participando de um processo histórico, os veteranos "piratas das ondas", após tanta repressão policial, interferência hertziana e a insuficiência de um material comprado de segunda mão, vislumbraram o caminho aberto.

O Partido Socialista declarou, no quadro das 110 propostas do seu programa de governo, o direito de transmitir pelo que denominam de "rádio local", na condição de que a zona de escuta não ultrapassasse 30 km, que a publicidade seja limitada a cinco minutos por hora, que as rádios locais tenham um estatuto de associação sem fins lucrativos e proibição de formação de redes. As rádios livres estariam sujeitas a produzirem 60% dos programas transmitidos, além de se submeterem às leis de imprensa.

No entanto, o ministro da Comunicação, Georges Filloud, recém-empossado no governo socialista, tenta congelar a situação impedindo que as antenas se proliferassem. Os dirigentes do órgão TDF estimavam que deixar as rádios "piratas" em liberdade significava permitir que a desordem se instalasse em toda a gama de frequência. Não podendo emitir os seus incômodos zumbidos a todas as empresas, pois não havia transmissores suficientes, o TDF interferia em uma emissora de cada vez.

As interferências continuaram após a posse de Mitterrand por respeito às leis promulgadas no governo anterior. A data prevista para a publicação do próximo conjunto de normas, janeiro de 1982, soou como bomba para as emissoras já instaladas e para as que estavam em projeto. A data era muito distante.

Diversas correntes políticas,

sindicatos e animadores das emissoras clandestinas reivindicaram a suspensão imediata das interferências. O argumento do ministro Georges Filloud era de que a lei existia e tinha que ser aplicada até que fosse modificada. Do outro lado, os reivindicantes procuraram demonstrar que a manutenção das interferências era uma decisão política. O ministro das Comunicações não cedeu. Em entrevista concedida, na época, ele declarou: "Eu desejo que os impacientes se acalmem, que as ambições comerciais se refreiem e que a reflexão coletiva, daqueles que querem participar desta forma de rádio local não comercial, amadureça. Eu estou disposto a trabalhar em conjunto. Nem agora, nem depois, não toleraremos que emissoras se dotem de transmissores poderosos, que recorram à publicidade massiva e criem entre elas redes de programas ou coleta de mensagens publicitárias".

A grande maioria das emissoras não aceitou o prazo de janeiro de 1982 para a aplicação da nova lei. Protestos, barulho na imprensa, ameaças aos socialistas preocupados com as eleições legislativas de março de 1982 pressionaram o ministro que se mostrou inflexível. Os animadores das emissoras, sentindo-se traídos, consolaram-se, pelo menos, por não haver confisco de material, confronto policial e perseguições judiciais.

Uma comissão foi criada para apaziguar os ânimos, emitir parecer favorável à autorização de transmitir para os requerentes dispostos a cumprir a lei e também discutir o futuro das então chamadas rádios locais privadas. A comissão era integrada por representantes do governo e das associações que agrupavam as rádios ditas "livres". Nas primeiras etapas das reuniões, presididas por André Holleaux, conselheiro de Estado e presidente da emissora estatal de televisão FR 3, era indispensável que todas se colocassem de acordo com os critérios técnicos necessários à qualidade e ao conforto de escuta dos ouvintes. Todos foram unânimes quanto à distância de 3 a 4 kilohertz entre as estações na banda FM e ainda sobre a distância geográfica entre uma emissora e outra. Elas devem estar localizadas, caso transmitam na mesma frequência, a uma distância igual ou superior a cinco vezes o espaço útil coberto pelas ondas da estação.

Um fato histórico: a minúscula Radio Zema, de Saint Chely d'Apcher, na região da Lozère, a sudeste da França, consegue o primeiro parecer favorável da comissão para a obtenção da autorização de transmitir. Ela é bem do gosto dos socialistas: instalada em uma banda FM disponível, de caráter regional, com o falar próprio da região, de cunho associativo, avessa à publicidade, artesanal, localizada no centro cultural da cidade, animada por jovens voluntários e subvencionada pela prefeitura. Para a infelicidade do ministro das Comunicações e do próprio governo socialista, nem todas as emissoras carregavam tantas virtudes.

O financiamento das emissoras foi a pauta de quase todas as reuniões da comissão. Apesar de ser o meio mais barato existente, uma emissora requer mais de uma dezena de horas diárias de transmissão e tal requisito demanda pessoal especializado e condições favoráveis de trabalho. É preciso remunerar os assalariados e os serviços prestados, comprar equipamentos, montar o estúdio, adquirir imóvel, pagar as despesas de eletricidade, de telefone e até pagar taxas, imposto, direito autoral e dezenas de outras despesas.

Muitas emissoras saídas da clandestinidade eram animadas por jovens entusiastas mas pouco experientes. Eles nunca imaginaram que um dia poderiam estar às voltas com a elaboração de um orçamento e sobretudo com a necessidade de manter esse orçamento em equilíbrio.

De início, o trabalho voluntário era a grande riqueza que fazia as ondas proliferarem. Mas já ficou evidente que qualquer atividade que se sustenta unicamente no voluntarismo cai inevitavelmente no abandono do projeto. As atividades têm que ser remuneradas. Com este intuito a comissão solicitou às rádios que enviassem os seus orçamentos para que se estudasse a possibilidade de uma subvenção do Estado e da prefeitura local.

Cada orçamento enviado era uma realidade distinta: a situação geográfica, a potência de emissão, a população atingida, a carga horária, os especialistas, os colaboradores, os animadores que requisitavam pagamento, os voluntários, o teor dos programas, seus gastos materiais, etc...

Havia, no entanto, um grande

número de emissoras pouco privilegiadas que emitia unicamente na base do voluntarismo, com material emprestado e pessoal com pouca experiência no assunto e que mal sabia elaborar um orçamento.

Enfim, o governo socialista acaba por deliberar um "Fundo de Ajuda à Expressão Radiofônica Local", destinado às emissoras que se fundaram em associações.

Assim que tais emissoras recebiam a autorização de transmitir do Ministério da Comunicação, passavam a ter o direito a uma subvenção de 100.000 francos destinados à compra de equipamentos convenientes a uma boa qualidade de transmissão. Em caso de agrupamento entre várias emissoras na mesma sintonia a soma devia ser dividida entre elas, pois a subvenção era atribuída à frequência e não à emissora.

A estação de cunho associativo tem também o direito a uma subvenção de funcionamento atribuída no ano seguinte ao recebimento da subvenção de instalação. A emissora pode receber subvenção do Estado e do Município.

ANTI-SOCIALISMO PROLIFERA

Inúmeras rádios anti-socialistas são criadas, a exemplo da Radio Tours Eiffel. Esta estação transmite com suas antenas da própria torre Eiffel com todo um complexo técnico, incluindo um transmissor de 3000 watts de potência (pela nova lei, a potência de uma rádio privada local não deve ultrapassar 300 watts), além de se beneficiar de um orçamento de 2 milhões de francos. O diretor desta poderosa emissora é nada mais que o líder conservador gaullista, Jacques Chirac, prefeito de Paris, na época o principal líder de oposição aos socialistas no poder, o mais forte candidato à Presidência da República.

Recursos não faltam às emissoras conservadoras emergentes. A Radio Alpha, com seu transmissor de 2 kilowatts e sua antena tecnicamente bem instalada em uma torre de 40 metros, tinha potência suficiente para cobrir a interferência do TDF. Seu sinal era perfeitamente audível até na cidade de Orleans situada a 100 quilômetros ao sul de Paris e na cidade de Rouen, situada ao noroeste. Entremeadas com uma programação musical 100% francesa, os

discursos anti-socialistas eram exaltados, o comunismo era sinônimo de desastres e ruínas e os desaparecidos da Argentina eram simplesmente "exilados".

A Radio Express, da revista semanal do mesmo nome, de tendência voltada à direita, iniciou suas transmissões em Paris, com um sofisticado equipamento, recuperando toda a estrutura da sua equipe redacional.

Segundo as novas leis, aprovadas na Assembléia Nacional, dia 2 de outubro de 1981, só podem transmitir as associações sem fins lucrativos. A poderosa e emergente Radio Express funda, então, com a consagrada empresa Pathé-Cinema e alguns destacados editores e notoriedades do meio informativo, a Association pour le Développement des Services et de l'Information (Adesi). A Radio Tours Eiffel, conhecida como "Radio Chirac", funda, por sua vez, para escapar à ilegalidade, a Association pour le Développement de la Communication. É a técnica do "jeitinho".

Sob as vestes de associação sem fins lucrativos, as grandes empresas, os poderosos do capital e da política se instalam, contrários aos desejos dos socialistas, e procuram com grandes recursos atrair o máximo de ouvintes, participando das emissões consagradas jornalistas, vedetes nacionais, artistas famosos, tudo no meio da propaganda anti-socialista a serviço das poderosas empresas capitalistas.

Ao lado das pequenas rádios, outrora incriminadas, importantes grupos da imprensa, de publicidade ou editores estão prontos para colocar no ar emissoras FM de dimensões importantes. Eles não se contentam em transmitir apenas na escala de uma cidade. Contornando sutilmente as leis, os poderosos do capital procuram atingir uma região e posteriormente, quando a lei mudar, transmissões de caráter nacional, através de rede.

Esses projetos inquietam os socialistas e fazem subir a pressão no meio das rádios locais privadas. O que se pretende evitar é a anárquica experiência italiana das rádios livres, detentoras, segundo o seu maior jornal cotidiano *Il Corriere Della Sera*, de quase 8 milhões de ouvintes.

Na Itália, os grandes monopólios comerciais se introduziram rapidamente, com forte carga de anúncios, no processo de libera-

ção das ondas, enquanto as rádios militantes desapareceram por falta de recursos. Verificou-se, neste país, que as iniciativas que repousaram unicamente na militância se frustraram rapidamente, dando lugar às emissoras de caráter mercantil. Em janeiro de 1975 havia, neste país, apenas três rádios piratas. Já no final deste mesmo ano, o número se elevou a trezentos. No ano seguinte a Corte Constitucional Italiana declara o monopólio das ondas anticonstitucional, autorizando, assim, o funcionamento das rádios livres. A Itália conta hoje com aproximadamente 1500 estações.

O movimento das rádios livres cresceu de forma rápida e desordenada na França e imediatamente se dividiu em duas correntes: os prós e os contras a publicidade.

Para evitar a proliferação da "Radio Coca-Cola" ou "Radio Kolynos" o ministro da Comunicação, Georges Filloud, tomou medidas radicais e repressivas que chegaram a descontentar até as pequenas emissoras: a proibição total de publicidade. Esta medida visava frustrar as iniciativas das grandes empresas comerciais e, também, proteger os interesses da imprensa escrita regional, que temia o desaparecimento dos pequenos jornais locais se sua receita publicitária fosse afetada pelo aparecimento de diversas emissoras de rádio concorrentes. Para os que continuavam a transmitir publicidade o remédio era um só, o mesmo aplicado no governo de Giscard: interferência nas ondas. Georges Filloud proibiu, também, a formação de redes objetivando impedir que, aos poucos, as estações comerciais poderosas absorvessem as estações de menor recurso, muitas delas militantes.

A conceituada revista *Les Temps Modernes*, que tem o mérito de ser fundada por Jean Paul Sartre, relata o seguinte: "Para ser livre, uma rádio deve ser obrigatoriamente tolerada e sobretudo protegida. Este conceito choca com as nossas aspirações a uma total liberdade de expressão, mas o espaço hertziano é limitado, deve ser organizado e as frequências atribuídas"¹.

No entanto, as leis aprovadas pelos socialistas, que inovaram o espaço das ondas FM com o intuito de favorecer pequenas iniciativas de comunicação, esbarram no anseio das grandes empresas capitalistas que reivindicam, também, a liberdade de expressão.

Os lobos querem liberdade em uma floresta onde habitam ovelhas igualmente livres.

PUBLICIDADE

A decisão do ministro da Comunicação de proibir a publicidade, no intuito de proteger os "pequenos", suscitou inúmeros protestos, inclusive das próprias pequenas rádios que desejavam crescer. Declarando, no dia 20 de setembro de 1981, no *Journal du Dimanche* que não haveria nenhuma forma de publicidade nas rádios "livres", Filloud tirou as esperanças daqueles que reivindicaram o direito de fazer rádio em total liberdade.

Pois, sem publicidade, como pode sobreviver uma rádio? Sem publicidade, o movimento de liberação das ondas fica reduzido a pequenas rádios de voluntários, de amadores que se arriscam a cair na indiferença do ouvinte. Sem recursos, as emissoras locais privadas seriam ofuscadas pelas rádios estatais ou pelas rádios comerciais periféricas. Ou, então, sofrer a forte concorrência das emergentes rádios de grandes recursos (Radio Tours Eiffel, Radio Express), indaga o próprio filho do ministro das Comunicações, Patrick Filloud, que dirige e anima a emissora Radio Gildas, em Paris.

Os gritos de protesto e de socorro se fazem ouvir através das ondas, manifestações de rua, atos públicos. A Radio Iver, a Radio Oblique FM e a Radio Megal'O, todas parisienses, reivindicam a potência de transmissão necessária, autonomia, direitos iguais aos da imprensa e, sobretudo, o uso da publicidade.

Em 1983, 1300 emissoras transmitiam sem recursos e sem uma definição clara e concreta de um meio de financiamento. Eram, portanto, várias centenas de emissoras que protestavam e ridicularizavam o governo socialista, governando que deu vida nova a essas rádios.

Argumentos favoráveis à publicidade não faltavam para as rádios livres. Os socialistas proibem o uso da publicidade como meio de subsistência das rádios livres, enquanto que as rádios "periféricas" têm como princípio de funcionamento de base o uso abundante de anúncios comerciais.

O ministro resiste às reivindicações dos animadores, que mal chegam a sobreviver, argumentando que os franceses não querem ver este meio importante de

RÁDIOS LIVRES: A QUEM

NRJ – Nouvelle Radio pour les Jeunes

A história desta emissora tem pontos em comum com um conto de fadas, segundo relata o jornalista Annick Cojean em seu livro *La Folle Histoire des Radios Libres*⁵. Isto porque as transmissões começaram em veluto quarto de empregada e evoluiu até que a sigla NRJ se transformasse em um império da radiodifusão em frequência modulada.

Se não fosse a astúcia, o faro empresarial, a sorte e a personalidade do seu fundador, Jean-Paul Baudecroux, como também o estigma que representa este sobrenome, além do dinheiro de sua mãe, madame Baudecroux, talvez a NRJ não passasse de mais uma empreitada fracassada de jovens à procura de espaço e participação.

J.P. Baudecroux, filho do conceituado químico, inventor do baton Rouge Baiser, o inapagável, símbolo da linha de maquiagem Le Baiser, planejava, de início, montar uma emissora dedicada à especialidade da família: a mulher. Ele sonhava com uma estação que iria chamar **Femmes FM** (Mulher FM), transmitindo conselhos de beleza e de saúde, além de informações sobre lazer e espetáculos.

Mas o jovem sonhador errou de alvo e, em seguida, mirou nos jovens de 15 a 30 anos. Acertou em cheio. Bolou, de início, uma emissora 100% musical destinada a esta faixa etária e, como um químico, foi refinando uma fórmula que atraísse este público.

Um elemento importante dessa fórmula veio de uma simples constatação. O público é volúvel, vive girando o seu dial à procura de canções do seu agrado. Neste caso, porque não lhe oferecer músicas a seu gosto de maneira que, ao girar o botão, caia na canção que lhe interessa ouvir? Os jovens ouvintes são os que estipulam o que é melhor para si e não a pressão dos fabricantes de disco.

Outros elementos foram acrescentados a esta fórmula, a partir de outras constatações. Qualquer jovem, ao comprar um disco, não quer outra coisa a não ser colocá-lo em seu aparelho de som e ouvi-lo 20 vezes. A aparelhagem de som é o que há de mais importante para eles. Por que não repetir suas canções preferidas diversas vezes, mesmo sendo sucesso antigo?

E a fórmula foi se refinando. Fala-se cada vez menos ao microfone, anuncia-se o título e o autor no início da canção e não no fim, e aos poucos o resultado vai se configurando no índice de audiência.

Outro fator explica o estrondoso sucesso da NRJ: a sorte. Enquanto que a sua maior concorrente, a RFM, emissora essencialmente musical, estava sendo punida pelo TDF, por transmitir publicidade, com a insistente *brouillage* interferindo nas suas ondas, a NRJ se resigna a obedecer às leis impostas pelos socialistas e insiste na sua programação 100% musical. Os fiéis jovens ouvintes da emissora rebelde de Patrick Meyer, a RFM, não tardaram a descobrir que, justamente na frequência vizinha, emergia com toda a força a NRJ.

Jean-Paul Baudecroux soube aproveitar a oportunidade. Além desse momento de sorte e astúcia ele faz uso de ainda mais astúcias: quando a Alta Autoridade do Audiovisual estabeleceu os critérios para a seleção de mais de 200 pedidos de autorização de transmitir para as 30 frequências disponíveis, Baudecroux oferece ao Partido Socialista os seus préstimos como proprietário de uma emissora cada vez mais popular.

Deu resultado. A NRJ obtém a sua permissão de transmitir sem maiores traumas, mas teve que incluir no seu Conselho de Administração dois representantes do PS. Sendo o Conselho composto de nove

SERVE A LIBERDADE?

integrantes, ficou estipulado que, para qualquer modificação no procedimento da emissora, seria preciso a maioria de sete conselheiros. Tal procedimento, sedimentado no estatuto da NRJ, auferiu um peso considerável de decisão ao PS, que soube aproveitar a oportunidade, pois os trabalhos da campanha pelas eleições legislativas já mobilizavam os seus militantes.

Mas a bela NRJ, princesa dos contos de fada, não deixou de enfrentar os seus dragões. Acusada, junto com mais cinco emissoras, de transmitir com potência até 20 vezes maior que a permitida por lei (limite máximo: 500 watts de potência), ela teve a sua licença cassada, apesar da sua ligação com o PS, após reclamações do aeroporto de Paris, polícia, bombeiros e emissoras FM estatais de que a NRJ e mais seis emissoras interferiam perigosamente nas suas ondas.

A NRJ reage abrindo seus microfones para um inflamado protesto. No dia 8 de dezembro de 1984, sábado, como que hipnotizados, 200.000 jovens se reúnem em frente aos estúdios da emissora (30.000 jovens, segundo a polícia) para protestar e formar uma barricada à espera da polícia supostamente encarregada de invadir o local, confiscar o material e lacrar o estabelecimento. Ela nunca veio.

A NRJ não sofreu a investida policial, continuou a transmitir e acabou por readquirir a sua licença. Mas algo mudou. A transmissão, daí por diante, ficou a cargo da emissora estatal TDF, para evitar as interferências em outros órgãos.

E mais uma vez Baudecroux aproveitou uma grande chance. Tal episódio lhe valeu muita publicidade na imprensa. E a publicidade deu alma ao seu rentável negócio. A NRJ passou a trocar seu espaço de antena com revistas e jornais. Uma empresa publicitária foi contratada para construir a imagem da NRJ.

Em maio de 1985, o Instituto de Pesquisa de Opinião – IPOS – mostrou a NRJ como líder de audiência entre as rádios locais privadas na faixa etária de 12 a 50 anos, em Paris. A primeira logo após as consagradas emissoras comerciais periféricas, a RTL e a Europe 1.

Em 1982, com a liberação da publicidade para as rádios livres locais a NRJ cobrava 200 francos por um *spot* publicitário de 30 segundos. Em franca ascensão, poderia cobrar mais se houvesse dados precisos de audiência. Apesar disso, passa a cobrar 4.000 francos pelos mesmos segundos. Logo após a pesquisa da IPOS mostrando-a como a terceira mais ouvida do conjunto de emissoras, ela aumentou suas tarifas para 7.000 francos por 30 segundos de publicidade. Hoje, a tarifa se elevou a 14.000 francos por um *spot* no horário nobre.

E o império financeiro da emissora NRJ, que emitiu seu primeiro sinal em um minúsculo quarto de empregada, solidificou-se e expandiu. Em 1985, 23 emissoras, no interior da França, passaram a transmitir sob a sigla NRJ. Baudecroux, com o seu espírito empresarial herdado da família, elaborou um contrato de união com as rádios locais privadas pelo qual estas, ao receberem as glórias da sigla NRJ, receberam conselhos, assistência técnica, o formato da emissora matriz, cartazes e autocolantes, além dos discos e da lista de músicas e principalmente o sucesso do nome NRJ. Em contrapartida, a emissora cede 2% do seu lucro e o espaço da publicidade nacional. E, logicamente, a emissora matriz possui o direito de conformar a estação filial de acordo com o seu padrão de qualidade e interesse financeiro.

comunicação nas mãos, por exemplo, de grandes empresas “multinacionais petroleiras”. Georges Filloud salienta que para as rádios livres existem outros financiamentos possíveis, tais como as associações, as coletividades locais ou a ajuda de recursos do Estado.

Mas havia outros motivos. A liberação da publicidade nas rádios locais poderia concorrer com a imprensa escrita, provocando um efeito pernicioso na receita publicitária dos jornais mais frágeis, principalmente sobre a imprensa regional. O primeiro a levantar a questão e insistir na proibição da publicidade nas rádios livres foi Gaston Defferre, ministro do Interior, jornalista e proprietário de um importante jornal em Marselha.

Mas os novos radialistas se mostraram mestres na arte que os brasileiros dominam tão bem: o jeitinho. O item normativo que define a publicidade diz o seguinte: “É publicidade tudo o que apresenta ou cita de forma repetitiva um produto, um homem, uma marca, uma sociedade, um serviço, com o objetivo de criar, de manter, de aumentar uma clientela, procurando vantagens financeiras ou em dinheiro aquele que a transmite”.

Não pode haver mensagens repetitivas? Tudo bem. Cada mensagem é transmitida diferentemente da outra. Imaginação não faltava. Certas emissoras montaram miniradionovelas como estas:

“Esta é uma porta blindada pela Fichet-Bauche, chefinho. Impossível arrombá-la”. Esta frase finaliza a estória de um egipólogo e sua sensual secretária que, dentro da grande pirâmide, procuravam penetrar na sepultura de Faraon.

Um mocinho cai do cavalo, se arreventa todo, vai para a enfermaria, tem o braço engessado, vários hematomas, mas sua calça Levis-Straus está impecável.

E outras artimanhas:

O disk jockey desculpa-se pelo atraso acrescentando que não pôde resistir e pediu mais uma pizza na Trattoria Roma, por isso chegou atrasado e pede mil desculpas aos ouvintes.

“São duas horas, um minuto e 27 segundos no meu pontualíssimo Citizen à prova d’água.” “Vocês que estão nos escutando podem vir pegar um presentinho da sua Rádio R nas lojas

Perrier”.

Com imaginação se encontra jeitinho para tudo. O governo socialista nada podia fazer.

Outra forma de camuflar a publicidade era lançar o anúncio já conhecido e, no momento de mencionar o produto, colocar um bip-bip ou um outro sinal qualquer. O nome do produto não é anunciado, apenas sugerido.

Segundo Patrick Filloud, favorável à transmissão de anúncios comerciais, apesar da proibição imposta pelo pai, bastaria apenas cinco minutos de anúncio por hora a 400 francos o minuto para que uma estação pudesse existir.

Os publicitários, através de suas associações, tomaram partido a favor da publicidade nas rádios locais vislumbrando um bom mercado para os pequenos anúncios. Várias campanhas nesse sentido agitam o cenário da radio-difusão.

A sondagem da empresa especializada francesa IFOP, publicada pela revista *Medias*, indica que 14% dos franceses estão prontos a escutar as rádios livres. A maioria deseja uma rádio de serviços, educativa e ligada aos seus passatempos favoritos.

Segundo estudos de CESP – Centre d’Etude des Supports Publicitaires – as novas rádios locais já atingiram 8,7 milhões de ouvintes em julho de 1984 e dá o alarme às emissoras estatais e às rádios chamadas periféricas, que vêem sua audiência cair de forma preocupante.

A Radio Monte Carlo, emissora comercial “periférica”, que transmite do principado de Mônaco, tem motivos para se preocupar: sua audiência caiu, em um ano, de 11,6% para 9,2%, enquanto que as rádios locais sobem, no mesmo período, de 9% a 27% na região mediterrânea.

Não há dúvidas, as novas rádios contam com milhares de ouvintes que os sociólogos nomeiam, com condescendência, **les déca-lés** (os defasados), ou melhor, aqueles que não se satisfazem com as rádios oficiais ou comerciais esterilizadas pela procura de um maior índice de escutas, e procuram uma programação específica.

Mas, finalmente, o que parecia inflexível, cede. O ministro Georges Filloud anuncia, no dia 4 de maio de 1984, após deliberação do Conselho de Ministros, que as rádios livres poderão emitir publicidade. Foi o resultado de uma

briga de quase três anos. Elas só serão submetidas ao regime associativo (com subvenções de associações, de municipalidade, ou do Estado) se assim o desejarem. As novas rádios poderão tornar-se sociedades comerciais, funcionando com 100% de recursos publicitários.

Uma nova linguagem domina entre as emissoras locais privadas: orçamento, audiência, penetração, custo por mil, horário nobre. Uma linguagem de negócio, mercantilista, que chegou para ficar em um veículo de comunicação que nasceu como instrumento de luta contra o próprio capitalismo. O Sindicato Nacional dos Jornalistas contabilizou, em 1983, a possível criação de 2.000 empregos na área da radiodifusão local.

É importante salientar que as emissoras que escolherem a opção favorável à publicidade deverão renunciar às subvenções nacionais e locais, ter em dia a sua contabilidade, estar submetidas às proibições que se aplicam às estações radiofônicas comerciais, quanto ao anúncio de cigarros, bebidas alcoólicas, produtos farmacêuticos, etc...

A única obrigação a que está sujeita uma rádio local privada refere-se às medidas que visam evitar o poderio de um único anunciante sobre uma rádio. Portanto, a lei exige que nenhum anunciante deve pagar mais que um décimo da receita da emissora.

Resta saber se estas rádios que optaram pela publicidade não sacrificarão a qualidade ideológica, artística ou cultural de suas emissões para conquistarem um maior número de ouvintes: condição primordial para a eficácia do desempenho publicitário.

A IMPRENSA REAGE

Mas, e a imprensa escrita? Esta não era desfavorável à proliferação das rádios livres de cunho comercial? A imprensa, na verdade, se uniu ao que parecia ser as suas inimigas e ganhou a batalha.

Durante a liberação das ondas em 1981, logo após a posse de Mitterrand, a polêmica sobre a liberação da publicidade tomava de assalto o Parlamento, o Ministério das Comunicações, as próprias emissoras, as agências de publicidade e a imprensa. Todas viam na questão um iminente risco para o faturamento dos jornais, principalmente os regionais.

Queixas foram enviadas aos deputados e a polêmica se instalou nas sessões do Parlamento.

"Podemos deixar sucumbir um meio de comunicação para o proveito de outro?", pergunta um deputado. "Um jornal não é apenas um simples produto manufaturado que podemos submeter impunemente às regras da concorrência", adicionava ele. Os parlamentares favoráveis à publicidade argumentavam que o cinema poderia ter matado o teatro, a TV faria o mesmo com o cinema. E nada disso aconteceu. Cada veículo tem o seu campo de ação e todos eles têm a sua chance.

São duas fontes de renda que estavam em jogo para os jornais. Primeiramente, os proprietários temiam o declínio da tiragem dos jornais que, vendendo menos, comprometiam a eficácia publicitária, provocando, assim, um decréscimo das receitas. E, segundo, eles temiam a divisão do bolo publicitário, cujas fatias seriam repartidas com as numerosas emissoras recém-chegadas ao mercado.

Os proprietários de jornais estimam, e é verdade, que toda desestabilização econômica é fatal para os jornais. No contexto europeu, a França está longe dos países que mais consomem periódicos.

Mas, já em 1983, a mentalidade mudou. Os proprietários de jornais entenderam que eles perderiam o trem da história caso não o tomassem imediatamente. Bastava incorporar uma emissora ao seu jornal e o problema estaria resolvido.

De início, a imprensa francesa dava ampla cobertura às rádios piratas, devido, talvez, ao sensacionalismo do assunto e, graças a ela, o movimento ganhou amplitude nacional desencadeando a polêmica em toda a França. Durante a fase de liberação das rádios livres, em 1981, a imprensa passou a combatê-las, pois elas despontavam como fortes concorrentes. E de repente os jornais voltaram a fazer apologias à democratização dos meios de comunicação através da emancipação e autonomia das rádios livres e principalmente pela liberação da publicidade.

As associações das rádios livres, a FNRL² e a FNRTL³, contrárias à publicidade, agrupadoras de pequenas e médias emissoras de cunho combativo e militante, lançaram uma violenta campanha contra o que eles passaram a denominar de "rádio de imprensa."

Mas a polêmica maior foi provocada pela imprensa regional, instigada pela FNRL e a FNRTL. Na maioria das cidades, exceto nas grandes metrópoles, as recém-instaladas "rádios de imprensa" detêm quase que o monopólio

local. A FNRL e a FNRTL, preocupadas com a penetração das suas rádios militantes, não querem admitir que a imprensa regional, que já detém o monopólio da informação através das rotativas, venham querer fazer o mesmo com as ondas. Elas defendem que o espaço FM disponível deveria ser de uso dos deserdados da comunicação.

É possível afirmar que todos os jornais regionais têm agora a sua emissora. Robert Prot, em seu livro *Des Radios pour se parler*⁴, trabalho encomendado pela Comissão Consultiva des Radios Locales Privées, lança a suposição de que 80% dessas emissoras são de oposição ao governo socialista vigente.

Os problemas que os animadores das rádios locais tiveram com a imprensa escrita não se limitaram apenas aos proprietários de jornais. Os próprios jornalistas foram, e ainda são, preconceituosos contra esta nova categoria de informadores, que, inicialmente voluntários, reivindicam, em seguida, mais espaço no acesso às notícias e o reconhecimento de suas atividades. Houve casos de jornalistas profissionais solicitarem proibição de acesso privilegiado aos repórteres das rádios locais nos estúdios e nas manifestações importantes.

Enfim, os gigantes do poderio econômico se instalam, passo a passo, apesar da resistência dos socialistas. A título de exemplo, Robert Hersant, o magnata da imprensa francesa, possui, contrariando a lei, 2 jornais de cunho nacional, 16 jornais regionais, 16 revistas de informações gerais, 14 revistas especializadas e já se apoderou de 10 rádios privadas locais, e provavelmente estenderá ainda muito mais o seu império. É o início do declínio das rádios militantes. □

Ivan Ricardo Marinovic Brscan, jornalista, está concluindo a curso de Rádio, TV e Cinema na UnB/Comunicação. Realizou uma pesquisa financiada pelo CNPq sobre a Rádio Livre.

Referências Bibliográficas e Notas

1. *Les Temps Modernes*, revista nº 429 – "Les Illusions a perdre ou a deennoncer: La liberation ou la privatisation des ondes". Abril, 1982.
2. FNRL – Federation Nationale des Radios Libres. Esta associação agrupa as emissoras militantes de caráter associativo. Ela é contrária à publicidade nas rádios

locais.

3. FNRTL – Federation Nationale des Radios et Télévision Locales et Indépendants. Associação próxima ao Partido Socialista. Ela agrupa as emissoras de caráter sócio-educativo. Também avessa à publicidade e ao poderio econômico sobre a radiodifusão.

4. *Des Radios pour se Parler*. Les Radios Locales en France. Robert Prot. La Documentation Française, Paris, 1985.

5. *La Folle Histoire des Radios Libres*. Annick Cojean et Frank Eskenazi, Editions Grasset e Fasquelle, 1986.

Resumen

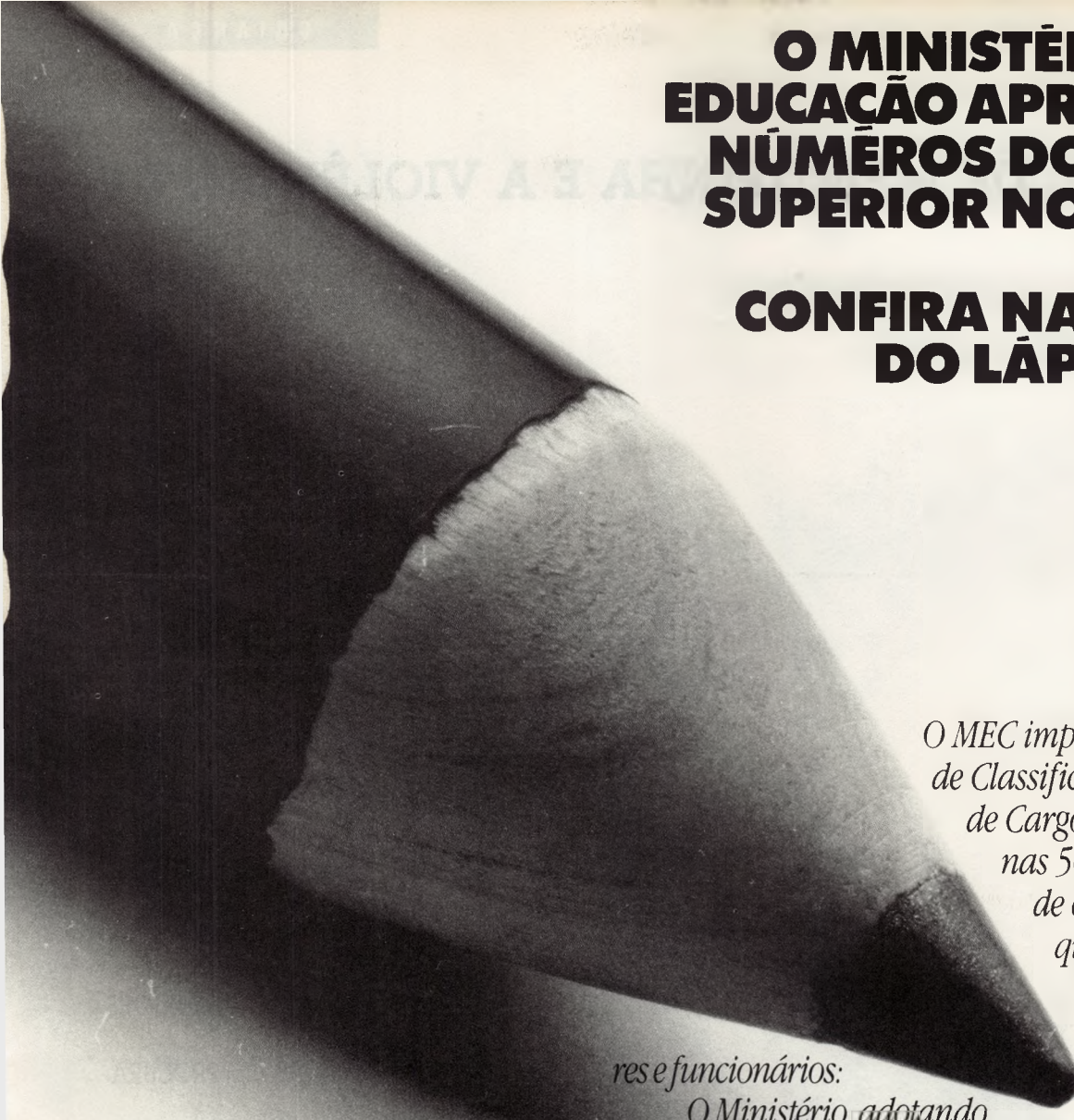
PIRATAS DE BILLETERAS: LA DEGLUCIÓN OFICIAL DE LA NUEVA ONDA

En Brasil, de vez en cuando, ondas de libertad desafían con un transmisor FM barato. Desde Sorocaba, ciudad considerada como la cuna de las radios "piratas" en Brasil, a las grandes capitales, la polémica se instala y muchos comienzan a soñar con la liberación de estas radios. ¿A quién beneficia esta libertad? ¿A los desheredados de la comunicación o al poder económico? La evolución de las radios libres en Francia dio elementos para esta indagación. La desobediencia civil, en Brasil, todavía está en pañales, pero es oportuno reflexionar sobre las trampas y la capacidad de asimilación del sistema.

Abstract

PIRATES WITH A LICENCE: OFFICIAL STOMACHING OF A NEW WAVE

Every so often in Brazil, low-cost FM transmitters cock a snook at the National Telecommunications Department (Dentel) with waves of freedom. From Sorocaba (deemed the birthplace of "pirate" radio stations in Brazil) to the big cities, the debate is on and not a few are already dreaming about official recognition of these clandestine broadcasters. But who is to benefit from this new-found freedom? The dispossessed of communications or economic power-houses? The evolution of free radio stations in France may well shed some light on the issue. Civil disobedience is still in its infancy but the time is ripe for reflection on pitfalls and on the system's capacity for assimilation.



O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO APRESENTA OS NÚMÉROS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.

CONFIRA NA PONTA DO LÁPIS.

O MEC implantou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos-PURCE nas 50 instituições federais de ensino superior. Conquista que atendeu a uma antiga reivindicação dos professores e funcionários:

O Ministério, adotando decisão presidencial, tornou eliminatória a prova de Português e Redação nos exames vestibulares, como meio de valorizar a língua, que é o veículo para o conhecimento humanístico e científico.

A CAPES já ofereceu neste ano 15.000 bolsas de estudo no Brasil e 2.000 no exterior.

O MEC cuida também da saúde ao colocar à disposição da população os 13.000 leitos de seus hospitais universitários.

Além disso, promove a avaliação da educação superior, o treinamento e capacitação de professores, o apoio à extensão universitária, a integração com o 1º grau e os programas para bibliotecas universitárias.

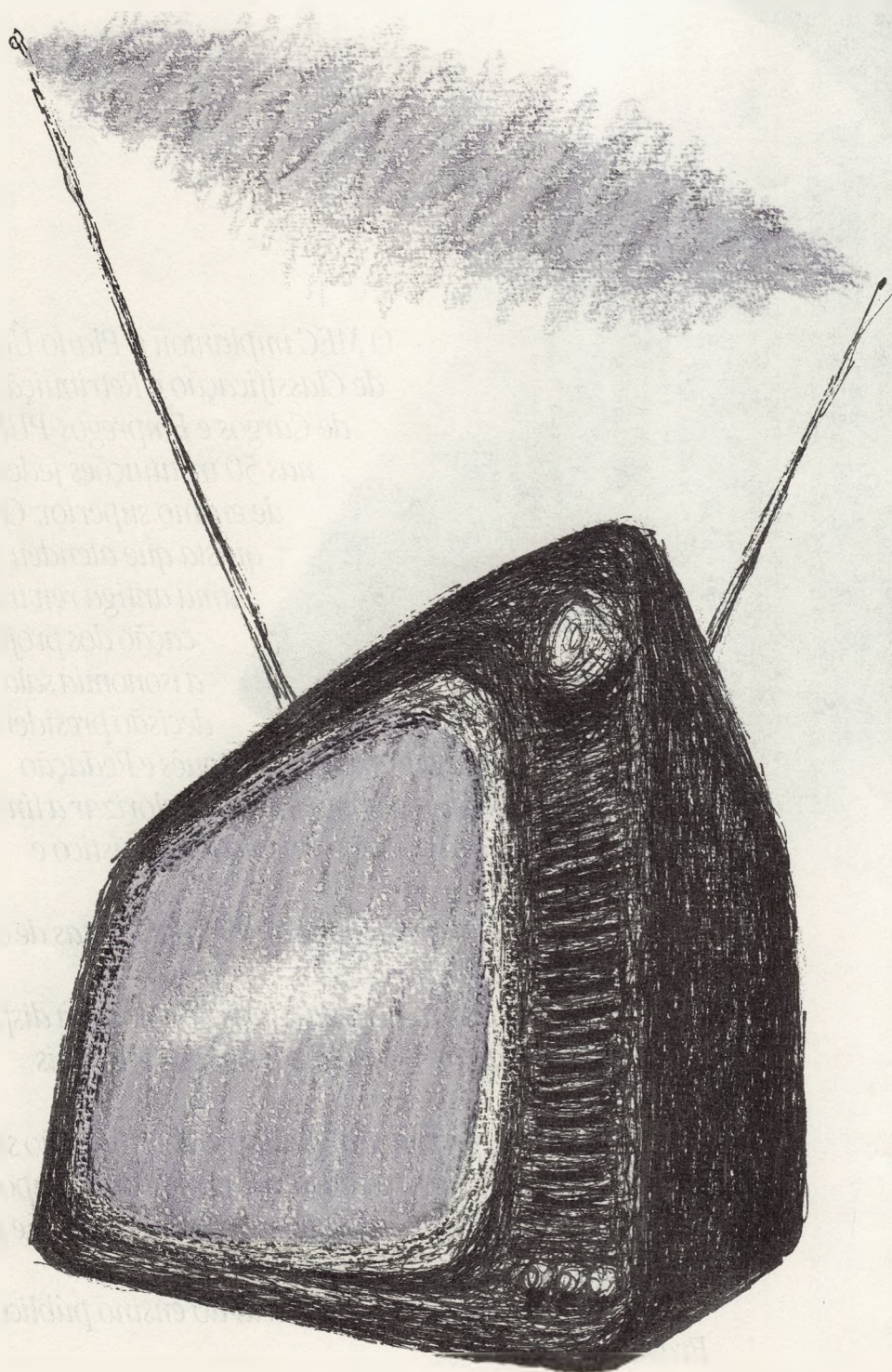
O MEC escreve a nova história do ensino público no Brasil.

O HERÓI DE MENTIRINHA E A VIOLÊNCIA DE

MARIA LUIZA BELLONI

MUITO SE TEM ESCRITO SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA E SUAS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS SOBRE COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS. PSICÓLOGOS DAS MAIS DIVERSAS ORIENTAÇÕES TEÓRICAS TÊM PROCURADO, A PARTIR DE DIFERENTES ABORDAGENS METODOLÓGICAS, RESPONDER A ESTA PERGUNTA CRUCIAL: PODEM REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA GERAR COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS NOS ESPECTADORES?

ILUSTRAÇÕES DE RENATO PALET



VERDADE: O MENINO QUE QUERIA SER RAMBO

Fazendo uma rápida revisão dos principais resultados das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas há mais de 20 anos podemos dizer que mesmo os psicólogos americanos, de orientação tipicamente behaviorista e usando metodologias experimentais, concluem que conteúdos violentos difundidos incessantemente pela mídia podem ter influência nos comportamentos de crianças expostas a estas mensagens. Esta influência porém não é, necessariamente, diretamente detectável em experiências de laboratório, podendo ocorrer a longo prazo e dependendo sempre de outros fatores cognitivos, culturais e situacionais, além, é claro, das inclinações naturais de cada indivíduo. Estes fatores atuam como mediação entre a observação da violência na mídia (exposição) e a aprendizagem e manifestação de comportamentos agressivos. Modelos violentos de comportamentos adquiridos durante a infância podem vir a ter efeitos bem mais tarde na adolescência ou idade adulta, mas isso vai depender de todo o conjunto de características da pessoa e do seu meio ambiente. Este tipo de influência de "efeito retardado" é praticamente impossível de verificar pela pesquisa experimental.¹

O objetivo de nossa pesquisa não é de modo algum verificar a relação entre conteúdos violentos transmitidos pela televisão e comportamentos agressivos. O que se pretende é estudar as formas pelas quais a televisão atua no processo global de socialização, fornecendo modelos de comportamento, e princípios morais socialmente desejáveis. Estas formas de atuação do meio televisivo na socialização são aqui estudadas a partir do discurso que as crianças e adolescentes elaboram sobre a televisão e suas mensagens.

Partimos da evidência de que a televisão é o meio de comunicação mais freqüentado pelas crianças no Brasil urbano e que esta importância por si só já define seu papel no processo de socialização, como agência institucional concorrente da escola.

Se sabemos que as crianças

gastam cotidianamente frente à tela tanto ou mais tempo do que permanecem na escola, estamos ainda longe de conhecer as formas como estas crianças assimilam os conteúdos transmitidos pela televisão, quais os símbolos e representações que elas incorporam mais facilmente em sua consciência e como elas reelaboram estas mensagens integrando-as em suas ações.

Nosso estudo, de caráter exploratório, buscou confrontar as crianças, dentro do quadro escolar, com certas mensagens televisuais, solicitando, imediatamente após a exposição, que elas reelaborassem sua compreensão e elaborassem suas opiniões sobre estas mensagens, através de respostas a um questionário. Além disto, foram desenvolvidas atividades de educação artística (música e teatro) onde as crianças deviam organizar uma representação relacionada com os conteúdos assistidos.

A pesquisa, a que chamamos de "Laboratório de televisão", visava, principalmente, explorar este campo tão complexo com o objetivo de construir instrumentos metodológicos para a realização de uma pesquisa posterior atingindo um número maior de sujeitos, de modo a possibilitar inferências mais seguras. Trabalhamos com 90 alunos de 8 a 16 anos e 8 professores da Escola Parque 304 Norte, durante dois meses. Exibimos 8 diferentes programas de televisão sobre os quais as crianças responderam aos questionários e realizaram atividades.

Este pequeno trabalho apresenta alguns dos primeiros resultados desta pesquisa, relacionados com a questão da violência.

RAMBO: UM SUPER-HERÓI DE VERDADE

Para muitos dos garotos de nosso estudo, Rambo existe de verdade: 38% acreditam que ele é real. Mas a maioria das crianças (62%) não se deixa enganar, respondendo que Rambo não existe, é apenas um personagem de ficção, "um mito", "uma lenda". Den-

tre estes, mais da metade (52%) explica porque Rambo não existe na vida real, reafirmando o caráter fictício do personagem, sua irrerealidade. Alguns percebem com clareza o simulacro, afirmando que é tudo "mentira" ou "fantasia". Outros indicam a técnica como prova de irrerealidade: "é apenas um desenho (animado) que alguém desenhou". (Cyntia, 9 anos)

Outras crianças apresentam argumentos baseados em princípios de realidade para demonstrar que Rambo não existe: "Nenhum homem poderia fazer o que ele faz no desenho" (Alessandra, 9 anos); "Se ele existisse não haveria as grandes organizações de ladrões". (César Roberto, 16 anos)

Mas esta questão se presta a confusões: "Mesmo sabendo que tudo o que ele faz é truque, ele é verdade". (Alexandre, 10 anos) Daniel Alexandre, 9 anos, também parece não ter as idéias claras sobre o que é realidade e ficção no que se refere a Rambo: "Nenhuma pessoa consegue fazer o que ele faz e ele é só um dublê". Neste caso, o dublê existe e é capaz das proezas e Rambo seria um personagem vivido por um ator. Como o programa mostrado pela pesquisa foi um episódio de desenho animado, esta resposta significa a evocação de um referencial mais amplo que inclui o conhecimento do super-herói através de outros meios: filme, revista ou brinquedo. Ou ainda, na maioria dos casos, outro programa de televisão. Aliás, este conhecimento do personagem Rambo, a partir de outra fonte que não o desenho animado, é usado por outras crianças como prova do contrário: o fato de ter visto o personagem vivido pelo ator (em carne e osso e não em desenho) funciona como prova da existência real de Rambo. Muitos dos alunos estudados (30%) misturam o personagem Rambo (que acabaram de ver em desenho animado) com o ator (Silvester Stallone) que eles já viram em alguma outra oportunidade (cinema, revista ou televisão). Aqui é clara a confusão entre ficção e realidade; a existência real do ator é percebida e afirmada como prova ou garantia de existência do personage-

gem. Apenas 6% das crianças afirmam claramente esta diferença entre personagem e ator.

Esta existência real do ator, porém, é dada por um meio de comunicação (na maioria dos casos, a televisão), já que nenhuma criança viu pessoalmente o ator Silvester Stallone. Isto nos revela com clareza a credibilidade atribuída pelas crianças à informação difundida pela televisão. "Ver na televisão" funciona como garantia de realidade, sempre que se consiga fazer a distinção entre o caráter real ou fictício das imagens da tela, o que às vezes é difícil para as crianças menores. No caso de Rambo a admiração pelo herói e seu grande carisma e poder identificador podem levar a criança a desejar que ele exista, atribuindo-lhe um caráter real totalmente ilusório.

A confusão entre o real e o fictício na televisão é um problema típico, comum às crianças menores e tem sido estudado em várias pesquisas. L. Lucart, psicóloga francesa, trabalhando com crianças de idade pré-escolar, assinala esta ambigüidade característica das relações do público infantil com a tela.² As crianças menores não conseguem fazer a diferença entre imagens que são representação direta do real (por exemplo, as notícias do telejornal) e imagens que representam personagens e situações fictícias. A característica comum destes diferentes tipos de imagens – o fato de serem imagens de televisão – confere às mensagens ora um caráter real, ora um caráter fictício. Para se defender do medo causado por um personagem ameaçador, por exemplo, as crianças se tranquilizam atribuindo-lhe um caráter fictício, ao mesmo tempo personagens simpáticos tendem a adquirir um caráter real dado pelo mesmo critério de credibilidade atribuído à televisão.

É interessante notar que em muitas das respostas, onde está presente a confusão entre o ator e o personagem Rambo, as crianças indicam como razão de existência real do super-herói o fato de já terem visto Rambo no programa "Viva a Noite".

Ora, neste programa, que vai ao

ar todos os sábados à noite, podia-se ver muitos candidatos a Rambo, já que aí se realizava um concurso de beleza masculina onde os candidatos deviam representar Rambo. No entanto, algumas crianças apelam para este programa como prova da existência do personagem, configurando a dificuldade de estabelecer com segurança a distinção entre ficção e realidade nas mensagens televisuais:

"Porque eu vejo todos os sábados no programa do Gugu". (Eva Maria, 16 anos)

"Porque ele aparece no Gugu". (Cynthia, 9 anos)

"Você pensa que no concurso Rambo do 'Viva a Noite' os Rambos são bonecos? (Desyrée, 9 anos.)

A maioria, no entanto, não acredita que Rambo existe, como vimos anteriormente. Porém, mesmo afirmando que o super-herói é fictício, esta maioria de crianças nem por isso escapa ao fascínio sedutor do super-herói. Perguntados se gostariam de participar de uma aventura com Rambo, 65% das crianças estudadas responderam afirmativamente, atribuindo deste modo ao personagem o caráter real que havia sido negado anteriormente.

As razões indicadas pela maioria das crianças (55%) para explicar esta atração por uma aventura com Rambo refletem diretamente os valores difundidos sem cessar pelos milhares de personagens da telinha: a busca de emoções fortes, o gosto do suspense, a valorização do divertimento. Valores típicos da sociedade contemporânea onde o consumo de massa é fundamental e a mercadoria cultural deve criar e manter cativos os milhões de consumidores.

Um grupo menor de crianças (16%) se refere às qualidades de Rambo para explicar porque gostaria de participar de uma aventura com o super-herói:

"Ele é muito bonito". (Cynthia, 9 anos)

"Porque eu o acho maravilhoso". (Joana, 13 anos)

"Além de ser um gato é valente". (Élida, 14 anos)

"Ele é o galã das crianças". (Gerson, 11 anos)

Em alguns casos a identificação é explicitada claramente:

"Porque eu queria ser um super-herói". (Cleyton, 10 anos)

Entre os 35% de crianças que, mais realistas, responderam que não gostariam de participar de uma aventura com Rambo, algumas (12%) reafirmam o caráter fictício do personagem ou de tais situações:

"Ele é uma fantasia". (Júlio César, 10 anos)

"Este tipo de aventura não existe". (Denise, 13 anos)

Mas há outros (11% do total, isto é, 10 crianças das quais 7 são meninas e 7 estão entre os menores de 11 anos) que dizem que não gostariam de participar de uma aventura com Rambo porque teriam medo ou porque consideram perigoso, arriscado. Novamente aqui a ficção se confunde com a realidade e a sensação de medo que as cenas de violência provocam nos espectadores mais jovens, ou mais sensíveis (caso das meninas, talvez), fazem-nos recusar a hipótese mesmo imaginária de viver tais situações.

RAMBO É AMIGO DE TODOS

Rambo é um herói forte, porém natural: é um homem e não um robô, ou um personagem sobrenatural dotado de poderes mágicos como é o caso de He Man, por exemplo. Sua força e habilidades extraordinárias são resultados de um longo treinamento e de uma disciplina férrea. Ele faz parte de uma força bélica de elite – a força da liberdade – acionada pelo governo sempre que uma questão muito grave torna necessária uma intervenção muito arriscada e exigindo muita força e inteligência.

Ao contrário de outros super-heróis dos desenhos animados difundidos pela televisão no Brasil, Rambo é um herói de carne e osso, sem poderes mágicos, cujas qualidades estão teoricamente ao alcance de todos. Um personagem com alto poder de atração de identificação, portanto.

No episódio utilizado para nossa pesquisa, mais uma vez Rambo é chamado a defender a pátria, pondo sua força, coragem e inteligência a serviço do bem – a humanidade, a pátria, a sociedade – ameaçados pelos eternos e imutáveis agentes do mal. Sua missão é salvar um cientista, prêmio Nobel de física e conhecedor de um segredo mortal: uma forma poderosa de

RAMBO: "A ARMA MORTAL"

Num congresso que contava com a presença especial do ganhador do prêmio Nobel de física, o Dr. Kansigton, ocorreu uma explosão simulada com o objetivo de sequestrar o físico vencedor, que descobriu que com a fusão de nêutrons era possível criar grande produção de energia para fins pacíficos. O general Orlock capturou-o para utilizar sua descoberta para fins maléficos.

A "Força da Liberdade" vai à procura de Rambo para pedir que recupere o Dr. Kansigton, dado o objetivo que os sequestradores querem dar à arma secreta.

Em sucessivos combates com o inimigo (sequestradores do Dr. Kansigton), Rambo encontra-se em várias situações de perigo, tais como: numa rodovia montanhosa, seu carro era seguido por um caminhão. Rambo pula para o caminhão e briga com o motorista, provocando a queda do caminhão num precipício. Rambo se salva e ainda consegue capturar o inimigo. Frente às perguntas de Rambo, o inimigo informa o possível paradeiro do cientista: uma certa casa funerária.

Ao chegar à funerária, Rambo vê os sequestradores saindo com um caixão em direção à estação de trem. Os sequestradores tentam eliminar Rambo atacando-o com duas motocicletas. Rambo toma posse de uma delas e persegue o caminhão que estava com o caixão. Ao perceberem o fato, os sequestradores atiram em Rambo, porém este sai ileso. Ao observar que Rambo se livrara de todas as armadilhas, um dos sequestradores afirma: "Se não podem vencê-lo, joguem uma bomba". Jogam a bomba e mais uma vez ele se livra, caindo numa moita. E os sequestradores escapam. E Rambo afirma: "o primeiro round vocês venceram, mas a luta não acabou".

Rambo e seus amigos se dirigem à estação de trem em busca do caixão, mas ele tinha sido enviado há meia hora. Rambo alcança o trem de helicóptero. Rambo defronta-se com um dos sequestradores em cima dos vagões do trem. Os dois caem no rio e Rambo salva o inimigo, levando-o até a margem. O helicóptero resgata Rambo.

Rambo e seus amigos se dirigem à estação de chegada do trem, onde descobrem que os sequestradores se dirigiam a um iate. Assim, eles foram ao porto. Rambo está agora frente a frente com o conde Wladimir, travando-se uma luta entre os dois. O conde Wladimir consegue escapar, ao mesmo tempo que nada acontece a Rambo, que o persegue utilizando uma lancha. O conde lança uma série de tonéis provocando uma explosão, mas Rambo consegue escapar ileso.

Por meio do signo de um anel usado pelo conde Wladimir como arma mortal no confronto descrito anteriormente, Rambo descobre onde está e quem é o dono do anel: o castelo Wladimir nas montanhas de Moldávia, pertencente ao conde Wladimir.

Eles conseguem chegar ao castelo disfarçados de ciganos. Posteriormente, Rambo consegue subir ao castelo utilizando-se de um balão. Rambo se prepara para a luta com os mesmos gestos estereotipados de sempre (close dos músculos, amarra a bota, coloca a faca na cintura, a faixa na cabeça, prepara a arma, com uma música especial que identifica e busca criar um clima de empatia com o personagem). O balão sobe levando Rambo ao castelo.

Os sequestradores vêm o balão e atiram nele. Rambo consegue escapar segurando-se num penhasco, entrando numa caverna. A caverna estava cheia de armadilhas, mas Rambo escapa de todas.

Nesse interim, o conde Wladimir tenta extrair informações do físico através de tortura. O físico se recusa pois a revelação do segredo ocasionaria a destruição de milhares de vidas. Rambo aparece, para surpresa do conde. Trava-se uma luta entre os dois e Rambo vence, salvando o cientista da morte.

Rambo foge com o cientista, tentando achar uma saída do castelo. No caminho se defronta com muitos guardas, mas consegue eliminá-los. Chegam a uma sala que não apresentava possibilidade de salvação, mas Rambo vê um canhão e decide criar uma bomba com vários objetos que se encontram na sala, atirando contra os guardas.

Ao constatar que não havia mais solução para o seu intento, o general foge de helicóptero, abandonando seus asseclas.

A trama termina com o diálogo entre Rambo e o cientista, onde o cientista indaga a razão de pessoas quererem transformar uma descoberta científica, criada para fins pacíficos, numa arma mortal. Rambo responde: "Sempre haverá gente como o general, que quer corromper as coisas e usá-las em proveito próprio. Um intento maléfico, cabe a todos nós não deixarmos que isso aconteça".

produzir energia que, usada para fins maléficis, poderia causar grande destruição. O físico foi seqüestrado pelo eterno inimigo nº 1 de Rambo (da pátria, da sociedade, da humanidade): general Orlock, um militar renegado, que pretende arrancar o segredo do cientista pela tortura e construir uma arma fatal. Cabe a Rambo a missão quase impossível de salvá-lo. (Ver sinopse no box.)

Esta aventura do super-herói é narrada em 22 minutos, através de uma sucessão de imagens e sons vertiginosamente encadeados onde se alternam situações de extrema violência (explosões, tiros intensos, lutas corporais) com diálogos explicativos, sumariados e simplificados, pobres em detalhes, imaginação e até mesmo em vocabulário.⁴

Em sua missão, Rambo perde várias batalhas, mas persegue seus inimigos e vence a batalha final, decisiva, em campo adversário: num castelo medieval cheio de armadilhas fatais.

O significado moral desta mensagem televisual, como muitas outras do mesmo tipo, é que a violência pode ser o único meio de se defender o bem (este em geral identificado diretamente com a autoridade, no caso de Rambo o governo e seus exércitos, no caso de He Man o rei e a rainha) e por isso deve ser utilizada. A idéia de que fins justos justificam quaisquer meios está presente do início ao fim deste discurso.

As ações de Rambo são apenas a resposta justa, a intervenção necessária para restabelecer a ordem das coisas ameaçada pelos inimigos da sociedade. A violência do herói é incorporada como natural, meio necessário e justificado pela qualidade dos fins sempre nobres. Seja para salvar seus amigos, seja para servir à sociedade, humanidade, Rambo é identificado com o bem, suas virtudes são definidas por sua função simbólica: é o soldado do bem, protetor de todos contra as forças do mal.

Esta moralidade as crianças percebem com clareza e reelaboram a partir de seus universos pessoais. É importante ressaltar que a maioria das crianças compreende bastante bem o enredo da história e é capaz de acompanhar o encadeamento lógico das ações, embora não conseguindo, na maior

parte dos casos, rememorar todos os detalhes envolvidos em cada situação. Perguntadas as razões do seqüestro do cientista (isto é, o que estava em jogo na história), um grupo significativo de crianças (27%) não respondeu à questão e outros 12% responderam de modo incorreto. A maioria, no entanto, respondeu corretamente, porém de modo incompleto, isto é, não identificando todos os detalhes da situação. Apenas 6% dentre todas as crianças conseguiram responder corretamente à pergunta, referindo o segredo conhecido pelo cientista e os objetivos maléficis dos seqüestradores. A maioria que respondeu corretamente (56%) conseguiu rememorar apenas um ou outro destes elementos, mas não ambos.

Outra questão do teste de compreensão das situações complexas apresentadas pelo desenho animado se referia aos meios utilizados pelos seqüestradores para tirar o cientista do país: dentro de um caixão de defunto, primeiro através de trem e depois de barco. Aqui o número de respostas incorretas (22%) e incompletas (36%) cresce revelando que muitos detalhes da "organização técnica" do crime passam despercebidos para muitos dos espectadores mirins.

Os valores morais e os significados simbólicos todavia parecem ser bem assimilados pela maioria das crianças.

Confrontados com uma situação-limite – o cientista sendo torturado para contar o segredo ao inimigo – e convidados a se colocarem em seu lugar (se você estivesse na situação do cientista você contaria o segredo?), a grande maioria das crianças (75%) respondeu negativamente: não contariam o segredo, sacrificando-se pelo bem da sociedade, da humanidade. Estas respostas nos permitem inferir que as crianças identificam claramente os valores morais apresentados pela história e incorporam a moral social aí explicita, que recompensa a coragem na defesa dos fins nobres. A estes fins as crianças se referem genericamente como o "bem" sempre ameaçado pelas forças do "mal". As razões apresentadas para esta escolha se reportam em sua maioria (51%) a fins sociais e morais positivos: para salvar o mundo, a

pátria, a humanidade. Alguns buscam explicar seu sacrifício – resistir à tortura – pela maldade do inimigo.

Algumas respostas explicitam com clareza a forma como as crianças compreendem os valores apresentados pelo programa:

"Porque eu estaria traindo meu país". (Carlos Eduardo, 9 anos)

"Porque aquela informação prejudicaria a humanidade". (Luana, 13 anos)

"Porque se eu contasse o Brasil estaria em perigo". (Thereza Maria, 9 anos)

E há aqueles que se identificam totalmente com o super-herói: "Porque eu gosto de defender as pessoas". (Claudete, 12 anos)

Algumas crianças, no entanto, escapam a esta moralidade e consideram que a salvação da própria vida justifica a inconfidência: 15% das crianças contariam o segredo para salvar a própria pele. A idéia de que o fim justifica os meios se apresenta para estas crianças mais claramente integrada ao individualismo típico das sociedades contemporâneas: também os fins egoístas justificam meios violentos.

A moral geral da história, definida pelas razões indicadas pelas crianças para explicar a conduta do herói (Por que Rambo salvou o cientista?), é percebida e reelaborada em três direções: a maioria (39%) simplesmente se refere às qualidades do super-herói: Rambo salvou o cientista porque é bom, forte, inteligente, enfim, porque é o herói; outros (24%) explicam a conduta heróica de Rambo pelos fins sociais a que ele serve, apresentando razões sociais ou políticas (servir à pátria, salvar a humanidade); um outro grupo (21%) de crianças se deixa enternecer pela situação do cientista fazendo alusão ao perigo que ele corria ou ao segredo de que era conhecedor.

A admiração e a atração que este personagem da telinha provoca na maioria das crianças podem ser ilustradas pelas "redações" livres elaboradas pelos alunos imediatamente após a exibição do programa, em resposta ao seguinte enunciado: "Escreva 2 frases contando a aventura de Rambo que você viu hoje". Algumas ressaltam as qualidades morais do herói:

"Rambo conseguiu outra vez. Rambo é um herói." (Gerson, 11

anos)

"Rambo é um grande herói que cuida e defende o mundo. Existem pessoas que gostam de destruir a vida de todos." (Aparecida, 13 anos)

"Rambo salvou mais uma vida. Rambo é amigo de todos". (Rodrigo, 8 anos)

Outros enfatizam suas habilidades e coragem:

"Rambo foi muito corajoso. Eu gosto de Rambo". (Ana Virgínia, 9 anos.)

"Rambo é muito inteligente, não cai nas armadilhas. Rambo cai no rio, mas sobrevive". (Mariza, 9 anos)

"Rambo lutou com todo o mundo. Rambo é forte". (Suyehne, 10 anos)

Esta primeira análise do discurso infantil de recreação das mensagens televisivas nos revela que as crianças compreendem e incorporam em seu discurso os valores morais mais frequentes nas mensagens. Podemos perceber um efeito de *legitimação* de comportamentos e meios violentos desde que usados para a defesa de fins considerados socialmente positivos.

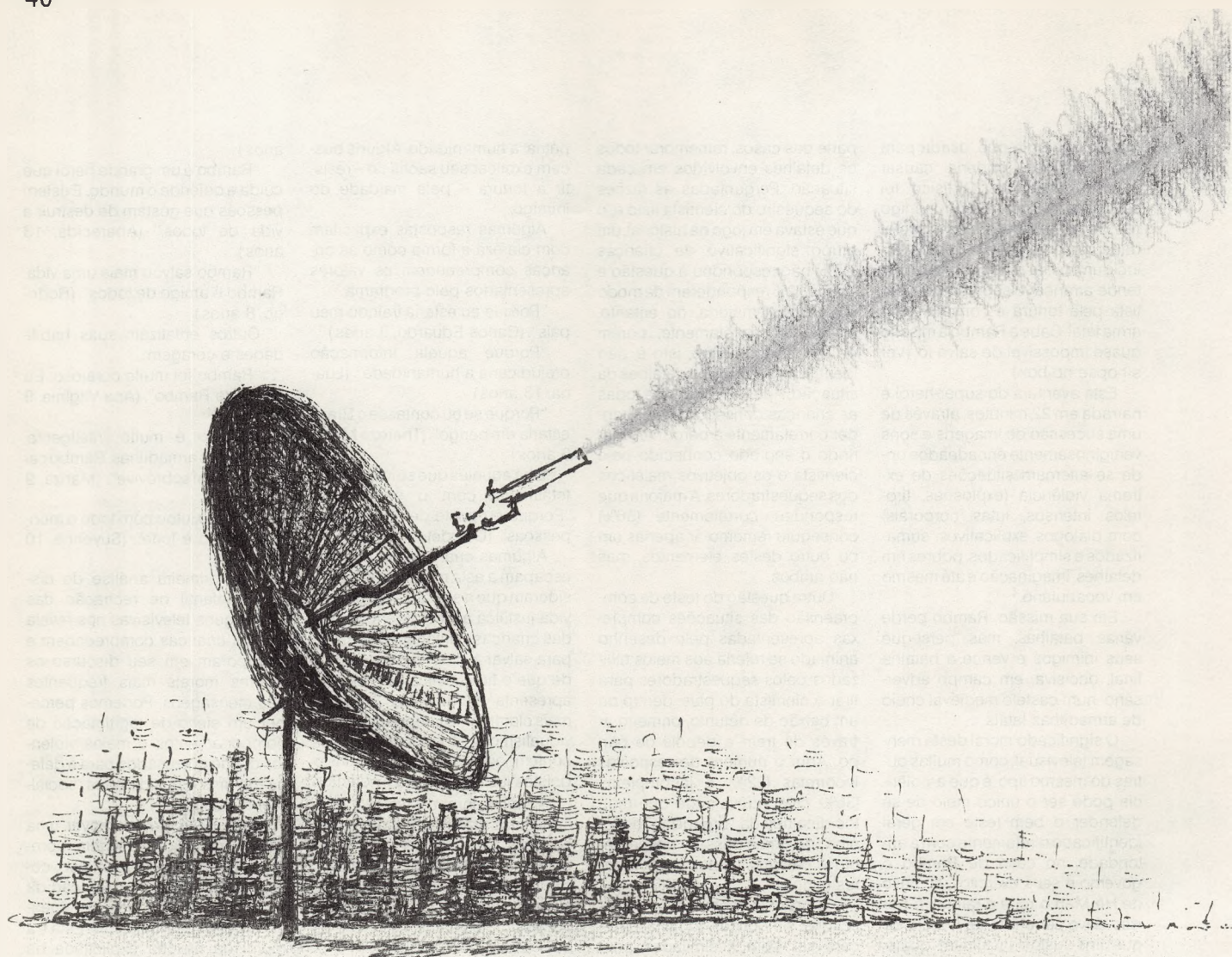
Além disto, parece haver uma *naturalização* da violência, apresentada como única solução, como necessária à manutenção da ordem social, eternamente ameaçada por forças maléficis. Esta é a moral da história explicitada na última fala de Rambo:

"Sempre haverá gente como o general, que quer corromper as coisas e usá-las em proveito próprio. Um intento maléfico, cabe a todos nós não deixarmos que isto aconteça".

A característica principal do herói é sua extraordinária força, habilidade e inteligência. É a sua capacidade de vencer os inimigos utilizando-se de todo o tipo de violência que o faz tão imprescindível à sociedade.

As virtudes de Rambo significam simbolicamente o elogio da violência. Naturalmente isto não significa necessariamente que a exposição freqüente a este tipo de mensagem provoque nas crianças comportamentos agressivos. Há os que resistem e que emitem opiniões críticas:

"Este desenho só mostra guerra e pra mim já vi muitas guerras no



Brasil e no mundo. Não gostei". (Sidnei, 13 anos)

Mas estas manifestações são bastante raras. As atividades de educação artística, realizadas logo após a exibição do desenho animado Rambo, mostraram que as crianças, sobretudo nas turmas menores, estavam mais excitadas, mais barulhentas e com mais dificuldades de se organizarem coletivamente do que em outras ocasiões, após a exibição de outros programas. □

Maria Luiza Belloni é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, com tese de doutorado em televisão educativa pela Universidade de Paris V e vem realizando pesquisa sobre televisão e criança desde 1984.

Texto apresentado na V Conferência Brasileira de Educação – Brasília, agosto/88.

Este texto não poderia ter sido realizado sem a colaboração dos professores da Escola Parque 304 norte de Brasília, especialmente aqueles que participaram da pesquisa durante o 2º semestre de 1987, cuja paciência e empenho o tornaram possível.

Referências Bibliográficas e Notas

1. A literatura sobre o assunto é extremamente vasta. Ver por exemplo: Liebert, Neale e Davidson – *The Early Window*. New York; Pergamon Press Inc., 1973. M. J. Chombart de Lauwe – *Enfants de l'Image*. Paris, Payot, 1979. L. Lurçat – *Les jeunes enfants devant les apparences télévisuelles*. Paris, ESF, 1984; e o Vol. 42, nº 3, do *Journal of Social Issues*, 1986, dedicado ao tema.
2. L. Lurçat. Op. cit., cap. 2, p. 52.

3. M. L. Belloni. *Reflexões sobre a mídia*. Brasília, Série Sociologia nº 69/1988, Deptº Sociologia/UnB, mimeo.

4. Aliás a pobreza do vocabulário empregado na programação televisual dirigida a crianças é assustadora. Considerando que as novas gerações lêem muito pouco, é legítimo pensar que o repertório linguístico destes jovens vem se tornando cada vez mais reduzido.

Abstract

MAKE-BELIEVE HEROES AND REAL VIOLENCE

Much as been written on the subject of violence in the media and its possible influence on aggressive behaviour. Psychologists with the most varied theoretical leanings have used a plethora of methodo-

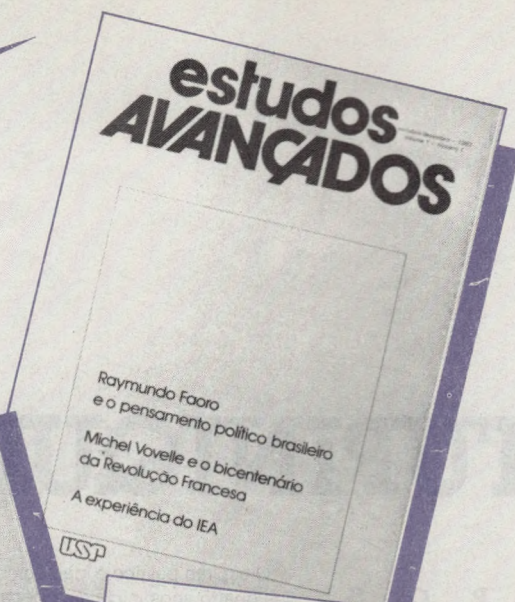
logical approaches in striving to answer the crucial question: can representations of violence abet aggressive behaviour in spectators?

Resumen

EL HÉROE DE LA MENTIRA Y LA VIOLENCIA DE LA VERDAD

Se ha escrito mucho sobre el tema de la violencia en los medios de comunicación y su posible influencia sobre conductas agresivas. Psicólogos, con diversas orientaciones teóricas, han buscado, a partir de diferentes abordajes metodológicos, responder a una pregunta crucial: ¿las representaciones de violencia pueden motivar una conducta agresiva en los espectadores?

Já à venda



Revista quadrimestral, com artigos já publicados de:

RAYMUNDO FAORO
MICHEL VOVELLE
OCTAVIO IANNI
AGUSTÍN CUEVA
JOSÉ PAULO PAES
RICHARD M. MORSE
JOHN KENNETH GALBRAITH
BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
FLORESTAN FERNANDES
FRANCISCO J.C. FALCON

Nos próximos números estarão presentes:

ALFREDO BOSI
JACOB GORENDER
PAULO AUTRAN
SAMUEL MACDOWELL
SILVIANO SANTIAGO
JOSÉ GALIZIA TUNDISI
PAUL SINGER
BENTO PRADO JÚNIOR
GABRIEL ZAID
AZIZ AB'SABER

além de vários outros intelectuais de significativa projeção acadêmica.

REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS: EM BUSCA DA CONTEMPORANEIDADE PERDIDA

O Instituto de Estudos Avançados da USP é uma unidade especializada, criada em 1986, que se propõe a desenvolver um novo conceito de atuação acadêmica: um espaço de reflexão interdisciplinar e multidisciplinar.

A Revista ESTUDOS AVANÇADOS, é uma publicação que pretende veicular a produção interna elaborada no IEA, bem como expressar uma certa contemporaneidade buscada pelo Instituto, que esteja em sintonia com a produção científica e cultural de "ponta" atualmente existente.

INFORMAÇÕES:

Instituto de Estudos Avançados da USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, travessa J, 374 – Térreo
Cidade Universitária – 05508 – São Paulo – SP
Tels.: 212-9421, 211-0011 (r. 276 ou 261)

REVISTA
**estudos
AVANÇADOS**

O SACI TUPINIQUIM NA

P O T I C A M P O S

O PERERÊ E SUA TURMA NÃO SIGNIFICARAM APENAS TEMÁTICA E ESTÉTICA NACIONAIS PARA A LINGUAGEM DOS QUADRINHOS. ERAM A RESPOSTA AO DESIGUAL VOLUME DA INDÚSTRIA CULTURAL COLONIZANTE ATRAVÉS DE COMPETÊNCIA E ENGAJAMENTO, VENDENDO 150 MIL EXEMPLARES MENSALIS. A REVISTA PROVOU QUE AS MASSAS SABEM SABOREAR BISCOITOS FINOS E POPULAR PODE SER MAIS SOFISTICADO DO QUE SE PENSA.

ILUSTRAÇÃO DE ZIRALDO

O espírito político e ideológico dos quatro anos iniciais da década de 60 foi encarnado pelo populismo e o nacionalismo. Em abril de 1964 encerrava-se a luta pela consolidação de um modelo capitalista nacional contra o avanço do grande capital estrangeiro. Até então, num processo iniciado nos idos de 1930, era imprescindível o apoio das massas populares para a concretização de um modelo econômico, social e político independente. Tal prática política e ideológica exerceu, e ainda hoje exerce, extraordinária influência em diversos aspectos da vida brasileira.

As manifestações artísticas e culturais daqueles anos não estiveram, de modo algum, alheias a esta influência. Dizia-se que "fora da arte política não há arte popular". Era o momento do Cinema Novo e da Bossa Nova, que, não por coincidência, tinham ambos o determinante novo/nova em seus nomes. Ambos procuraram soluções estéticas livres dos moldes colonizadores para o cinema e a música brasileira. Era também o momento do Centro Popular de Cultura da UNE: "para nós tudo começa pela essência do povo (...) se não se parte daí não se é nem revolucionário, nem popular, porque revolucionar a sociedade é passar o poder ao povo". No teatro encontraremos manifestações semelhantes, ocorrendo o mesmo na educação, com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. E as histórias em quadrinhos igualmente seguiriam o mesmo caminho. Na capital gaúcha surge a Cooperativa Editora de Trabalhos de Porto Alegre, afirmando em seu primeiro editorial:

"A CETPA é o resultado da luta desenvolvida há anos por desenhistas e argumentistas no anseio de produzirem histórias em quadrinhos brasileiras, identificadas

com nossos hábitos e costumes (...) o espírito da CETPA não é de xenografia nem de restrição, e, sim, um legítimo ato de defesa de nossos artistas, ora esmagados pela avalanche de material importado".

Esta é a época em que a revista *Pererê* surge e destaca-se. Ziraldo começou a explorar o mito do Saci nas páginas semanais de *O Cruzeiro*. A revista *Pererê* seria lançada em outubro de 1960, com periodicidade mensal. A questão do nacionalismo revelar-se-ia presente desde a produção editorial, conforme declarou Ziraldo: "A revista daria muito mais trabalho que suas concorrentes estrangeiras (...) que já vinham dos Estados Unidos com os filmes de cor já prontos, só faltando a tradução e as letrinhas (...). O *Pererê* iria exigir um volume de produção bem maior, muito mais trabalho, muito mais gente, arte-finalistas, fotógrafos, selecionadores de cor, gravadores, etc. Mas os anos sessenta começavam no Brasil, com uma grande euforia nacional, todo mundo entusiasmado com a idéia de fazer deste país uma grande nação, com cultura própria, pensamento próprio. Essa idéia era animadora e contagiante e, de uma certa forma, atingia a todos. A verdade é que apesar de todas as dificuldades, todo mundo entrou com o maior ânimo na história".

O *Pererê* foi a primeira revista em quadrinhos totalmente brasileira, em cores, e dedicada toda eila a um só personagem e sua turma. A vendagem foi respeitável, chegando a 150 mil exemplares mensais. Para se ter uma idéia, os personagens de Disney e Maurício de Sousa vendiam, mensalmente, em torno do mesmo número em 1984, vinte anos depois, portanto.

Aliás, Maurício de Sousa e Disney eram os concorrentes de Zi-



SELVA DE DISNEYWORLD



raldo na luta pelo espaço infantil das bancas de revistas. Havia ainda Margie (Luluzinha, Bolinha) publicados pela mesma editora do Pererê (O Cruzeiro). Mas a produção do mineiro Ziraldo seguia caminhos diferentes de seus concorrentes estrangeiros e mesmo de Maurício de Sousa, na época muito influenciado por Margie. Percorrendo a estrada aberta por Monteiro Lobato, "Ziraldo respondeu

e da defesa de nossos costumes e expressões seria uma constante no Pererê. Inúmeras histórias serviriam como ilustração. Em *Festa na aldeia*, a turma da Mata do Fundão comemora o dia nacional dos Parakatokas, tribo do índio Tininim. Decididos a construir uma aldeia indígena para homenagear Tininim, os amigos do Saci reúnem uma verdadeira parafernália de índios norte-americanos. Galileu traz

concurso de televisão... por quê? Você tem alguma coisa contra?"

Se há originalidade temática em Pererê, há também originalidade no desenho de Ziraldo, consagrado não somente pelas histórias em quadrinhos, mas principalmente por charges, cartuns e ilustrações que o autor vem realizando há mais de três décadas.

Na estrutura narrativa da série, destacamos a utilização da onomatopéia.



(...) à questão da(s) cultura(s) brasileira(s) com uma prática cujos efeitos ideológicos atenderam ao momento histórico de forma concreta". Tudo no Pererê é genuinamente tupiniquim.

Buscando a desmistificação da realidade nacional, a temática de Ziraldo desenvolve-se por exemplo em torno da "politicagem de nossos homens públicos", da sociedade de consumo, da arte concreta, da indústria milagreira, da alta sociedade, dos programas de televisão, da neurose urbana, das greves, da especulação imobiliária e das transamazônicas desmatadoras. Há histórias onde o tema é a luta contra a colonização cultural. A *Volta do Tarzan* é uma destas. Nesta aventura, Pererê e sua turma, fascinados pelo mito de Hollywood, vêm-se às voltas com um Tarzan decadente que tenta instalar uma empresa cinematográfica na *Mata do Fundão*, universo especial da série. O personagem forâneo "concede" papéis humilhantes e coloniais para os amigos do Saci: o macaco Allan, por exemplo, seria a Chita, a onça Galileu, o Leão-da-Metro, e o Saci, o carregador preto no safari branco. O tema da colonização cultural

um tomahawk, Geraldinho uma tenda pele-vermelha, Allan um cachimbo da paz, Pedro Vieira e Moacir um totem, objetos que todos haviam ganhado em concursos de televisão. O Saci fica indignado: "O próximo que ganhar um concurso de televisão aqui na turma não fala mais comigo!" E no quadrinho seguinte, ele explica: "Nós vamos fazer uma aldeia pro Tininim, mas uma aldeia de índio brasileiro!!!" Então, com a intervenção do Pererê, é construída uma verdadeira maloca, com ocará, oca e plantação de mandioca. Uma aldeia erguida com bambus, embiras, sapé, cipó de corda, taquara e folha de palmeira. No final, surge uma aldeia "pra nem o Villas-Boas botar defeito", como diz o Saci. A última página, explorando o recurso do corte gráfico (a passagem da página ímpar para a página par), está ocupada em mais da metade por um quadro onde surge o índio Tininim vestido com uma roupa digna do mais glorioso Apache, Sioux ou Cheiene, com Tomahawk, mocassim e cachimbo da paz: "How, pessoal", diz ele. O Saci fica estupefato: "Tininim... pelamordedeus! Onde foi que você arranhou essa roupa?" E Tininim ingenuamente responde: "Ganhei num

matopéia. Nos quadrinhos, o ruído expresso pela onomatopéia tem menos função sonora do que visual. Nos quadrinhos de todo mundo, o uso criterioso deste recurso de linguagem tem sido uma característica dos verdadeiros mestres, como Will Eisner e Hergé. No caso brasileiro, Ziraldo desponta como importante expoente na exploração estética do ploft, bum, zzzz, etc. Ziraldo introduziu novas onomatopéias, e, seguindo bem o espírito nacionalista, fez com a onomatopéia o mesmo que fez com as palavras estrangeiras: aportuguesou-a. O beijo, sonoriado pelo smack, virou mtchm. O crack dos objetos partindo-se, tornou-se crás. Splash (pessoa ou objeto caindo na água) foi substituído pelo tchá. E por aí afora. Ziraldo não foi o único a fazer isto. Muitos outros desenhistas e argumentistas brasileiros adotaram uma grafia onomatopaica mais pertinente à língua portuguesa. Entretanto, salientando o que já afirmamos anteriormente, poucos no Brasil souberam aproveitar com tanta maestria o recurso onomatopaico. A exemplo do que já havia feito em *Capitão América*, um episódio de uma outra sua série – *Os Zeróis* –, Ziraldo utiliza

muitas vezes a onomatopéia como o elemento determinante da ação, ou seja, o desenrolar da aventura e ação dos personagens está na perspectiva da onomatopéia.

Assim como o **Pato Donald** e a **Mônica**, o **Pererê** também tem a sua turma. A maior parte são animais da fauna brasileira. Na Mata do Fundão, situada provavelmente no interior de Minas Gerais, há duas turmas: a do **Saci** e a do **Ru-**

ma as mais incríveis arapucas para pegar o **Galileu**, pois "caçador de onça que num inventa, caçador de onça que mata ela com tiro de garrucha, num é caçador! É um assassino de onça!" E ele sempre se dá mal. Mas não desencana: "eu ainda pego, esfrego, esfolo esse diabo dessa onça." Tônico é o apelido do pai da Vilma, mulher do Ziraldo. Interessante observar que a disputa **Compadre Tônico** x

relo, de Monteiro Lobato.

Algumas histórias têm ainda o que poderíamos chamar de artistas convidados. São pessoas reais e ficcionais, algumas realmente aparecem nas páginas da revista, outras são citadas e outras parafraseadas: **Rui Guerra** surge como **Rui Batalha**. A lista é imensa; eis alguns: **Nara Leão**, **Harry Belafonte**, **Vicente Celestino**, **Garrincha**, **Nat King Cole**, **Portinari**, **Ca-**



fino. O personagem que existe em uma, encontra oponente em outra, como, por exemplo, a relação **Saci/Rufino**, este último chefe da outra turma, carioca bom de samba e que, seguidamente, divide com seu contrário a simpatia da **Boneca de Piche**, uma gracinha preta, pretinha.

Grande amigo do **Pererê** é **Tininim**. Ziraldo batizou todos os personagens da revista com nomes de seus amigos de infância. **Tininim**, além de ter seu nome tirado de um indiozinho **txucarramãe**, é uma homenagem ao falecido jornalista **Etienne Filho**, chamado **Tininim** pelos amigos.

Galileu, considerado por **Mocyr Cirne** a "criação máxima da revista", é uma onça muito camarada. O típico bom sujeito, simpático fanfarrão, homônimo de um procurador do **DNER**, **Galileu** está "sempre disposto a ajudar a todos, inclusive ao **Compadre Tônico**, próspero fazendeiro das imediações da Mata do Fundão e caçador de onças. Evidentemente, seu maior sonho é pegar o **Galileu**, mas "com arte". Segundo o **Compadre**, "para esse negócio de caçar onça, uma boa cultura é muito importante!" **Compadre Tônico** ar-

Galileu não desperta no leitor o sentimento usual deste tipo de relação: a simpatia pelo perseguidor. **Tom e Jerry**, por exemplo. De tanto o **Tom** levar a pior, o leitor acaba ficando com ele. O mesmo ocorre com **Tio Patinhas** e os **Irmãos Metralha**, **Lobo Mau** e os **Três Porquinhos**, e inúmeros outros casos.

Geraldinho Alves, um coelho, é o caçula da turma e seu nome uma homenagem ao irmão caçula do autor. Muito inquieto, todos os dias decide a profissão que vai ter quando crescer: médico, jogador de futebol, cada dia uma coisa. Extremamente nacionalista, não admite que os coelhinhos entreguem ovos de Páscoa: "isso é coisa de galinha norte-americana".

Há muitos outros personagens: o macaco **Allan** (homônimo do escritor **Alan Viggiano**, da **Academia Brasileira de Letras**); o jaboti **Mocyr**, o único com emprego certo — carteiro; **Pedro Vieira**, um tatu; a indiazinha **Tuiuiú**, namorada de **Tininim**; **Seu Neném**, fiel companheiro do **Compadre Tônico**; **Mãe Docelina**, uma preta gorda e bonachona, mãe de criação do **Saci** e doceira de mão cheia, como a **Tia Nastácia** do Sítio do **Picapau Ama-**

mões, **José de Alencar**, **Jean-Paul Belmondo**, **Cortez**, **Estácio de Sá**, **Pelé**, **Gary Cooper**, **John Wayne**, **Lewis Carroll**, **Monteiro Lobato**, **Maria Esther Bueno**, **Edgar Allan Poe**, **Brigitte Bardot**, **Tancredo Neves**, **Tarzan**, **Charlie Chan**, **Brucutu**, **Tupac Pachacutec**, **Branca de Neve**, **Batman** e **Robin**, e muitos outros.

Foram publicados 43 números do **Pererê**, o último saindo em abril de 1964. Segundo Ziraldo, a revista terminou por motivos econômicos. Em 1976 houve uma nova edição da série. A editora era a **Abril** e a experiência durou 10 meses. Embora os motivos que levavam ao encerramento tenham sido econômicos, as transformações políticas verificadas deixaram suas marcas no **Pererê**. Na experiência editorial de 1960/64 havia um personagem, o **General Nogueira**, uma coruja muito sábia, dona de uma formidável biblioteca e que se referia ao **Aurélio Buarque de Holanda** como "meu colega". Quando a série ressurgiu em 1976, o **General** retornou reformado e com o título de professor. Seu oponente na turma do **Rufino** — **Marechal** — desapareceu sem deixar vestígios. □

QUEM É O SACI-PERERÊ

O Saci, personagem mitológico brasileiro, é definido por Luis da Câmara Cascudo como uma "entidade maléfica em muitas, graciosa e zombeteira noutras oportunidades (...) pequeno negrinho, com uma só perna, carapuça vermelha na cabeça, que o faz encantado, ágil, astuto. Amigo de fumar cachimbo, de entrançar as crinas dos animais, depois de extenuá-los em correrias, durante a noite, anuncia-se pelo assobio persistente e misterioso, inalocizável e assombrador (...) diverte-se criando dificuldades domésticas".

O mesmo autor observa que o Saci, na Amazônia, é mito ornitomórfico e não andromórfico, como é comum nos estados do Sul. "O Saci-Pererê, negrinho que não ultrapassaria 50 cm de altura, inexistente no Norte e Nordeste, tem seu nome originário dos tupi-guaranis, e sua jornada criadora na direção Sul-Norte coincide com o roteiro das migrações tupis, o que poderá significar que nasceu dentro da cultura desses indígenas".

O saci ziraldiano seguiu o eixo proposto por Monteiro Lobato, que um pouco se afasta da mitologia original para penetrar no imaginário infantil, tendo como base o aspecto de brasilidade. Segundo o modelo de Lobato, o Saci encontra sua força no barrete vermelho; grande amigo das pessoas, principalmente das crianças, como todo o mito, "o saci contém uma verdadeira sensibilidade poética".

Como surge o mito do Saci-Pererê? Numa história de 1976, intitulada *Um pai para o Saci*, onde o problema é descobrir para quem o Saci dará um presente no dia dos pais, Ziraldo, ou melhor, sua personagem, a sábia coruja **Professor Nogueira**, assim nos conta:

"Antes do Brasil ser descoberto, os índios brasileiros já conheciam um passarinho chamado laci laterê. Era um passarinho preto, que pulava de árvore em árvore, e pousava nos galhos com uma perninha só. Ele tinha cabecinha vermelha e era ventríloquo. Ele cantava de um lado da mata e se ouvia do outro. Assim ele fazia o índio se perder na floresta, e, com isso, o índio não conseguia caçar direito. Para o índio, o laci laterê era um diabinho da caça.

"Depois vieram os escravos negros e aí, quando aprenderam as histórias da terra, misturaram tudo e transformaram o pássaro num negrinho de uma perna só. Sua cabecinha vermelha, numa cabeça de fogo. E já que tinham recriado o laci laterê com o seu jeito, o velho escravo contador de histórias botou um pito igual ao seu na boquinha dele.

"Depois foi a vez do português, que transformou a cabeça de fogo do negrinho num gorro daqueles dos pescadores de Nazaré, e aproveitando que o escravo, na sua língua diferente, já tinha arrevesado o nome do laci laterê todo, batizou-o de Matinta-Pereira.

"Depois reorganizaram tudo e, do português, do negro e do índio guarani nasceu esse menino mágico que hoje conhecemos como Saci-Pererê".

Só para vocês não ficarem curiosos, a história termina com os personagens da Mata do Fundão deduzindo quem é o pai do Saci. No último quadro, o Saci, auxiliado por seus amigos, distribui presentes para uma fila de pessoas que se perde na linha do horizonte. Pensa o Saci: "Muito bacana! Mas eu dava tudo para saber quem foi que inventou essa história de que meu pai é o povo brasileiro."

Poti Campos é estudante de jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, publicitário e apaixonado por história em quadrinhos, escrevendo sobre o tema para diversas publicações gaúchas.

Ao publicar um texto sobre a experiência editorial do *Saci Pererê*, não podemos deixar de registrar o lançamento da "Revistinha do Ziraldo", da editora Abril, uma nova tentativa, que esperamos seja tão bem-sucedida quanto a anterior, de abertura de espaço no mercado para as histórias em quadrinho nacionais.

Resumen

EL "SACI* TUPINIQUIM**" EN LAS SELVAS DE DISNEYWORLD

Pererê y su grupo no significaron sólo una temática y estética nacionales para el lenguaje de las revistas infantiles. Fue la respuesta al desigual volumen de industria cultural colonizante a través de la competencia y el compromiso. La revista, que vendió 150 mil ejemplares mensuales, probó que las masas saben saborear dulces finos y lo popular puede ser aún más sofisticado de lo que se cree.

*saci: personaje popular y fantástico del Brasil; es un negrito de una pierna que según la leyenda persigue a los viajeros.

**tupiniquim: lo propio del Brasil despectivamente.

Abstract

TROPICAL "SACI"* BRAVES THE DISNEYWORLD JUNGLE

"Saci Pererê" and his gang were not just a national thematic and aesthetic contribution to the language of cartoons. They were a reply to the overbearing volume of the colonizing cultural industry, staking a claim by competence and commitment. With monthly sales of 150 thousand copies, the magazine has proved that the masses are capable of discerning and savouring rare delicacies and that popular taste may be more sophisticated than one might reckon.

*"Saci Pererê" is an amusing little, one-legged, pipe-smoking, black demon in popular Brazilian mythology.

A MATA TÁ VIRANDO TOCO
DAQUI A POUCO LÁ VEM O TROCO
no chão sangue de peão
em cinza armada húmus calcinam
terra usurpada homens chacinam
chama em fogo arde
clama em fuga covarde
sobra o solo adubado pela ambição
O LUCRO LOUCO QUE SE TEM COM A MATA
MATA O LOUCO QUE SE TEM COM O LUCRO
terra prometida feita promissória pasto carvão
crepita nossa cripta cidade em cada galho do campo,
flor, tora, flora, toca, seiva, bicho, canto
frutos fritam
QUEIMA QUEIMA QUEIMADOR
QUEM MANDOU VOCÊ QUEIMAR
FOI O MEDO DA REFORMA
FOI A FOME DE GANHAR
seja mais forte a resistência
que o desespero
mais importa o que brota do
braseiro brasileiro
solidária seja a senha
longe dos cativeiros
em luta pra não virar lenha
até que a justiça venha...

Tetê Catalão



A NAÇÃO EM CHAMAS

Caros compatriotas,

Esta pode ser uma desculpa centenária. Escrita em 1988 para pedir-lhes perdão pelo deserto que estamos fazendo.

O Brasil que estamos construindo pode obrigá-los a criar nova bandeira: no lugar do verde das matas, o amarelo do deserto; em vez do amarelo do ouro, o brilho do mercúrio nos rios vazios de vida; e fuligem no lugar do azul. Talvez seja este nosso legado: uma nação queimada, sob o signo da ordem e do progresso.

Antes de destruir as florestas, queimamos a consciência nacional, através da voracidade de cada cidadão brasileiro, e do descompromisso e mlopia de sucessivos governos. Queimamos nossas reservas naturais, econômicas, financeiras e morais, comprometendo o destino de vocês, bem além do século XXI.

Sem a menor consideração pelo futuro, estamos depredando nosso patrimônio, de hoje e de amanhã, e de toda humanidade à qual pertencemos.

Tudo se passa como se tivéssemos perdido uma guerra, sem ao menos tê-la enfrentado. Como se nossos comandantes, civis e militares, conduzissem o país à derrota. Pagamos de juro obrigações superiores às que qualquer país moderno foi obrigado, depois de rendição. Estamos sucateando nossa infra-estrutura econômica e a base científico-tecnológica que com tanto esforço e sofrimento montamos. Nossos recursos naturais e o trabalho de nossos homens e mulheres são saqueados de forma tão dramática como nas guerras primitivas, com a escravização dos derrotados, que entregavam aos vencedores todos os seus tesouros.

A ditadura de uns poucos não pode ser vista como desculpa. A elite brasileira, por conivência, ignorância ou omissão, durante décadas aplaudiu esta rendição. Outros têm enfrentado o desafio, mas sem propostas claras, sem alternativas consequentes e viáveis.

Nestes anos 80, retomamos o processo democrático, mas não o estamos usando com competência e senso de responsabilidade para com o futuro. Conquistamos o direito de falar, mas não sabemos o que propor; ou não queremos enfren-

tar dificuldades, nem sacrificar interesses individuais.

Tudo continua igual. Tentando pagar a dívida, que vocês já sabem que nunca pode ser paga, exportamos alimentos, enquanto milhões passam fome; roupas e sapatos, enquanto a maioria está desnuda e descalça; carros, enquanto o sistema de transportes urbanos não funciona; capital, enquanto os investimentos pararam. Até recém-nascidos estamos hoje exportando. Empurrados pela desesperança, os jovens também estão deixando o Brasil.

O brasileiro perdeu sua brasilidade. Com autotágica voracidade imediatista, que beira a loucura coletiva, caiu no abismo de sua individualidade. Somos ilhas sem contato, sem responsabilidade para com os demais brasileiros de hoje e ainda menos para com aqueles de amanhã.

Para vocês, estamos deixando uma natureza queimada, destruída ou exportada; e uma sociedade faminta, sem educação, sem saúde.

Imagino com tristeza como poderá ser o mundo de vocês, baseado em uma sociedade em que, de cada 1000 crianças nascidas, apenas 900 sobrevivem até os cinco anos de idade. Destas, 600 estão condenadas à pobreza absoluta; viverão e morrerão nas ruas, em favelas, em mocambos, não terão água encanada ou saneamento, serão subnutridas. Apenas 300 terão crescimento e desenvolvimento mental normais. As demais sofrerão de nanismo e debilidade intelectual. Apenas 100 chegarão ao final do curso primário. Apenas dez terão curso universitário. E estas terão de enfrentar universidades sem apoio do governo, desmotivadas, comprometidas basicamente com a elite e todos os seus erros; mesmo quando os criticam.

Se tudo continuar como agora, até 2089, 40 milhões de crianças morrerão antes de completar cinco anos. Quanta maldade para com eles, e quanto desperdício para a nação.

A sociedade caminha rapidamente para a desagregação, a violência e o desespero. A continuar neste rumo, muito antes de vocês receberem esta carta o país estará dividido em dois, diametralmente opostos, separados em tudo. Ninguém será feliz. As massas sobreviverão na miséria mais degradante; a elite, para usufruir de sua afluência, será prisioneira dos esquemas de segurança que montará para proteger-se contra os famintos.

BILHETE PARA O FUTURO

Bastam os jornais e a televisão para percebermos o tecido social se destazendo. O sonho de ser nação se esvaindo. Não temos idéia do país que desejamos e podemos construir. Por isto tivemos tantas ditaduras no passado e talvez algumas ainda até os dias de vocês.

Imagino, com tristeza, como será este país que vocês herdarão, com os campos queimados e megalópoles ingovernáveis. E sinto tristeza maior ao perceber como é injustificável este quadro social, num país com o potencial do Brasil. Bastaria organizar este potencial, com consciência nacional, com espírito público, com uma racionalidade que tivesse por base a ética e a solidariedade com o conjunto do país.

Mas não vou pedir-lhes desculpas, porque ainda nos restam esperanças.

Disseram, nas últimas décadas, que o Brasil era o país do futuro. Não sei se vocês confirmam esta previsão ou se continuam esperando o futuro que não chega; ou, ainda, se, como muitos de hoje, já perderam as esperanças.

Nós não perdemos as nossas porque achamos que ainda há tempo de evitar o desastre. Surge e cresce uma consciência crítica contra a queima no país. Como um despertar, graças à falência das ilusões das últimas décadas, cresce a consciência da necessidade de definir novos rumos para o Brasil. É possível sentir no ar que o mesmo fogo que chamusca a natureza e o processo sócio-econômico começa a pôr em chamas a consciência nacional. É do que precisamos.

Ainda nos resta uma das mais completas e ricas naturezas da Terra. A infra-estrutura econômica ainda resiste. Há base científica e tecnológica. A população justifica qualquer produção. Só nos falta uma razão nacional: um objetivo comum e uma racionalidade que nos permitam usar digna, competente e responsabilmente os recursos de que dispomos.

A verdade, caros compatriotas, é que há tal grau de irracionalidade no atual funcionamento de nossa sociedade que, quando iniciamos este projeto de escrever para vocês, muitos se perguntaram se valia a pena: "Será que o Brasil existirá até lá?". Por força do colonialismo introjetado em nós, deixamos de desenhar a nação, de definir soberanamente os nossos propósitos. Orientamos pelos interesses esquizofrênicos de uma socie-

dade sem rumo próprio. A nossa maior dependência é a psicológica. Ela faz com que nos sintamos impotentes, prisioneiros do complexo de inferioridade que nos leva a imitar o inimitável.

Precisamos rever nossos valores, objetivos e prioridades. Se identificarmos nossos objetivos com a demanda social, abrangendo os direitos de toda a população, com a consciência dos limites do possível, dentro da busca de soberania, liberdade e justiça, não será difícil corrigir o rumo das coisas. Com base em novos valores, uma nova modernidade. Onde o avanço técnico-científico e econômico não seja visto como fim, nem como caminho automático à utopia. Onde a ética seja redescoberta e redesenhada visando incluir nos objetivos do homem a realização plena da liberdade, da justiça, da soberania nacional, da cooperação internacional digna. Isto significa descobrir no desespero da queimada a chama da esperança; no caos social, a ânsia de ser uma nação; na indignação pelo fim das matas, a chance de reflorescer o país; na ausência de presente, olhar com esperança o Brasil do futuro. Frear a meta irracional do crescimento imediatista, a qualquer custo, endividador, submisso; e recomeçar. Criar um país limpo, saudável, educado, olhando para o futuro onde vocês estão.

Por isto escrevemos estes bilhetes. Um pouco para pedir desculpas; mas sobretudo para manifestar a consciência dos erros do presente e confiança e esperança. Buscando no futuro forças para encontrar algo pelo que lutar agora, talvez o primeiro passo seja a consciência de que vocês existirão em uma nação chamada Brasil. Apesar da distância de cem anos, podemos nos dar as mãos. Somos uma única família dos povos da humanidade. Contemporâneos no espaço e na cultura, ao longo do tempo.

É tão pouco o que nos falta, que vocês não entenderão como foi possível tanta insensatez durante tanto tempo. E se ela continuar, ainda assim temos esperança de que entre nós e vocês, nestes cem anos, brasileiros sensatos substituirão os adultos de hoje e recomeçarão tudo outra vez.

Um abraço secular do

Cristovam Buarque
Reitor da UnB

Falta o seu toque no futuro

"O melhor do futuro está naquilo que podemos fazer hoje." É o trecho de um bilhete a ser lacrado e só conhecido em 2089. A proposta da Universidade de Brasília tem sensibilizado a todos e reafirma que as pessoas não foram destruídas pela poderosa onda de dificuldades do presente. Ainda há o que esperar, o que construir e por que lutar.

Lançada pela revista Humanidades, a iniciativa vem sendo entendida de maneiras diferenciadas e, não raro, conflitantes. Mas uma dúvida parece predominar. Pelo aspecto até irônico, talvez, de especular sobre o futuro, quando tudo aparenta que podemos não sobre-

viver sequer ao dia de amanhã.

Nos, brasileiros, levamos os dois últimos anos discutindo os nossos possíveis futuros, através da Assembleia Nacional Constituinte. O momento foi maior do que a maioria de nós conseguiu, talvez, apreender. A Constituição é mais do que um simples conjunto de direitos e deveres, vantagens e obrigações. É uma base a ser respeitada e cumprida na construção de qualquer futuro, servindo também de referencial para nossas utopias. Começamos a conquistar a chance de voar, mas, como bons avestruzes, será que não preferimos manter a cabeça enterrada na terra?

"... Que o nosso futuro não seja uma vida de estufa, mas que assuma o desafio das contradições da natureza. E o futuro pode estar no hoje ou no amanhã.

Depois de destruir as projeções de nós mesmos, nos outros e no mundo, que constituem a nossa fantasia, dedicamo-nos a construir a realidade para o futuro que nos espera..."

(remetente de 16 anos, da 8ª série)

"... A doutrina da esperança se contrapõe a dois adversários filosóficos fundamentais: niilismo e anamnese. A esperança elpidica (elpis - esperança) não tem apenas um, mas dois opostos: ansiedade e memória. A estrutura do niilismo é o inverso da teoria da esperança, e a doutrina tradicional da memória (anamnese) é o seu lado obverso ou a sua completa inversão: tudo o que na realidade pertence ao futuro é atribuído ao passado, o tempo é conceitualmente posto de cabeça para baixo..."

"... Desejo às pessoas que vierem a ler essa mensagem, daqui a 100 anos, que reconheçam os sacrifícios das populações mais carentes e marginalizadas desse nosso século XX em favor do progresso das nações e do reconhecimento da dignidade da pessoa humana...

Confiamos na força do Evangelho e na ação ecumênica das instituições eclesiais, como também na colaboração de todos os homens de boa vontade..."

"... Contemplando uma das maravilhas do mundo — Le Mont Saint-Michel — saúdo, comovido, os brasileiros do 3º século, certo de que viverão num mundo melhor, mais justo, onde os bens materiais e de culturas sejam de todos os homens..."

"... A vida só vale a pena quando (nela) cultivamos o amor..."

"P. S.: ... Escrevi esta carta num microcomputador de segunda geração. A indústria nacional de informática deu certo?..."

"... Se ouvirem falar em Nelson Mandela, não pensem tratar-se de lenda. Ele existiu realmente. E foi condenado à prisão perpétua porque não queria se sujeitar a ser cidadão de segunda classe em seu próprio chão: a África do Sul..."

A proposta do "**bilhete para o futuro**" é a de sacudir, inquietar as pessoas, provocar-lhes um sentimento de compromisso com esse futuro. Os bilhetes já recebidos, embora através de sensações diferentes — perplexidade, ingenuidade, confiança, expectativa, ceticismo, certeza — apontam na mesma direção: a importância para cada um de nós de endossar "algum futuro". Todos tentam de alguma forma demonstrar que, com maiores ou menores esperanças, ou mesmo sem elas, o futuro é um direito de que não podemos abrir mão, sob pena de renunciarmos ao que temos de mais precioso, a nossa humanidade.

O que escrever para o futuro? O que você quiser. Ou melhor, o futuro que você quer. Seleccionamos trechos de alguns bilhetes enviados, antecipando um pouquinho desse gesto, endereçados por aqueles que se dispõem a projetar seus sonhos, temores e a disposição de continuar lutando pelo que acreditam. Há um aceno de fraternidade em se falar para uma geração distante, como se a Humanidade, a espécie, se mantivesse além da pessoa. Não importando "com quem" estaremos falando, mas sim, com a raça humana. Não publicamos os nomes dos remetentes, por não termos autorização expressa para tal.

"... Quero lhe pedir para manter viva a memória deste país. Aqui já houve ingenuidade. Hoje, ao contrário, vivemos no país dos esportos, dos assaltos e das grandes negociações..."

O Brasil tem oportunidades, dispõe de um povo ordeiro e trabalhador. Falta um projeto nacional que organize as forças políticas e conceda a racionalidade necessária ao esforço desta sociedade..."

"... Bom dia!! Tudo bem, humano (ou andróide)..."

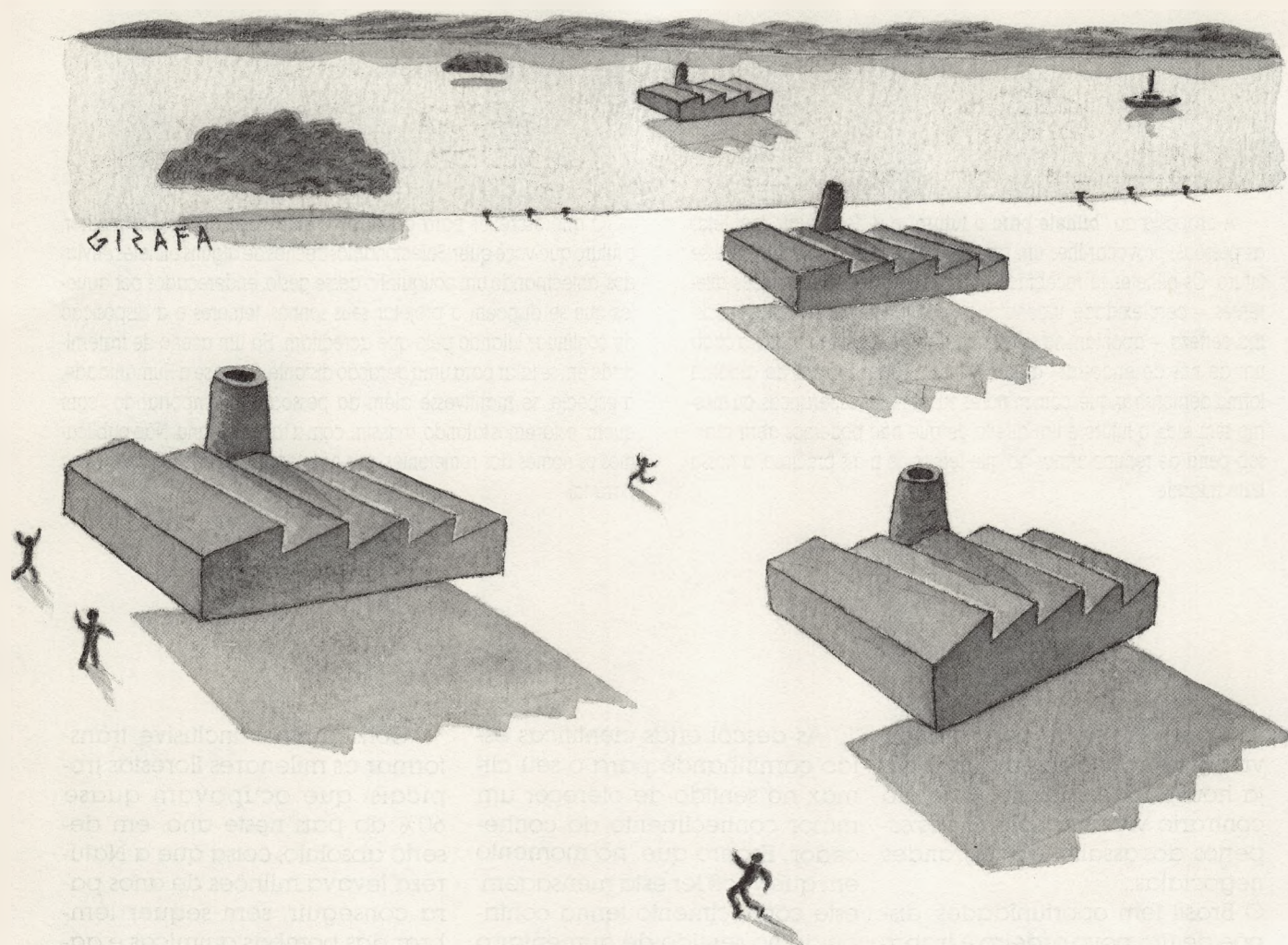
"... Se ontem não foi bom, irmãos de hoje, amigos de sempre, esforcem-se, lutem intimamente contra as tendências perniciosas, elevem-se acima do que é superfluo e material, para que Hoje possa ser aquele futuro feliz pelo qual ansiávamos no passado..."

"... As descobertas científicas estão caminhando para o seu clímax no sentido de oferecer um maior conhecimento do conhecedor. Espero que, no momento em que você ler esta mensagem, este conhecimento tenha contribuído no sentido de aumentar o bem-estar dos seres indistintamente, e o homem tenha se tornado mais do que homem, transcendendo a si mesmo..."

"... Nós, os jovens desta década, deste século, que aprendemos cada vez mais a nos desenvolver de forma independente buscando forças nas próprias forças, na união e no amor, nós acreditamos no futuro, acreditamos que podemos deixar-lhes um mundo melhor e passamos-lhes o bastão de nossa luta para que vocês levem em frente como puderem..."

"... Conseguimos inclusive transformar as milenares florestas tropicais, que ocupavam quase 60% do país neste ano, em deserto absoluto, coisa que a Natureza levava milhões de anos para conseguir, sem sequer lembrar das bombas químicas e gases letais (...) o homem é criador e só se sentirá realizado quando destruir o planeta, quem sabe a constelação e o universo..."

A revista **Humanidades** continua a receber os "**Bilhetes para o Futuro**", que podem ser escritos, desenhados, grafados eletronicamente, filmados, teipados, não importa o suporte em que você queira deixar seu recado. Importa sua disposição em reafirmar sua crença no que virá a partir do que se pode fazer hoje, para que exista um amanhã.



ZPE'S o que é bom para o Brasil
será bom para o Brasil?

ALFREDO ANTÔNIO SAAD FILHO

**Em crise, a sociedade se fragiliza a tal ponto
diante de tantas "medidas salvadoras" que a
avaliação crítica chega a ficar comprometida. Um
exemplo que vem despertando paixões prós e
contras é o das Zonas de Processamento de Ex-
portação (ZPE's).**

A excepcional gravidade e a longa duração da crise brasileira têm estimulado o surgimento das mais variadas propostas de novas políticas econômicas. Neste campo, a ofensiva tem cabido aos setores politicamente mais conservadores, que vêm pressionando pela desregulamentação econômica, privatização e maior integração do país nos fluxos mundiais de capital. Uma das propostas neste sentido é a de abertura de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) no Norte/Nordeste brasileiro.

O aprofundamento da discussão sobre esta proposta é indispensável. Como veremos a seguir, sua adoção implicaria elevados custos para o país em termos econômicos, além de elevar o grau de nossa dependência política.

Procuramos aqui focalizar essencialmente o aspecto econômico do problema das ZPE's, dada a notória carência de uma discussão mais integrada e sistemática sobre esta questão. Este artigo pretende, sem esgotar o tema, oferecer ao leitor elementos que lhe facilitem o julgamento acerca da correção e oportunidade da instalação destas áreas, bem como subsídios para um posicionamento ativo acerca dos rumos futuros da economia brasileira.

O processo de industrialização do Brasil se deu pela via da substituição de importações (SI), sendo este o país que maior sucesso veio a atingir no uso desta estratégia. Baseada na internalização da produção de bens para os quais havia demanda preexistente, a SI fez surgir no Brasil uma indústria voltada ao atendimento das necessidades dos setores da população que desfrutavam das rendas mais elevadas. Desenvolveu-se neste processo a penetração do capital estrangeiro e das empresas multinacionais (EMN's) no país, dado que estas também possuem a tendência de se especializar na produção daqueles mesmos bens.

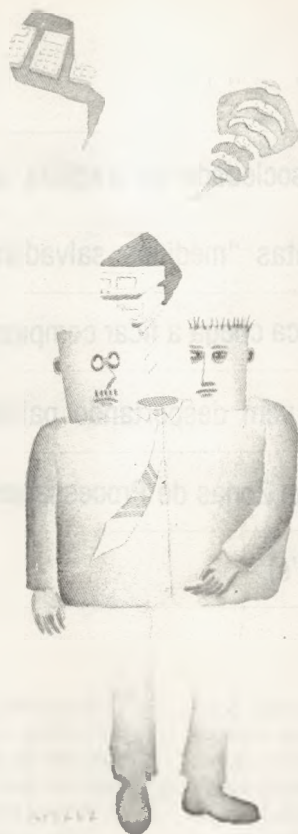
Hoje o Brasil apresenta poderosa base industrial, o que lhe permite ser um dos países mais fechados do mundo ao comércio exterior (além de ser um dos que maiores superávits apresentam). Mas a crise geral do capitalismo, agravada pelos choques do petróleo e explicitada pela crise financeira de 1982 e pelos efeitos das políticas de ajustes adotadas, atingiu duramente nosso país. Arriscamos que os anos 80 sejam uma década perdida em nosso desenvolvimento, dados inclusive os problemas de abastecimento de energia, carências de matérias-primas e insumos, obsolescência do parque industrial, etc., que ora surgem.

Enquanto patinamos em taxas de crescimento reduzidas e irregulares, outros países, em particular no Sudeste da Ásia, crescem de forma acelerada e consistente. Mirando-se em seu exemplo, baseado na industrialização para exportação, o governo federal propõe no Brasil a implantação das ZPE's.

Estas zonas são áreas bem definidas e cercadas, em cujo interior se processam bens voltados para a exportação. Todas as importações de matérias-primas, insumos, etc., são feitas livres do pagamento de direitos, e os produtos transformados são exportados também com isenção tributária. De modo a atrair empresas para operarem nestas áreas, deve-se oferecer ainda outros estímulos, inclusive amplas isenções fiscais, subsídios e ausência de restrições ao fluxo internacional de capitais (liberdade cambial).

Nas ZPE's se instala um nicho de liberdade em meio a uma economia regulada, no que poderia ser uma tentativa de obtenção dos benefícios tanto de uma quanto de outra via de desenvolvimento. Nelas se desenvolvem processos de produção trabalho-intensivos, especializados e verticalmente integrados. São, na verdade, locais de processamento de certas etapas da produção de bens mundiais por EMN's desejosas de usufruir dos reduzidos custos do trabalho no Terceiro Mundo. Cumprindo a função de eliminar diferenças nacionais que possam significar obstáculos à estratégia mundial das EMN's, não é de surpreender que as ZPE's em todo o mundo se especializem na produção de bens semelhantes: têxteis, vestuário e eletro-eletrônicos, basicamente. Assim procedendo as EMN's obtêm flexibilidade operacional, podendo produzir uma ampla gama de bens por meio de milimétricas alterações nos processos de trabalho. Aqueles são ramos da produção particularmente adequados a estes procedimentos.

Nos países centrais as mudanças políticas e econômicas ocorridas a partir do último pós-guerra geraram (entre outros efeitos) vasto mercado interno e crescentes dificuldades para a viabilização de seus setores de produção trabalho-intensivos (dados os altos salários, a forte atividade sindical, etc.). A evolução paralela das comunicações, transportes e do sistema financeiro-bancário permitiu a busca de novos locais de produção – onde novos mercados se abriam e seriam menores os salários e maior a disciplina dos trabalhadores. Inicialmente, tal se materializou no processo que a periferia viu como de SI (e o centro como o "Ciclo do Produto"¹), e depois na forma das ZPE's e do export-led growth em geral. Pode-se dizer, então, que



o sucesso destes se baseia no fato de estimularem o capital a fazer o que ele se predispõe, gerando temporária unidade de soluções no sistema e viabilizando o crescimento tanto no seu centro como na periferia.

A criação de ZPE's permite que o país-hospedeiro troque sua variável dinâmica de crescimento (de industrialização para o mercado interno ou de atividades não industriais para a industrialização de exportação) sem se integrar de imediato no **export-led growth**. No caso de regiões cuja industrialização se deu com base na SI, esta vantagem é muito importante, pois seu setor industrial tende a não estar num patamar de competitividade adequado a um ambiente de ampla concorrência internacional.

O que a história demonstra, entretanto, é que as ZPE's em si não garantem o triunfo da estratégia de crescimento de qualquer país. Os maiores sucessos em termos de **export-led growth** se deram onde houve completa integração nesta via de desenvolvimento, as políticas econômicas sendo adotadas em função do aumento das exportações de manufaturados. A contemporização neste caminho o inviabiliza ou o torna pouco dinâmico, pois o **export-led growth** depende de um universo de políticas e não da mera existência de enclaves de livre-comércio em um país. Ao contrário do que hoje diz o governo brasileiro, este é o resultado das experiências dos países que se empenham nesta estratégia.

Podemos detalhar o impacto das ZPE's nas economias de seus países-hospedeiros como se segue:

A. Mercado de trabalho e qualificação da mão-de-obra:

Segundo dados da ONU², a estrutura do emprego nas ZEP's é uniforme no mundo. Trata-se de mão-de-obra semi ou não qualificada, em geral sem experiência anterior, e composta basicamente de mulheres solteiras entre 16 e 25 anos de idade (dado receberem salários menores que os homens e se supor possuírem maior habilidade manual). A rotatividade é alta, sendo a formação básica da mão-de-obra industrial talvez uma contribuição maior para o hospedeiro do que o próprio aumento

do volume de emprego trazido pela operação das ZPE's.

Os cargos-chave se situam nas matrizes das EMN's ou em mãos de estrangeiros; os naturais do país-hospedeiro normalmente não ascendem além de gerências médias. Os salários são normais frente à realidade nacional, mas seu diferencial em relação aos dos países centrais é **determinante** para o sucesso da experiência (significativos aumentos salariais nos hospedeiros implicam a saída das firmas de suas ZPE's). Mesmo sendo a produtividade do trabalho menor nas firmas em ZPE's do que nas matrizes (dadas as diferenças na tecnologia de produção), isto pode ser mais que compensado pelo maior número de horas trabalhadas por operário, permitindo que a mesma produção seja feita por menos empregados e a custos unitários muito menores num país do Terceiro Mundo que num país central.

A maior parte das ZPE's emprega menos de 10.000 pessoas. No total, as cerca de 100 ZPE's do mundo subdesenvolvido empregam cerca de 1 milhão de trabalhadores (2,6% da força de trabalho industrial). Isto é muito pouco frente ao total de trabalhadores, e é insignificante em relação às centenas de milhões de desempregados e subempregados existentes nesta região.

Quase todas as EMN's operando em ZPE's se utilizam de tecnologias intermediárias ou já difundidas. Aliás, o próprio fato da produção se dar por meio de processos trabalho-intensivos já indica a não utilização de tecnologias de ponta.

Os novos desenvolvimentos são sempre feitos nas matrizes, e as transferências são muito limitadas, uma vez que a tecnologia é um ativo das empresas, possuindo valor e podendo se negociada no mercado. Logo, não será entregue gratuitamente ao país-hospedeiro. A alegação de que a Coreia do Sul, Taiwan, etc., desfrutaram de seu admirável desenvolvimento tecnológico devido a transferências realizadas via ZPE's é uma distorção dos fatos: estes países aí investem pesadamente, reconhecendo que o futuro da indústria passa pelo desenvolvimento das tecnologias de ponta (o que independe de ZPE's).

C. Balanço de Pagamentos (BP):

Ainda segundo a ONU, as firmas que se instalam em ZPE's pouco investem no país (a maioria, menos de US\$ 1 milhão), por serem em geral pequenas, trabalho-intensivas e sem maquinaria moderna. Durante sua operação, pouco afetam o BP (as ZPE's raramente apresentam saldos anuais em divisas maiores que US\$ 10 milhões; note-se que o resultado comercial do Brasil é mais de mil vezes maior no período). Isto tanto por introduzirem somas reduzidas via exportações e investimentos, quanto por remeterem grande parte de seus ganhos ao exterior à conta de lucros, depreciação etc.

O país-hospedeiro pode até vir a sofrer prejuízos cambiais com a presença das ZPE's, dado que é fácil ocorrer tanto o deslocamento de exportações já realizadas³ quanto operações cambiais irregulares (pela liberalidade das normas legais e as eventuais distorções existentes neste mercado, como o câmbio paralelo). Em geral, apenas cerca de 25% do valor das exportações são internalizados no hospedeiro pelas firmas operando em ZPE's, a maior parte para pagamento de salários, e o restante para compras de bens e serviços diversos, como embalagens e manutenção⁴.

É importante se notar que quanto mais desenvolvido é o país, menor tende a ser o impacto das ZPE's em seu BP (sendo elevado nas Ilhas Maurício e Haiti, e reduzido na Índia e Coreia). Além disso, deve-se esclarecer que países *export-led* tendem a ter saldos comerciais reduzidos, ao contrário do Brasil. Isto porque sua via de desenvolvimento pressupõe a maior abertura ao exterior e a especialização da produção.

D. Linkages com a economia hospedeira:

Estes linkages (elos, laços) tendem a ser reduzidos, tanto pela natureza da produção realizada nas ZPE's como pela estratégia das EMN's: estas exigem insumos de alta qualidade, de preferência produzidos pela própria firma e que sigam sua política de minimização global de custos. Além disso, elas evitam o estabelecimento de fortes laços com os hospedeiros, preservando a liberdade de mover suas plantas a outro ponto do planeta sempre que desejado (as freqüentes mudanças na localização das unidades produtivas são outra característica marcante das firmas operando em ZPE's). Em geral, menos de 10% dos insumos da produção são comprados nos mercados do hospedeiro.

E. Desenvolvimento regional:

Os países que centraram nesta meta suas esperanças com a instalação de ZPE's (como a Índia e as Filipinas) sofreram fortes decepções. As EMN's só se instalam numa dada ZPE se puderem contar com ampla infra-estrutura já existente (energia, portos, comunicações, etc.), o que pode redundar em enormes gastos para os hospedeiros. Dada a pequena retribuição trazida por estas firmas, tal operação pode se traduzir em vultosos prejuízos sociais. Além disso, os reduzidos linkages entre as ZPE's e o restante das economias fazem o desenvolvimento das regiões carentes depender da implementação de outras políticas.

F. Gastos públicos:

Seu volume influi de maneira determinante na lucratividade social das ZPE's. Ora, são grandes os investimentos e gastos a fundo perdido a serem feitos pelos governos antes que a primeira firma ali se instale, em particular se a ZPE fica numa região carente. A própria concorrência entre os vários hospedeiros do mundo tende a elevar as vantagens oferecidas às empresas, agravando ainda mais o prejuízo associado à promoção destas áreas.

Normalmente se oferece às empresas isenção de impostos ou generosas deduções. Em qualquer caso, porém, as receitas obtidas pelos governos são mínimas. Por meio de transferências de preço (as EMN's instaladas em ZPE's podem exportar com prejuízo para suas irmãs do exterior, o lucro aparecendo onde a matriz o deseja e não onde foi gerado), pode ocorrer como nas Filipinas, onde em torno de 80% das firmas "... declararam prejuízos todo ano por mais de 10 anos, enquanto continuavam produzindo e, em muitos casos, expandindo consideravelmente sua produção"⁵.

Podemos comentar da forma seguinte os principais argumentos a favor da instalação das ZPE's no Brasil:

(a) as ZPE's visam atrair o capital estrangeiro que de outra forma não viria ao Brasil.

Nada garante que isto se dará. Note-se que a Lei 7232 (da Informática) prevê a implantação de "Distritos de Exportação de Informática" muito semelhantes às ZPE's. Ora, nenhuma empresa se interessou por eles, mas os EUA se dispuseram a retaliar o Brasil para adquirirem o direito de penetrar em nosso mercado interno. Ou seja: o capital estrangeiro continua preferindo o mercado interno do Brasil a seu potencial exportador.

(b) as restrições cambiais sofridas pelo país têm atrasado seu

NOTA DE ATUALIZAÇÃO – OUTUBRO DE 1988 · SUPLEMENTO AO ARTIGO "A EXPERIÊNCIA DAS ZPE's E O BRASIL"

Para o autor deste artigo, o maior mistério que cerca o processo de criação das ZPE's no Brasil é a combinação da ausência, tanto de motivos para tal, como de apoiadores da proposta, com a obstinação do Governo Federal em levá-la adiante.

Das quatro motivações centrais apontadas por seus decretos de criação (fortalecimento do balanço de pagamentos, difusão tecnológica, redução dos desequilíbrios regionais e promoção do desenvolvimento econômico e social) uma é necessária, duas são de concretização altamente improvável e a (a última) dificilmente tem sentido à parte das demais.

Além disso, as ZPE's são contrá-

rias ao espírito da Nova Política Industrial implantada pelo Governo, e são rejeitadas até mesmo por entidades empresariais como a FIESP e a AEB. As empresas multinacionais, que supostamente deveriam entusiasmar-se com o projeto e anunciar investimentos nestas Zonas, absolutamente não o fizeram, até onde este autor esteja informado. Apenas empresários brasileiros, em especial do Nordeste, se dispuseram de público a investir nas ZPE's — o que trará escassas vantagens ao país. Não é de se surpreender, portanto, que se chegue a falar que a criação das ZPE's decorreu de compromissos pessoais do Presidente da República com seu então Ministro da In-

dústria e Comércio (v. Folha de S. Paulo, 03/08/88, p. A-26).

Fortes dúvidas pairam sobre a constitucionalidade do gesto presidencial de criar tais Zonas por Decreto (DL Nº 2.452, de 29/07/88, e Decreto Nº 96.758, de 22/09/88). O projeto aprovado foi, por sinal, fruto de árduas negociações e da elaboração de inúmeras minutas entre os Ministérios da Indústria e Comércio e Fazenda, terminando por ser uma média entre as posições em conflito. Seu conteúdo inicial viu-se prejudicado, apresentando incentivos provavelmente insuficientes para atrair empresas estrangeiras, dada a competição internacional entre os países-

sede de ZEP's. Entretanto, mesmo mutilado, o projeto é ainda capaz de trazer danos ao país — haja vista a permissão de venda no mercado doméstico de até 10% da produção dos bens de cada empresa. Tais 10% podem chegar a ser mais que toda a produção nacional realizada fora das ZEE's para aqueles bens específicos, configurando concorrência desleal e risco à indústria doméstica.

As esperanças que temos são de que o Congresso Nacional anule os dispositivos que criaram estas Zonas ou que, pelo menos, estas sejam fruto de mais algumas leis que "não pegaram" no Brasil — mero retrato dos dias tão difíceis que vivemos.



desenvolvimento tecnológico, mas as firmas em ZPE's não as sofreriam, daí podendo ser modernas.

As "restrições cambiais" vêm das crises do modelo de desenvolvimento brasileiro e do sistema financeiro internacional, e não se irá resolvê-las aprofundando-se os laços do Brasil com formas já em crise do capitalismo mundial, como as ZPE's. A asfixia cambial não pode durar muito mais, soluções definitivas precisando ser encontradas. Entretanto, as ZPE's não são uma delas, devido a seu reduzido impacto no BP, como já vimos. Transferências de tecnologia, por outro lado, também já verificamos que não se dariam.

(c) o excesso de regulamentação interna inibe o capital estrangeiro e reduz a competitividade da indústria nacional, o que não se daria nas ZPE's.

A burocracia não impediu o capital estrangeiro de vir ao Brasil, e seu fim não será o fator que o atrairá; os fluxos de investimento para as ZPE's dependem de fatores bem mais complexos que estes. Por outro lado, a compartimentalização de dois ambientes distintos no país, algo em si extremamente difícil, tenderá a elevar (e não a reduzir) as regulações econômicas. Além disso, os procedimentos comerciais do Brasil estão sendo melhorados e simplificados independentemente de ZPE's. Note-se ainda que quanto mais áreas livres se implantarem no país menor tenderá a ser o impacto das políticas econômicas do governo, dado que as ZPE's serão imunes a elas e também refúgio dos capitais contrariados com as políticas em execução.

(d) as ZPE's expandiriam nosso setor exportador sem prejuízo da indústria doméstica já instalada.

A afirmação é falsa. Dado o reduzido crescimento do mercado mundial, as firmas instaladas em ZPE's tenderão a deslocar as exportações que o país já realiza, podendo quebrar a escala de produção das indústrias domésticas, reduzir a internação de divisas e prejudicar a integração do parque produtivo nacional.

(e) as ZPE's elevariam as exportações líquidas do país.

O nível das exportações brasileiras é função da competitividade da indústria como um todo, o que requer uma nova política industrial e investimentos tão cuidadosos quanto elevados. Além disso, já vimos que a existência de ZPE's não tende a afetar muito o BP dos países industrialmente já mais desenvol-

vidos.

(f) as ZPE's permitiriam a absorção e treinamento de mão-de-obra, e formariam uma base industrial independente do Norte/Nordeste.

Os efeitos no mercado de trabalho já foram vistos. As ZPE's não originariam uma nova base industrial, pois esta pressupõe integração no setor e deste com sua região. Ali se desenvolveria, na verdade, um ajuntamento de galpões pré-fabricados sediando pequenas indústrias especializadas em certos ramos da produção, com baixa densidade tecnológica. Isto se as indústrias chegarem a vir, dados os problemas existentes naquelas partes do país (por exemplo, carência de energia elétrica).

(g) as empresas nacionais instaladas em ZPE's tenderiam a se tornar internacionalmente competitivas.

"Como vimos em (a), o projeto das ZPE's visa atrair capital estrangeiro. É evidente que a maior competitividade do capital nacional é vantajosa para o país, mas esta deve ser uma meta a ser perseguida por todo ele, e não apenas por sua pequena e superfavorecida parcela (definida através de que critérios?) que se instalar em ZPE's. Além disso, o Brasil não necessita de um pequeno número de empresas competitivas, mas sim de um novo setor industrial, que produza bens de qualidade a baixo custo para as amplas massas do povo. Para o atendimento desta meta as ZPE's decididamente não contribuirão.

(h) eventuais vendas internas realizadas por indústrias localizadas em ZPE's deslocariam importações que o Brasil estaria fazendo, com o benefício da internalização de parte das divisas.

Se se pretende produzir para o mercado interno, deve-se operar a substituição de importações, no que o Brasil possui vasta experiência. Para se atender aos mercados interno e externo, programas como o Befiex estão disponíveis. O que não se pode admitir é a competição entre EMN's subsidiadas desde sua instalação com produtores nacionais submetidos a restrições.

(i) eventualmente as próprias empresas poderiam assumir parte dos gastos com a infra-estrutura que lhes seria necessária.

É grande a oferta de ZPE's no mundo, e o Brasil não tem qualquer charme especial. Sem vantagens nítidas, as EMN's simplesmente não virão a este país. Ou seja, tal proposta é inviável.

de todo. Observe-se que pouco as ZPE's acrescentarão aos atrativos que o país já dispõe para as EMN's. Se estas reduziram seu ritmo de ingresso, isto não se deve à carência de estímulos para que o façam, mas a fatores muito além de nosso controle.

Gostaríamos ainda de acrescentar que:

- (i) A fuga de capitais será facilitada pela presença de ZPE's, tanto via subfaturamento quanto via operações no paralelo e envio ilegal de divisas ao exterior para posterior reentrada como "capital estrangeiro";
- (ii) O contrabando será incontornável. Basta que se verifiquem os exemplos do Paraguai e da Zona Franca de Manaus;
- (iii) Tenderá a haver favelização em torno das ZPE's, uma vez que estas prometerão mais do que podem cumprir (vide Manaus), além de acirramento nos conflitos regionais do país;
- (iv) As ZPE's serão enclaves de desrespeitos às leis do país (inclusive as de informática e de proibição de importação de bens com similar nacional);
- (v) Por último, a má fase do comércio mundial, tendente a perdurar, levará a pressões para a venda interna dos bens produzidos nas ZPE's brasileiras, o que configurará dura e desleal concorrência com as empresas nacionais. Este fato será agravado na medida em que se efetive uma já visível tendência de retorno de certas etapas da produção rumo aos países centrais, pois recentes inovações tecnológicas permitem às EMN's negligenciar o diferencial de salários como determinante na localização da produção.

Em resumo, qualquer das promessas das ZPE's pode ser melhor atendida sem elas. No Brasil, onde as EMN's sempre vieram para ocupar fatias do mercado interno, menos sentido ainda que em outros países possui a idéia de sua implantação.

Pudemos observar neste artigo que as ZPE's são frutos do desenvolvimento do capitalismo e da atual forma tomada pela divisão internacional do trabalho. Dado que tende a crescer mais o país que melhor se adapte às tendências e necessidades da forma dominante do sistema (que hoje favorece aos países export-led), alguns sugerem ao Brasil que trilhe tal caminho via ZPE's.

Elas, porém, não são eficientes na absorção e qualificação de mão-de-obra, desenvolvimento tecnológico, promoção de entrada de divisas, estímulo ao crescimento nacional e regional, etc. (principalmente se o país-hospedeiro já possui certa base industrial). Assim, e dado que o modelo de industrialização do Brasil sempre foi voltado para dentro e não para os mercados externos, é que podemos afirmar que as ZPE's brasileiras não serão eficazes no atendimento das expectativas criadas por seus defensores, os quais se têm valido de argumentos parciais, incompletos e ilusionistas para defendê-las. Sua criação é desvantajosa, além disso, pelas características presentes nos mercados internacionais, dotados de pouca dinâmica nos setores onde as ZPE's mais se destacam.

O Brasil deve apegar-se ao que já possui e buscar sua modernização. Não se pode prosseguir negligenciando o desenvolvimento de nosso parque industrial em favor de modelos copiados do exterior de forma acrítica e por razões ainda pouco esclarecidas. À parte do desenvolvimento do patrimônio que vimos construindo há décadas, não existe caminho de futuro para o Brasil. □

Alfredo Antonio Saad Filho é mestrando em Economia na Universidade de Brasília.

Texto escrito em março de 1988. Agradecimentos às Prof.^{as} Heloiza Camargo Moreira (ECO-UnB E MF) e Maria de Lourdes Rollemberg Molloy (ECO-UnB). Elaborado a partir da obra do mesmo autor: *Zonas de Processamento de Exportação: Avaliação da experiência e crítica a sua implantação no Brasil*. Brasília, 1988, inédito.

Referências Bibliográficas

1. Cf. VERNON, Raymond, "La Inversión Internacional y el Comercio Internacional en el Ciclo de Productos". In: ROSENBERG, Nathan (org). *Economía del Cambio Tecnológico*. México D.F., Fondo de Cultura Económica, s.d.
2. Estes dados e os seguintes se encontram em MAEX, Rudy. *El Empleo y las Multinacionales en las Zonas Francas de Producción Para la Exportación de Asia*. Equipo Regional Asiático Para la Promoción del Empleo (Artep), Bangkok, Doc. de Trabajo M. 26, OIT, Ginebra.
3. Se uma ZPE internaliza 30% das divisas que gera e se desloca o equivalente a 30% das exportações que faz, o resultado cambial para o país é nulo. Cf. SERRA, José. *O Modelo Paraguai*. Senhor, S. Paulo, Ed. Três, nº 357, 26/01/88, pp. 36-41.
4. UNCTAD. *Export Processing Free Zones in Developing Countries: Implications for Trade and Industrialization Policies*. TD/B/C.2/211. Rev. 1. UNCTAD, Geneva, Switzerland. UN, New York, USA, 1985, pp. 20-23.
5. WARR, Peter G. *Export Processing Zones: The Economics of Offshore Manufacturing*. Australian National University, mimeo, 1987, p. 11 (trad. Nossa).

Bibliografia

1. ALBERTAZZI, Hamilton. Entrevista. Senhor, São Paulo, Ed. Três, 340, 22/09/87, pp. 5-12.
2. BAER, Werner (1985). *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
3. BRAGA, Helson C. *A Criação das ZPE's Não Deve Ser Descartada*. Mimeo.
4. DOELLINGER, Carlos Von e CAVALCANTI, Leonardo C. (1979). *Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira*, 2ª ed., Col. Relatórios de Pesquisa, nº 29. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
5. EXAME. *O Brasil Está Parando*. São Paulo, Ed. Abril 389, 11/11/87, pp. 22-30.
6. _____. *O Outro Lado do Déficit*. São Paulo, Ed. Abril, 386, 30/09/87, pp. 22-26.
7. MARINI, Rui Mauro. Entrevista. Senhor, São Paulo, Ed. Três, 334, 11/08/87, pp. 5-10.
8. MARTINS, José Antônio. *Zonas de Picaretagem*. Senhor, São Paulo, Ed. Três, 350, 01/12/87, pp. 24-25.
9. PEREIRA, Lia Valls (s.d). *Zonas de Processamento de Exportações: Algumas Considerações Preliminares*. Mimeo.
10. TAVARES, Maria da Conceição (1978). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Zahar.

Resumen

LO QUE ES BUENO PARA BRAZIL ¿SERÁ BUENO PARA EL BRASIL?

En una crisis, la sociedad se debilita frente a tantas "medidas salvadoras" que hasta la evaluación crítica llega a comprometerse. Un ejemplo, que despierta opiniones contradictorias, es el proyecto sobre las Zonas de Procesamiento de Exportación (ZPE). El autor ofrece una visión general sobre el tema y sitúa el problema en un amplio panorama dentro de la compleja economía brasileña.

Abstract

IS WHAT IS GOOD FOR BRAZIL FROM THE FIRST WORLD'S POINT OF VIEW ACTUALLY GOOD FOR BRAZIL?

In crisis, society becomes more fragile in the face of so many "measures of salvation", and critical assessment becomes compromised. An example that gives rise to vociferous arguments for and against are the Export Processing Zones (EPZ's). The author gives us an overall view of the subject and places the question in the broader context of Brazil's complex economy.



GIRAFI

Várias causas têm sido apontadas para explicar as enormes dificuldades que desafiam a nação moçambicana: condições climáticas adversas nos últimos anos, falhas administrativas do governo, além de outras. A mais grave, contudo, é, certamente, a ação do banditismo armado, financiado pela África do Sul, sobre a estrutura produtiva do país. Esses fatores, contudo, constituem um quadro explicativo incompleto, deixando de mostrar a extrema vulnerabilidade da economia moçambicana às circunstâncias internas e externas. É necessário conhecer um pouco da história de Moçambique para melhor entender os caminhos que levaram à atual crise.

MOÇAMBIQUE no impasse da modernidade

Situada na costa leste da África, a República Popular de Moçambique é um dos países mais pobres do mundo. A renda per capita atingia, em 1985, US\$ 160, superior apenas à de quatro países¹. A produção de alimentos é insuficiente para atender às necessidades da população. A taxa de analfabetismo é de 75%. É um país que precisa de apoio e diversas nações estão empenhadas em fornecer esse apoio. Através de programas de cooperação, países como a União Soviética, Suécia, Dinamarca, RDA, Cuba, Itália, entre outros, estão colaborando com recursos materiais e humanos para a superação dos graves problemas que Moçambique enfrenta. Há, atualmente, cerca de 2.500 cooperantes estrangeiros, das mais diferentes nacionalidades, atuando em Moçambique. Nesse artigo, procuramos dar uma visão do processo histórico antes de tecer comentários sobre a situação atual.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As relações comerciais dos antigos habitantes do território moçambicano com os mercadores persas e árabes já haviam sido estabelecidas por volta do século X. Aos poucos, reis e pequenos chefes passaram a depender do comércio com os estrangeiros para obter objetos que lhes davam prestígio e autoridade.

Um dos reinos mais antigos da região foi o de Zibawe, que existiu aproximadamente entre 1250 e 1450. Segundo pesquisas arqueológicas, as aldeias do reino eram prósperas e seus habitantes dedicavam-se à agricultura e à criação de gado, conheciam a fundição de ferro e a fiação de algodão e praticavam um ativo comércio com os árabes.

Nos reinos e impérios antigos, a base da produção eram as unidades familiares; as famílias tinham suas "machambas", ou roças, e uma parte dos alimentos produzidos era entregue aos chefes das aldeias.

Os primeiros portugueses chegaram a Moçambique em 1498, chefiados por Vasco da Gama. Seu interesse concentrou-se, inicialmente, no comércio de ouro e marfim, dominado anteriormente pelos árabes. Para garantir as rotas comerciais, Portugal iniciou a ocupação das terras com o envio de colonos que se fixaram primeiramente no vale do rio Zambeze. Nas terras férteis ocupadas, a produção agrícola era obtida através do trabalho forçado das populações locais, submetidas aos colonos pelo poder de suas armas. Frequentemente a mão-de-obra era conseguida por meio de alianças com os chefes locais, a quem os colonos ofereciam armas e munições.

Entre os séculos XVI e XIX, aos comerciantes vieram juntar-se missionários e soldados, e foram surgindo as primeiras povoações em que viviam as famílias portuguesas.

Na segunda metade do século XVIII, outro comércio passa a atrair os portugueses: o comércio de escravos. Desenvolveu-se, então, um novo tipo de relação com os chefes tribais: armas e munições em troca de escravos, obtidos nas guerras entre as tribos. Esse comércio representou, para Moçambique, uma perda significativa de força para trabalhar: em 1819, só do porto da ilha de Moçambique foram embarcados cerca de 7.920 escravos.

As primeiras tentativas sistemáticas para criar em Moçambique um sistema de administração colonial ocorreu após a Conferência de Berlim (1884-1885) quando os países colonia-

listas tentaram chegar a um acordo a respeito da partilha da África. O primeiro passo foi a ocupação militar e, para efetivá-la, Portugal enviou para Moçambique um grande contingente de soldados. A ocupação militar se estendeu até 1920. Em seguida, o Estado colonial procurou instalar na região seu aparelho administrativo.

Portugal não dispunha de recursos financeiros para explorar a colônia. Por outro lado, sendo um país essencialmente agrário, não tinha grandes necessidades de matérias-primas, pois suas indústrias eram pouco desenvolvidas e em grande parte dominadas por estrangeiros, principalmente ingleses. Assim, sob o ponto de vista de Portugal, a solução mais conveniente foi o arrendamento das terras da colônia para companhias estrangeiras. Essas companhias, que chegaram a ocupar dois terços do território moçambicano, passaram a controlar política, administrativa e juridicamente os habitantes das terras arrendadas. A produção orientou-se para os produtos que tinham um mercado garantido na Europa: algodão, arroz, milho, cana-de-açúcar, sisal e copra.

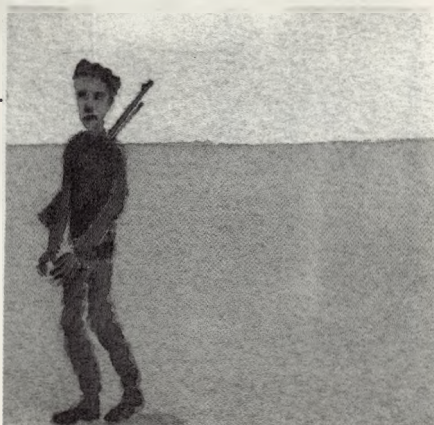
A instituição de pesados impostos transformou grande parte dos camponeses em trabalhadores assalariados, desviando-os do cultivo de suas machambas para obter o dinheiro necessário ao pagamento devido. A imposição do cultivo dos produtos para exportação nas machambas dos camponeses e a sua posterior compra a preços reduzidos constituiu-se em outra fonte de lucros. O trabalho forçado (xibalo) também tornou-se freqüente, não apenas na produção agrícola das grandes companhias mas ainda na construção de estradas, portos e edifícios.

Essa situação, aliada ao desenvolvimento da mineração de ouro e carvão na região do Transvaal, a partir do final do século XIX, levou muitos moçambicanos a deixarem seu país em busca de trabalho na África do Sul. A emigração de trabalhadores tornou-se uma nova fonte de rendimentos para Portugal: em função de um acordo estabelecido com a África do Sul, 60% dos salários eram pagos ao governo português, em barras de ouro, conforme um preço oficialmente estabelecido; o pagamento era transferido aos trabalhadores e suas famílias em escudos, sendo a conversão feita aos preços de mercado, mais altos. A diferença entre o preço oficial do ouro e os preços de mercado constituía um ganho para o governo português.

Outra consequência da expansão da mineração da África do Sul foi o desenvolvimento do sistema de transporte moçambicano: os produtos da mineração destinados à exportação eram escoados através das estradas de ferro e portos de Moçambique, proporcionando outra fonte de divisas para Portugal.

Estavam estabelecidas, assim, as bases de uma dependência cujos efeitos funestos se fariam sentir com grande intensidade no futuro.

Durante o governo de Salazar, procurou-se reforçar o papel de Moçambique como exportador de matérias-primas baratas para as indústrias portuguesas e como mercado consumidor dos produtos manufaturados provenientes da Metrópole. Os contratos com as companhias não foram renovados e em seu lugar surgiram as grandes plantações de propriedade dos portugueses. Estabeleceu-se um sistema compulsório para o cultivo do algodão e arroz, e o trabalho forçado, que havia sido abolido em 1930, ressurgiu nos anos 40, para assegurar a mão-de-obra para as plantações. As indústrias locais foram desesti-



muladas e, nesse contexto, apenas se desenvolveram algumas indústrias destinadas ao processamento preliminar das exportações e para a produção de bens de consumo mais simples.

No início dos anos sessenta, a situação internacional, bem como a própria situação interna levaram a mudanças na política de Portugal com relação a Moçambique.² Os trabalhos forçados e o cultivo compulsório foram abolidos, estimulou-se a industrialização para substituir importações de bens de consumo, desenvolveu-se a infra-estrutura e promoveu-se a reabertura para o investimento estrangeiro.³

As informações disponíveis indicam que a economia moçambicana teve um crescimento econômico significativo durante a década de sessenta. A taxa média de crescimento do PNB, no período, foi de 4,8%. A renda per capita aumentou em 3,4%, chegando a US\$ 240 em 1970. O valor das exportações apresentou uma taxa de expansão de 7,9% ocorrendo paralelamente uma mudança qualitativa na pauta das importações, com a redução da participação dos bens de consumo e aumento da participação das matérias-primas e equipamentos.

Ainda assim, a economia moçambicana chegou aos anos setenta com graves problemas, destacando-se a enorme dependência do setor externo. O comércio externo representava, aproximadamente, 30% do valor do PIB, e as exportações se concentravam em um grupo reduzido de produtos originários da agricultura: algodão, caju e oleaginosas contribuíram, em 1971, com 47% para o valor total das exportações. No intercâmbio comercial, predominavam as relações com a África do Sul e com Portugal. A balança comercial era sistematicamente deficitária e os déficits eram tradicionalmente cobertos, total ou parcialmente, pelos superávits da balança de serviços, onde se situavam as principais fontes de divisas para Moçambique: o pagamento dos serviços de transportes prestados aos países vizinhos e o pagamento dos trabalhadores emigrados.⁴

A economia permanecia predominantemente agrária. A contribuição da agricultura para o PIB era, em 1970, de 40%. Deve-se ressaltar que esse dado subestima a importância da agricultura, uma vez que parcela significativa do setor era constituída por pequenas propriedades familiares, dedicadas essencialmente à produção para autoconsumo, não contabilizada. Neste mesmo ano, 88,7% da população economicamente ativa estavam ligados ao setor primário.

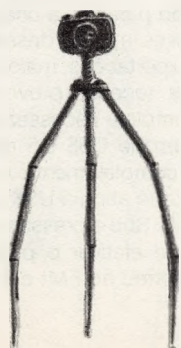
No setor manufatureiro predominavam as pequenas e médias empresas: das 1.488 empresas existentes em 1972, apenas 215 empregavam mais que 100 trabalhadores.

Outras informações contribuem para compor esse quadro do início dos anos setenta. A taxa de mortalidade infantil era, no período 1965-1975, de 89,2 em mil. A densidade populacional, em 1970, era de 10,6 habitantes por km². A rede escolar atendia principalmente à população não-africana, concentrada nos centros urbanos. Nas zonas rurais, onde permanecia a maior parte da população de origem africana, as únicas escolas existentes eram aquelas mantidas pelas missões religiosas.

Foi nesse contexto que se desenvolveu, a partir dos anos sessenta, a luta pela libertação, que culminou com a independência, em 1975.

O PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA E A SITUAÇÃO ATUAL

A independência de Moçambique foi oficializada em 25 de junho de 1975, após um período de lutas armadas que se



estendeu por mais de 10 anos.

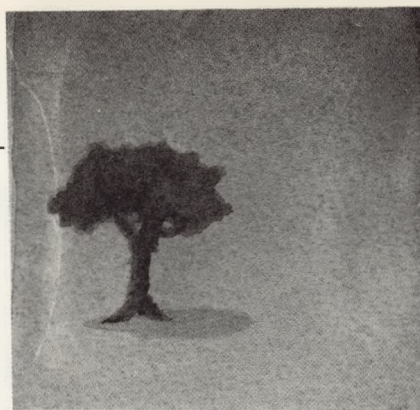
Nos primeiros anos após a independência, ocorreu uma desintegração rápida da burguesia e pequena burguesia colonial, através da emigração. Esse processo, provocado muito mais pela proposta socializante do novo governo do que pela separação política de Portugal, foi acompanhado pela fuga de capitais, destruição de equipamentos e outros atos de sabotagem econômica. Os mais atingidos foram exatamente os setores mais modernos, que eram dominados por não-africanos. Estima-se que, entre 1974 e 1976, o número de residentes permanentes portugueses reduziu-se de 250.000 para cerca de 15.000-20.000. Só os setores portuário e de transporte ferroviário perderam aproximadamente oito mil trabalhadores qualificados e semiqualiificados.

No campo, o abandono das terras pelos colonos, acompanhado do abate de gado ou seu contrabando através das fronteiras com a África do Sul, reduziu drasticamente a produção agrícola e, conseqüentemente, a disponibilidade de produtos para a exportação. Também o abastecimento interno de alimentos e matérias-primas foi prejudicado, pela conjugação da evasão de colonos com a queda da comercialização da produção familiar excedente, em virtude da desestruturação da rede de comércio.

A redução das exportações, aliada à maior necessidade de importações para o abastecimento interno agravaram as condições da balança comercial. A situação de Moçambique em relação ao setor externo já vinha se deteriorando nos últimos anos que antecederam à independência. Ao final de 1974, a dívida externa era de cerca de US\$ 640 milhões. Em 1972, as reservas externas montavam a US\$ 50 milhões. Contudo, em julho de 1975, foi transferido para o novo Banco de Moçambique menos de US\$ 1 milhão em ouro e divisas estrangeiras, sendo a diferença atribuída aos déficits no balanço de pagamentos e à evasão maciça de capitais.

Foi nessa situação que o novo governo se propôs levar a termo uma tarefa que seria extremamente difícil mesmo em circunstâncias normais. O Estado assumiu o controle da economia que passou a ser dirigida através de um sistema de planificação central. A terra e os recursos naturais do solo e do subsolo tornaram-se propriedade do Estado, que passou a determinar as condições de seu aproveitamento e uso. As atividades de saúde e educação foram nacionalizadas e, logo em seguida, também as atividades de mineração e refinação de petróleo. Nas demais atividades produtivas, inclusive agricultura, passou-se a admitir cinco tipos de propriedade: estatal, privada, cooperativa, familiar e mista. O capital estrangeiro, para ser admitido, devia submeter-se aos interesses do país. Os preços foram submetidos a um controle rígido, cabendo ao Ministério das Finanças a formulação da política creditícia e de preços, estabelecendo também as bases para subsídios e margens de lucros permitidas em cada setor.

Ora, a implementação de tal programa exigia um aparelho estatal de grandes proporções e altamente qualificado. Cabe lembrar que, no período colonial, os quadros de nível médio e superior eram preenchidos por portugueses, únicos que tinham acesso à educação formal. Com a independência, o país perdeu quase a totalidade da mão-de-obra técnica e a administração governamental estava completamente desmontada. Além disso, em razão do contínuo abandono de empresas, e para garantir um mínimo da produção, o Estado foi forçado a aumentar sua participação nas atividades produtivas.⁵ A execução do programa de governo esbarrava, pois, em um obstá-



culo concreto, representado pela escassez de recursos humanos.

Havia, ainda, o problema dos recursos financeiros necessários: a urgência em reconstruir a infra-estrutura administrativa, os investimentos em educação e saúde, setores colocados como prioritários pelo novo governo, os pesados encargos com a segurança interna e os aumentos concedidos aos salários, em 1980, pressionavam os gastos governamentais.⁶

Logo nos primeiros anos após a independência, novos problemas vieram somar-se aos já existentes. A partir de 1976, a África do Sul reduziu o número de trabalhadores moçambicanos naquele país, de tal forma que esse número evoluiu de 115.000, em 1975, para 45.000 em 1980. Essa redução significava não apenas uma queda no ingresso de divisas mas também uma maior pressão sobre o mercado de trabalho local. Simultaneamente, o tráfego de mercadorias foi desviado das ferrovias e portos moçambicanos.⁷ Em 1978, a África do Sul rompeu unilateralmente o acordo sobre o pagamento dos salários em ouro, a preços abaixo do mercado. Moçambique perdia, portanto, as principais fontes de divisas com as quais historicamente havia contado. E essa perda ocorreu no período em que as crises do petróleo e a recessão mundial, com a consequente deterioração dos preços dos produtos primários, aumentavam as necessidades do país por divisas.

Apesar de todos esses problemas, os primeiros anos após a independência trouxeram alguns resultados positivos. As estimativas indicam que o PIB cresceu cerca de 2,5% entre 1976-1980. Os serviços de saúde e educação passaram a ser acessíveis à população africana e a taxa de analfabetismo começou a declinar, principalmente entre os jovens. O país estava empenhado na sua reconstrução e as dificuldades iam sendo superadas.

Contudo, a partir de 1980, intensificaram-se os ataques dos bandidos armados, espalhando a insegurança pelo interior do território moçambicano, desestruturando a produção e a rede de comercialização. Entre 1980 e 1983, o PIB caiu em 6,3%.⁸ O setor agrícola foi o mais profundamente atingido pela ação da guerrilha e a redução na produção de alimentos aliada às dificuldades de transporte pelo interior do país começaram a trazer problemas para o abastecimento dos centros urbanos. Até mesmo a alimentação das populações rurais foi prejudicada, com a freqüente destruição das machambas. O resultado foi o desaparecimento dos produtos no mercado oficial e a expansão do mercado paralelo, a chamada "candonga".

A conjugação desses fatores – desestruturação da produção interna, queda das exportações, maior necessidade de importações, redução das receitas provenientes da balança de serviços – levou à completa escassez de divisas. Em 1982, as reservas do país eram de US\$ 0,5 milhão. No ano seguinte haviam se esgotado completamente. Ao final de 1984, a dívida externa de Moçambique atingia US\$ 2,4 bilhões, sendo equivalente a 120% do PIB. Sob a pressão dessa situação, e diante da impossibilidade de efetivar o pagamento do serviço da dívida, o governo recorreu ao FMI e procurou renegociar sua

dívida com o Clube de Paris.⁹

A partir de então, a política econômica sofreu várias modificações. Mesmo antes da ida ao FMI, o governo começou a revisão de seu programa de atuação. Já em 1983, o Quarto Congresso Nacional da Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique, o partido oficial – estabelecia entre suas diretrizes o ajustamento dos preços de alimentos e maior estímulo às empresas privadas, ao lado da ênfase na produção agrícola, principalmente na produção familiar.

O processo de liberação de preços se iniciou em 1985, deixando-se livre de controle alguns produtos alimentícios, principalmente hortigranjeiros. Mais recentemente foi elaborado um novo plano, cuja implementação teve início em janeiro de 1987. Sua inspiração é claramente o receituário ortodoxo, destacando a necessidade de reduzir os déficits orçamentários e apontando como um dos meios para atingir esse objetivo a diminuição dos “processos burocráticos e administrativos na gestão econômica e na determinação de preços e salários”. A moeda nacional sofreu, em seis meses, duas desvalorizações, totalizando cerca de 1.000%. Os salários tiveram um aumento de 200 a 250%, enquanto os aumentos de preços situaram-se entre 300 a 1.000 por cento. Foi aprovada uma nova legislação para regulamentar os investimentos nacionais e estrangeiros, inclusive para o setor mineral e na área do petróleo e hidrocarburetos. O conjunto de medidas adotadas representou, sem dúvida, maior abertura ao capital privado, tanto nacional como estrangeiro. O controle estatal foi reduzido, deixando-se maior liberdade ao mercado.

As autoridades locais e os organismos internacionais estão otimistas em relação à política atual e os reflexos sobre o abastecimento interno se mostram favoráveis: os produtos começam a reaparecer no mercado, as vitrines dos estabelecimentos comerciais voltam a exibir mercadorias, as longas filas impostas pelo racionamento dos produtos básicos estão desaparecendo. Com esse início de normalização do abastecimento, a população em geral demonstra otimismo, apesar da queda do seu poder aquisitivo.

É muito cedo, contudo, para avaliar os efeitos mais amplos da nova política. Há alguns fatos, porém, que não levam a uma interpretação tão favorável. Os índices mais elevados de comercialização não refletem somente aumento de produção. Outros fatores certamente estão contribuindo para isso: o enfraquecimento do mercado negro e o direcionamento da produção para o mercado oficial, em consequência da liberação dos preços; a existência de uma poupança forçada nas mãos da população, resultante do período anterior em que não havia o que comprar. A ação do banditismo armado continua tornando a atividade agrícola impraticável em muitas regiões. A comercialização de mercadorias continua prejudicada, assim como a rede de transportes. A dependência em relação ao exterior permanece muito grande. As fontes anteriores de divisas não foram recuperadas e dificilmente o serão, tendo em vista a deterioração do relacionamento com a África do Sul.

Em resumo, a continuidade da ação desestabilizadora dos bandidos armados ameaça o sucesso de qualquer plano de reabilitação. É possível incrementar a atividade econômica nos grandes centros urbanos, melhor protegidos. Todavia, enquanto persistir a insegurança no interior, a destruição de redes de transporte, de escolas, de produção agrícola, de aldeias inteiras, dificilmente Moçambique encontrará uma solução para a atual crise. □

Vânia Lomônaco Bastos é professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília

Notas

1. Banco Mundial, Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1987. Os países com renda per capita menor são: Etiópia (US\$ 110); Bangladesh (US\$ 150); Burkina Faso (US\$ 150); Mali (US\$ 150).
2. Em 1960, 17 países africanos tornaram-se independentes.
3. Entre as medidas de estímulo ao investimento estrangeiro que foram adotadas, incluem-se a isenção de impostos e a eliminação de restrições para remessa de lucros.
4. Em 1970, o número total de moçambicanos trabalhando em outros países era de 197.000, 76% dos quais na África do Sul.
5. Em 1977, as empresas estatais, incluindo aquelas sob intervenção, contribuíram com 20% do total da produção industrial. Em 1982, essa participação já se elevara para 62%, principalmente devido ao crescimento do número de empresas sob intervenção.
6. Em 1978, os salários foram congelados. Em 1980, foi fixada uma tabela para os salários iniciais, de acordo com a qualificação profissional, que representou um aumento substancial. A partir de então, os aumentos foram pouco significativos.
7. O tráfego de mercadorias internacionais através do porto de Maputo baixou de 6,8 milhões de toneladas, em 1973, para 0,96 milhões, em 1985.
8. O setor agrícola teve a pior performance: queda de cerca de 9,5% na produção do período. Quanto ao setor industrial, a redução da disponibilidade de matérias-primas, a deterioração do equipamento e as dificuldades para a manutenção e reposição de peças levaram a uma queda de 7,8% na produção.
9. Moçambique tornou-se membro do FMI em setembro de 1984.

Resumen

MOZAMBIQUE EN EL DILEMA DE LA MODERNIDAD

Varias causas se han anotado para explicar las enormes dificultades que desafían a la nación mozambicana, por ejemplo las condiciones climáticas adversas, las fallas administrativas del gobierno, pero la más grave es, sin duda, la acción de bandidos armados, financiados por la África del Sur, sobre la estructura productiva del país. Esos factores, sin embargo, constituyen un cuadro explicativo incompleto, pues no muestran la extrema vulnerabilidad de la economía mozambicana frente a circunstancias internas y externas. Para entender mejor los caminos que desembocaron en la actual crisis, es necesario conocer un poco la historia de Mozambique.

Abstract

MOZAMBIQUE AT THE DEADLOCK OF MODERNITY

Several causes have been settled on to explain the tremendous difficulties the Mozambican nation have to cope with: adverse weather in recent years, and administrative shortcomings on the part of the government, among others. The most serious, however, is the action of South African-financed armed banditry that strikes deep at the country's productive system. These factors alone, though, are an incomplete explanation. They ignore the extent to which Mozambique's economy is prone to internal and external disruption. One needs to know a little of Mozambique's history to understand more fully the roads that led to the present crisis.

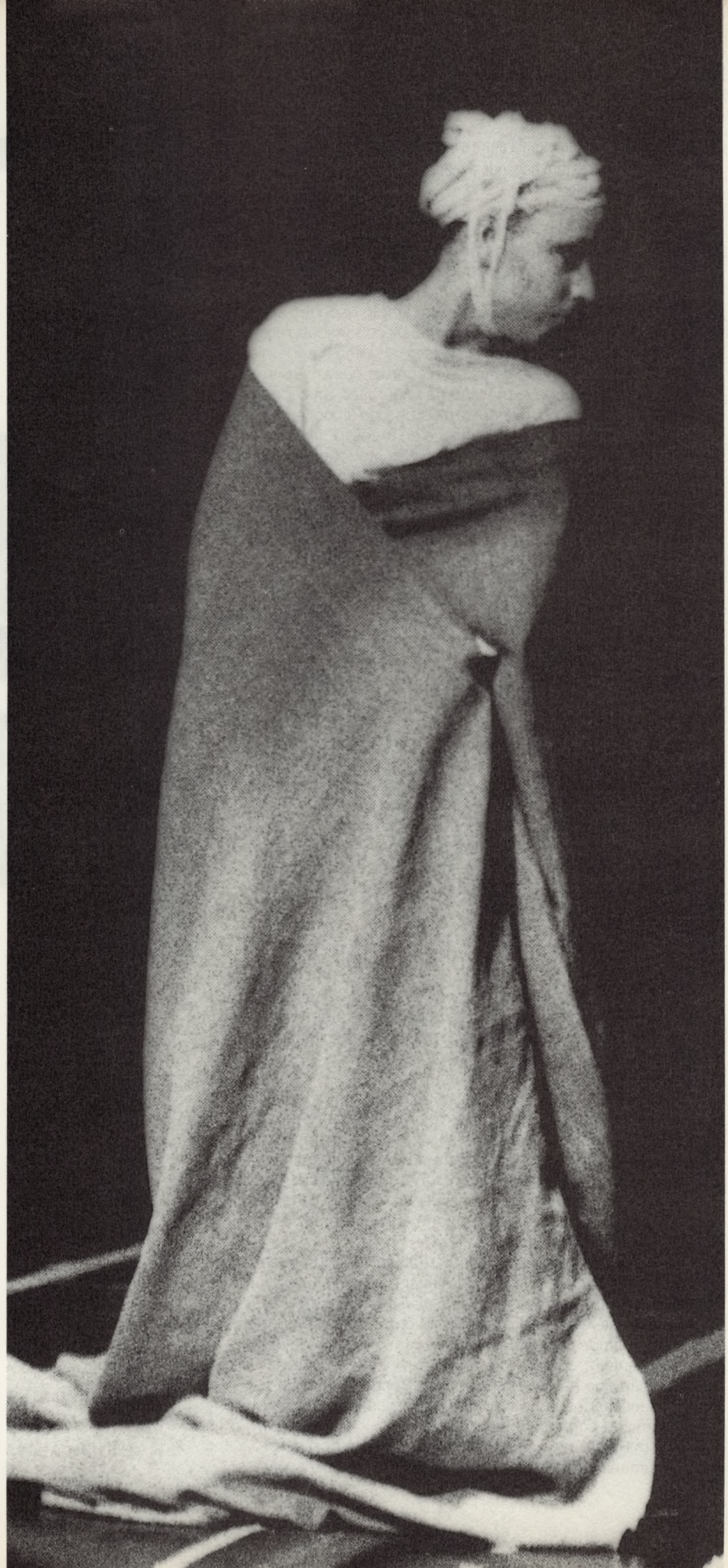


CORPO-A-CORPO PELA VIDA

Estamos vivendo um período de transição no que diz respeito à nossa atitude para com o corpo. A etapa de mudança, como tudo o que nos concerne como pessoas, implica crise, desequilíbrios, polaridades. Num extremo se encontra a sociedade autoritária e repressiva, de larga tradição anticorpo — ainda pesa em nossas vidas ocidentais a tradição judaico-cristã. No outro extremo, surgem diversos movimentos que desafiam essas tradições, entre os quais o feminismo ocupa um lugar importante. Nosso corpo é o melhor aliado da vida.

ELGA PÉREZ-LABORDE
Tradução Marcos Bagno

Fotografias Ricardo Junqueira



"Enquanto persistir a dicotomia entre o interno e o externo, entre a mente e o corpo, o homem estará negando a realização total de sua potencialidade como ser sensível".

LOWEN

Do ponto de vista do corpo, e portanto, também, a partir dos outros pólos que concernem o ser humano, vivemos numa sociedade enferma, cujos sintomas podem ser identificados através de um amplo espectro social entroncado com valores culturais, econômicos, religiosos e políticos. Alguns desses sintomas podem-se observar na ampla gama de exacerbações em torno do sexo, na variada expressão das neuroses, ansiedades, cultos (à pornografia, por exemplo), na droga, no alcoolismo, etc. Esses últimos representam a outra face do excesso: simbolizam a única chave que permite abrir a porta às emoções e sensações profundamente bloqueadas, em indivíduos que foram vítimas da repressão desde muito cedo.

O estopim que conseguiu desintegrar essa unidade maravilhosa que é a saúde do indivíduo, e que original e naturalmente equilibra suas expressões física, sexual, emocional e mental, foi, justamente, a repressão.

Nossa cultura é anticorpo. Temos sido alimentados, há séculos, pela idéia do corpo como fonte de pecado. A tendência da cultura ocidental tem sido igualar o corpo à carne e a mente ao espírito. Como resultado disso, a mente foi considerada o aspecto superior da existência do homem, enquanto que o corpo foi relegado a um papel inferior ou secundário.

Os argumentos que se dão para justificar as causas de tal atitude são muitos, e todos têm algo de verdadeiro. Analisaremos algumas dessas razões sem nos esquecermos de que cada dia se tornam mais evidentes as conseqüências nefastas que essa situação tem provocado na saúde psicofísica de gerações de seres humanos. Repercussões na saúde individual e social, que desde Freud e a partir dele ficaram a descoberto, confirmam que houve um grande erro. Por este erro a sociedade atual está pagando um alto preço, que inclui entre outras coisas o pânico a esta nova peste que é a AIDS.

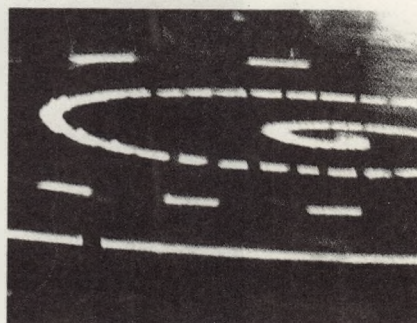
ATITUDE ANTICORPO É ANTIVIDA

À luz das novas terapias e a partir da psicanálise, hoje se sabe que há uma profunda relação entre psique, emoções, impressões, que a mente recebe, e nossa estrutura exterior. Esta relação assume duas expressões: a do corpo que as abriga e as da personalidade.

Em outras palavras, o corpo é um reflexo deste mundo interior, que, por seu turno, se reveste de uma máscara ou personalidade para mostrar-se aos demais, para entrar no jogo de relações. Realmente, o que vemos é só uma parte ínfima. Tal como um *iceberg*, o verdadeiro eu do indivíduo está submerso, e infelizmente muitas vezes num mar escuro e tortuoso, devido a esta herança de repressões que bloqueiam desde sua concepção à espontaneidade de seu ser.

As técnicas modernas de psicoterapia incluem um arsenal de recursos para conseguir restabelecer a harmonia psicofísica. Pouco a pouco, as pessoas mais afetadas descobrem a relação que existe entre seus conflitos psicológicos e suas enfermidades e atitudes físicas. Assim chegam à bioenergética¹, à psicocalistenia, à eutonia, ao yoga. Previnem-se contra a estreita relação que há entre suas tensões, seus bloqueios emocionais, seus medos, suas frustrações e os nós ou couraças que imobilizam seu corpo.

Wilhelm Reich, o mais revolucionário investigador da sexualidade humana depois de Freud, criador de técnicas para o



A DANÇARINA ELIANA CARNEIRO É A PROTAGONISTA DAS FOTOS.

desbloqueio, dizia que todo ser humano traz em torno de si uma verdadeira couraça. Não uma couraça de metal, como as dos cavaleiros medievais, que ao menos podiam livrar-se delas findos os torneios e batalhas; mas uma muito mais pesada e incômoda, uma couraça viva, gerada pela tensão e pela rigidez crônica dos músculos.

Reich apontava, ao lançar as bases do que hoje chegou a transformar-se na multifacetada ciência das terapias de integração corpo-mente, que essa rigidez e tensão existem em razão direta das pressões de ordem psicológica que marcaram a infância da pessoa.

Descobriu, da mesma forma, que a partir do momento em que a couraça se estrutura, a pessoa passa a ter uma barreira entre seu mundo interior e o meio ambiente. Trata-se de uma espécie de congelamento da vida, uma interrupção da energia biológica, que Reich chamou *orgone* e que os orientais conheciam há milênios sob os nomes de *Ki* ou *Prana*.

Neste bloqueio da energia estaria a origem de todas as doenças. Sobre estes conceitos se baseia a medicina oriental, a acupuntura, o *do-in* ou digitopuntura, tão em voga.

Sob o efeito do bloqueio, sucumbe a vitalidade do indivíduo, seu equilíbrio orgânico-psicológico, a disponibilidade para a vida, para o prazer, para a plenitude. Em contrapartida, hipertrofia-se a atividade mental. O ser humano se torna excessivamente racional, com um orgulho desproporcionado de seu intelecto. O homem já não chora com seu peito, mas intelectualiza seu pesar; não geme com seu orgasmo, mas pensa se esteve bem (ou mal); não esgota seus medos, mas se anestesia com calmantes; não ri com a barriga, nem ama com a alma. Está robotizado, paralisado, reprimido e, como consequência, deprimido. Mais perto da morte que da vida.

A ALIENAÇÃO INTELECTUAL (uma teoria antropomórfica)

O psicoterapeuta e psiquiatra Alexander Lowen postula que, talvez, uma das razões para essa atitude de negação do corpo provenha da posição ereta do homem, que elevou sua cabeça por sobre o resto do corpo. Acrescenta outras observações: "O cérebro humano é único no mundo animal. A habilidade do homem para pensar e raciocinar abstratamente ainda nos surpreende. É lógico, portanto, que o homem tenha identificado sua mente com Deus. Esta idéia está expressa na Bíblia".

Lowen alega que o conhecimento foi tão importante para o desenvolvimento da civilização que parecia justificável negar as exigências de igualdade do corpo. Escreve: "O corpo humano não difere muito do dos demais mamíferos, apesar de ser-lhe exclusiva a mente consciente. Havendo descoberto este fato bem tardiamente no transcurso de sua história evolutiva, o homem domina todos os outros animais, considerando-os com desdém e desprezo. Voltou-se contra seu corpo tanto porque ele representa sua natureza animal, como porque faz parte da natureza, enquanto sua mente é exclusivamente sua. O homem crê que é dono de sua mente, mas nunca possuirá totalmente seu corpo. Neste se verificam processos que ele, homem, jamais compreenderá ou poderá controlar: as batidas do coração, o aparecimento de emoções, a ânsia de amor. Como a mente não pode controlar inteiramente o corpo, tem medo dele, assim como das forças da natureza".

Isto seria quanto à origem dos preconceitos contra o corpo. Por seu turno, Reich, que desafiou todas as convenções sócio-políticas no rastro de Freud (por isso morreu na prisão), aventurou-se com todos os tabus que divorciaram o ser humano de seu corpo e especialmente de sua sexualidade.

AUTORITARISMO MILENAR (uma teoria sócio-política)

Wilhelm Reich afirma que a negação do corpo reflete uma cultura patriarcal e autoritária de seis mil anos, tipificada por um encorajamento do caráter contra sua própria natureza interior e contra a miséria social que o rodeia.

A seu ver, essa couraça do caráter é a base do isolamento, da indigência, do desejo de autoridade, do medo à responsabilidade, da ânsia mística, da miséria sexual, da neurose, da impotência, etc. Escreveu: "O homem se alienou a si mesmo da vida e cresceu hostil a ela. Essa alienação não é de origem biológica, mas sócio-econômica. Não se encontra nas etapas da história humana anteriores ao desenvolvimento do patriarcado".

Alega que a formação das massas no sentido de serem cegamente obedientes à autoridade se deve ao autoritarismo que começa no seio do lar, na estrutura hierárquica familiar. Assegura que a supressão da sexualidade nas crianças e nos adolescentes é a principal maneira de se conseguir essa obediência. E chega a atribuir as enfermidades psíquicas ao caos sexual da sociedade.

"Durante milhares de anos, esse caos teve a função de sujeitar psiquicamente o homem às condições dominantes de existência e de interiorizar a dinâmica externa da vida. Ajudou a efetuar o encorajamento psíquico de uma civilização mecanizada e autoritária, tornando o homem incapaz de atuar independentemente".

Atribui, como causa imediata, muitos males desoladores ao fato de que o homem é a única espécie que não satisfaz a lei natural da sexualidade. Esta insatisfação, alimentada por uma atitude negativa ante a vida e o sexo, conduz o homem à ânsia neurótica de prazer, que tem uma expressão fisiológica nos espasmos musculares crônicos.

Na ânsia neurótica de prazer estaria, para Reich, a base de certas concepções negadoras de vida, produtora de ditadores. Estaria a necessidade fabricada que têm os homens e os povos de serem dependentes. Nesta ansiedade neurótica estaria a própria essência do medo de um modo de vida independente, do medo à liberdade. "Esse medo se torna a mais significativa fonte de força para qualquer forma de reação política e para a sujeição da maioria dos homens e mulheres que trabalham de maneira dependente. É um medo biofisiológico".

O SENTIMENTO DE CULPA

Uma sociedade repressiva gera poderosos e obscuros sentimentos de culpa. Eles atuam a partir desta parte submersa de nossa personalidade. Alexander Lowen explica como surge o sentimento de culpa que está por trás de todas as neuroses e frustrações humanas e que se expressa, também, sob forma de tensões musculares crônicas.

"Não se trata de uma emoção verdadeira originada pela experiência do prazer ou da dor. Suas raízes não estão nos processos biológicos do corpo. Com exceção do homem, não se encontra no mundo animal. Presumiremos, portanto, que a culpa é produto da cultura e dos valores que caracterizam a cultura. Esses valores estão incorporados nos princípios morais e nos códigos de comportamento, ensinados a cada criança pelos pais, fazendo parte da estrutura do ego da criança".

Lowen explica que, por exemplo, a maioria das crianças aprende que não é certo mentir. Se aceitam tal princípio e em seguida dizem uma mentira, sentir-se-ão culpadas. Se se rebelam contra este ensinamento, entrarão em conflito com seus pais, o que também acarretará sentimentos de culpa.

O problema é ainda mais complicado, diz Lowen, quando se sabe que não é certo dizer mentiras em situações de confiança. Não é certo porque provoca mal-estar. Existe, portanto, uma justificativa no preceito moral de que não se deve mentir, mas

essa justificativa biológica é raramente utilizada no ensinamento de princípios éticos. Ao contrário, os pais se baseiam em atitudes doutrinárias, que tornam rígidos os princípios morais, dissociando-os de sua conexão com a vida emocional do indivíduo. "O princípio moral, que se transformou em regra autoritária, entrará certamente em conflito com o comportamento espontâneo do indivíduo guiado pelo princípio prazer-dor".

Por outro lado, Lowen reafirma o fato de que a cultura sem um sistema de valores não tem sentido. A cultura em si mesma é um valor positivo. "A sociedade sem um código aceito de comportamento fundado em princípios morais degenera em anarquia ou ditadura. À medida que o homem desenvolveu a cultura e transcendeu o estado simplesmente animal, a moralidade tornou-se parte de sua maneira de viver. Mas essa era uma moralidade natural baseada no sentimento do que era certo ou errado, especificamente, do que proporcionava prazer em contraste com o que produzia dor".

Em resumo, a moral não se estruturou por interesses criados de domínio ou ambições de certos indivíduos ou grupos sociais, mas por uma natural procura de bem-estar das pessoas, no plano individual e da convivência social.

Como surge o sentimento de culpa? Segundo Lowen, quando o juízo moral negativo é imposto a uma função corporal que se encontra fora do controle do ego ou do consciente. Por exemplo, sentir-se culpado por desejos sexuais não faz sentido no nível biológico. Os desejos sexuais representam a reação natural do corpo a um estado de excitação, desenvolvendo-se independentemente da vontade. Têm sua origem nas funções de prazer do corpo. Se o desejo sexual é considerado negativo do ponto de vista moral, isto significa que a mente consciente se voltou contra o corpo. Quando tal se dá, rompe-se a unidade da personalidade.

Lowen afirma que em todos os indivíduos perturbados emocionalmente existem sentimentos conscientes ou inconscientes de culpa que quebram a harmonia interna da personalidade. Afirma também que é o sentimento de culpa que faz as pessoas atuarem de maneira destruidora, impedindo os processos naturais de auto-regulação do corpo. "É o sentimento de culpa que corrói o poder do ego, que leva a querer controlar o comportamento nos interesses do indivíduo e da comunidade. Em toda criança obediente há um traço de rebelião que pode irromper a qualquer momento. Em toda pessoa sexualmente reprimida há tendências à perversão. Todo indivíduo carente de prazer vive com a tentação de dar uma escapada que promete diversão".

Daí resulta que os esforços terapêuticos, em grande parte, são dirigidos no sentido de remover sentimentos de culpa e fazê-los conscientes a fim de restaurar a integridade da personalidade.

Daí também resulta preocuparmo-nos com a saúde individual, como base da saúde social. Se a repressão, gerada ao longo da história por diversas causas, nos conduziu a um estado lamentável de coisas, é hora de refletir e tornar consciente em nível coletivo o grau de responsabilidade que temos frente ao caos.

Em termos gerais, essa permanente frustração da natureza humana cobra seu preço. Wilhelm Reich opina que as guerras, e por conseguinte a morte de milhões de pessoas são o resultado de uma manifesta negação social da vida, para a qual contribuem enormemente os sistemas repressores da sexualidade.

DO CORPO

O prazer é um grande gerador de culpa em nossa sociedade. Homens e mulheres o assumem com o rabo entre as pernas, isto é, com vergonha. Porque uma grande maioria de homens e mulheres se auto-anularam. Vivem como zumbis, sem corpo, só cabeça. Frigidez e impotência em diversos graus representam um quadro comum nas estatísticas latino-americanas.





Outros, como reação e obedecendo à lei do pêndulo, vivem desenfreadamente a busca dos prazeres. Pagam qualquer preço pela satisfação dessas necessidades neuróticas de prazeres. E naturalmente há um mercado habilmente sustentado para eles.

Todos, em alguma medida, estão enfermos.

É hora de assumir nosso direito ao prazer e à alegria de viver. As pessoas ainda têm medo de entregarem-se totalmente ao impulso e às sensações. Isso não representa perigo algum quando é feito com consciência e com objetivos claros. Lowen explica que o prazer é próprio de qualquer atividade quando ocorre uma relação total entre a mente e o corpo.

Além de tudo, a alma do ser humano se encontra no corpo. Os terapeutas modernos nos ensinam: o prazer representa a íntima e subjetiva experiência da saúde. Esta é indivisível; inclui tanto a idéia de bem-estar físico como psicológico. A pessoa não pode estar mentalmente sã e fisicamente enferma ou vice-versa. E mais ainda: o amor como emoção surge do prazer. O prazer e a alegria se originam de amar e ser amado.

Para conhecer qualquer forma de prazer devemos aceitar nosso corpo, conhecê-lo, saber suas pulsações, suas necessidades e suas respostas. Prazer e dor são os princípios que guiam o comportamento. Se estamos em contato com nosso próprio corpo não nos tornaremos pessoas deprimidas. Lowen escreve: "a pessoa em contato com seu corpo sabe que o prazer e a alegria dependem de seu funcionamento apropriado. Está consciente das tensões físicas e sabe o que as causa. Sabe tomar medidas apropriadas para restaurar as boas sensações corporais. Não tem ilusões sobre si mesma e sobre a vida. Aceita seus sentimentos como expressões de sua personalidade sem dificuldade em verbalizá-los".

E mais: a liberação de emoções reprimidas é a cura da depressão.

O importante é começar a entrar em contato com o próprio corpo e este processo, uma vez iniciado, nunca termina. Para tanto existem técnicas e terapeutas, mais a vontade de chegar a conhecer-se a fundo e aumentar o grau de consciência. Isto não que toca o problema do ponto de vista individual. Mas, como o vimos, o problema tem duas faces: uma individual, outra social. E toca todos os interesses.

No nível social, o equilíbrio se restaurará através da liberdade e da expressão do conhecimento. Liberdade para viver em harmonia com as leis da natureza, o que implica deixar que o ser humano flua em todas as suas expressões. E conhecimento da verdade, da verdade de si mesmo, de suas necessidades e satisfação. A verdade dos homens tem corpo, mente, sexo e sentimentos. A soma de tudo isso pode dar uma sociedade sã, desde que se canalizem os recursos para sua satisfação e seu desenvolvimento.

Temos vivido séculos de obscurantismo e ignorância, repressão e sofrimento. As mulheres têm sido duplamente vítimas dessa situação. Até as democracias nos têm sido desfavoráveis. A marca da repressão e da ignorância, nós a encontramos em milhares de mulheres dependentes, que continuam a morrer sem conhecer esse orgasmo tão desesperadamente buscado, mais cheias de responsabilidades e deveres que de direitos e prazeres.

Wilhelm Reich é categórico a este respeito: "O homem é um ser desamparado quando lhe falta o conhecimento. O desamparo causado pela ignorância é o fertilizante da ditadura. Um sistema social não pode ser chamado de democrático se tem medo de propor questões decisivas, de encontrar respostas insólitas e de entrar em discussão a respeito destas perguntas e respostas".

Os clamores das cada vez maiores minorias (feministas,

homossexuais, doentes de AIDS, os que temem contrair a doença, etc.) poderiam encontrar um caminho de recuperação e satisfação apenas num sistema de verdades. Reich conclui: "Somente se Deus e a lei da natureza forem idênticos poderá haver um entendimento entre ciência e religião. A "moralidade" é ditatorial quando confunde com pornografia os sentimentos naturais da vida".

Se refletirmos sobre todos estes conceitos, poderemos medir em que grau de enfermidade se encontram nossas democracias latino-americanas e em que ponto de gravidade as ditaduras. Só cabe esperar que as enfermidades crônicas se agudizem e que as graves dêem um salto em direção à vida.

Repressão e ditadura, de um ponto de vista social, exprimem uma sociedade enferma. Repressão anticorpo, do ponto de vista individual, significa antvida. Não nos podemos esquecer de que a relação indivíduo-sociedade é inseparável. Se queremos sociedades sãs, devemos lutar por governos que protejam o indivíduo em sua concepção integral. Isto é, em seu desenvolvimento físico (alimentação, educação, habitação etc.), o qual deve repercutir em sua saúde mental, portanto emocional e sexual, através do estímulo de sua natureza.

Somente seres satisfeitos, amados e orgâsmicos serão capazes de criar uma sociedade diferente e equilibrada. □

Elga Pérez-Laborde é chilena, jornalista formada pela Universidade do Chile, com estudos especiais em psicologia, bioenergia, eutonia, filosofia e arte. Mora há 3 anos em Brasília e é professora do Instituto de Cultura Hispânica e do CEUB.

Nota

1. Técnicas de psicorelaxamento. Ajudam a dissolver tensões, reeducam a respiração, modificam o tônus muscular, ósseo, e ajudam a ter consciência do corpo e seus mecanismos.

Referências Bibliográficas

1. A revolução sexual, Wilhelm Reich. Zahar Ed., 1976.
2. A função do orgasmo, Wilhelm Reich. Brasiliense, 12. ed., 1986.
3. O corpo em depressão, Alexander Lowen. Summus.
4. Exercícios de bioenergética (O caminho para uma saúde vibrante agora), Alexander e Leslie Lowen.
5. Prazer (Uma abordagem criativa da vida), Alexander Lowen. Summus.
6. Medo da vida (Características da realização pessoal pela vitória sobre o medo), Alexander Lowen. Summus, 1986.

Resumen

CUERPO A CUERPO POR LA VIDA

Estamos viviendo un período de cambios en relación a nuestra actitud hacia el cuerpo. La etapa de transición implica crisis, desequilibrios, polaridades. En un extremo se encuentra la sociedad autoritaria y represiva de larga tradición anti cuerpo, pues todavía pesa en nuestra cultura occidental la tradición judaico-cristiana. En el otro, surgen diversos movimientos que desafían esas tradiciones; el feminismo por ejemplo ocupa un lugar importante. Nuestro cuerpo es el mejor aliado de la vida.

Abstract

HAND-IN-HAND FOR LIFE

We are experiencing a transition phase as far as our attitude to our bodies is concerned. Like all that affects us as people, this phase of change ushers in crisis, imbalances, polarities. At one extreme is the authoritarian, repressive society with its longstanding anti-body tradition – the jewish-christian tradition still runs deep in our western lives. At the other extreme, one sees the rise of several movements that challenge these traditions. Feminism ranks high in this camp. Our bodies are our best ally in life.

MAURA BAIOCCHI

DANÇANDO NAS RUÍNAS DA ALMA

O Butoh é conhecido como a dança das trevas, dança da revolta ou dança dos sobreviventes de Hiroxima. Maura Baiocchi, dançarina-atriz brasileira que viveu, estudou e dançou no Japão, descobriu no Butoh possibilidades vertiginosas de revelação do absoluto: "Deus é musculatura".

C E L S O A R A Ú J O E
S E V E R I N O F R A N C I S C O



ETERNAMENTE/ELA/NA RUA/AMOROSAMENTE NUA/DENTRO DO VESTIDO/VAZIA/QUIETA COMO PEDRA COMPACTA/FÓSSIL FOGO, ÁGUA, VEGITAL/PURO RITMO E SOPRO MATERNAL

Brasília, ainda que nova, artificial e difícil, vem gerando seus frutos maduros. Revelações de uma terra-cidade-época em que vertigem e lucidez são sinônimos. Assim caminha a arte. O final do século XX põe suas cartas na mesa. Uma dançarina-atriz que já condensa em seu corpo as tensões criadoras que hão de vir trabalhar atualmente seus espetáculos-espelhos a partir da cidade em que se deu seu lançamento: Maura Baiocchi, paranaense de São João do Caiuá. Hoje, ela é uma das únicas artistas brasileiras a fazerem ponte com uma das mais intensas correntes da dança contemporânea: o Butoh, originário do Japão na década de 60 e agora já se insinuando em outras vertentes culturais, a ponto de influenciar praticamente todos os grandes nomes da dança mundial. Maura Baiocchi declara trabalhar com os esplendores do kitsch, dos resíduos e destroços pairando na paisagem.

Pequena ainda, aos 5 anos, ela era baliza nas festas de 7 de setembro. Nasceu impelida pelos jogos corporais. Ela chega a Brasília aos 8 anos de idade, em 1964, idade "ociosa" por excelência. E seus primeiros passos em dança são na escola clássica, estudando nas academias pioneiras de Lúcia Toller e Norma Lília. Já na década de 70, através de Regina Miranda (método Laban) e Hugo Rodas (improvisações e teatro), ela mergulha em estilos eminentemente modernos. É um tempo de formação contínua, em que estuda no Balé Stagium e faz aulas-colaborações com Sônia Mota, Eliana Carneiro e Iara de Cunto (grupo Asas e Eixos). Data de 78 sua primeira coreografia experimental e autônoma – *Bumerangue* –, uma agressão agri-doce sobre os cânones de então. Década de 80 e ela cria suas performances de rua, intervenções em exposições de artistas como Wagner Hermuche. Em 86, ao lado de Eliana Carneiro (outro nome fundamental à dança brasileira de agora), ela realiza um *Du-Elo*, em que toda a possessão do corpo atinge seus limites, o que faz com que Kazuo Ohno, um "deus" do Butoh, se emocione às lágrimas e convide-a para ir estudar no Japão.

"As pessoas detestavam, queriam matar a gente", recorda-se Maura Baiocchi, que já fazia remixagens com os sons do corpo e se via compelida a criar sua própria coreografia, sua própria direção, sua própria luz. A solidão exige. Em 87, Maura estuda em Yokohama e Tóquio com Kazuo Ohno e faz performances, assinando a música em parceria com Kazuo Uehara. É destaque no importante Hinoemata Performance Festival. Uma dança que sai do umbigo e atinge o universo. O corpo se dilata. Com o grupo de Min Tanaka, o Maijuku Grupo, também descobre outras possibilidades do Butoh. A dança se descobre enquanto oração bélica e vertiginosa revelação dos absurdos. É aí que, revirando camadas ancestrais de seu próprio corpo, Maura dança para os japoneses sua versão dos deuses e entidades afro-aborígenes do Brasil, revelando os mistérios de uma cultura kitsch por excelência. Abrindo as portas, fazendo o espaço proliferar em escândalos, ela realiza o poema geral.

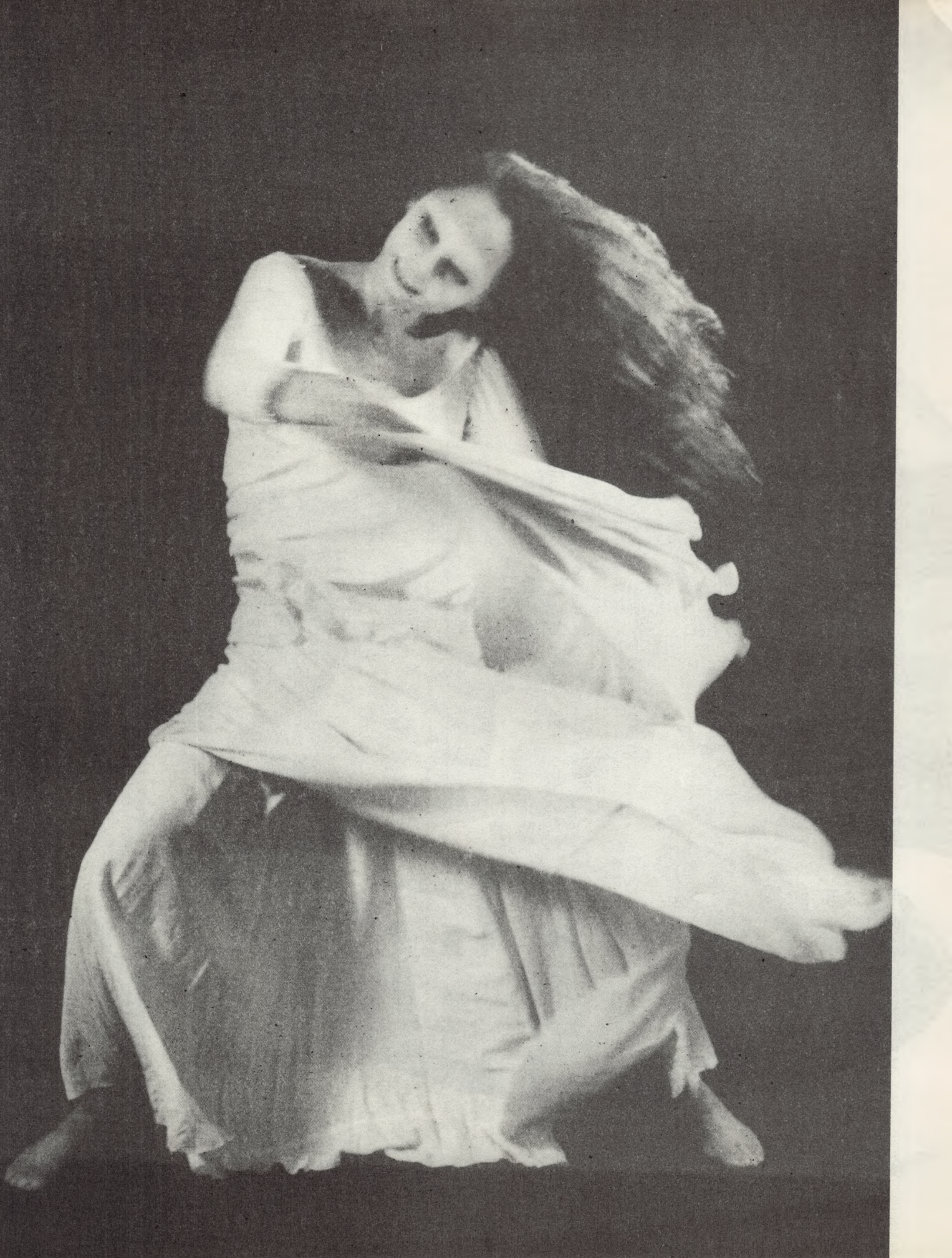
O Japão é hoje em dia o país do shopping center, mas é

também o país em que o sagrado continua se estabelecendo em suas prerrogativas de espanto. Maura lembra que muitas vezes o público japonês deu moeda a seus pés, como forma de manifestar seu apreço ao sagrado que dali emanava. O cenário transforma-se em oratório, de onde fluem as coisas mínimas, os fluxos anímicos. Ancestral, dança fundamental, "o que nós estamos fazendo é envelhecer". "Meus primeiros sonhos no Japão eram de ponta-cabeça", diz ela, que experimentou conviver com o sentimento de ser forasteiro e habitar sua própria solidão radical. "O Butoh nasceu de uma luta social dos artistas, nasceu dos cabarês e era tido como arte baixa nos anos 50. Hoje, ocupa os melhores teatros do mundo". Passagens pela Coreia, por Bangkok e pela Europa deram os detalhes finais para o vôo-mergulho da atriz-dançarina.

PERDIDA E OBSCENA/CALMA E PERPLEXIDADE/DO LADO DO AVES-
SO/UMA DANÇA NEM BONITA NEM CERTA/NEM ERRADA NEM FEIA/APE-
NAS ANTERIOR E INTENSA/EM SI MESMA MORA – LAR DOCE LAR/EM SI
MESMA MORRE – CORPO CASULO

"O corpo não pode ser retalhado em cabeça, tronco e membros, como estamos acostumados no Ocidente. Ele é físico, é mente, é espírito, é energia". Maura passa a dançar o acaso e o pensamento. "Deus é musculatura". Ela transita necessariamente pelas explosões de um pensamento trágico. E inicia sua própria escrita poética frente a esta dança. O corpo, para ela, se dá em quatro musculaturas. A primeira, a aparente, se limita à pele, às unhas, aos cabelos. A segunda, musculatura profunda, é interna, está nas veias, nos ossos, no sangue, no feixe de músculos. A terceira, musculatura transparente, é mais sutil, intuitiva, instintiva, imaginária, sensacionista e inteligente. A musculatura transparente deixa os personagens que criaram vida virem até nós. E esses personagens podem até mesmo se volatizar ou "se incorporar" em pessoas do público, em formas vivas da natureza. O autor, o performer, é um médium, um mensageiro. A quarta musculatura, musculatura absoluta, não tem limites, restrições, é eterna, infinita e quase mesmo indefinível. O dançarino deve trabalhar (em disciplina e caprichos) todas essas musculaturas, essas entradas para o mundo dos segredos.

Da mesma maneira, ela faz uma clarividente divisão da dança em quatro estágios, ou gerações: danças espontâneas, danças de conquistas, danças transitórias e danças absolutas. As espontâneas são danças ritualísticas, espasmódicas, convulsivas e levam o homem primitivo a comunicar-se com o desconhecido, a reverenciar os fenômenos da natureza. As danças de conquista já implicam uma disputa do espaço, na formação de tribos e marcam o nascimento do espetáculo, dos festivais e da imitação na natureza. A terceira geração, a das danças transitórias, se dá com as escolas e os estilos, indo do clássico ao moderno, e trazendo o apogeu do espetáculo. Aí estão Isadora Duncan, Nijinsky e todos os nomes da dança neste século, desde o dadaísmo à *body-art*. Finalmente, as danças absolutas prevêm a desmistificação total em todos os níveis. O artista passa a ser também um cientista. Ele próprio se determina. Passa a refletir o consciente coletivo, superando um tempo de dores e destruições. Não há mais drogas, competição,





O que é o Butoh

O Butoh (pronuncia-se e também escreve-se butô) é conhecido como a dança das trevas, dança da revolta ou dança dos sobreviventes de Hiroxima. Brasília teve, em 86, a felicidade de provar o gosto dessa estética radical, com a presença imortal de um de seus expoentes, o dançarino Kazuo Ohno, de 80 anos. O Butoh nasceu mesmo na década de 50, como resposta a um estado de morte implantado pela História, no Japão. Os povos dançam suas misérias. O dançarino passa a incorporar o estágio alucinado dos mortos-vivos, figuras saídas de um carnaval de dementes, divindades primitivas, feiticeiros africanos, antigas estrelas de cinema e monges budistas. Cruzando-se com o expressionismo alemão, o surrealismo e o dadaísmo, o Butoh ofereceu a mais espetacular resposta da dança contemporânea aos desafios da forma e conteúdo. Seus três pilares-criadores são Tatsumi Hijikata, do grupo Escuridão Total, Kazuo Ohno e Min Tanaka, além de grupos como o Sankai Juku, que esteve este ano no Brasil sob direção de Amagata-su, do grupo Dairakuda-kan e outros. No Japão, atualmente, são centenas de grupos e espaços que exploram já as diversas revelações do Butoh. Bu, de mãos e pairar, e Toh, de pés e pisar. Uma dança que se faz entre a luz e a obscuridade, a suavidade e a aspereza. Kazuo Ohno, por exemplo, não ensina nada em sua escola, a não ser que o dançarino mergulhe fundo em suas próprias descobertas da vida, da morte e do renascimento. Não é de espantar que até hoje ele tenha recebido uma das mais fantásticas ovações por parte do público brasileiro.

O Butoh saiu do circuito eminentemente *underground* dos anos 60 para o mundo. Em 68, com o espetáculo *Nikutai no Haran* (Revolta do Corpo) se dá a sua consagração. A cena é um mundo transbordante de coisas ocultas a serem reveladas. Não é à toa que Jesus Cristo seja considerado um dos mestres desta dança. O Japão processou todas as informações ocidentais sem jamais esquecer-se de suas próprias raízes e signos. Antunes Filho, o diretor de "Macunaima", declarou por ocasião da vinda de Kazuo Ohno ao Brasil: "Estou tranquilo e seguro para afirmar que o japonês é o melhor teatro do mundo na atualidade". No Butoh, o bizarro é incandescente, os objetos físicos gritam, o humano se expõe em seus descensos e decomposições e, como conclui Kazuo Ohno, "o universo é um anjo", citando o poeta europeu Swedeborg.

individualidade. Naturalmente, essas gerações se interpenetram, mas as danças absolutas, para Maura, só virão com "as grandes utopias realizadas do futuro".

De todo esse esquema bem delineado, apreende-se que o dançarino se faz pelo "desregramento de todos os sentidos". "A técnica é indispensável e deve advir da própria habilidade de cada um em se conduzir no cotidiano, em apreender as transformações e as exigências do mundo." "Quando você trabalha a musculatura absoluta, você tem Prometeu bebendo com os deuses", sintetiza Maura Baiocchi, que no momento faz temporada nacional com o espetáculo **Quando Somem as Borboletas**, sobre música de Guilherme Vaz (um expoente da vanguarda musical) e numa síntese das danças afro-aborígenes, do xamanismo coreano, do Butoh e das danças contemporâneas. Uma música do abismo encontra uma dançarina do abismo. Caminhando em várias direções, ela realiza ainda cursos para crianças, é professora na Faculdade de Artes de Brasília, desenvolve seu método de Dança Fundamental e prepara novos desafios de sua arte "tântrica e afinada", "holística e nômade", na espessura de sua beleza, nas altitudes e profundidades de um corpo siderado, dionisiaco e, por que não dizer, "nietzscheaneamente cósmico". Baiocchi Maura (para usar a inversão japonesa) é uma sereia dançando fora dos mares, sob o apito dos navios incendiados e dos marinheiros castigados de sal, paixão, delírios solares e noites oceânicas.

CORPO CÁRCERE? (ENQUANTO PRESTA ATENÇÃO À DÚVIDA DA PERGUNTA: INSENSO, FRUTO, FLORES, COPO D'ÁGUA E LUZ DE VELA SAUDAM OS MISTÉRIOS) AINDA E POR ENQUANTO: RITMO E CENTELHA/DENTRO DELA/VAZIA E HOSPITALEIRA/VIBRAM/DEBAIXO DO VESTIDO/AMOROSAMENTE TENSA E CONTÍNUA/EM LIBERDADE CRUA/DESCOBRE DE DENTRO DO ABISMO ANCESTRAL/O GESTO EXATO/ABISSAL DE UM TEMPO-NUNCA/ ETERNAMENTE NUNCA.

(Obs: todos os versos em caixa alta são de um poema de Maura Baiocchi chamado Dos Regressos (Das Borboletas).

Celso Araújo e Severino Francisco são jornalistas, repórteres do Correio Braziliense.

Resumen

BAILANDO EN LAS RUINAS DEL ALMA

El Butch se conoce como el baile de las tinieblas, danza de la indignación o danza de los sobrevivientes de Hiroshima. Maura Baiocchi, bailarina y actriz brasileña, vivió, estudio y bailó en Japón donde descubrió que el Butch presenta posibilidades vertiginosas de revelación de lo absoluto: "Dios es musculatura".

Abstract

DANCING IN THE RUINS OF THE SOUL

The "Butoh" is known as the dance of darkness, of revolt, or the dance of the survivors of Hiroshima. Maura Baiocchi, a Brazilian dancer-actress who lived, studied and danced in Japan, has found in the Butoh vertiginous possibilities of revealing the absolute: "God is muscle."

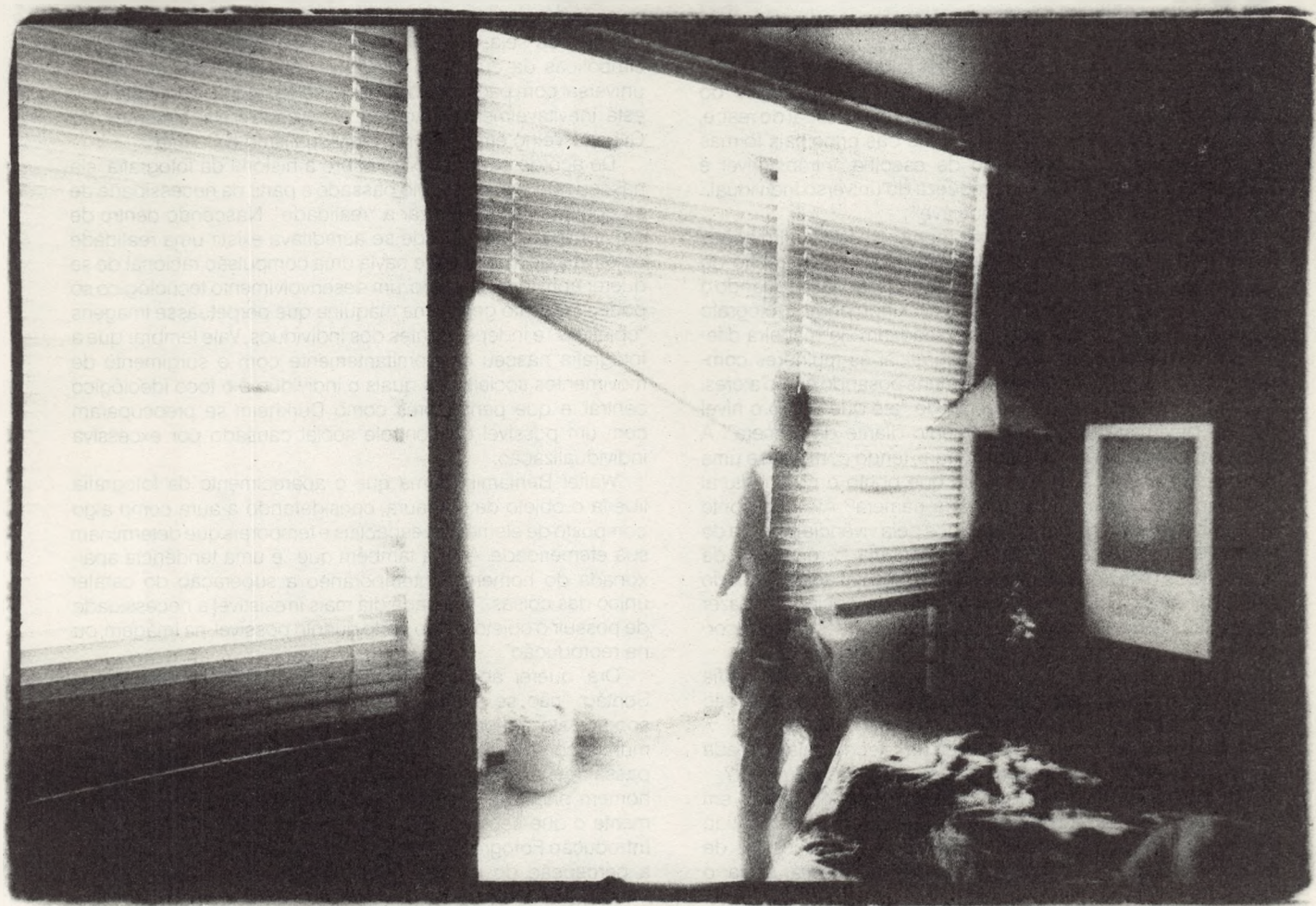


À CAPTURA DO MOMENTO

O autor alinha um roteiro de reflexões surgidas no desenrolar de aulas sobre análise da imagem, relaciona outras realidades, mas se detém na fotografia como meio de expressão individual: um momento de escolha, intransferível e informado pela maior ou menor riqueza do universo individual... Um momento de liberdade inegociável.

M A R C O S S A V I N I

Fotografias Ricardo Junqueira



Vou partir de uma frase dita em sala de aula onde foi mencionado que a fotografia é um meio de expressão tão individual que somente há a possibilidade de uma pessoa poder ver através do visor da câmera num mesmo instante (ou algo parecido).

Em várias fontes encontrei tal afirmação de que a fotografia é um "meio de expressão e exercício do próprio indivíduo", uma interpretação pessoal do real; e, considerando a criatividade como uma das principais formas de individuação, "um momento de escolha, intransferível e informado pela maior ou menor riqueza do universo individual... um momento de liberdade inegociável".

Como uma espécie de contraponto a estas afirmações (contraponto, não uma oposição paralisadora) um trecho do livro "O Que é Fotografia" direcionou as indagações. É quando o autor cita uma experiência realizada no Xingu onde o fotógrafo percebeu que homens e mulheres reagiram de maneira diferenciada frente a uma câmera fotográfica: as mulheres comportando-se como crianças e os homens posando como atores. O autor deixa em aberto a questão de "até que ponto o nível cultural determina um comportamento diante da câmera". A partir daí, outras questões me surgiram, tendo como base uma perspectiva oposta à do autor: até que ponto o nível cultural determina comportamentos atrás da câmera? Até que ponto linguagem e temas são condicionados pela vivência coletiva do fotógrafo? – considerando que a fotografia "... é reflexo da realidade de uma época e não um fenômeno isolado", pretendo esmiuçar estas fronteiras entre o universo social e o fazer individual. Nesse sentido, várias outras indagações me ocorreram:

- levando em conta que no momento do "click" a fotografia reflete o grupo (ou grupos) a que o fotógrafo pertence, quais são os tipos de influências que condicionam o indivíduo?

- não seria a tecnologia fotográfica uma tecnologia baseada numa cultura que determina uma linguagem individualista?

- como seria adaptada e manipulada esta tecnologia em sociedades sem as noções de indivíduo e tempo no sentido linear que temos (tempo como um desenrolar sucessivo de fatos, o que nos dá a compulsão de querer paralisar e fixar o real)?

- não seria a afirmação de que a fotografia é um "meio de expressão e exercício do próprio indivíduo" também um condicionamento de uma sociedade que tem como simbolismo o culto ao indivíduo?

Por mais que estas questões possam parecer distantes da abordagem dada à imagem fotográfica em sala de aula (ou que possam até mesmo serem equivocadas), tenho a certeza de que contribuem para o enriquecimento de meu relacionamento com a problemática da imagem. Pretendo, através de um distanciamento das informações dadas em aula, chegar a uma visão pessoal mais ampla da realidade fotográfica por outras vias de pensamento.

Em "O Pensamento Selvagem", Lévi-Strauss, após desmistificar a superioridade da ciência ocidental sobre outras formas de obtenção do conhecimento que ocorrem em diferentes

sociedades humanas, conclui que "o sábio nunca dialoga com a natureza pura, sim com um determinado estado de relação entre a natureza e a cultura, definido pelo período da história em que vive, a civilização que é sua e os meios materiais que dispõe"; ou seja, a sabedoria e a tecnologia são dimensões simbólicas da cultura e "por mais que pretenda ser ciência universal com padrões objetivos esse campo do conhecimento está inevitavelmente marcado e balizado culturalmente", diz Gilberto Velho em seu livro "Individualismo e Cultura".

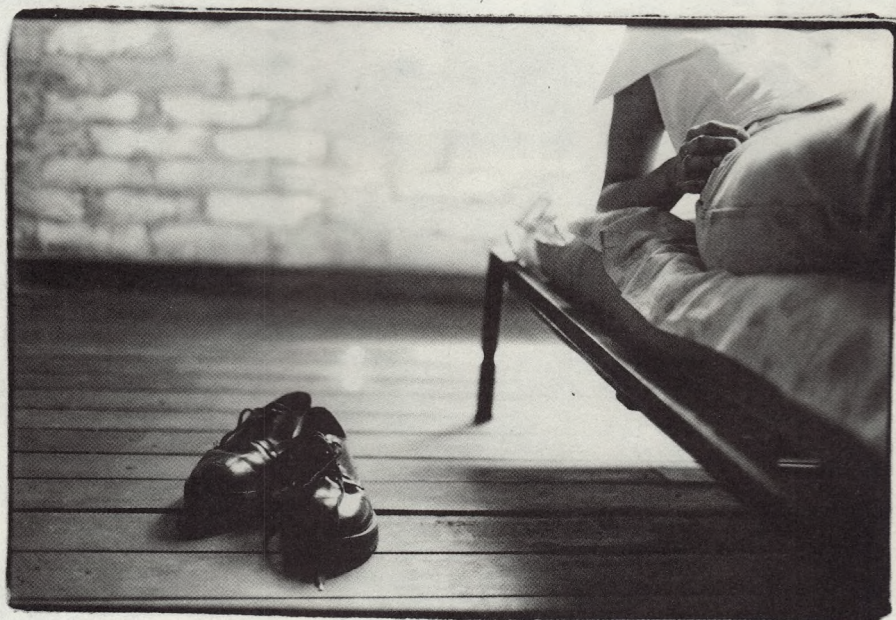
De acordo com os textos sobre a história da fotografia, ela nasceu no início do século passado a partir da necessidade de se documentar e eternizar a "realidade". Nasceu dentro de um contexto cultural onde se acreditava existir uma realidade objetiva e positiva e onde havia uma compulsão racional de se querer aprisionar o tempo, um desenvolvimento tecnológico só poderia mesmo gerar uma máquina que perpetuasse imagens "objetivas" e independentes dos indivíduos. Vale lembrar que a fotografia nasceu concomitantemente com o surgimento de movimentos sociais nos quais o indivíduo é o foco ideológico central, e que pensadores como Durkheim se preocuparam com um possível des controle social causado por excessiva individualização.

Walter Benjamin afirma que o aparecimento da fotografia liberta o objeto de sua aura, considerando a aura como algo composto de elementos espaciais e temporais que determinam sua efemeridade. Afirma também que "é uma tendência apaixonada do homem contemporâneo a superação do caráter único das coisas... fica cada dia mais irresistível a necessidade de possuir o objeto de tão perto quanto possível, na imagem, ou na reprodução".

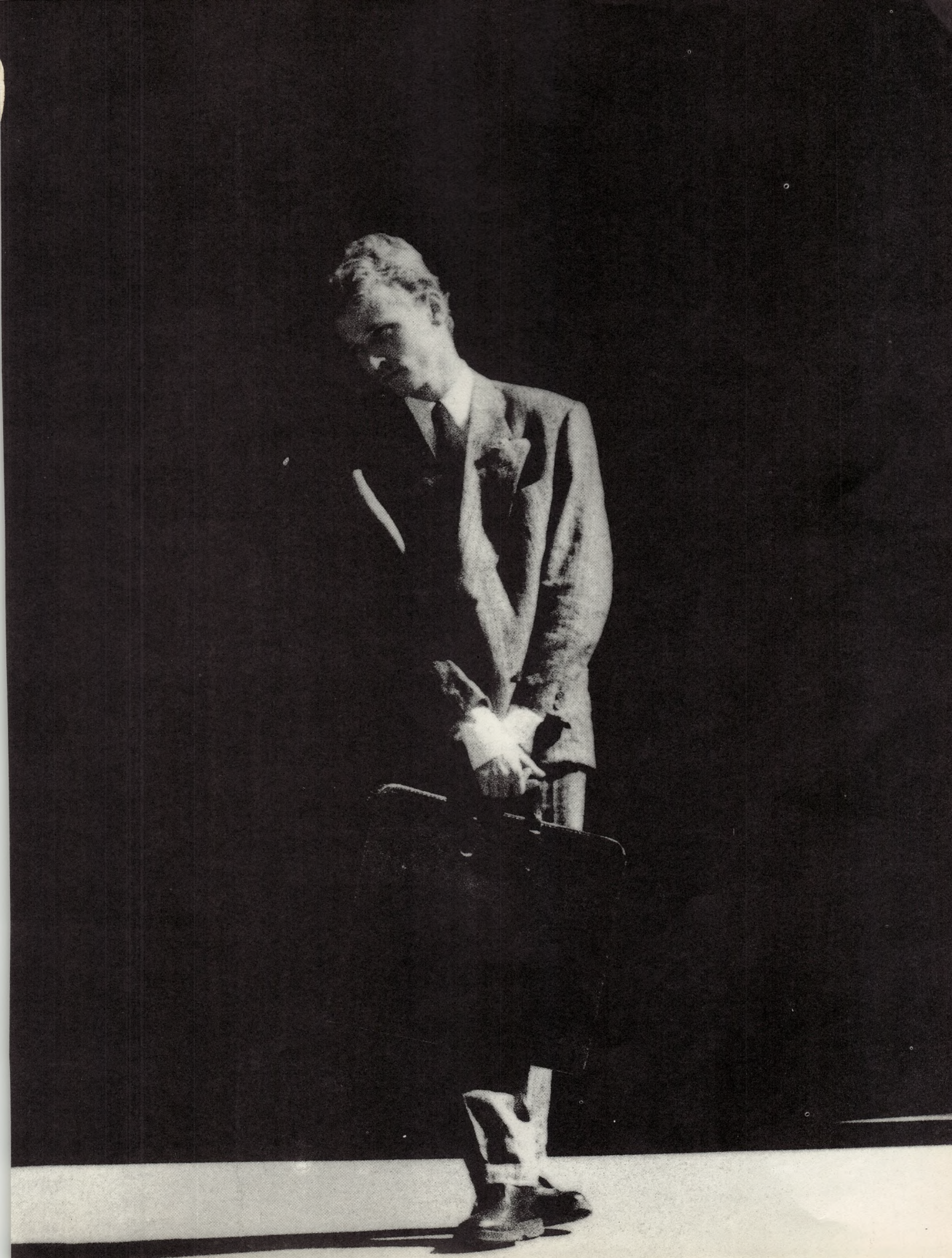
Ora, querer abolir a aura das coisas é, como diz Susan Sontag, "não se entregar totalmente à experiência" (falando sobre o ato de fotografar no turismo), pois passamos a ver o mundo como um potencial de imagens a serem aprisionadas, passamos a não participar da realidade, no sentido que o homem primitivo (segundo Sontag) a percebe. Isto foi exatamente o que senti após realizar um trabalho para o curso de **Introdução Fotográfica**: minha percepção da "aura" das coisas, a percepção do instante, fora um pouco perdida, passei a "atribuir às coisas reais as qualidades de uma imagem de modo mais intenso", ao invés de "pressupor que a imagem possuía a qualidade verdadeira das coisas". Resumindo: a imagem passou a ser algo que significa e não algo que é.

Formas de apreensão do real praticamente opostas a esta que gerou a fotografia são as técnicas de captação do instante em sua transitoriedade; ou seja, a percepção da "aura" das coisas. Várias sociedades geraram estes tipos de técnicas tais como a ioga, técnicas de meditação, controle do corpo através de uma percepção intuitiva, e fenômenos considerados paranormais como telepatia, mediunidade, extra-sensorialidade, etc...

Mas o que realmente existe em termos de fotografia é que a fotografia não é a realidade tornada acessível, seria sim uma representação da imagem de uma realidade criada pelo fotógrafo. A verdadeira função do fotógrafo é "transformar a vivência







em objeto a ser apropriado pela câmera". Portanto, a fotografia é uma forma de expressão que valoriza o indivíduo pela sua própria natureza, pelo próprio berço onde nasceu. A fotografia não existe sem alguém que lhe dê significado.

Como seria usada esta tecnologia em uma sociedade com um sistema simbólico radicalmente diferente daquele que a gerou é mostrado na discussão sobre seu uso na China em "O Heroísmo da Visão", de Susan Sontag. Lá, o uso da fotografia está condicionado por uma situação política e moral que gera "temas apropriados e modos adequados que provêm de noções sobre a ordem moral do espaço"; ou seja, a linguagem está condicionada por razões de ordem simbólica (inclusive os assuntos são predeterminados pelo caráter social). Encontramos então uma tecnologia potencialmente individualista à espera de indivíduos que façam pleno uso de suas possibilidades. Poderia um aparelho tecnológico direcionar o dinamismo simbólico de uma sociedade na medida em que este aparelho foi gerado em outra estrutura de representações coletivas? Junto com uma tecnologia não vem também a ideologia que a gerou? (A antropologia social nos diz que tudo depende da força de coesão simbólica de cada cultura, da sua resistência.)

Poderíamos, através do texto de Sontag, ser levados a concluir que o uso da tecnologia fotográfica por uma sociedade poderia medir o grau de liberdade individual desta sociedade, e que, portanto, as sociedades modernas seriam as que oferecem um maior espaço para a realização individual.

É flagrante o caráter etnocêntrico desta afirmação, pois "em certas culturas e/ou subculturas toda a atenção será dada às diferenças, enquanto em outras o foco privilegiado será a semelhança"; ou seja, o indivíduo se realiza conforme o que é "individual" nos padrões e espaços determinados pela sociedade, mesmo quando esta se dá na fragmentação, como é o caso das sociedades individualistas modernas. É perigosa a afirmação de Sontag de que o uso da fotografia na China está num estágio que as sociedades ocidentais já superaram.

Portanto, a afirmação de que a fotografia é um meio de expressão e exercício do próprio indivíduo não deixa de ser uma afirmação determinada culturalmente e válida somente dentro deste contexto (que considero como o meu).

A realização individual nas sociedades modernas se daria em um nível onde haveria "uma certa capacidade de se apoiar em domínios diferentes, um razoável potencial de metamorfose". Ora, esta colocação de Gilberto Velho coincide com a afirmação de Cláudio Kubrusly de que a fotografia "exige um conhecimento o mais diversificado possível" e de que "não adianta falar de fotografia sem considerar as características do tempo em que vivemos...". A ida do fotógrafo da Embrapa em sala de aula também me mostrou o quanto o fotógrafo deve estar informado sobre o assunto que vai fotografar.

Sontag diz que a fotografia está de certa maneira regida pela lógica do consumismo, que nos leva a fotografar tudo de todos os modos; e que fotografar uma experiência é, de certo modo, não se entregar a esta experiência. Que tipo de individualidade é esta que nos leva a um consumismo insens-

sato e a uma negação da vida? Não seria mais valiosa a busca da percepção da "aura" ao invés de abolí-la?

Notamos que indo mais além da afirmação de que a tecnologia fotográfica condiciona a linguagem, podemos dizer que pela sua própria natureza a fotografia condiciona seus usos e seus limites.

Se por seus próprios limites, porém, a fotografia condiciona sua utilização, o modo de usá-la é condicionado pela ação do universo valorativo de uma sociedade sobre o universo individual. Quanto a isso a abordagem de Fayga Ostrower é ilustrativa: "as valorações da cultura em que vive o indivíduo representam um padrão referencial básico para o indivíduo, que qualifica a própria experiência pessoal e tudo a que o indivíduo aspire ou o que faça, quer tenha consciência ou não"; ou seja, a matéria-prima é sempre cultural, e, de algum modo, o indivíduo tem que refletir dentro de um processo de intercâmbio com sua contemporaneidade, por mais individual que sua obra possa parecer. Como já foi colocado a fotografia é "um meio de expressão e exercício do próprio indivíduo", dentro do que é considerado individual num contexto sócio-cultural. □

Marcos Savini é estudante de Comunicação da Universidade de Brasília.

Referências Bibliográficas

- KUBRUSLY, Cláudio. *O Que é Fotografia*. Brasiliense.
 FARIA, Osmar. *O Que é Parapsicologia*. Brasiliense.
 SONTAG, Susan. *Ensaio Sobre Fotografia*. Arbot.
 HUMBERTO, Luiz. *Fotografia - Universos e Arrabaldes*. Funarte.
 BENJAMIM, Walter. *Pequena Introdução à Fotografia* in *Obras Esco-*
lhidas. Brasiliense.
 VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Zahar.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem* (Xerox)
 OSTROWER, Fayga. *Criatividade e Processos de Criação*. Vozes.
 Textos da aula de Introdução à Fotografia.

Resumen

A LA CAPTURA DEL MOMENTO

El autor relaciona, entre otros temas, diferentes reflexiones surgidas en sala de clase sobre análisis de la imagen. También se detiene en la fotografía como medio de expresión individual: un momento de elección intransferible, nutrido por la mayor o menor riqueza del universo propio. Un momento de libertad innegociable.

Abstract

CAPTURING THE FLEETING MOMENT

The author mounts a series of reflections on other realities, derived from classes given on Image Analysis. He focuses on photography as a means of individual expression: a moment of untransferable and informed choice depending on the richness of the individual's universe... an unnegotiable instant of freedom.

E DAVI DECIDE...



POR QUE HOJE TANTO SE FALA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, NO BRASIL E NO MUNDO? A RAZÃO É SIMPLES: O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REPRESENTA UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA DE RENIVELAMENTO ENTRE AS NAÇÕES, ATRAVÉS DA PRÓPRIA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO QUE VEM SENDO GRADUALMENTE MODIFICADA. TORNA-SE CLARO, PORTANTO, QUE OS PAÍSES QUE DESEJAREM INGRESSAR NO PRIVILEGIADO CLUBE DAQUELES QUE DETÊM O DOMÍNIO TECNOLÓGICO TERÃO QUE ENFRENTAR MUITOS OBSTÁCULOS. ESTE É O CASO DO BRASIL, QUE, DESDE A FORMULAÇÃO DE SUA POLÍTICA DE INFORMÁTICA, VIVE SOB CONSTANTES AMEAÇAS DE RETALIAÇÕES DE SEU PRINCIPAL PARCEIRO COMERCIAL, OS ESTADOS UNIDOS.



SERGIO
SILVEIRA
BANHOS

INFOGRAFIAS DE
MARCELO TERRAZA
&
MAR-EL
EM COMPUTADOR
APPLE / LIGHTPEN

"E os filisteus estavam numa parte sobre o monte, e Israel estava da outra parte sobre outro monte: e havia um vale entre eles..."

Em um país que vivia as contradições e o drama de suas instituições democráticas abaladas, nasceram os primeiros rasgos de preocupação com o setor da informática.

Era o ano de 1971. O governo decidiu criar um grupo de trabalho especial, através de decreto-lei. De lá para cá muitas outras medidas foram sendo acertadas visando garantir os interesses brasileiros neste setor. Dentre elas destacam-se a criação da Capre (Comissão Coordenadora das Atividades de Processamento Eletrônico), em 1972, e da SEI (Secretaria Especial de Informática), em 1979, também através de decreto-lei, quando se consolidou a intervenção estatal no setor: "Art. 1º - É criada, como órgão do Conselho de Segurança Nacional, a Secretaria Especial de Informática, com a finalidade de assessorar na formulação da Política Nacional de Informática (PNI) e coordenar sua execução, como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização, tendo em vista, especialmente, o desenvolvimento científico e tecnológico."

Meados de 1984. Uma grande movimentação acontecia no Congresso Nacional. Lobbies institucionalizados, tanto de empresas brasileiras fabricantes de computadores e periféricos¹, quanto das empresas transnacionais do setor que, de forma obviamente antagônica, observavam seus interesses feridos.

Em 1984 o campo da informática era provavelmente o único em que o "milagre" brasileiro, extinto há anos, continuava em pleno vapor: ali não havia crise econômica, a produção industrial crescia a um ritmo febril e o número de vagas era maior que a mão-de-obra disponível, e, ao contrário da situação em outros setores da economia, cada vez mais novos parceiros lutavam para nele ingressar. De 1979 a 1984 o valor das vendas chegou a triplicar, saltando de US\$ 190 milhões para mais de US\$ 700 milhões, já empregando 35.000 pessoas.

Vale lembrar que grande parte dos debates acontecia entre julho e setembro de 1984. Naqueles meses ainda não se possuía posição definida quanto a quem viria a ser o novo presidente da República. Se, por um lado, Tancredo Neves era um árduo defensor da reserva de mercado, por outro, Paulo Maluf, partidário da mesma filosofia e doutrina da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), concordava com a livre iniciativa e a livre concorrência de mercado.

Tudo se passava em absoluto clima de profissionalismo, como testemunha artigo publicado na Gazeta Mercantil de 10 de setembro: "A guerra de interesse em torno da atual Política Nacional de Informática está se configurando num dos mais acirrados conflitos lobistas já vividos dentro e fora do Congresso Nacional. Matérias pagas nos principais jornais do país, seminários dirigidos, coquetéis persuasivos e entrevistas bombásticas..."



Na verdade, por possuir intrinsecamente a necessidade do saber, a tecnologia é ferramenta de propriedade exclusiva de algumas nações.



Com a chegada do projeto do Executivo ao Congresso Nacional, em regime de urgência, apressaram-se os parlamentares em constituir uma comissão composta de 22 membros para tratar do assunto: quatro senadores e cinco deputados pelo PMDB, sete senadores e cinco deputados pelo PDS, e apenas um deputado pelo PDT.

No dia 11 de setembro encerrou-se o prazo para recebimento de emendas ao projeto de lei institucionalizando a PNI. 261 propostas foram entregues, sendo que destas, 154 foram enviadas no último dia.

Tão logo aprovado, por voto de maioria, em 8 de outubro, o projeto do Executivo com várias emendas foi encaminhado à sanção presidencial. Em ato solene, no dia 29 do mesmo mês, o presidente João Figueiredo sancionou-o com 23 votos. A Lei nº 7.232/84 entrava finalmente em vigor no dia 29 de dezembro de 1984.

Já em 18 de novembro de 1987, em sessão que consumiu cinco horas, um acordo firmado entre as lideranças partidárias garantiu a aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei do Executivo que regulamenta a comercialização e o sistema de proteção ao direito autoral dos programas de computador, os **softwares**².

A Câmara dos Deputados, em 4 de dezembro do mesmo ano, aprova o substitutivo do Senado Federal. Apesar de todo o empenho das bancadas do PT, PC do B e PDT, que apresentaram várias emendas ao substitutivo, somente duas foram aprovadas pelo plenário daquela Casa.

A Lei do Software foi finalmente sancionada pelo presidente José Sarney no dia 18 de dezembro de 1987.

E OS PROBLEMAS COMEÇAM...

"E saiu do campo dos filisteus um homem bastardo chamado Golias, de Get, que tinha seis côvados e um palmo de altura: e trazia na cabeça um capacete de cobre, e vinha vestido duma couraça escameada..."

Desde os primórdios da Política Nacional de Informática as pressões norte-americanas já vêm sendo exercidas. O ano de 1986, entretanto, constituiu-se em um dos momentos mais crônicos na história das relações entre os dois países, já se iniciando com um verdadeiro bombardeio diplomático-comercial dos EUA.

Em maio daquele ano, o Brasil era visitado pelo subsecretário de Estado americano, John Whitehead, que embora não tenha sido tão incisivo quanto se esperava, foi sutil o suficiente para deixar transparecer que as ameaças americanas sobre possíveis retaliações às exportações brasileiras para o mercado americano não eram apenas um sonho, mas sim parte de um projeto, ainda que remoto, o qual o governo americano tinha intenção de evitar. Na mesma ocasião, a própria Chancelaria

brasileira, bem retratando a política de negociação que o Brasil à época assumia no assunto, foi infeliz quando por vezes foi taxativa em afirmar que "não havia o que negociar"³, negando, assim, a própria essência da diplomacia.

Julho, reunião de Paris. Naquele momento já havia uma maior aproximação do Brasil ao mundo real das negociações. O Brasil aceitou negociar com o assessor especial da Casa Branca para assunto de comércio internacional, além de acumular o cargo de chefe do U.S. Trade Representative, embaixador Clayton Yeutter. Pelo lado brasileiro, o debatedor escolhido foi o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Na ocasião houve pelo menos um dado concreto que serviu para arrefecer as discussões entre os dois países: o governo brasileiro anunciava a aprovação pela SEI da criação da GERDAU Serviços de Informática - GSI, uma associação da empresa transnacional IBM com o grupo siderúrgico gaúcho GERDAU. Nela, a IBM possui 30% do capital com direito a voto, exatamente como permitido pela Lei de Informática.

Os primeiros sinais de boa vontade nas relações comerciais dos dois países surgiram às vésperas da viagem do presidente José Sarney aos EUA, quando o embaixador Flecha de Lima enviou carta, na qual, com aproximadamente quatro bons argumentos, pretendeu amenizar a polêmica situação dos negócios bilaterais. Eram estes os argumentos:

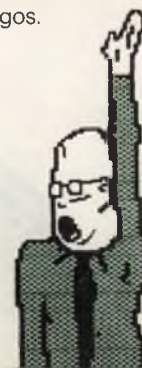
(a) A já aprovação pelo Conin do regime jurídico do direito autoral dos **softwares**, o chamado **copyright**;

(b) A proibição por parte da SEI de que firmas estrangeiras se associassem a brasileiras, entrando no negócio com o fornecimento de tecnologia - assunto este que era tido, até então, como "inegociável", estava sendo repensado. O mesmo não consta, inclusive, no texto da Lei de Informática, sendo apenas fruto da interpretação da SEI;

(c) A promessa de uma reforma completa nos estatutos da SEI, muito criticada funcionalmente à época, tanto no âmbito interno, quanto no externo;

(d) A especificação pelo Brasil de quais produtos, efetivamente, integram a reserva de mercado na informática, e consequentemente são protegidos da concorrência de capitais estrangeiros durante os oito anos, contados a partir de outubro de 1984. Com a concretização desta "lista negativa" seria mais fácil interpretar o que está, ou não, na reserva de mercado brasileira.

Foram quatro bons argumentos, mas a receptividade não foi a esperada. Na verdade o governo republicano daquele país vinha sofrendo enormes pressões no Congresso, devido às altas taxas de desemprego, o que tornou os parlamentares protecionistas, enxergando na concorrência de mercadorias importadas a origem da queda da produção das indústrias locais e o conseqüente corte de milhares de empregos.



É por isso que o Congresso americano forçou o governo, em 7 de setembro de 1985, nos termos de seção 301 da Lei do Comércio dos EUA, o chamado Trade Act, a realizar um inquérito no qual, sendo comprovado que o Brasil vinha realizando "práticas comerciais injustas", poderiam ser impostas sanções nas importações, principalmente de produtos como o suco de laranja e o aço (os calçados e as autopeças para Detroit não entrariam na lista naquele momento, devido ao fato de os EUA ainda se considerarem dependentes destes produtos), gerando uma diminuição estimada de cerca de 300 a 500 milhões de dólares anuais na balança comercial brasileira.

A estada do presidente José Sarney nos Estados Unidos, em setembro, foi cercada de pressões e tida como dura no que diz respeito aos confrontos acontecidos. Não se falou tanto em reserva de mercado de informática, as pressões foram maiores no que tange à posição que o Brasil tomaria no encontro do Gatt-Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, organismo integrado por 92 países, sediado em Genebra, na Suíça, encarregado de regular as relações comerciais entre os países congregados.

A reunião realizou-se em Punta Del Este, Uruguai, no final do mesmo mês. Naquele momento ainda não fora discutida a questão dos serviços, que abrigam atividades como a produção de programas para computadores, os **softwares**, além de outros serviços turísticos, negócios financeiros, etc. A regulamentação significaria que os países signatários, sob pena de sofrerem sanções de seus parceiros, estariam proibidos de praticar subsídios, fechar seus mercados nacionais ou discriminar o capital estrangeiro. O Brasil liderou junto com a Índia o grupo dos 10 países que se mostraram contrários à proposta, podendo se considerar parcialmente vencedor, uma vez que o tema sobre regulamentação dos "serviços" será discutido, porém mais tarde. E o será pelos ministros das finanças ou do exterior dos países e não pelos representantes de governos no Gatt-Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

Na prática, tal manobra significa que os serviços ficarão fora da alçada legal do Gatt, como queria o grupo, porém serão discutidos de uma forma ou de outra, como queriam os EUA.

Em dezembro de 1986, no final daquele mês, acontecia uma outra parcial vitória brasileira, quando os EUA, mesmo insatisfeitos, suspendem as ameaças das aplicações de sanções econômicas ao Brasil. A USTR (United States Trade Representative) resolveu prorrogar por mais seis meses a decisão do inquérito contra a política protecionista brasileira, aberto desde 1985.

Na verdade, o fato foi decorrente da mudança econômica no Brasil. Afinal, em setembro de 1985, o Brasil possuía superávits comerciais superiores a 1 bilhão de dólares, enquanto que em dezembro de 1986 o país não suportaria, sem traumas, indesejáveis para ambas as partes, a imposição de retaliações comerciais.

AMEAÇAS E INCERTEZAS

E disse Golias: "Escolhei dentre vós um homem, e venha bater-se comigo só por só. Se ele puder pelear comigo, e me tirar a vida, seremos nós vossos escravos: mas seu eu o levar debaixo, e o matar, vós sereis nossos escravos, e ficar-nos-eis sujeitos..."

Já no início do mês de janeiro de 1987, o "império contra-ataca", anunciando medidas que encerravam as isenções de imposto sobre as importações de 30 produtos brasileiros que constavam da lista do chamado SGP/Sistema Geral de Preferências. O SGP foi criado há onze anos no âmbito do Gatt, determinando que os países industrializados cobrassem tarifas mais baixas de produtos importados de países em desenvolvimento. O corte às isenções não foi unicamente direcionado ao Brasil, sofreram com estas medidas também outros oito países, entre eles a Coreia do Sul, o México e Cingapura.

Em julho de 1987, entretanto, depois de longa reunião no Hotel Fiesta Americana, na Cidade do México, Clayton Yeutter recomendou ao presidente Reagan a suspensão do processo contra a Lei de Informática. Acreditava o representante que contava com suficientes garantias brasileiras de um tratamento justo às empresas americanas, afinal, a Câmara dos Deputados estava prestes a aprovar o projeto de lei que protege os direitos autorais dos **softwares**, além de encontrar-se em andamento uma reforma administrativa na SEI visando uma maior transparência e rapidez às deliberações daquela repartição.

"Foi um dia 30 de julho sem nenhum motivo para preocupação, exatamente como se esperava", declarava o ministro da C&T, Renato Archer, sobre o fim do prazo dado pelo governo norte-americano. Nesta mesma entrevista concedida ao **Correio Brasileiro** de 1 de julho⁴, arriscava ainda: "A ação contra o Brasil foi suspensa e agora isso deve ser prorrogado indefinidamente".

Mal sabia o ministro que a questão seria logo reaberta, exatamente em 9 de setembro daquele mesmo ano. O local,



Washington. A ocasião, a reunião do **Economic Politic Committee** (Comitê de Política Econômica). A razão, a proibição da comercialização no Brasil do sistema operacional⁵ MS-DOS, da empresa norte-americana **Microsoft**, sob alegação de que havia similar nacional.

Esta decisão da SEI sobre a não comercialização deste sistema operacional causou uma reunião do grupo **Ad hoc**, no Itamaraty, em 6 de outubro, formado por representantes do governo americano, dos ministérios das Relações Internacionais, da C&T e da SEI. Aliás, foi este grupo criado exatamente para examinar as questões ligadas à área de informática entre os dois países.

A nível interno, em fins de outubro, também a **SID** e a **Polimax**, dois grandes fabricantes de computadores nacionais, entraram com pedido de recurso ao **Conin** (Conselho Nacional de Informática)⁶, contra a decisão da SEI em vetar o **MS-DOS**.

Em meados de novembro, já em tom mais grave, o presidente **Ronald Reagan** anunciava que iria aumentar substancialmente as tarifas que incidiam sobre vários produtos de exportação do Brasil. Tal medida visava a compensar as alegadas perdas das empresas americanas em função da **PNI**, estimadas por ele em cerca de 105 milhões de dólares anuais.

Sem outra atitude a tomar, o presidente **Sarney** solicita aos ministros das Relações Exteriores e da Fazenda estudos imediatos sobre a importação de produtos pelo Brasil dos **EUA**. Além de pretender adotar medidas de represália, anunciou a disposição do governo brasileiro em recorrer ao **Gatt**, objetivando enquadrar a discussão do assunto na legalidade internacional.

Foi realmente o mais duro golpe nas relações entre o Brasil e os **EUA** desde a suspensão do acordo de cooperação militar durante o governo do presidente **Ernesto Geisel**. Como maior parceiro de negócios, com uma balança comercial registrando um superávit de mais de 3 bilhões de dólares, qualquer sobretaxação nos produtos importados seria verdadeiramente catastrófica. A própria **Cacex**, após concluir a análise da lista de produtos sujeitos à retaliação, assustou-se ao perceber que eles representariam cerca de 37,02% das vendas para aquele mercado.

No final do mês de novembro, para alegria de alguns e desânimo de outros, surgem pelo menos cinco indícios de que o contencioso poderia ser novamente resolvido via negociação:

(a) a audiência pública para discussão do nível de sobretaxação e da inclusão definitiva dos produtos alcançados pela medida somente seria realizada em 15 de dezembro, tempo absolutamente hábil para reversão das mesmas;

(b) o embaixador dos **EUA**, **Harry Shlauderman**, comunicou oficialmente ao governo brasileiro a disposição de Washington em continuar negociando, através de nota oficial de 13 de novembro;

(c) o **Conin** convocava seus integrantes para uma reunião em 25 de novembro, na qual pretendia examinar, como revisão, a decisão da SEI;

(d) os presidentes da **Petrobrás** e da **Embraer** insistiam junto ao Palácio do Planalto por uma reabertura nas negociações;

(e) o recém-empossado ministro da C&T, deputado **Luís Henrique da Silveira**, anunciava que não considerava uma questão fechada a decisão da SEI sobre a comercialização do **MS-DOS**.

Mesmo assim, em meados de dezembro, cumprindo o anunciado, o Brasil entrega ao diretor-geral do **Gatt**, **Arthur Dunkel**, uma nota pedindo a sua intermediação na busca de um acordo com os **EUA**, através do embaixador brasileiro junto àquele organismo, **Rubens Ricupero**.

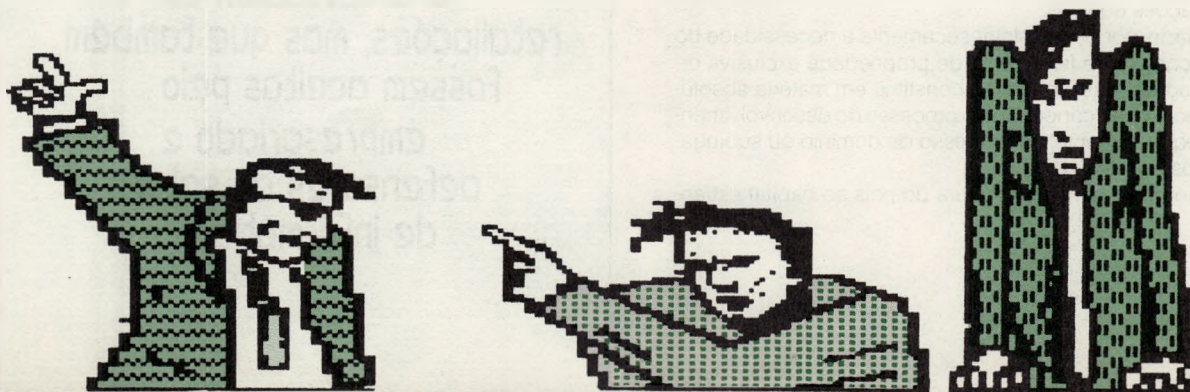
Desta forma, o ano de 1987 encerrou-se cheio de ameaças e coberto de incertezas.

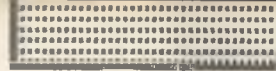
O MOMENTO ATUAL

E o rei **Saul** disse a **David**: "Tu não poderás resistir a este filisteu, nem combater com ele: porque tu és um rapaz, e este é um homem guerreiro desde a mocidade..."

Segunda semana do mês de janeiro de 1988. Percebem-se novas movimentações no processo de negociação. A **IBM** começou a atuar junto à Associação das Empresas Eletrônicas dos Estados Unidos (**AEA**) visando a encaminhar um documento ao governo americano pedindo uma dilatação no prazo para retaliações. Contou aquela empresa com a ajuda da **ATT**, que também atua no Brasil com vários projetos na área. Juntas começaram a interceder com a **Microsoft**, forçando o entendimento.

Ao mesmo tempo, a **Embraer** resolveu entrar na luta, mobilizando seu escritório de advocacia nos **EUA**, tendo à frente **Donald Santarelli**. As pressões a favor do Brasil foram também seguidas pelos fornecedores da empresa e pelas companhias





de aviação americanas que utilizam equipamentos da Embraer. Por sua vez os produtores de calçados contrataram o ex-embaixador americano no Brasil, Anthony Mothley, para atuar junto ao governo americano.

Internamente o governo procurava encontrar medidas paliativas que agradassem aos EUA e afastassem as retaliações, mas que também fossem aceitas pelo empresariado e defensores do setor. Para tanto, o presidente Sarney orientou pessoalmente os seus ministros, às vésperas da reunião do Conin, para que cumprissem a Lei 7.232/84, "mas sem bravatas"⁷, salientou.

E assim, em 20 de janeiro de 1988, por 16 votos a favor e seis contra, aquele Conselho liberou o registro da versão 3.3 do sistema operacional da Microsoft, que a partir daquele momento estava autorizado para utilização por empresas de microcomputadores nacionais. Esta solução, justificada como conciliatória, proibiu as versões 3.0, 3.1 e 3.2, as quais, segundo análise da SEI, seriam as únicas a terem equivalentes nacionais. A Scopus Tecnologia, entretanto, alega que em 21 de dezembro de 1987 deu entrada naquela secretaria com sua versão Sisne 3.3, segundo ela de total compatibilidade com o MS-DOS 3.3.

Com este polêmico desfecho, no qual mais uma vez os interesses norte-americanos no Brasil foram resguardados, não é de se espantar o anúncio do governo daquele país, já em 29 de fevereiro, de que estava suspensa a imposição de sanções comerciais às exportações brasileiras. O comunicado distribuído à imprensa pelo escritório da USTR afirmava que tal medida devia-se ao recente progresso obtido em relação à política de software.

Atualmente verifica-se o interesse generalizado na promoção de mudanças sensíveis na área de informática, sem que se alterem os fundamentos da reserva de mercado da Lei de Informática, mas intencionando tornar a indústria nacional mais competitiva, com equipamentos de melhor qualidade e preços mais acessíveis no mercado interno.

AUDÁCIA, ASTÚCIA E PAIXÃO

"Davi tomou o seu cajado, que sempre trazia à mão, escolheu da torrente cinco pedras mui limpas, e meteu-as no surrão de pastor, que trazia consigo, e tomou a funda na mão: e saiu contra o filisteu..."

Bem, o contencioso está mais uma vez contornado. Não se sabe bem até quando, afinal, o surgimento de uma indústria de alta tecnologia em um país em desenvolvimento não agrada, é claro, às nações centrais.

Na verdade, por possuir intrinsecamente a necessidade de saber, a tecnologia é ferramenta de propriedade exclusiva de algumas nações, passando a se constituir em matéria absolutamente decisiva na condução do processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, no processo de domínio ou subjugação entre os povos.

É notório que a simples abertura do país ao capital estran-



**Em 1988, internamente,
o governo brasileiro
procurava encontrar
medidas paliativas
que agradassem
aos E.U.A.
e afastassem as
retaliações, mas que também
fossem aceitas pelo
empresariado e
defensores do setor
de informática.**



geiro não é certamente o comportamento adequado e esperado do Brasil. Aliás, o modelo dependente assumido pelo país atraiu para dentro da nação grandes grupos econômicos. Ressalte-se, entretanto, que sem o necessário ingresso de capital. Na realidade todo investimento multinacional foi realizado com poupança nacional, pelo menos na maior parte dos setores.

Por outro lado, deve o Brasil entender que nunca foi tão necessário exportar como está sendo neste ano de 1988. Disposto a regularizar sua relação com a comunidade financeira internacional, o país precisará garantir um saldo positivo em sua balança comercial.

A tendência aparente, dependente ainda de vontade e determinação política, deverá ser a diversificação de parceiros comerciais, bem como a redefinição dos relacionamentos com os tradicionais parceiros. Contatos crescentes com países como a URSS e China vêm sendo realizados, visando principalmente o intercâmbio tecnológico na área de Informática.

Os países da Europa, entretanto, mostram-se talvez mais interessantes neste momento, a partir de suas próprias experiências de cooperação tecnológica, bem como pelo "estado-da-arte" já alcançado em alguns setores de alta tecnologia.

Só através da procura de novos mercados será possível diminuir a vulnerabilidade do país em relação aos EUA, que absorve mais de 30% de nossas exportações e são donos de um terço da dívida externa nacional.

Há que se observar o possível agravamento nas negociações entre os dois países com o fortalecimento dos democratas nos EUA, podendo, inclusive, exacerbar o clima de confrontação, além de gerar a adoção de medidas cada vez mais protecionistas por parte daquele país. A nova Lei do Comércio americana, aprovada recentemente no Congresso, bem mais severa que a atual de 1984, é exemplo disto.

Por tudo visto, torna-se então claro que quanto mais o Brasil capacitar-se tecnologicamente maiores serão os conflitos, a menos que haja uma conscientização, diga-se surpreendente, dos países centrais de que não é pela pressão comercial, mas pelo investimento efetivo na atualização tecnológica, que eles poderão manter estes mercados.

Enfim, ao Brasil impõe-se o bom senso e a maturidade para enfrentar este momento de mudança da civilização. Na verdade, de uma revolução profunda: a tecnológica. Cumpre enfrentá-lo como o jovem Davi um dia resolveu aceitar o desafio de Golias, com audácia, astúcia e paixão, compromissado com o real e com o futuro. Só assim será possível vencer esta corrida para o século XXI, sem se perder o "bonde da história" e sem comprometimento da soberania do país. □.

Sérgio S. Banhos é graduado em Geologia (UnB), com especialização em Análise de Sistemas (UnB/Serpro) e em Ciência Política (Cesape). É Analista de Sistemas do Serpro desde 1985, e mestrando em Política de Ciência e Tecnologia, na Universidade de Sussex - Inglaterra.

"Davi, salmista, profeta e rei de Israel de cerca de 1012 até 972 a.C. Ainda jovem foi assinalado por sua bravura, tendo conquistado grande renome quando, voluntariamente, enfrentou o gigante filisteu Golias", a quem "prostrou por terra com uma pedra de sua funda, e, com a própria espada do gigante, lhe decepou a cabeça". A altura de Golias era de 6 côvados e um palmo, i.e., cerca de 2.80 metros.

1. Periféricos são acessórios, máquinas auxiliares, para aumentar a capacidade de um computador: impressoras, unidades de disco, etc.
2. Software é a estrutura intangível do processamento de dados, i.e., são os programas associados com a operação de um computador.
3. Na reportagem "Volta ao Mundo Real", revista Veja de 4 de julho de 1986, o chanceler Abreu Sodré é citado como autor desta frase.
4. **Correio Braziliense**, edição de 01 de julho de 1987, "EUA Anunciam Fim das Retaliações ao Brasil".
5. Sistemas Operacionais são programas básicos que dão partida no funcionamento dos computadores. Ao longo dos anos foram estabelecidos padrões adotados internacionalmente.
6. Conin (Conselho Nacional de Informática), organismo de assessoramento ao presidente da República no desenvolvimento da Política Nacional de Informática. É constituído por 14 ministros de Estado, 7 representantes de associações e entidades do setor e de um cidadão brasileiro, de notório saber, indicado pelo próprio presidente da República.
7. **Correio Braziliense**, edição de 19 de janeiro de 1988, "Sarney pede diplomacia na Lei de Software".

Bibliografia

- EDFELT, Ralph. Telematics, Public Policy and Economic Development with Special Reference to Brazilian Protectionism. **The Information Society**, 1986, 4, 187-203.
- PORTO DE OLIVEIRA, Amaury Banhos. O Desafio Tecnológico da França. **Revista Brasileira de Tecnologia**, 1988, 19/3, 61-64.
- TIGRE, Paulo Bastos. **Indústria Brasileira de Computadores - Perspectivas até os Anos 90**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

Resumen

Y DAVID DECIDE...

¿ Por qué hoy se habla tanto de ciencia y tecnología en el Brasil y en el mundo? La razón es simple. El conocimiento científico y tecnológico representa una oportunidad histórica de renivelación entre las naciones, a través de la propia división internacional del trabajo que viene siendo gradualmente modificada. Es claro, por lo tanto, que los países que deseen ingresar en el privilegiado club de aquéllos que detengan el dominio tecnológico tendrán que enfrentar muchos obstáculos. Éste es el caso del Brasil que, desde la formulación de su política de informática, vive bajo constantes amenazas de sanciones por parte de los Estados Unidos.

Abstract

AND DAVID DECIDES...

Why is there so much talk about science and technology in Brazil and in the world today? It is quite simple: scientific and technological knowledge holds out an historic opportunity of placing nations on a par, by means of a gradual shift in the international division of labour itself. It is thus perfectly plain that countries seeking to join the privileged club of those that detain technological mastery will have to prevail against a host of hurdles. This is Brazil's plight: since formulating its policy on information technology, it has come in for constant threats and retaliation from its main trading partner, the United States.

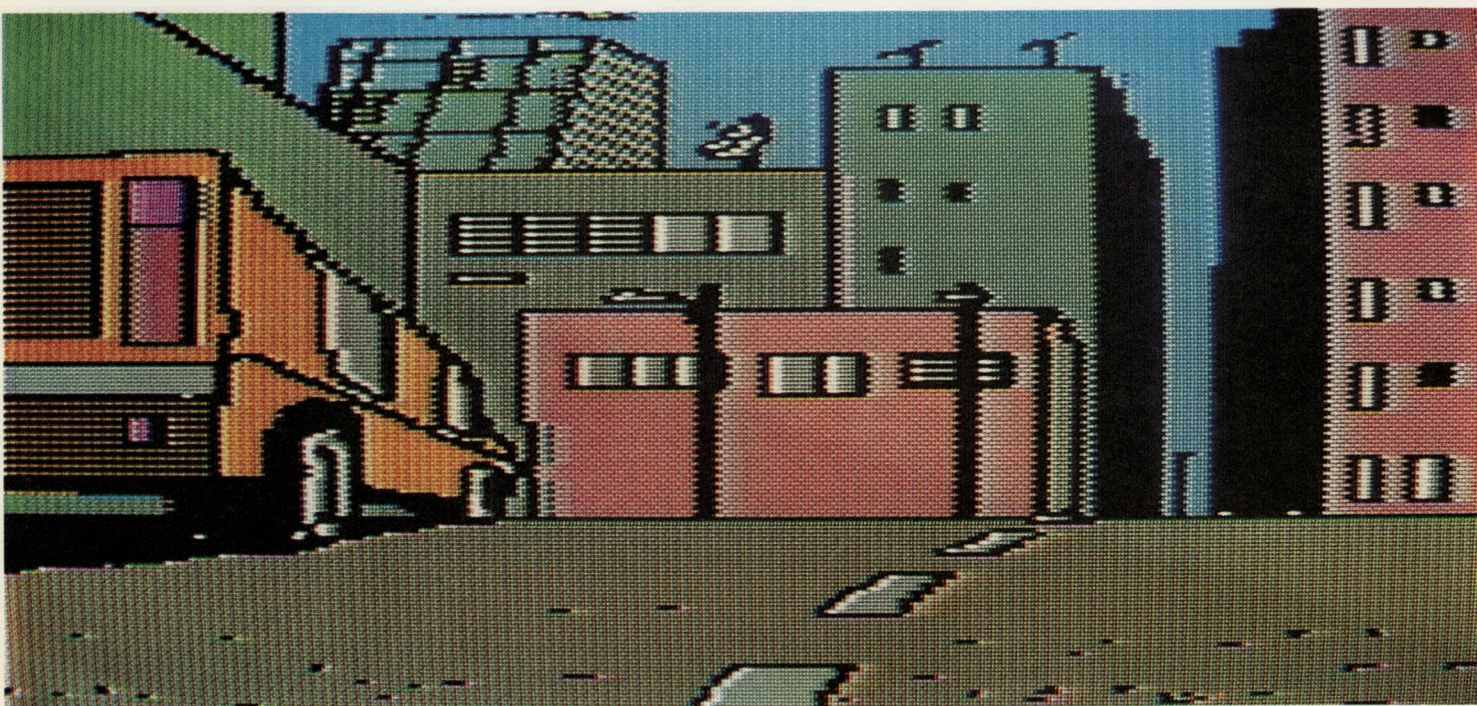


TÃO BONITA QUE ATÉ PA

ALÉM DE MATÉRIA E ENERGIA, SE ACRESCENTOU UM NOVO E INCONFUNDÍVEL ELEMENTO: A INFORMAÇÃO. A CIBERNÉTICA É A CIÊNCIA DA REGULAÇÃO E

INFORMAÇÃO NOS ORGANISMOS (DA AMEBA AO HOMEM), MECANISMOS (DO MODESTO TERMOSTATO AO MAIS REFINADO ROBOT) E SOCIEDADES

(COLMÉIAS, FORMIGUEIROS, FAMÍLIA, EMPRESAS, A ECONOMIA DE UM PAÍS OU A ONU).



RECÉ FICÇÃO

Por que o capuz do seqüestrador é bom sinal?

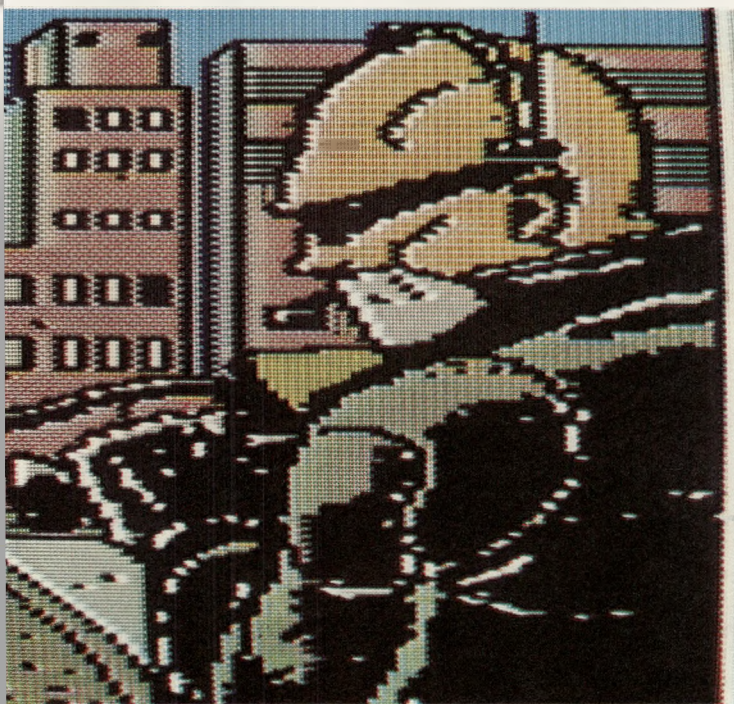
Por que quem bate à porta bate três vezes e não uma nem trinta?

Por que pactos "entre a faca e o melão", ou, então, alianças de co-
vítimas?

Por que o computador não é campeão mundial de xadrez?

Por que o analfabeto deve votar?

Por que von Rommel tinha no seu QG do deserto um oficial da Marinha?



As definições lineares não combinam com as ciências modernas. É o caso da cibernética: ela não é linear, sua forma é estrelada. Ela se comporta como um azougue, feito de lógica, matemática e semântica, que se intromete a fundo nos sistemas naturais e artificiais indagando onde estão os reguladores e por onde circulam as mensagens que instruem tais controles. Essa afinidade específica com a informação personaliza a cibernética e impede que ela seja confundida com a física e com a biologia, confusão que poderia ocorrer aos melhores fisionomistas.

Cibernética é a ciência da regulação e informação nos organismos, mecanismos e sociedades. Nos organismos, isto é feito por um sistema nervoso anatomicamente ostensivo e fácil de achar. Mas a nova ciência busca também um similar qualquer de sistema nervoso entre aspas, um simulacro que seja, uma abstração (no sentido de realidade *sine materia*) tanto nas máquinas quanto nas organizações sociais. Procura e acha, sem informação não existe organização – e quando não acha fabrica um – como faz no reino artificial. Esse sistema de informação e controle tanto pode ser simples, como a bóia da caixa-d'água, quanto pode complicar um pouco, como a visão do sapo (que só informa ao cérebro quatro coisas), ou ser altamente complexo, como o equilíbrio do trapezista ou o balanço de forças das superpotências.

Analogias são a moeda corrente do raciocínio cibernético. O esquema ou modelo do gesto de depositar suavemente uma xícara no pires é igual-igual ao de pousar suavemente uma nave na Lua. Um fio nervoso é tão ignorante da finalidade da corrente nervosa quanto o fio elétrico é indiferente a ser ligado ao televisor ou à geladeira. Von Rommel tinha no seu quartel-general um perito naval porque fez a analogia da guerra no deserto com a guerra no mar: vastidões vazias exceto, de longe em longe um navio ou uma tropa.

A cibernética tem dezenas de definições e a melhor ainda é a primeira, de Norbert Wiener, 1948: "Cibernética, ou controle e comunicação no animal e na máquina". O gênio matemático está manifesto na elasticidade e concisão das quatro palavras. A cibernética é, duma parte, uma ciência pura e abstrata (informação e regulação), e doutra parte, uma ciência aplicada aos animais e às máquinas, quer dizer, ao clássico mundo da matéria e da energia.

Como ciência pura, a cibernética trabalha com cinco teorias, a saber: a da Informação, a do Controle, a Geral dos Sistemas, a dos Jogos de Estratégia e a dos Algoritmos, uma concepção-resumo do alemão oriental Janos Acs. Como ciência aplicada,

HEITOR
PINTO
FILHO

INFOGRAFIAS DE
MARCELO TERRAZA
&
MAR-EL
EM COMPUTADOR
APPLE / LIGHTPEN



repetindo, ela atinge mecanismos (o mundo das máquinas de informação que vai do modesto termostato ao mais refinado robot), organismos (da ameba ao homem) e sociedades (colméias, formigueiros, família, empresas, a economia de um país ou a ONU). Assim, como lembrete, não basta a estrela de cinco pontas da ciência pura, há que somar mais três das aplicações. Um asterisco, comumente feito com a superposição dos sinais de somar e de multiplicar, lembra com suas oito pontas os oito itens.

Geografia e história: a cibernética nasceu nos Estados Unidos em 1948. Lá e na Europa ocidental ela é entendida como a teoria da informação mais a teoria do controle por feedback e mais a ciência dos computadores. Na URSS ela demorou a entrar porque competia com o marxismo, mas quando entrou foi de vez, tornando-se um conceito popular e subindo ao nível de ministério. Na URSS e países vizinhos o conceito abrange também a teoria dos jogos e das decisões, a ciência da administração e a pesquisa operacional; a escalada espacial soviética é, a bem dizer, uma sinfonia cibernética. O Japão está longe de ser significativo, exceto em eletrônica, que os profanos confundem com os computadores – mas isso pode ser esclarecido logo adiante. Resumindo, a URSS é uma potência cibernética, do *soft*, na linguagem dos computadores; enquanto os americanos dominam o *hardware* e o Japão é o mais eletrônico.

Confusões a desfazer: teoria da informação é uma coisa, informática é outra; a primeira é o tema central da cibernética, a segunda cuida tão-somente do processamento da informação pelas máquinas. Outra: os computadores são máquinas lógicas, que mecanizam a lógica aristotélica segundo uma linguagem binária – e existem computadores puramente mecânicos. A eletrônica é apenas um acelerador da máquina, não a sua essência.

Uma patética exortação ao mundo ocidental rumo à cibernética foi feita por Stafford Beer ("Cybernetics and Management") em 1967. A URSS havia tomado a ponta da corrida espacial desde a largada – e o arguto Beer argumentava assim: "A cibernética é uma nova ciência de confuso pedigree e de altas pretensões: uma intrusa na sociedade das ciências. Sua fala é rude e suas maneiras atrevidas, ela é jovem e entusiasta. E nada disso é diplomático; a nova ciência é exposta à zombaria e não é academicamente respeitável." O inglês prosseguia dizendo que, fazia pouco, também riam da idéia de dividir o átomo e das viagens espaciais. Que Rússia e China estavam prontas a

sacrificar conforto em troca duma vitória final sobre o Ocidente. "O tremendo avanço da Rússia, por exemplo, não foi produto só de uma Lei de Ferro e da abnegação. Sputniks não são postos em órbita por jejuns nem preces". E finalizava: "Nós necessitamos desesperadamente de algum novo avanço radical, alguma coisa qualitativamente diferente de todos nossos outros esforços... Uma candidata é a ciência do controle. A pesquisa cibernética pode avançar quase sem despesas se comparada, por exemplo, à dos foguetes. Se nós não o fizermos, outros o farão."

Mas nem tudo são flores. No portão da cibernética está escrito: "Deixai fora todo misticismo, vós que entrais", ela que é materialista-mecanicista e por isso reducionista, quer dizer, pronta a apagar diferenças que pareçam superfúas quanto ao funcionamento de sistemas comparados. Daí surgiram Os Contrastes e os críticos. São os religiosos, por motivos óbvios. Ou os gestaltistas como Gordon Allport, Carl Buhler, Jean Piaget ou von Bertalanffy, argüindo que a estrutura holística transcende a descrição mecânica. Ou os animistas e vitalistas e mais os fenomenologistas, como Michael Polanyi e Merleau-Ponty. E mais os adeptos do senso comum como sinônimo de bom-senso, como Hubert Dreyfus ("O que os computadores não podem fazer"). E também os psicanalistas, por profundos e inconformados com as evidências, taxadas de superfúas. Ou, como crítica de humor, a de Silvio Ceccato: "A cibernética é a disciplina que permite ao cientista dizer os absurdos antes reservados aos filósofos".

A INFORMAÇÃO MATEMATIZADA

O mundo era binário, matéria e energia, o que nos dava uma sensação de solidez e domínio. Mas, da larga faixa de energia, nossos sentidos só percebem uma fita – e quanto à solidez da matéria, ela é um quase-vazio: um átomo de hidrogênio tem as proporções de uma cabeça de alfinete centrada no Rio em torno da qual gira, a uma distância Rio-São Paulo, um corpúsculo 1.400 vezes menor. O mundo atual é ternário, um novo elemento inconfundível foi acrescentado: a informação. A informação é o ferro da lança da cibernética. Sem ela, nada de organismos nem de organizações outras que não os equilíbrios automáticos do átomo ou dos sistemas solares.

Toda mensagem é finalística. Além de finalizada a informação é elaborada, destacando-se do rotineiro como um pingo numa planície. Por isso, quem bate à porta bate três vezes, pedindo licença: uma vez só, confundiria com um ruído qualquer; e 30 vezes seria, talvez, um conserto no vizinho. A diferença entre mensagem e ruído é sutil: suponhamos um pedaço de jornal com um recado manuscrito; para o destinatário do bilhete, o texto do jornal é o ruído que atrapalha. Para o leitor do jornal, quem atrapalha é o bilhete. Entropia é a vitória da ordem natural sobre a organização artificial – e entropia da mensagem é sua *deselaboração* até a regressão à dúvida natural, como nas cadeias de mensageiros.

A informação é *seletiva*, é retirada de um elenco finito de possibilidades. Quanto maior esse repertório, maior a incerteza, e por isso mais valiosa a informação que vence a dúvida.

Como se mede a informação? Imaginemos, para facilitar, que o mês tenha 32 dias, a semana 8, e alguém queira nos informar uma data respondendo apenas *sim* ou *não* com a cabeça. Essa pessoa assim é um sistema de base 2. Por isso devemos ir dividindo a dúvida ao meio e perguntando se o dia "D" está do lado tal; ao cabo de 5 perguntas divisoras (16-8-4-2-1) teremos a resposta desejada e essa informação valeu 5 bits. Bit, acrônimo de *Binary Digit*, é o logaritmo base 2 do número de incertezas. Para acertar o dia da nossa semana de 8 dias bastam três perguntas, 3 bits. A rigor, o dia do mês vale 4,9 bits ($2^{4,9} = 30$) e o

da semana, 2,8 bits ($2^{2,8} = 7$).

Toda informação tem uma semântica montada num suporte e sempre percorre a multiforme cadeia fonte-emissor-canal-receptor-destinatário. Os bits cabem ou não no canal tal como toras de madeira num caminhão. Tanto a certeza quanto a incerteza aumentam quando aumenta a variedade, assim os mesmos bits medem as duas. Não se pode informar nada usando apenas uma fonte, tanto assim que o logaritmo de 1 é zero e claro que o mínimo de dúvida possível exige duas possibilidades – e o logaritmo de 2 é 1. O leitor poderá objetar que ao buzinar seu carro está produzindo uma mensagem com uma fonte só – mas a verdade é que ele está operando o binário buzina-silêncio, duas fontes possíveis, tanto que, se a buzina enguiçar tocando, deixará de ter qualquer significado para os demais motoristas.

Toda informação faz contato físico com o cérebro, mesmo a cintilação duma estrela a anos-luz de distância é causa de alterações materiais nos cones da retina. Porém nem tudo que é apanhado pelos sensores é trabalhado pelo cérebro. Pelos nervos ótico, olfativo, acústico, etc. chega um total de 10 mil bits por segundo – mas o cérebro só processa 50, só meio por cento. Vivemos mergulhados em muito mais informação do que podemos digerir. Já vai longe a época em que saber ler e escrever ampliava a visão de mundo e a caneta-tinteiro era exibida no bolso do peito. Agora, todos sabemos de tudo pelo rádio (o de pilha politizou o campo) e pela televisão. E para igualdade maior, os que sabem ler não lêem. Por isso os analfabetos não mais são uma espécie zoológica inferior.

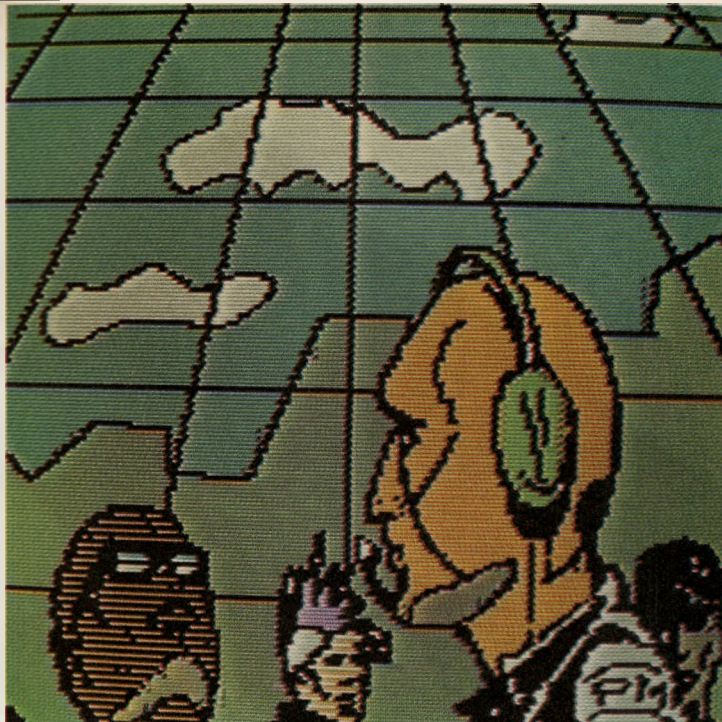
As informações podem ser vistas como estímulos reiterados ora de prazer, ora de dor, atuando sobre os organismos. Elas têm tudo para funcionar como vício ou bolinha e fazer dependentes, a bem dizer, “drogadictos”. Numa ficção de Thomas Pynchon, um traficante aborda um viciado debaixo duma ponte e oferece: “O que vai hoje?... Estimulante, depressor, psicomimético? ou informação?” O traficante prossegue conjecturando que um dia a informação será facilitada, industrializada, fabricada por máquinas.

O demônio de Maxwell é uma hipótese teórica que, durante muitos anos desafiou a física e acabou resolvida pela teoria da informação e controle: numa caixa fechada e dividida ao meio por um septo com um orifício, aí estaria postado um demônio que só daria passagem, no sentido de A para B, às moléculas mais rápidas (as mais quentes) e, de B para A, às moléculas lentas e frias. Logo, logo, B estaria muito mais quente que A, esse potencial seria aproveitado em trabalho, a temperatura dos compartimentos se igualaria e o demônio voltaria a repetir mil vezes a operação. Seria o moto perpétuo? Não. Para que o demônio controlasse as moléculas teria de iluminá-las (toda informação tem seu preço), e isso atabalhoaria a velocidade das partículas, a pura “incerteza” de Heisenberg. Naturalmente que isso não se aplica ao macromundo nem à iluminação do trânsito de veículos.

CONTROLE

Controle aqui não tem o sentido discricionário dos decretos-leis. A palavra **cibernética** vem do grego **kubernetes**, o piloto que recebe a missão de levar o barco do porto A ao porto B dentro duma faixa de liberdade restringida, restringida apenas o suficiente para levar a missão a bom termo, missão que é ditada pelo comandante – pelo povo, no caso das democracias. **Governo e governador** são outras derivadas e o primeiro dispositivo industrial de controle foi o regulador de Watt (1788), da pressão nas caldeiras e das rotações no toca-discos.

Controlar um sistema é manter suas variáveis dentro do compatível com sua finalidade. O máximo de complexidade

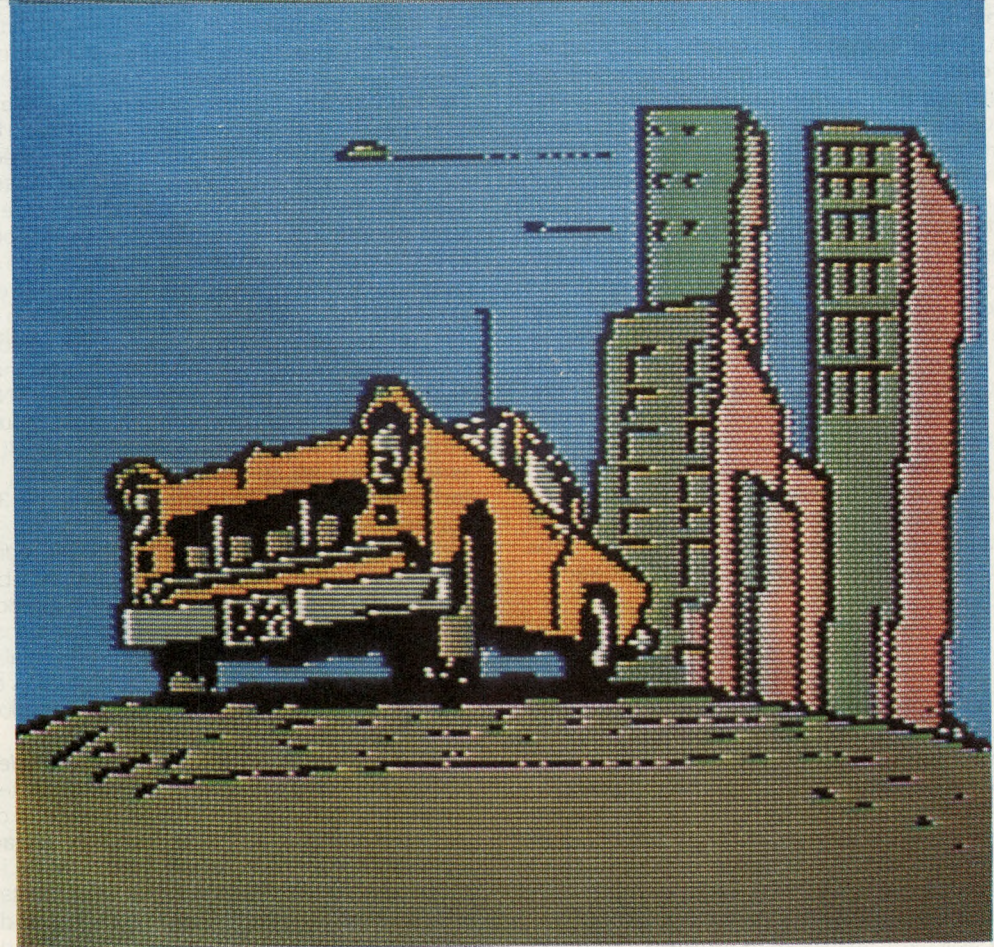
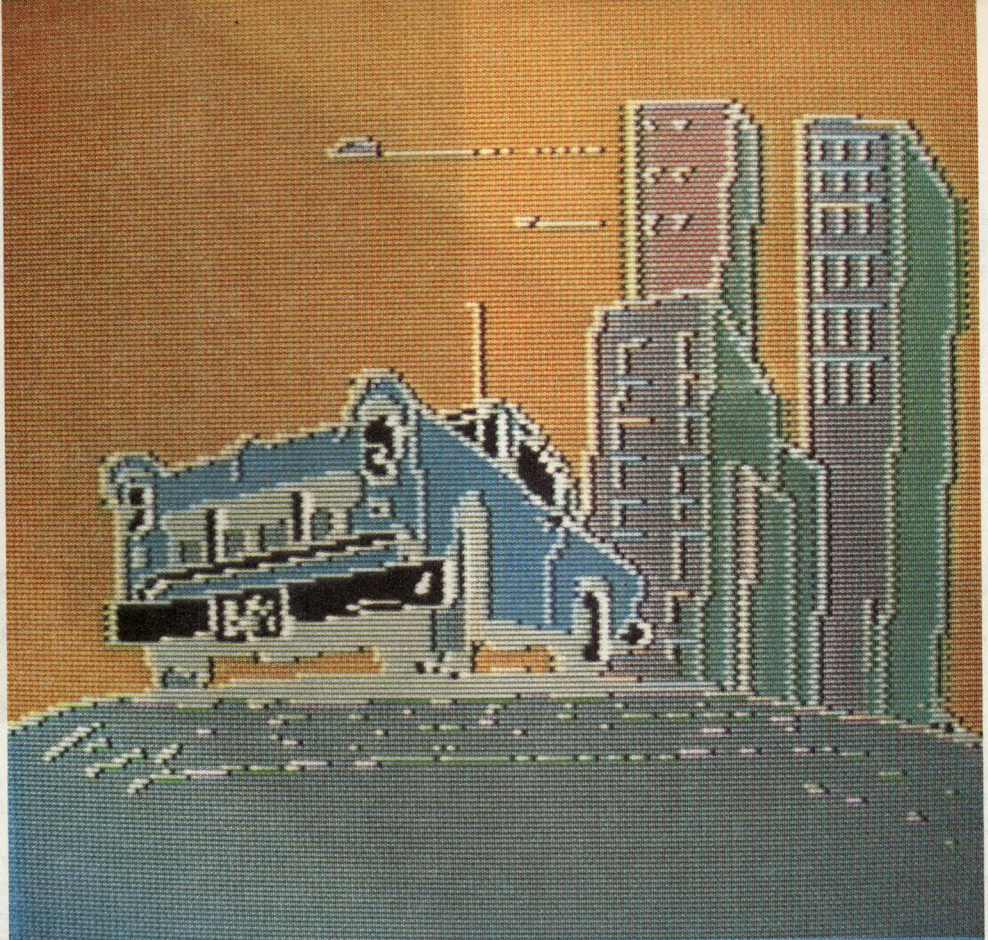


ocorre na homeostase, o controle do equilíbrio dinâmico das funções vitais; o mínimo é, p. ex., regular o nível duma caixa-d'água com uma bóia.

Controle em alça fechada é aquele que presta uma assistência permanente (contínua ou intermitente) ao movimento (em cibernética, **qualquer mudança**) do sistema regulado. O regulado **informa** (a bem dizer, **regula**) o regulador. É o **feedback**, um mecanismo de automação ora natural, ora artificial. O rei dos feedbacks é o **negativo (FB-)**, assim chamado porque qualquer desvio num sentido é **negado** por igual providência em sentido contrário. O **FB+**, amplificador do desvio – e a **alça aberta**, um controle que dispara uma só vez e reza para que o futuro ajude (por exemplo, diplomar um engenheiro ou um médico) são de interesse menor em cibernética. A alça de **FB-** tem a sequência seguinte: erro da variável controlada → elemento detector → canal de **input** → controlador → canal de **output** → elemento controlador final → correção do erro. Note-se a similitude com duas cadeias de informação, uma que vai do erro ao controlador, outra da providência corretiva, que sai do centro controlador para a correção do erro. Nos sistemas nervosos isso se chama arco reflexo, “estímulo-resposta”, ou, quando mais lento e elaborado, “processamento da informação”. Note-se também que o centro controlador age segundo um “**input de referência**”, ou seja, um **critério** que vem do comando e inclusive **pode estar errado mas é lei**: se estiver decretada **febre**, toda a rede de **feedbacks** do organismo tentará manter os 38 ou 39 graus supostos ideais.

Neste artigo, temas inteiros têm de ser reduzidos a frases, como é o caso dos controles pelos ritmos biológicos, uma adaptação às imposições diárias e anuais do sol reiteradas desde bilhões de anos. Quando os organismos desaprendem tais ritmos (nas cavernas ou nas naves espaciais) eles agarram-se noutros, como no das marés, da lua ou das ordens da base terrestre. A luz solar é um **Zeitgeber**, um doador de ritmo – e o apito da fábrica, também.

Muitos outros controles em alça aberta são feitos de um bote só, **balístico**, como o do goleiro que salta para tentar defender o pênalti, o da gaiota que desce sobre o peixe ou o do cosmonauta que deve agir antes de pensar, velocidade que impressionou Guerman Titov. Também é balística e irrecorrível uma assinatura complicada e fidedigna (se a caneta parar no meio, adeus à **espontaneidade** exigida pelos caixas dos bancos). E é também acabada e sem retorno a decisão do motorista de estrada, a 120 quilômetros: ali não é como nas ruas, onde o



trânsito lento permite manobras pautadas no FB– dos comportamentos vizinhos.

Todos os seres vivos estão numa batalha permanente contra o calor e o frio. Uns, como o homem, têm um sistema automático de manter o corpo numa mesma temperatura (homeotermia) de 37°. seja no Saara, seja na Antártica. É uma rede de **feedbacks** que, no gato, não é tão perfeita. Pior é noutros animais, como lagartos e salamandras, que têm de correr atrás de ambientes de temperatura otimizada para sua sobrevivência.

Manter um satélite em órbita é como girar uma pedra na ponta duma linha, a linha é a gravidade. Regulando-se a velocidade, a pedra se mantém girando (para o satélite, essa velocidade é de 8 km/s). Se o movimento se acelera, a pedra parte a linha e é projetada na tangente; quanto ao satélite, ao atingir 11,2 km/s (velocidade de escape), ele larga da gravidade e parte rumo ao sol. Ao contrário, se a velocidade cai, pedra ou satélite vão ao chão.

Algumas funções vitais, como o ritmo do coração e da respiração, são de controle permanente e, mais do que isso, redundante – enquanto outras desligam para repouso, ou senão por economia. É o controle intermitente, o do motorista que se permite olhar ora a estrada, ora o retrovisor, ora a pessoa a seu lado. Intermitente é a **ecolocalização** (locação pelo eco), da qual o campeão é o morcego, um pequeno animal de dez gramas de peso e um grama de cérebro, tendo de fortes só as cordas vocais e as enormes orelhas, capaz de navegar na escuridão sem se bater, ao mesmo tempo em que enche a barriga com insetos que nem chega a ver, tudo isso graças a um controle intermitente. O morcego emite sons que se refletem nos objetos e voltam reduzidos a dois milésimos do som emitido. Os sinais emitidos em frequência modulada duram de meio a dez milissegundos, enquanto os de frequência constante são mais longos. As emissões em FM servem à caça de insetos, as outras para evitar obstáculos e indicar o solo para pouso. O sistema de **feedback** do morcego, copiado pelo sonar e pela sonografia, existe também, pouco desenvolvido, nos insetos caçadores e que percebem a aproximação do caçador graças ao efeito Doppler. Quando o morcego se aproxima do alvo móvel ele aperta o ritmo do trem de sinais a fim de aperfeiçoar a locação.

SISTEMAS

Sistema é uma complexidade organizada. Se não for complexa, a organização se chama máquina e é objeto da mecânica. E se for desorganizada, a complexidade é apenas um agregado e é objeto da estatística. Resta a simplicidade desorganizada, suponha 3 elementos desconectados, que não interessa a ciência alguma; aqui caberia o contra-argumento de que 3 corpos em movimento independente dão um número praticamente infinito de posições possíveis – o que é verdade porque foi injetado no esquema um atributo complexificador que é o **movimento independente**, um tremendo multiplicador das interconexões. E quem torna um sistema complexo não é o número de elementos, sim o número de conexões entre eles.

Exemplifiquemos com um quadro de 20 fileiras de 20 lâmpadas. Cada lâmpada admitindo dois estados, acesa ou apagada, e sendo o número delas 400, o número de combinações (E^n) é de 2^{400} . Isto, passado para a base dez (multiplicado por 0,3) dá 10^{120} , um número astronômicamente maior do que o número de átomos avaliados (10^{73}) de todo o universo!

Os sistemas, mesmo contendo diversidades (internas) devem ter uma finalidade (externa), um objetivo unificador. Se a diversidade impede a unificação (PFL-PMDB), o sistema morre como morreram os grandes sáurios pré-históricos; eles desenvolveram 2 cérebros na intenção de obviar a lentidão duma

longa rede nervosa, lentidão que permitia o gigante ser abocanhado pelos tigres sem reagir (igual ao Inamps). Mas o conflito entre dois governos acabou com o diplodoco, um sáurio bem-intencionado, como disse Edward Carpenter: "Pois este animal possuía dois cérebros, um na cabeça, o lugar usual. O outro na base espinal. Para raciocinar a priori e também a posteriori."

A teoria geral dos sistemas postula, como a Gestalt, que "o todo é mais que a simples soma das partes", quer dizer que de um sistema **emergem** propriedades que não existiam nos componentes individuais. Um exemplo disso são os plasmódios, seres de uma só célula que vagueiam à-toa na corrente sanguínea do homem e de outros mamíferos, isso em tempos normais; mas se sobrevém uma época de vacas magras, um **stress** qualquer, os plasmódios tocam reunir, lançando no sangue uma substância chamada acrasina (Acrasin era uma bruxa que atraía os amantes, na "Rainha das Fadas", de Spenser) e se agrupam em **mixomicetos**, com a novidade de centro diretor, centro receptor e divisão de trabalho.

Os sistemas evidenciam leis tais como a do Requisito da Variedade, formulada por Ross Ashby: "só a variedade pode fazer face à variedade" – lei que "está para a cibernética assim como a da gravidade está para a física" (Stafford Beer). Beer conta que viu seu amigo Ashby aceitar, em cima da hora, um convite telefônico implicando a mudança de terra e de trabalho. "Por que você não pediu alguns dias para decidir?", perguntou. "Porque nem dentro de alguns anos eu decidiria a **variedade de possibilidades**; em casos assim, ou se vai no palpite ou se joga par ou ímpar."

Assim são os sistemas, grandes como a floresta amazônica ou pequenos como uma abelha, subsistema da colméia. Os abstratos como a língua russa ou concretos como trem orbital Soiuz-Mir-Kvant-Progress. Ou, senão, os naturais como o cérebro e os artificiais como o computador. Um dos meios de abordar a complexidade é com **modelos**, reduzidos, i. é, despidos de todos os atributos que não interessem. Como a "Neve de Febe" (cada ponto dentre 5 pontos contém outros 5 pontos), o xadrez (modelo de complexidade finalizada), a árvore das decisões, o "núcleo-periferia" (modelo do átomo, célula, sistema solar) ou a "relação numerador-denominador", modelo dos prós e contras em geral. Ou os mapas, onde o interessado recorta o contorno do sistema que está considerando (delimitar um sistema é meio caminho andado na sua compreensão).

OS JOGOS DE ESTRATÉGIA

Quando em 1944 Herbert Simon (futuro Prêmio Nobel), postado numa fila de ingressos, viu no jornal do companheiro da frente a notícia do lançamento do livro "Teoria dos Jogos e Comportamento Econômico", sentiu uma inveja tão grande que, 30 anos passados, era capaz de lembrar dos detalhes da hora. Os autores, John von Neumann e Oskar Morgenstern, haviam descoberto que os conflitos sociais, a competição econômica inclusive, tinham como modelo matemático os jogos de salão, o pôquer inclusive.

Os interesses em jogo são representados por "pessoas" (um país, um time, um indivíduo) e uma vantagem da teoria é que ela não perde tempo com supérfluos, como distinguir o Bem do Mal. Os chamados conflitos muitas vezes admitem alternâncias ou são misturados com a cooperação (o credor não quer nem a morte nem a ruína do devedor relapso).

N candidatos a um só cargo, duas empresas em competição pelo mercado, dois exércitos em luta, seqüestrador x vítima (a vítima é o achacado, o refém é só mercadoria) ou 3 sócios que ora se entendem, ora não, todos estão jogando.

O jogo mais freqüente tem a forma "2 x 2", quer dizer, é jogado por 2 pessoas, cada qual com um par de estratégias. Suponha-

mos uma guerra em que o inimigo possa atacar pelo lado A ou pelo B – e que nós possamos concentrar a defesa ou bem num ou bem noutro lado. Isso configura as possibilidades AA, BB, AB e BA, nas quais as coincidências nos são favoráveis e as discrepâncias contrárias. O esquema (**matriz** é o nome) também serve se pessoas A e B estão a fim de um encontro amigável ou, com o sinal trocado, se se evitam. Matriz é um quadriculado onde as fileiras são o nosso lado, as colunas o outro, e os cruzamentos o resultado do embate. Na prática, o número de pessoas e de estratégias pode crescer e transformar a matriz num extenso intrincado de hipóteses.

Um “2 por 2” bem sugestivo é o do sequestro. O sequestrador (S) começa por abrir um canal secreto (um telefonema) de barganha (uma troca sem preços prefixados) com a vítima (V). A primeira preferência de S é receber o resgate e soltar o refém; em segundo, receber e liquidá-lo; em terceiro, não receber e soltar o refém e, por último, não receber e matar o refém. A **escala de utilidade** (é este o nome técnico) de V é 1 – salvar o refém sem pagar nada; 2 – salvar o refém pagando; 3 – não salvar e não pagar e 4 – não salvar e ainda pagar. Note-se que a barganha é provável porque a preferência de S é igual à **quase**-preferência de V, isso se a polícia deixar a negociação correr em paz. Na visão policial, a punição de S domina a salvação do refém – e só há uma estratégia: **não pagar**; a polícia prefere S e reféns mortos a S e reféns soltos. O sequestrador que não mostra o rosto ao refém sugere que teme ser no futuro por ele reconhecido, ou seja, seu prisioneiro irá sobreviver.

Por que a teoria dos jogos está incluída na cibernética? Porque o jogo é uma tentativa de controlar (o caso do raptor) ou de, pelo menos, influenciar no controle (o caso de um eleitor). Existem modelos de jogos eternos, como o **chicken game**, modelo da bravata entre inimigos, e o “Dilema do Prisioneiro”, modelo da desconfiança mútua entre parceiros. O dilema é o seguinte: dois suspeitos do mesmo crime são presos em celas separadas e abordados pelo promotor: “Estou dando o mesmo recado aos dois. Se vocês se calam, não há como condená-los, exceto por um ano, por porte de arma. Se ambos confessam, pegam cinco anos; mas se apenas um confessa, ele será solto no dia seguinte, enquanto o calado apodrecerá na cadeia”. E vai-se embora deixando os dois no dilema de trair, ou não trair e ser traído. É o modelo da desconfiança entre as duas super-

potências, da corrida armamentista e da doutrina de assestar o primeiro golpe. O dilema não é fácil.

O **chicken**, inventado pelos **jamesdeans** californianos, tem o seguinte enunciado: numa pista estreita, dois carros investem um contra o outro para ver quem tem ou não tem medo de morrer na colisão. O covarde é o que sai da pista, vaiado; o que fica é o herói aplaudido. É comum, em cima do laço, os dois saírem fora. Neste jogo cabe, prévio, aparentar loucura, e tirar **ostensivamente** o volante e o freio do carro, como quem diz: “eu não tenho mais como evitar a colisão, você pode” (cessão da iniciativa). Foi isso que os Kennedys disseram numa carta a Kruschew na crise dos mísseis de Cuba: eles “não tinham como conter a fúria dos seus generais”. O problema de qualquer barganha é descobrir até que ponto o oponente cederá, só que no **chicken** isto é como riscar um fósforo para ver se há pólvora no paiol.

Ameaças são feitas para desencorajar o ameaçado, i. é, para não serem executadas. O sucesso duma ameaça varia com a fórmula de Delmas, onde $A = F \times C$, quer dizer, **força** para cumprir e **credibilidade**, obviamente. Crianças e loucos não são sensíveis a ameaças. A mãe que ameaça matar o filho, que mexa no doce, não tem credibilidade, o exagero da ameaça também é fator de descrédito. Uma ameaça pode ganhar crédito se for dividida e cumprida aos poucos: quem tem um lote de reféns (sequestro de avião) pode ameaçar matar um de 15 em 15 minutos – mas um só refém é indivisível – apesar das ameaças com orelhas cortadas mandadas pelo correio. As promessas sim, a intenção delas é o cumprimento.

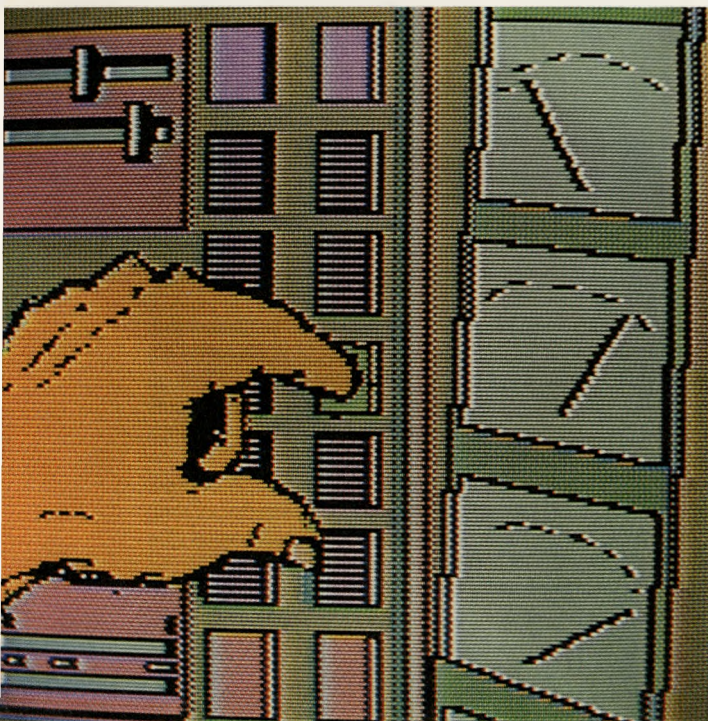
As pessoas em jogo tendem a formar **coalizões**, ou por afinidade política (**viscosidade**), ou por oportunismo. Sendo que cada coalizão é uma pessoa. Tipo “Neve de Febe”, a quina dentro doutra e doutra quina, etc., cada coalizão tem dentro dela pessoas jogando um jogo interno. Suponhamos um grupo de 3 indivíduos, um triunvirato, um casal com um filho ou o conjunto dono-gerente-empregado, ele acaba numa coalizão “dois contra um” temporária, permanente ou em rodízio. Dois contra um é o mínimo de coalizão. Numa luta entre dois grandes, o pequeno pode vender caro seu poder de fiel da balança. Aliás, nas negociações, é freqüente a franqueza funcionar como força, e vice-versa: ninguém gosta de alugar apartamentos por temporada a militares nem advogados porque “eles só sairão quando quiserem” – ou, senão, um delegado plenipotenciário, que pode ceder, tem essa fraqueza que o simples delegado não tem.

A OEA, a OTAN e o Pacto de Varsóvia são coalizões “da faca com o melão”, os cordeiros se abrigam à sombra de um lobo contra o outro lobo, ou querendo ou por uma fatalidade geopolítica. Com o que ganham liberdade no jogo externo e perdem liberdade no jogo intracoalizão. Ou, então, os países fazem “alianças de co-vítimas”, como o Pacto da Unidade Africana ou os acordos do cone sul-americano.

A SEQUÊNCIA EFICAZ

A cibernética não é só um estilo de pensamento, ela atua, – e seu braço direito se chama **algoritmo**, do nome do sábio Uzbeque Mohamed Al-Kvarizmi que viveu no século IX e que sentenciou: “é uma regra de procedimento matemático”.

Ao saltar da matemática para a cibernética, o algoritmo salta dentro da sua própria casa. Com ele se vê que o processo tecnológico para a solução dos mais complexos problemas nada mais é que uma multidão de soluções simples, elementares, rudimentares, enfileiradas, mecânicas, maquinais, ao alcance dos mecanismos e organismos os mais modestos, passo



a passo, devagar e sempre. A quem objetar que um computador não é nada devagar, a resposta é: objeção recusada; o computador é uma máquina lógica redutível a uma fita de Turing, ou melhor, à máquina descrita por Emil Post em 1936, que é uma tira de papel desfilando quadriculos marcados com 0 e 1 perante uma janela aberta numa caixa de papelão. A velocidade conferida pela eletrônica é um atributo acelerador **não essencial**.

Um algoritmo tem de ser **definido** sem ambigüidades, tem de ser **geral**, quer dizer, solucionar um gênero inteiro de problemas, e ser **universal**, ou seja, impessoal. A singeleza do algoritmo é para torná-lo numa ilha de determinismo dentro de um mundo probabilístico.

São atos simples descritos em linguagem comum, finitos no tamanho e no número, descontínuos, em etapas, finalizados, mecanizados e exequíveis por qualquer pessoa ou máquina, isentos da influência pessoal do agente, computáveis, armazenáveis e recuperáveis, requerendo apenas movimentos simples.

Qualquer coisa que possa ser quantificada e descrita em algoritmos pode ser processada pelo computador, nisso ele é o rei. Com as listas mecanizadas de instruções, o reino animal ganhou uma linguagem de entendimento com o reino artificial que permite automatizar o trabalho das máquinas em geral: o carro hidramático **sabe** que marcha engatar, a geladeira sabe quando ligar ou desligar, e as portas sabem o momento de se abrirem. E os animais amestrados sabem o que fazer em determinadas circunstâncias, no circo ou na guerra (o reflexo condicionado – e por que não? – é um algoritmo implantado pela repetição).

As instruções vão das mais simples, como para somar duas parcelas, discar um telefone ou fazer uma sopa de pacote, até às mais intrincadas, como organizar o lançamento de um engenho espacial. Este artigo termina com três exemplos de algoritmos longos para uso do homem, do animal e da máquina.

Para chegar, ativar e sincronizar todos os componentes do complexo sistema que culmina com a colocação de um artefato em órbita, há que dividir o plano em muitos milhares de ações simples. A filosofia central é que a extrema divisão, se necessário em milionésimos, descomplica; desde que os dados sejam simples, o computador resolve milhões deles. Para a sincronia, a cadência, o ritmo dos prazos, existe um algoritmo modelar, inventado pelo cineasta alemão Fritz Lang, em 1926, no filme "Metropolis": a contagem regressiva.

O pombo, desses da Cinelândia, Norj, é um animal extremamente voraz, que bica durante 95% do dia, 60 a 100 bicadas por minuto, com um campo visual de quase 360° e com excelente pontaria. O psicólogo Skinner (Universidade de Minnesota, 1940) inventou que pombos autoguiando mísseis terra-ar poderiam derrubar os aviões nazistas que então devastavam a Europa. Nesse **projeto pelicano** constava a prisão de um ou três pombos esfomeados, cada um com seu visor próprio, ao nariz de um míssil carregado de explosivos e lançado contra o céu infestado de bombardeiros. Quando a imagem do alvo inimigo pintasse no visor, o pombo iria bicá-la adoidado. Conforme aprendido durante meses de condicionamento em laboratório, cada golpe certo liberava de prêmio um grão de milho. O visor de plástico duro era também a superfície de um sensor afinado com o rumo do foguete e sensível às bicadas do pombo, que assim virava um **kamikaze** contra o avião alemão. "E se os pombos divergirem?" perguntaram os físicos de um comitê do governo, apavorados com o risco da população embaixo. Skinner respondeu que era mais fácil convencer um pombo do que um físico do comitê e propôs colocar no míssil um time de sete pombos, sendo o rumo do projétil ditado por pelo menos

quatro deles. O projeto não foi a cabo mas tinha a seu favor a Teoria da Informação, que postula: "Se uma mensagem é transmitida três vezes, ela pode ser corrigida, admitindo a alternativa de que duas das três transmissões concordem." Von Neumann (1952) confirmou Skinner, e McCulloch aplicou a idéia às redes neurais.

Matemáticamente falando, o xadrez é um problema finito que pode ser resolvido com um algoritmo e um computador (von Neumann, Zermelo, etc.). Seria como o **jogo-da-velha**, onde o segundo jogador empata sempre desde que veja dois lances em frente e com isso mate no nascedouro qualquer dupla ameaça do outro completar uma linha. Felizmente para os enxadristas, esse "finito" é só uma abstração, um número de partidas possíveis da ordem de 10^{120} , o número 1 seguido de 120 zeros! Shannon calculou que uma máquina operando uma variante a cada micro-microsegundo levaria 10^{90} anos para fazer o **primeiro lance perfeito**. Perto desse tempo, um trilhão de milênios é um lapso de tempo desprezível que só abate 15 zeros dos seus 90. Como pode nesse cipoal de complexidade determinar-se uma máquina que não dispõe da visão global seletiva dos grandes-mestres humanos? Nem a esse nível a máquina chega quanto mais ao título mundial. Frente aos mestres humanos, os computadores são como cristãos jogados aos leões e de nada lhes valem as preces e a fé religiosa do programa, o programa não dizia quase nada dos mil ataques das feras.

M. M. Botvinnik, ex-tricampeão mundial e agora um dos grandes da informática e preparador de campeões naturais e artificiais (Karpov, Kasparov, "Kaisa") considera o jogo "um problema de solução inexistente", com uma árvore de decisões indigerível por qualquer sistema pensante. Um exemplo é que há quinze anos Botvinnik aperfeiçoa um programa chamado "Pionér". Pois bem: esse algoritmo, ainda sem nível para ser lançado candidato ao título mundial, já serviu para resolver pequenos problemas, como organizar, em 3 minutos e 10 segundos, o plano anual de todas as usinas de força da URSS para 1982. □

Heitor Pinto Filho é presidente da Sociedade Brasileira de Cibernética e autor dos cursos anuais de cibernética médica do INAMPS.

Resumen

TAN BONITA QUE HASTA PARECE FICCIÓN

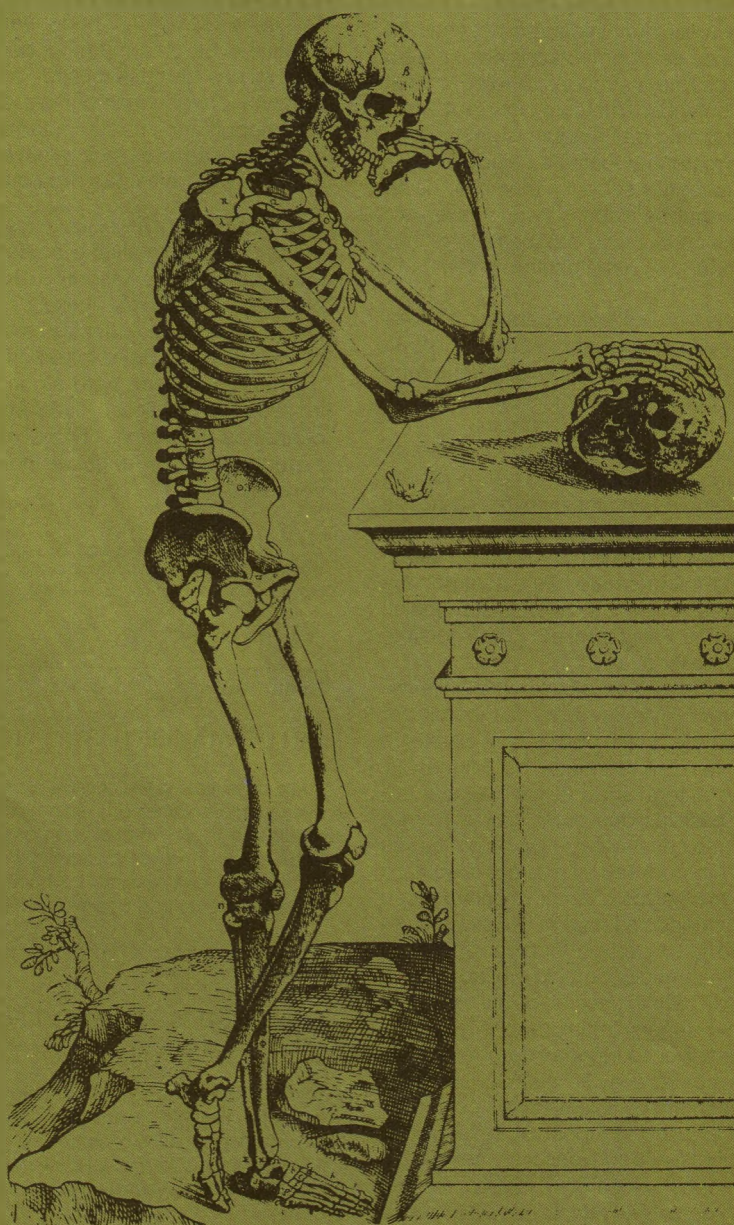
Fuera de la materia y la energía, al mundo actual se le sumó un nuevo e inconfundible elemento: la información. La cibernética es la ciencia de la regulación y de la información en los organismos (de la ameba al hombre), en los mecanismos (del modesto termostato al más refinado robot) y en las sociedades (las colmenas, los hormigueros, la familia, las empresas, la economía de un país o la de la ONU).

Abstract

CYBERNETICS – SO BEAUTIFUL, IT COULD BE FICTION

To the modern world have been added matter and energy and a new, distinctive element: information. Cybernetics is the science of the regulation and information of organisms (from amoeba to man), mechanisms (from the humble thermostat to the most sophisticated robot) and societies (beehives, anthills, families, companies, the economy of a country or the UN).

DÚVIDAS DA CIÊNCIA



Vesalius

AO LEITOR

O exercício de pensar o mundo desenvolve-se paralelamente à saga humana no planeta. Pensar o mundo significa tentar explicá-lo, buscar compreender seu sentido. Existem várias formas para objetivar esse fim. Às vezes caminhos diferentes conduzem a fins idênticos. Para compreendermos essas diferenças – e respeitá-las – precisamos de uma dose de tolerância que “temper” as opiniões. Neste momento do pensar é que surgem os diversos conceitos de verdade. Uma das dimensões de sentido desta palavra sugere a idéia de fato consumado, terminado. Quando tratamos de ciência, precisamos ter sempre a mente em alerta para o fato de que verdade pode ter outros significados além dos que são usados, por exemplo, ao lidarmos com os mitos. Não se pode argumentar diante do mito. É algo que está terminado. Um conceito científico necessita conter a probabilidade de não ser eterno. A eternização do conceito nos leva à idéia de verdade absoluta, de termos entrado em contato com o real.

Uma importante forma de fazer ciência é conscientizar-se da existência das dúvidas, de nossa perplexidade diante do universo.

Inúmeras vezes a ciência é cobrada para dar respostas. Aos cientistas se exige o saber! No entanto, o que pode tranquilizar é poder dizer: “não sei”, é poder surpreender-se perplexo diante de uma maçã que caiu em um dia distante, depois de tanto fazê-lo, mas agora diante da pessoa certa; é entrar em êxtase por descobrir vida em uma gota d'água. Fazer ciência é ter dúvidas, é entronizar Dioniso.

Os homens custaram muito a aprender que suas dúvidas é que impulsionavam suas respostas. O orgulho humano de ser o objeto principal da criação atrasou (e até hoje atrasa) a busca de nosso lugar no cosmo. Nicolau Copérnico deu um dos primeiros passos ao nos tirar do centro do universo. Perdemos, para o Sol, nossa posição privilegiada. Copérnico foi o iconoclasta do mundo antropocêntrico. Nossas decepções não pararam por aí. O tempo passou e Charles Darwin deu o segundo grande golpe na hierarquia universal. Chega o século XX e descobrimos que habitamos uma galáxia muito parecida com quase todas as outras; que giramos à volta de uma estrela fria e pequena, que se encontra em um recôndito esquecido, na borda de um braço espiral da Via Láctea. Definitivamente estávamos derrotados, do ponto de vista do orgulho e da prepotência – mas que salto gigantesco em nossa tentativa de nos identificarmos como cidadãos do cosmo. Não teria sido o mundo feito para nós – e por nós –, mas era um mundo em que tínhamos um lugar marcado. Pudemos nos identificar como parte integrante e não mais como a razão da existência. O que impulsionou tais concretizações foi poder perguntar, desconfiar e expor nossas dúvidas.

Nos dias que transcorrem já podemos saber que até mesmo o céu que nos cobre é algo mutável. As noções de eterno e infinito foram minguando para o efêmero e para o contingente. Nos conscientizamos

AIRTON LUGARINHO LIMA CAMARA

de que olhar para o céu é observar uma imagem fixada como em um quadro que foi pintado com o tempo em uma tela do espaço.

Nossos conceitos de verdade tiveram que ser revistos. Parece ser bastante claro que a verdade é como a linha do horizonte. Afasta-se a cada tentativa de alcançá-la. Verdade é um limite, o limite do conhecimento quando os dados tendem para o real. O geocentrismo já foi uma verdade, assim como a geração espontânea da vida também o foi. Quando um cientista fala sobre seu objeto de estudo, seu discurso parece conter sempre verdades. A rigor, o discurso científico é permeado de premissas, de fatos que surgem – e soam – como verdades. É apenas uma forma, um método de poder transmitir conceitos para que a própria ciência possa seguir seu caminho. É preciso poder fazer a separação entre as pretensões da ciência e as dos cientistas.

Uma de nossas grandes dúvidas é se, algum dia, perdido em uma perspectiva de tempo incomensurável, o conjunto do “conhecimento sabido” será idêntico ao conjunto do “conhecimento a ser sabido”. Se isso ocorrer, nos tornaremos oniscientes – divinos! Um ser onisciente não pode aprender! Os indoutos podem! Somos capazes de fazer algo que os deuses não podem!

A ciência alimenta-se do desconhecer, e, através dos cientistas, objetiva seus propósitos. Diante desses fatos, podemos concluir que a ciência necessita de regras? Devemos construir uma ética para a absorção de conhecimento?

Será o universo cognoscível? Pelo menos para as mentes humanas? Poderemos nos transcender, para adquirir a liberdade do universo, como prega Bertrand Russel?

Assim, precisa ficar claro que à verdade não se antepõe a dúvida. Elas se somam. Pouco a pouco, os homens foram abrindo mão de soluções mágicas, fáceis, e perceberam que para saber algo era necessário “garimpar” a realidade.

Se o universo possui facetas que são “proibidas” à compreensão humana, ainda não o sabemos. Se precisamos nos “ausentar” da história para compreender o homem histórico, também não o sabemos. E se assim for, como iremos compreender a vida – estranho fenômeno que se auto-investiga? E por que não compreendemos a morte?

Por enquanto estamos compondo Odes à incerteza, à dúvida. Entretanto, se estamos a caminho da onisciência, existe em algum lugar do tempo e do espaço um Réquiem, ainda não executado, à nossa própria condição humana.

A ciência não tem a pretensão de descrever o real. Seus métodos consistem em aproximações sucessivas que tendem a montar uma imagem, uma versão, do real.

Fazer ciência é tentar manipular o anárquico, ordenar o caos... sofrer por não conseguir mas regozijar-se por tentar.

editor-assistente de Ciência

Existe uma dicotomia entre um determinado discurso e a forma pela qual o público o interpreta e valoriza. Com a ciência não é diferente. Esta forma de obter conhecimento vem assumindo, diante do grande público, uma conotação que não se fundamenta em suas intenções primeiras.

Com este caderno nos propomos a demonstrar que a ciência não “sabe tudo”. A esta imagem da ciência corresponde a imagem do cientista que é quase um estereótipo de ficção que, com a publicação das *dúvidas da ciência*, esperamos ajudar a desmontar.

Convidamos nossos leitores a enviarem textos que relatem *dúvidas da ciência*, que descrevam sua própria perplexidade diante das

tentativas de compreender o mundo físico. Esses textos deverão ter em torno de 200 linhas e serão dirigidos a um público multidisciplinar, não devendo ser apresentado de uma forma incompreensível aos leitores não iniciados nos temas propostos.

Escrevam para a Revista *Humanidades*

Dúvidas da Ciência

Editora da Universidade de Brasília – Asa Norte – Prédio Dois Candangos.

Caixa Postal 153001

70919 – Brasília – Distrito Federal.

Sua participação é importante e estamos esperando sua carta.

O ROSTO DE MARTE

A simples menção ao planeta Marte serve de gatilho para devaneios de nossa imaginação, o que foi alimentado, ao longo dos anos, pela ficção. O inesperado é que o planeta sugere mistérios mais intrigantes do que os jamais imaginados pelos escritores de maior audácia criativa.

Tempestades de areia com velocidades incríveis para uma atmosfera rarefeita, a antiga desconfiança de que seus satélites eram artificiais, a emulante imagem de um “rosto” que surge na superfície do planeta confrontam-se com a razão humana.

LUIZ EDUARDO DA SILVA MACHADO

Marte: Ficha técnica

Rotação	24h 337min 23	
Diâmetros	Médio 6.640km Equatorial 6.660km Polar 6.620km	(1,92 x menor que a Terra)
Massa	$6,4 \times 10^{20}$ toneladas	(1/10 da terrestre)
Densidade	4,16 g/cm ³	(75% da terrestre)
Aceleração da gravidade	3,84 m/s ² (5)	(39% da terrestre)
Velocidade de escape	5,06km/s	(45% da terrestre)
Inclinação do eixo de rotação	25°12'	(Terra: 23°27'08")
Direção celeste do eixo de rotação	DENEBS (alfa do cisne)	Terra: Polaríssima (alfa ursa menor)

Satélites	Fobos Deimos	Terra: Lua
-----------	-----------------	------------

Satélites de Marte: ficha técnica

	Fobos	Deimos
Período orbital	7h 39m 13,84s	30h 17m 54,88s
Semi-eixo-maior	9 378km	23 459km
Excentricidade	0,015	0,0005
Inclinação (Equador Marte)	1°	1,5°
Massa (Marte = 1)	$1,5 \times 10^{-8}$	$3,0 \times 10^{-9}$
Raios	19; 22; 27km	11; 12; 15km
Rotação	igual período orbital	igual período orbital
Aceleração gravidade	0,5 cm/s ² (-)	0,5 cm/s ² (-)
Velocidade de escape	50km/h (-)	50km/h (-)
Magnitude	11,3	13,0
Densidade	2,2g/cm ³	1,7g/cm ³

■ POSICIONAMENTO E CONFIGURAÇÃO

Marte é o quarto planeta a girar ao redor do Sol, dele distando em média 227 milhões e 800 mil quilômetros (ou seja 1,5 U.A.)¹ e gastando 686, 98 dias (1 ano, 321 dias 23h 31 min) para uma volta completa (revolução ou período sideral), isto é, quase o dobro (1,88) do que a da Terra. A fig. 1 posiciona os planetas em relação ao Sol.

Os movimentos orbitais – heliocêntricos – de Marte e da Terra geram, para o observador terrestre, um deslocamento aparente (ou geocêntrico), irregular em relação ao fundo das estrelas (e das constelações), ilustrado, para 1988, na fig. 2.

Como planeta exterior, Marte apresenta duas configurações particularmente importantes: **conjunção** (quando o Sol se encontra entre a Terra e Marte) e **oposição** (quando a Terra se acha entre o Sol e Marte), fig. 3.

O intervalo entre cada uma das duas configurações (oposição e/ou conjunção) é denominado **revolução** (ou período) **sinódica** e vale, para Marte, 779,94 dias (2 anos 1 mês 19 dias 15h 21,2 min), a mais longa do sistema planetário.² Nas oposições, os planetas exteriores se acham mais próximos da Terra e nas conjunções, mais afastados. A aproximação é, no entanto, máxima nas chamadas **oposições periclicas**, quando os planetas exteriores se encontram no **periélio** de suas órbitas – menor distância ao Sol – e o afastamento máximo, quando se acham em seus **afélios** – maior distância ao Sol.³

Devido à relativamente grande excentricidade da órbita de Marte (0,093; Terra = 0,017),³ há, quase sempre, uma defasagem de cerca de uma semana, entre o instante da oposição e a distância mínima de Marte à Terra. Para 1988, ter-se-á, quadro 1.

1988 – CONFIGURAÇÃO DE MARTE

Configuração	Data	Distância milhões km
Oposição	28 Set: 0h 35 min*	59,36
Distância mínima a Terra	22 Set: 0h 18 min*	58,97

* Tempo legal de Brasília, DF

Quadro I

Mesmo na distância mínima de cerca de 59 milhões de quilômetros, as comunicações por ondas radioelétricas levam 3,3 minutos para percorrê-la, quando, da Lua (384 405km), gastariam apenas 1,3 segundos para atingir o nosso planeta! A demora torna difícil e, em certos casos, impossível, o telecommando de terra, obrigando o uso de computadores rápidos nas naves espaciais e nos artefatos móveis que deverão circundar, descer e se deslocar pelo solo marciano e de seus satélites.

As oposições, épocas mais propícias para as observações telescópicas, se reproduzem com intervalos de 15 e, devido à revolução sinódica, de 17 anos.

A figura 4 ilustra as oposições ocorridas entre 1954 e 1999.

As oposições periélicas, de maior interesse, dadas as menores distâncias à Terra, se acham exemplificadas na tabela 1, pela qual, na disposição utilizada, os intervalos de 15 e, o até agora não mencionado, de 79 anos podem ser facilmente identificados.

TABELA 1

	15 anos		15 anos		15 anos
	1862	1877	1892	1907	
79	1909	1924	1939		79
anos	1941	1956	1971	1986	anos
	1988	2003	2018		

Durante as oposições periélicas (agosto/setembro) o hemisfério Sul de Marte se acha voltado para a Terra e a correspondente estação do ano é o verão marciano.

Devido aos períodos orbitais, FOBOS e DEIMOS, para o observador em Marte, parecem se cruzar na abóboda celeste. Fobos se deslocando, aparentemente, de Oeste (Nascer de Fobos) para Leste (Pôr de Fobos) e Deimos, de Leste (Nascer) para Oeste (Pôr). O primeiro em 5,5h e o outro em 2 dias e 18 horas. Fobos passa, por exemplo, em 5h30min, de Fobos Novo (Nascer), para Fobos em Quarto Crescente ao Meridiano (alto do céu) e Fobos em Quarto Minguante (Ocaso), para ressurgir, no Oeste, em Quarto Crescente. Fig. 5.

Devido, ainda, à grande proximidade de Fobos da superfície marciana (6000 km), por efeito da paralaxe diurna⁷, Fobos não será visto acima da latitude de 69°, norte ou sul, de Marte.

■ DÚVIDAS

Fobos e Deimos: satélites artificiais ou asteroides?

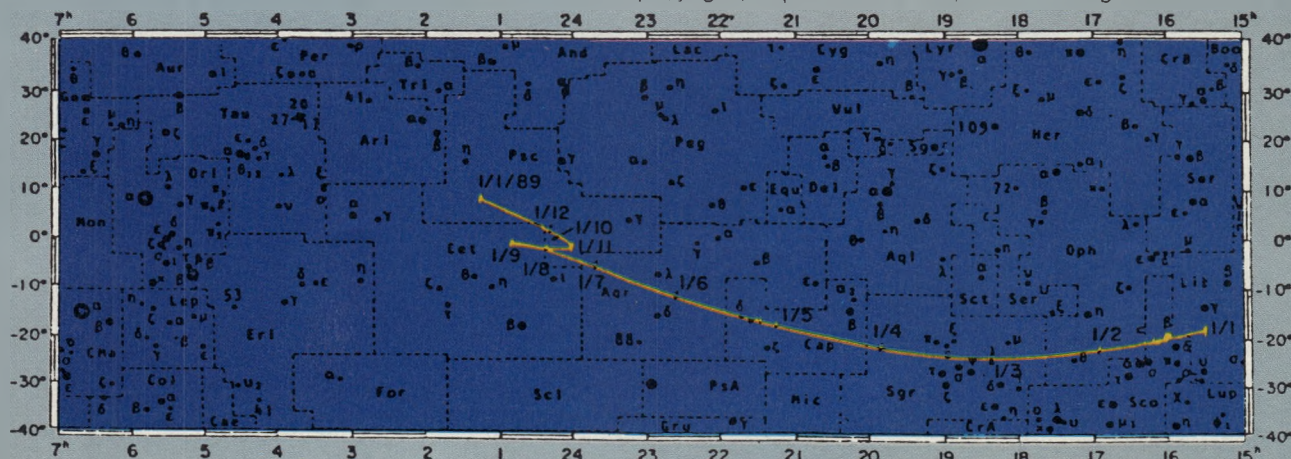


Fig. 1 – Distância dos Planetas ao Sol, em unidades astronômicas (U.A.)
(1 U.A. = 150 000 000 km)

FOBOS E DEIMOS

São dois os cinco filhos de Marte e Vênus. Fobos (Fuga, ou Receio) e Deimos (Terror) são os cocheiros da carruagem de Marte, segundo o poeta épico Homero (VIII século a.C.) na *Iliada* (décimo-quinto livro). O escritor irlandês Jonathan Swift (1667-1745) no livro III das *Aventuras de Gulliver* (1ª edição em 1726), segundo o arquivo científico de Lapúcia, atribui duas luas para Marte. A exterior, distante cinco diâmetros, e a interior, três. A primeira, com período de revolução de 21,5 horas, e a segunda, 10 horas. Sua intuição, aliada aos conhecimentos astronômicos da época, permitiu-lhe essa fantástica previsão, que seria, com erro compreensível, verificada 151 anos depois.

Problema dos mais importantes, embora ainda controverso, é o da origem e natureza dos dois pequenos satélites, Fobos e Deimos, cuja pequenez e grande proximidade da superfície do planeta só tardiamente permitiram suas descobertas, o que foi conseguido durante a oposição periélica de agosto de 1877 pelo astrônomo norte-americano Asaph Hall. Para lograr o seu objetivo, foi utilizado o maior telescópio da época, a luneta de 66cm de diâmetro do U.S. Naval Observatory, Washington, USA.

Antes do envio das sondas espaciais Mariner 4 (1965) e 9 (1971) e das Viking 1 e 2 (1976), o astrônomo russo I. Chlosky, baseado em observações telescópicas que revelaram, em 1945, uma aceleração secular de Fobos que, julgou, só poderia

ser explicada se o satélite fosse oco, uma vez que a explanação exigiria uma densidade média muito pequena. Esse valor reduzido, combinado com suas pequenas dimensões, levou-o à suposição fantástica de que fosse artificial.

O mesmo atribuiu ao outro satélite, Deimos. Seriam, como advoga, exemplos para a posteridade, lançados por civilização inteligente (??) que teria habitado Marte na época em que possuía atmosfera mais densa, água, rios e oceanos. Os satélites seriam, nesse sentido, marcos deixados para assinalar a necessidade da defesa ecológica do planeta, hoje inabitável e inóspito.

As sondas norte-americanas, nas décadas de sessenta e setenta, mostraram, no entanto, que os satélites apresentam coloração escura, com predominância de carbono e suas características físicas, reveladas por sensores remotos (espectrógrafos, polarímetros e fotômetros) induzem a pensar em origens nas regiões mais externas da faixa asteroidal – asteroides tipo C – sendo ainda muito semelhantes aos meteoritos (côndritos carbonáceos)⁶ encontrados na Terra e já analisados físico-quimicamente nos laboratórios terrestres. De qualquer forma, como o carbono é extremamente raro em Marte (observações até a época atual), os dois satélites parecem, pela natureza, composição e estrutura, dele diferir singularmente. Os bom-



Fig. 3 - Configurações de um planeta exterior
Órbita da Terra: excentricidade 0,02
Órbita de Marte: excentricidade 0,09
As órbitas aparecem circulares em primeira aproximação

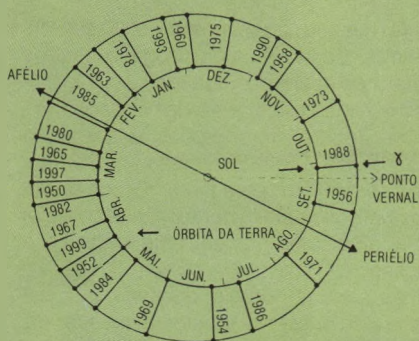


Fig. 4 - Órbitas de Marte e da Terra com as oposições de 1954 a 1999.
As órbitas aparecem circulares em primeira aproximação.

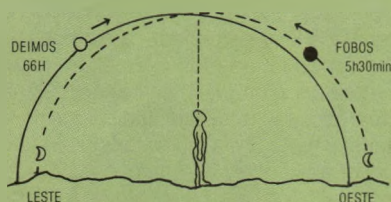


Fig. 5 - Cruzamento aparente de Fobos e Deimos para um observador em Marte



Fig. 6 - Aproximação de FOBOS: Órbitas preliminares de FOBOS 1 e 2:
Nº 1, 2, 3. Órbita de máxima aproximação: Nº 4 (30 a 60 m da superfície de FOBOS). As órbitas 1, 2 e 3 permitirão obter dados orbitais que tornem viável a órbita 4 de máxima aproximação.
Fonte: Sky and Telescope - Julho - 1988

bardeios de Fobos com raios laser pelas Fobos 1 e 2 poderão elucidar esse ponto enigmático dos satélites que, conforme tudo indica, parecem ser corpos celestes distintos, originados em locais diferentes da nuvem protoplanetária que teria dado nascimento ao sistema solar.

Assim, tudo indica que Fobos e Deimos, cujas superfícies são bastante craterizadas (há inclusive uma cratera em Fobos, a Stickney, cujo diâmetro é superior a 2/3 do satélite, quase atingindo o ponto de rutura), recobertas de poeira (Deimos mais que Fobos). Essas características, acrescidas das reduzidas dimensões, fazem supor que sejam antigos integrantes, capturados por Marte, de alguma das numerosas famílias de asteróides. As sondas russas, Fobos 1 e 2, em viagem e com destino a Fobos, se tiverem êxito, poderão, no primeiro semestre de 1989, levantar essa dúvida crucial, ou adiá-la mais um pouco, à espera das outras missões russas e norte-americanas previstas para as décadas de noventa e para as duas primeiras do próximo século. As órbitas de Fobos e Deimos só terão seus parâmetros bem determinados após as observações das Fobos 1 e 2, que gastarão tempo precioso de suas missões para essas medições dinâmicas só possíveis a curta distância, fig. 6.

A constatação, pelas extraordinárias fotografias transmitidas pelas naves Mariner e Viking, da existência de leitos de rios secos, terminando em delta (como o Nilo, no Egito, ou o Mekong, no Vietnã, e vários outros na nossa Terra) levam à suposição de que a vida já floresceu em Marte, há alguns milhões de anos, e que seus vestígios fossilizados podem ser encontrados, caso as futuras missões espaciais consigam coletar e analisar, in loco, ou na Terra, amostras de material de rochas sedimentares dessas regiões especialmente aptas a essa verificação. Vai ser preciso, no entanto, aguardar a década de noventa para essa importantíssima pesquisa, que poderá patentear que a vida não é, realmente, privilégio exclusivo do planeta Terra. Dependerá, todavia, do sucesso da missão soviética do carro auto-controlado, o "Marsokhod", que rodará em Marte em 1992, ou pelo seu substituto, em 1994.

Tempestades de areia

Os escurecimentos de Marte, registrados nas observações telescópicas em 1877, 1892, 1909, 1911, 1924, 1929 (cobrindo todo o planeta), os de 1956, 1971, 1973, 1977, e a famosa tempestade de areia que impediu por seis semanas as observações da nave espacial Mariner 9, em 1971, necessitam melhor explicação, dada a fraca densidade e pressão da atmosfera marciana e da gravidade ($3,8\text{m/s}^2$ ou seja 39% da terrestre, $9,8\text{m/s}^2$).

A origem e características dinâmicas das correntes aéreas em Marte deverão ter suas explicações com a colocação de uma dezena de pequenas estações meteorológicas em vários pontos da superfície marciana e, especialmente, com o balão inflável (que ascenderá ao alvorecer e descerá ao anoitecer) projetado pela tecnologia norte-americana e a ser lançado por sonda russa em 1994. O conhecimento da intensa circulação aérea de Marte terá reflexos positivos para a melhor compreensão do que sucede na nossa própria atmosfera.

O rosto marciano

O "Rosto Marciano" fotografado pelas Viking 1 e 2 em uma das grandes montanhas marcianas em 1976, Fig. 8, e com a fantástica dimensão de três quilômetros vem gerando natural controvérsia. Ilusão, efeito de luz e sombra, devido à incidência particular dos raios solares, ou realidade? O "Rosto" foi exaustivamente analisado por computador (Mark Carlotto, da Analytic Sciences, de Boston, USA) e parece ser real, pois parece independe do ângulo de incidência dos raios solares.

Caso real, seria natural, fruto casual dos agentes naturais, a erosão marciana (atualmente, em grande parte, eólica, e/ou corrida de lava, impactos meteoríticos, descoloração do terreno por efeito das radiações solares e cósmicas de curto comprimento de onda, ultravioleta, raios X e gama, facilmente acessíveis pela rarefeita atmosfera, desprovida da capa protetora de ozônio), ou artificial, como os satélites de Chlosky?

Os exemplos terrestres, as caprichosas formas esculpidas pela natureza na nossa Serra dos Órgãos, na Pedra da Gávea, na região de Vila-Velha, Paraná, e em outras regiões brasileiras, para não citar as estrangeiras, parecem convergir para uma explicação natural. Somente as sondas espaciais in loco ou em órbitas de baixa altitude poderão esclarecer esse mistério que se soma às muitas dúvidas marcianas.

■ INCERTEZAS

Campo Magnético

No período de 1971-74 sondas espaciais russas, pela primeira vez, detectaram a interação do vento solar⁸ com a magnetosfera de Marte. Foram, então, descobertas ondas de choque⁹ e a cauda da magnetosfera, permitindo esboçar sua forma e avaliar suas dimensões. As medidas revelaram a existência de um campo magnético fraco e a presença de plasma¹⁰ originário da incidência de partículas de alta energia, solares e siderais. Foram também reconhecidas as estruturas da atmosfera exterior de Marte, embora os

FOTO NASA



Fig 7 – “O ROSTO” - Fotografia NASA – obtida pelas sondas americanas Viking 1 e 2 em 1976 – Parece gigantesca montanha com rosto humano e da dimensão de 3 km.

Fonte: Jornal do Brasil – 23/Jul/1988 – 1º caderno – pág. 6.

FOTO NASA

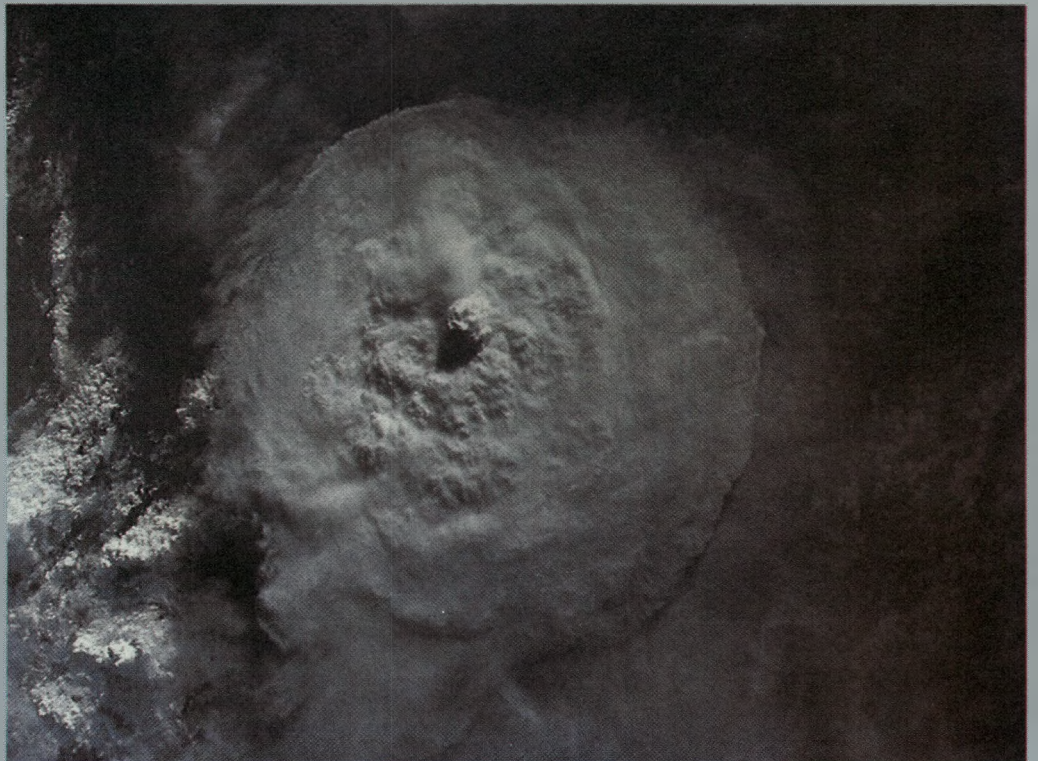


Fig 8 – O monte Olimpo, o maior vulcão conhecido do sistema solar. A largura de sua lava equivale a distância aproximadamente entre Rio e São Paulo. Sua altura é o equivalente a um prédio, imaginário, de 6666 andares.

sensores das naves russas não pudessem registrar minúcias das suas estruturas magnéticas e os detalhes dos processos envolvidos nas interações com a atividade solar e cósmica. As primeiras indicações apontam para o campo magnético de Marte uma intensidade de cerca de $1/4000$ da terrestre, com uma declinação magnética¹¹ de 15° , com o pólo norte geográfico magnético no hemisfério sul de Marte. A confirmação desses dados preliminares e fragmentários poderá ser efetuada durante o curso das naves Fobos 1 e 2, dotadas de dois pares de sofisticados e quase idênticos magnetômetros.

Topografia de Marte

As observações das naves espaciais revelaram um Marte inesperado: superfície profundamente craterizada, existência de cadeias de montanhas, vulcões extintos de espantosas dimensões, 20 quilômetros de altura, trezentos quilômetros de base, (Olympus Mons é um exemplo notável) (Fig. 8), bem como de "canyons" longuíssimos (Valles Marineris, exemplo extraordinário), Fig. 9. Que fenômenos orogênicos teriam dado origem a essas estruturas gigantescas em um planeta quase a metade da Terra? Existirão, como no nosso globo, placas tectônicas, cujos deslocamento e colisões originaram a diversificada topografia e causaram nossas estruturas geológicas tão dispares? Só observações prolongadas no solo e no subsolo de Marte poderão levantar as incertezas do nosso vizinho planeta.

Transparência súbita da atmosfera de Marte

No decorrer das últimas observações telescópicas tem sido notado um extraordinário e súbito aumento na transparência atmosférica na faixa dos curtos comprimentos de onda (4550 a $4250 \text{ \AA}$).¹² Inicialmente chamada de "transparência azul", é, agora, conhecida, como "transparência violeta". Quando a observação visual é realizada através de filtro violeta (e ultravioleta) nenhuma marca superficial é, geralmente, percebida, apenas se visualizam detalhes relativos a nuvens e névoas. Todavia, diante dos olhos do observador delinham-se manchas escuras características da superfície de Marte, como se, de repente, a atmosfera diminuísse sua opa-

FOTO NASA

cidade, dando lugar a uma misteriosa transparência do azul ao ultravioleta. As observações telescópicas nesses comprimentos de onda já tiveram início – rede internacional de observadores – e até o fim da fase favorável da atual oposição espera-se, com o acúmulo de dados, que surja uma explicação convincente.

CONCLUSÃO

A atual oposição periélica, auspiciando boas observações telescópicas, e acrescida do esperado êxito das naves Fobos 1 e 2, irá propiciar dados capazes de elucidar dúvidas sobre o próprio planeta e seus dois satélites. A vida em Marte, se confirmada, mesmo apenas em remotas eras de seu passado, exercerá uma influência decisiva nos conceitos filosóficos e científicos (no campo da biofísica e da bioquímica). Sua extinção reforçará e muito, na Terra, a importância das pesquisas ecológicas. Os satélites de Marte sendo realmente asteróides serão focos de intensa atividade de pesquisa, pois esses pequenos corpos celestes, junto com os cometas e meteoritos, deverão revelar finalmente os mistérios da origem, evolução e da história da dinâmica do sistema planetário, e isso como um todo. □

Luiz Eduardo da Silva Machado é professor titular e livre docente do Instituto de Geociências, CCMN, UFRJ, e diretor do Observatório do Valongo, CCMN, UFRJ.

Notas

1. U.A. – Unidade astronômica de distância, corresponde ao semi-eixo maior da órbita terrestre e seu valor é 149 597 870 km (União Astronômica Internacional – 1976). Aproximadamente: 150 milhões de quilômetros.
2. REVOLUÇÃO SINÓDICA – Intervalo de tempo entre duas configurações consecutivas de um corpo celeste. Para Marte, por exemplo, entre duas oposições (ou conjunções) consecutivas. Sendo S a revolução sinódica, T a revolução orbital (sideral) da Terra e T_C a revolução orbital do corpo celeste, tem-se

$$\frac{1}{S} = \frac{1}{T} + \frac{1}{T_C}$$

- + para planetas interiores, Mercúrio e Vênus.
- para planetas exteriores, Marte, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno e Plutão.

3. EXCENTRICIDADE – Para as órbitas keplerianas – sessões cônicas – é a relação entre a distância dos focos e o eixo maior. A excentricidade (e) vale:

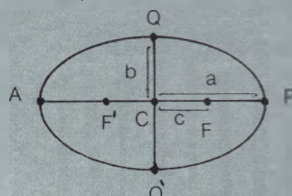
$e = 0$... circunferência do círculo.

$e = 1$... elipse

$e < 1$... parábola

$e > 1$... hipérbole

Para a elipse, por exemplo:



C = centro da elipse

F, F' = FOCOS

CP = semi-eixo maior (a)

CQ = semi-eixo menor (b)

CF = distância focal = $CF' = c$

e = excentricidade

$FF' = CF = c$

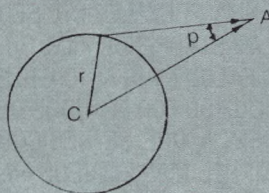
PA CP = a

4. TELESCÓPIO – Foi utilizado por Galileu Galilei, pela primeira vez em Veneza, para observação dos corpos celestes e isso em 1609. Os resultados das suas observações estão contidos na sua obra *Sidereus Nuncius* (1610). O primeiro instrumento que construiu foi denominado: *luneta de Galileu*.

5. ASTERÓIDES TIPO C – Pela taxonomia asteroidal, os classificados no tipo C têm, globalmente, baixo albedo (relação entre o fluxo luminoso refletido e o incidente do Sol), são ricos em silicatos e carbono e similares aos meteoritos condritos carbonáceos. Ceres, o primeiro e ainda o maior asteróide descoberto, é do tipo C. 75% da população do cinturão dos asteróides (entre Marte e Júpiter) são constituídos pelo tipo C.

6. CONDITO CARBONACEO – Meteorito que contém cerca de 85% de inclusões chamadas côndrulos. A densidade é $3,69 \text{ g/cm}^3$ (a da água é 1 g/cm^3). Ricos em carbono (apresentam até água).

7. PARALAXE DIURNA – É o ângulo (p) sob o qual, do centro do astro A (do sistema solar) seria vista a distância (r) entre o observador (O) e o centro da Terra (C).



8. VENTO SOLAR – Fluxo de partículas eletricamente carregadas ejetadas pelo Sol e constituído geralmente por prótons e elétrons. Dá origem ao plasma interplanetário. Expressão cunhada por E. N. Parker, cientista norte-americano, em 1958.

9. ONDA DE CHOQUE – Onda que origina uma variação muito rápida e intensa na densidade, pressão e temperatura de um fluido. Onda de choque magnetosférica – produzida no interior da magnetosfera (esfera de linhas magnéticas) pelo movimento relativo do planeta e do vento solar.

10. PLASMA – Gás ionizado constituído por cargas positivas (prótons) e negativas (elétrons), globalmente neutro. O termo plasma foi usado, pela primeira vez, pelo físico norte-americano Langmuir em 1913.

11. DECLINAÇÃO MAGNÉTICA – Ângulo entre as direções Norte-Sul geográfica e magnética, medido no plano horizontal.

12. ÅNGSTRÖM – Unidade de comprimento. 1. ångström (1 Å) é igual a 10^{-10} metros. Homenageia o físico sueco Anders Jonas Ångström (1814-1874). 4550 Å.. azul; 4240 Å.. violeta.

Após este artigo ficar pronto, foi divulgada a notícia de que a nave soviética Fobos I perdeu contato com o controle de Terra, levando sua missão ao fracasso. Nossas esperanças, agora, estão depositadas na nave substituta Fobos II, que segue seu caminho para Marte. (Nota do Editor).

Resumen

EL "ROSTRO" DE MARTE

La mención del planeta Marte sirve de gatillo para devaneos de nuestra imaginación, los que se alimentaron, a lo largo de años, por la ficción. Los autores de mayor audacia creativa jamás pensaron en los inesperados e intrigantes misterios que sugiere este planeta. Tempestades de arena con velocidades increíbles para una atmosfera enrarecida, la antigua desconfianza de que sus satélites eran artificiales y la imagen de un "rostro" que aparece en la superficie del planeta, se enfrentan con la razón humana.

Abstract

THE "FACE" OF MARS

Mere mention of the planet Mars triggers flights of fancy, freely fuelled down the years by works of fiction. Unexpectedly, the planet breeds mysteries even more intriguing than those dreamt up by the most daring and creative authors. Incredibly violent sand storms for such a rarified atmosphere, the ancient inkling that its satellites were artificial, and the semblance of a "face" that stares from the planet's ruckled surface all defy human reason.

A BELA DÁDIVA

O antigo aluno da Faculdade de Ciências de Lisboa desenvolveu seus conhecimentos humanísticos seguindo uma rica trajetória que incluiu a passagem pelo Seminário Maior de Saint-Sulpice (um tio bispo sonhou em vão deixar-lhe o báculo), pelos cursos superiores de História e Filosofia do Institut Catholique de Paris, pelo famoso Collège de France, pelo português Instituto para Alta Cultura do Ministério da Educação Nacional; por fim, a pós-graduação em Filosofia Clássica e em História Antiga na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, representou a escolha do campo de uma especialidade em que ele se distinguiu de forma extraordinária – um campo bem vasto, aliás... pois este filólogo helenista, o maior que já tivemos em qualquer tempo, este notável estudioso da *Classische Altertumswissenschaft* (como dizem os alemães, com uma fórmula mais compreensiva, preferível no seu caso – “Ciência da Antiguidade Clássica”) era muito generoso na demarcação dos limites do domínio a que se dedicava.

Não que ao referido domínio cingisse com exclusividade seu interesse intelectual: cabe lembrar, por exemplo, que ele também ensinou Filologia Românica (em Campinas e na PUC de São Paulo), assim como foi professor de Literatura Portuguesa (na Universidade de Heidelberg). Quanto a seus conhecimentos de filosofia contemporânea, será suficiente dizer que em sua estadia na Alemanha ele teve em Karl Jaspers um amigo cordial e um interlocutor muito interessado, a quem frequentava de forma quase quotidiana (numa época, diga-se de passagem, em que o famoso filósofo existencialista era geralmente evitado, pois, casado com uma judia, era malvisto pelos nazistas).

Quem teve o privilégio de assistir na UnB aos seminários por ele presididos sobre obras de Bergson, Nietzsche, Heidegger, Heráclito, há de conservar a rica lembrança de fecundas aventuras hermenêuticas conduzidas sempre de forma luminosa e instigante. Na verdade, ler sob sua orientação um texto filosófico, ou seguir-lhe uma tal leitura, já constituía uma experiência magnífica, pois ele se encantava, logo se apaixonava pela questão em movimento na obra e a abordava com a

PARA DISTRAIR-SE, ELE FAZIA MAPAS DO CÉU E ESTUDAVA OS ASTROS. GOSTAVA DE ACOMPANHAR OS LANCES AVENTUROSOS DA CONQUISTA DO ESPAÇO E A RONDA INDAGADORA DOS SATELITES ARTIFICIAIS, CONSULTANDO RELATÓRIOS, INFORMES, PUBLICAÇÕES DA NASA, DE CENTROS DE ESTUDOS ASTRONÔMICOS; TINHA SEMPRE À MÃO SEUS LIVROS DE ESTRELAS, NO REFÚGIO DA COLINA. ANDOU EMPENHADO NA CONSTRUÇÃO DE UM PEQUENO OBSERVATÓRIO NA UNB E AÍ CHEGOU A DAR CURSOS DE INICIAÇÃO À ASTRONOMIA, PARA UM PEQUENO GRUPO DE ALUNOS. ASSIM DESCANSAVA DE ATIVIDADES INTELCTUAIS MUITO INTENSAS EXERCIDAS EM OUTROS CAMPOS, E CONTENTAVA UM POUCO UM AMOR QUE LHE VEIO BEM CEDO, E QUE NA VERDADE NUNCA O ABANDONOU, EMBORA NÃO TENHA PREVALECIDO: SEU ENCANTO PELA ASTROFÍSICA. SIM, OUTRA VOCAÇÃO FALOU MAIS ALTO E ELE TERMINOU SEDUZIDO POR ESTUDOS DE DIVERSA ORDEM, A QUE SE DEDICOU APAIXONADAMENTE. MAS EM SEUS ENSAIOS FILOSÓFICOS ENCONTRAM-SE VÁRIOS SINAIS DE UM BEM CULTIVADO INTERESSE PELA FÍSICA E PELA MATEMÁTICA, DE UM CLARO JEITO DE ESCRUTADOR DO CÉU.

ORDEP SERRA

criativa simpatia de um músico empolgado na execução de uma peça predileta. Exemplo disso posso dar, com um testemunho pessoal: no caso, o que mais me impressionou foi sua capacidade de identificar-se com o impulso de uma criação filosófica, ainda quando a identificação era certo que não provinha de uma adesão pura e simples.

Com efeito, não era este mestre um hegeliano – seu pensamento evoluiu por rumos diversos dos que abriu e sulcou a fortíssima correnteza do pensamento de Hegel – mas ainda sinto a vibração que transmitiu ao ler e comentar, certa vez, para seus alunos do Centro de Estudos Clássicos, densas páginas de uma obra do grande filósofo, numa sessão de estudos das que às vezes lá promovia fora de qualquer programação (era, talvez, quando nos dava as suas melhores lições). Até hoje não abro a *Fenomenologia do Espírito* sem que ouça a voz amiga e sinta o mágico toque do entusiasmo de que me contagiou.

Era sempre assim. A discussão, que ele exigia intensa e apurada, tinha de começar por uma amorosa busca de comunhão com o impulso criativo originador do texto.

Acredito que ele em seus cursos nunca tratou de uma obra, de um assunto que não o encantasse. E sabia transmitir esse encantamento de uma forma muito poderosa. Suas aulas tinham alguma coisa de festa: nelas havia novidade, vibração, descoberta. Certamente por isso seus cursos na UnB (de Filosofia e História Antiga, Filologia Clássica, Arqueologia do Egeu e do Mediterrâneo Oriental, Literatura Grega, História da Arte Greco-Romana, etc.), tanto os regulares como os de extensão, foram sempre muito concorridos. Lembro-me de que em um ciclo de palestras promovido na década de 70 na referida universidade, numa iniciativa que tinha como propósito último a implantação de um curso de teatro ou coisa parecida (o que, aliás, não aconteceu), o ponto mais alto acabou sendo sua apresentação de uma obra-prima euripideana, em três sessões nas quais leu e comentou sua recém-concluída tradução de *As Bacantes*: empolgou o público que lotava o auditório “Dois Candangos”.

A discussão, que ele exigia intensa e apurada, tinha que começar por uma amorosa busca de comunhão com o impulso criativo originador do texto.

Nada de insólito para quem fascinava os alunos discorrendo sobre temas como arte minóica, cidades neolíticas, o culto eleusino, as fórmulas homéricas, a escrita em papiros e pergaminhos, o possível registro da presença dos aqueus na crônica hitita, o *background* religioso da arte de Virgílio, a fabulação de Apuleio, as festas egípcias, o "orfismo" de Novalis, a estética de Pessoa, as relações entre a visão filosófica heideggeriana e a poesia de Holderlin, etc...

De fato, mesmo tratando de assuntos os mais complexos, ele provocava e prendia a atenção dos ouvintes com extraordinária facilidade, embora nunca admitisse quaisquer concessões à "clareza" simplificadora. *Claritas non est nisi silentium difficultatum* – era um *boutade* que gostava de repetir, de não sei que mestre... Contudo o brilho de sua exposição resultava sempre profundamente esclarecedor.

Foi meu professor de grego. Com ele tive pouquíssimas aulas desta disciplina: ele alegava não ter muita paciência para o ensino da língua; deixava a tarefa para seus instrutores (a mim mesmo me deu este encargo, tão logo me considerou apto).

Em todo o caso, o fato é que, passados quase vinte anos, ainda me lembro das aulas de língua grega que ele me deu. Um exercício do compêndio de Kalinka sobre tempos e aspectos verbais conduzia à reflexão sobre a forma grega de percepção do transcurso dos eventos, de categorização dos processos, de representação do real; uma análise do primeiro canto da *Ilíada*, enriquecida com a lembrança de escólios, comentários, estudos sobre o poema, transformava-se logo numa discussão sobre a *Weltanschauung* homérica; um exame do texto do *Íon* dava lugar a uma meditação sobre o que ele chamava de "matrizes platônicas" do idioma grego... É que o fascinava a questão das estruturas cognitivas, das categorias e esquemas, das formas do pensamento subjacentes e, como dizia, subagentes no interior da língua. Sobre este ponto sempre voltava. Outro assunto de sua preferência era a etimologia. O estudo de um texto tornava-se de modo invariável o ponto de partida para a investigação de

raízes, de redes significativas entretecidas por estirpes de palavras, motivando meditações sobre o seu caro tema da configuração de "moldes" lingüísticos do pensamento e a problemática mais ampla dos "a priori culturais", em seu modo de dizer. Quanto às questões gramaticais *stricto sensu*, à aprendizagem do idioma em si, bem, isto era coisa de que o aluno, com a indicação dos livros, dos instrumentos adequados (indicação que ele se apressava em fazer) devia ocupar-se, naturalmente.

E, afinal, dava certo. A curiosidade, o interesse que ele despertava, tornavam o estudante sequioso de avanço, ansioso pelo domínio da língua...

Em matéria de ensino, seu desempenho era tal que às vezes seus discípulos e colegas perguntavam pelo seu segredo, como ainda me pergunto – pois claro está que a simples riqueza de conhecimentos, mesmo associada a uma inteligência fora do comum, não basta para que uma pessoa se torne um professor desse quilate. Uma parte da resposta ele inadvertidamente me propiciou, certa vez, comentando que dava aulas para si mesmo. Queria dizer com isto que as construía em torno de interrogações e problemas de profundo interesse para seu pensamento; que procurava, através de suas aulas, antes de mais nada, esclarecer-se, avançar na discussão consigo mesmo travada, a respeito de pontos para seu espírito cruciais. A arte estava em fazer infletir o programa de curso no rumo destes pontos-chaves...

Esta é só parte da resposta, como eu disse. Uma outra parte, eu acredito que se achava na intensidade do seu envolvimento com as questões intelectuais que ele se punha, com os temas de que tratava: sua capacidade de vivenciar, por exemplo, o jogo dos discursos que submetia à análise.

Uma coisa intrigava, porém, a quantos conheceram sua maestria, e o interrogaram a respeito de sua técnica de ensino:

ele afirmava sempre, com toda a ênfase possível, que de didática não sabia nada, nem queria saber...

Falei de sua capacidade de empolgar-se com o que discutia e ensinava; de fato, não raro ele "entrava" na questão de uma forma invulgar. Lembro-me de uma aula que concluiu antes do tempo. Falava da afirmação do espírito como vontade no processo de desenvolvimento da metafísica ocidental, desde a aurora grega. A certa altura, no meio da exposição, ele bradou: – "Há quem aprecie os Homens de Vontade... Eu não!" Foi quando esmurrou a mesa com toda a força e, ato contínuo, abandonou a sala, furioso, deixando os alunos tão perplexos que, por mágicos instantes depois de sua saída, ninguém se mexeu. No outro dia, é claro, bem antes da hora de aula, a sala já estava cheia de gente intrigadíssima com a história da metafísica ocidental.

Por certo, um professor assim não precisa muito de didática.

Uma coisa que chegava a ser desconcertante, às vezes, para quem conhecia este mestre e seu trabalho, era o desdém temperado de ironia com que falava da erudição. Pois ele tinha uma erudição simplesmente espantosa. Leitor insaciável, acostumado por longos anos de pesquisas em múltiplos setores do vasto campo de sua especialidade à manipulação de fontes, à análise de referências, à apreciação de registros e documentos de todo o tipo, hábil no cotejo de dados filológicos e textos epigráficos com testemunhos iconográficos e monumentos arqueológicos diversos, que evocava muito a propósito e interpretava sempre de forma lúcida, familiarizado com os ricos acervos de informação de remotos escoliastas e lexicógrafos antigos, estudioso que manteve um amplo domínio da bibliografia a toda a hora crescente, de fato inesgotável, sobre os grandes pensadores gregos, em particular da que concerne aos pré-socráticos, dono de uma biblioteca invejável e organizador de um rico acervo de obras sobre as culturas clássicas (hoje parte das coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília), acho que de modo nenhum erraria quem o chamasse de erudito... Mas

**Foi quando
esmurrou a mesa
com toda força e
abandonou a sala,
furioso, deixando
os alunos tão
perplexos que, por
mágicos instantes,
ninguém se mexeu.**

seria um tremendo engano pretender que ele se ufanasse do título: não lhe daria a mínima importância, como nunca deu. Talvez retrucasse à queima-roupa lembrando o fragmento heracliteano em que o filósofo ataca a futilidade da polimatia: "o muito saber não torna ninguém inteligente..." E com seu humor às vezes desabusado, o mais provável é que acrescentasse, por sua conta: "A erudição bem que pode emburrecer. Pelo menos enfeita muitos burros".

Não quer dizer que ele se concedesse, ou admitisse nos estudiosos que buscou formar, a negligência da pesquisa e das técnicas adequadas a sua tarefa intelectual. Muito ao contrário. Empenho constante, esforço, intensa leitura: tal era sua regra – e a isto tinha de acostumar-se logo quem com ele estudava. Mas quando se aproximava a conclusão do trabalho, chegava sempre o momento em que ele dizia ao orientando: "Agora pare de ler e pense. PENSE!" Era implacável com os autores que "sabem de todas as opiniões, mas não usam os próprios miolos".

Às vezes ele fazia uma observação que deixava seus alunos um tanto perplexos. "O importante não é ler, é ter lido" – dizia. Não se tratava, porém, de uma blague inconsequente. "Ter lido" implicava, em sua colocação, haver elaborado, absorvido profundamente a leitura, no melhor dos casos a ponto de esquecer-lhe o conteúdo... pois, como dizia, em certo sentido – no mais profundo – "só sabemos realmente o que já esquecemos, o que incorporamos a nós". Por outro lado, é claro também que com a ironia de sua frase enigmática ele visava o fetichismo da obsessão livresca.

Seu desprezo da erudição tal como é vulgarmente entendida tinha ainda outros motivos. Em alguns de seus escritos ele fala do tédio kafkiano das bibliotecas repetitivas, com milhares de volumes que reproduzem, diluem, papagueiam o que poucos livros seminais anunciam. Isto de fato o impacientava: a infinita multiplicação, banalizadora e insípida, de textos que tentam justificar-se pelas referências acumuladas a outros e outros, como se a importância, a antiguidade, a novidade ou o simples número dos ecoados pudesse emprestar-lhe algum valor, servir-lhes de

desculpa.

Claro que o nível de exigência que ele se impunha em seu trabalho, desprezando os recursos fáceis, as rotinas consagradas, era muito elevado. Falei do brilho de suas aulas e palestras, que lhe ofereciam campo para desenvolver em diálogo uma meditação incessante, mas por isso mesmo de certa forma o consumiam (embora soe contraditório, a verdade é que quem dá suas aulas "para si mesmo" carece de enorme vigor, pois despende muita energia desdobrando-se em atenção e cuidado generoso com os outros, com os alunos); nos últimos anos de sua carreira docente, enfraquecido como se achava pela doença, mais que pela idade, isto já lhe pesava.

Ao deixar as funções de ensino, porém, ele de modo nenhum ficou inativo: até o fim continuou escrevendo, produzindo valiosos ensaios. Achava-se então quase isolado no seu apartamento da Colina, no Campus da UnB.

Sim, ele ensinou em cinco universidades brasileiras, mas creio que merece destaque o seu trabalho desenvolvido nesta onde exerceu por último. Antes de mais nada, é preciso lembrar que ele participou da criação da UnB, chegando aí entre os primeiros mestres convocados em todo o Brasil para o grandê empreendimento sonhado por Darci Ribeiro. Foi, aliás, o responsável pela fundação do Centro de Estudos Clássicos da UnB, que era ligado ao Instituto de Letras mas tinha de fato um raio de ação muito abrangente, pois atendia a solicitações de cursos e outras demandas também do Instituto de Ciências Humanas, do Instituto Central de Artes, das unidades ligadas com as áreas de Matemática, Biologia, etc. (para alunos que se destinavam às carreiras biomédicas, por exemplo, chegou a ser aí criado um curso de língua grega como iniciação à linguagem científica); de fato o CEC contribuiu para a formação de graduados em campos tão diversos como Biblio-

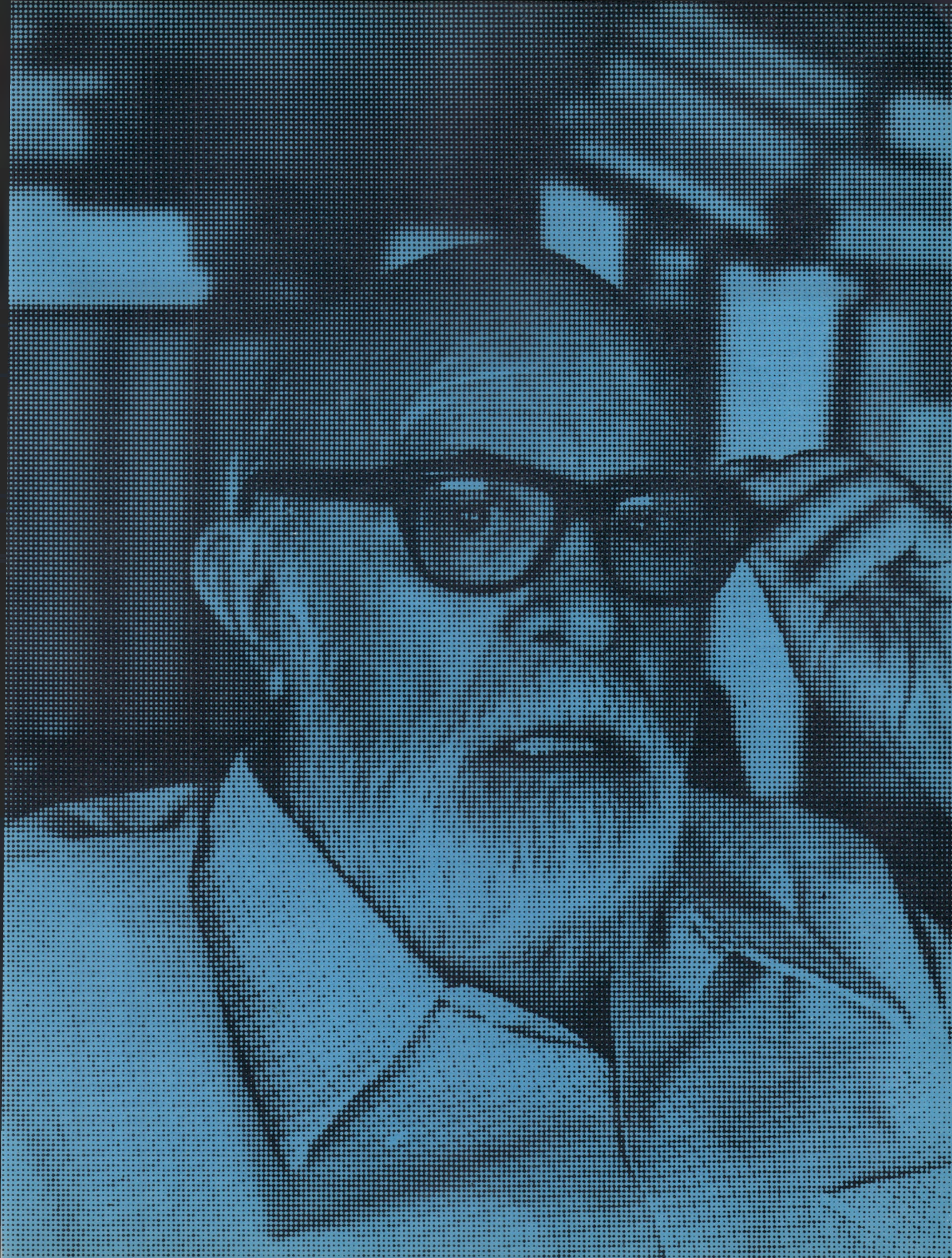
teconomia, Arquitetura, Medicina, História, Letras. Seu criador muitas vezes deu palestras e fez seminários em diferentes departamentos e institutos, sobre Filosofia Antiga, Matemática na Grécia, origens do pensamento científico no mundo clássico, etc. Em nível de pós-graduação, orientou todas as teses que no CEC foram produzidas, como as do egiptólogo Emanuel Araújo, que estudou as relações entre documentos da grande civilização nilótica e testemunhos bíblicos, a do poeta Jair Gramacho, que traduziu e comentou o Hino Homérico a Deméter, as dos professores Xavier Carneiro e Fernando Bastos, que trataram do pensamento de Diógenes Apolônio e Ferécides de Siro, respectivamente.

Além desses trabalhos, muitos estudos e pesquisas aí foram realizados sob sua direção. Todavia, em 1969, num dos piores períodos da atribulada existência da UnB, o Centro de Estudos Clássicos foi extinto sem explicações e os principais colaboradores do seu fundador se dispersaram, ou antes foram dispersados (inclusive os alunos de pós-graduação que então preparavam aí suas teses de mestrado tiveram cortadas as suas bolsas de estudo e foram sumariamente desligados da Universidade).

Acabou assim um sonho que acalentara, uma criação a que dedicou grandes esforços. Depois disso, continuou ele ensinando na UnB, primeiro no Instituto de Ciências Humanas, por fim no de Letras – até que faltaram as forças para as aulas. Recolheu-se então ao cuidado exclusivo de sua obra de pensador, no isolamento da Colina. Em 14 de setembro de 1987, morreu Eudoro de Sousa, desconhecido e esquecido, em grande medida, até na própria Universidade de Brasília, pela qual tanto fez. *In qua vivebat, barbara terra fuit...*

A sombra que o encobriu não poderá, certamente, ocultá-lo de todo.

Responsável por uma edição primorosa da *Arte Poética* e *Retórica* de Aristóteles, que traduziu para o português e acompanhou de ricos comentários, é e será lembrado por isso entre os especialistas, inclusive internacionalmente (numa respeitadíssima edição espanhola da mesma obra, a de Yebra, datada de 1974,



Ele participou da criação da UnB, chegando entre os primeiros convocados para o empreendimento sonhado por Darcy Ribeiro.

recorda Fernando Bastos, era o helenista vivo mais citado); autor dos ensaios de maior profundidade que em nossa língua se escreveram sobre a tradição órfica, o culto de Dioniso e as tragédias gregas, as relações entre o mito e a dialética em Platão, o tema das catábases, a mítica mediterrânea, a filosofia pré-socrática, não poderá ignorá-lo quem aqui se dedique aos chamados estudos clássicos; pensador lúcido e inspirado, capaz de reflexões luminosas como as que em seu *História e Mito* desenvolveu com fluidez poética, percorrendo, sem rupturas e sem qualquer artificialidade, campos teóricos que vão desde o horizonte da simbólica do espaço e do tempo ao domínio onde se erige a problemática da historicidade, faz jus a uma atenção que sem dúvida tende a multiplicar-se entre os estudiosos de tais assuntos (uma coisa é certa: não podem estes deixar de sentir-se desafiados pelas colocações inovadoras de um ensaísta que define a História como um "saber da presença do presente"...).

Um legado de grande importância que ele deixou e cujo valor ainda não foi devidamente reconhecido constituem suas traduções dos pré-socráticos: a meu ver, em nossa língua elas simplesmente não têm rival.

Acusa-se aí, além de um profundo conhecimento dos originais, fruto de muitos anos de intenso estudo, uma grande sensibilidade poética (de que ele também deu provas em outros trabalhos, como em suas versões de Novalis e Eurípedes); com efeito, este é um requisito indispensável para o êxito de quem quer que se aventure, por exemplo, à recriação das sentenças de Heráclito ou dos versos de Empédocles... mas acima de tudo verifica-se, no caso, que o ato de traduzir foi concebido e empreendido já como uma operação filosófica: de fato, deu-se no seio de uma reflexão que empolgou, e que teve continuidade ao longo de sua vida.

Aí está a marca de Eudoro de Sousa, o traço que melhor o caracteriza: ele não foi simplesmente um filólogo clássico, um helenista de extraordinária erudição e dotes incomuns; antes de mais nada, ele foi pensador fiel a sua vocação, que arduamente seguiu.

O estudo da chamada Antiguidade Clássica como ele o concebia exige a pesquisa constante de fértil solo sobre o qual se erigiu a civilização grega, ou antes a do Helenismo (entendida em sua extensão espaço-temporal com as dimensões que Toynbee, por exemplo, assinalou); impõe o recuo para fora de seus limites, não só além do momento micênico, como do mundo minóico, até o universo mais amplo da *Koiné* cultural neolítica e mediterrânea – com particular atenção, é claro, para as origens anatólicas de um processo civilizatório que alcançou de modo especialmente notável a região do Egeu. Contra este fundo é que ele considerava o presente da Antiguidade Clássica, presente que, como dizia, **é ainda o nosso** – pois trata-se de uma antiguidade onde nossa atualidade se manifesta: no que a constrói, dela também se construindo.

Objeto constante de seu estudo era, portanto, e por assim dizer, uma situação histórica onde "antigo" e "atual" se correspondem de uma certa maneira – de uma maneira que resiste a explicitar-se. No âmbito da referida situação histórica, como a chamei, reconhecível por circunscrever-se ao traçado de uma História e de uma civilização de raio já quase ecumênico, acham-se inscritas tanto a viagem filosófica dos pré-socráticos como a aventura espacial dos astronautas...

Este estudioso do mundo clássico, da Antiguidade Clássica, nunca se cansou de denunciar o arbitrário e caprichoso da definição dos limites do "clássico", no caso, como sintoma de uma pertinência algo velada às configurações de um presente que religa antigo e moderno de um modo muito significativo: se esta é para nós a Antiguidade, isto se deve a uma identificação sempre atual.

O passado, que em sua teoria não é nem pode ser objeto da História, que a História não alcança, envolvida como se acha e ocupada com a presença do presente, deixa vestígios (trata-se de uma analogia) como os das épocas "anterio-

res" às quais remontamos no estudo da conformação do mundo grego; sua pertinência (de semelhantes vestígios) ao "passado" se reconhece na medida, e só na medida, em que eles se mostram de fato irredutíveis à historicidade (já de quanto se acomoda ao plano histórico, ainda quando chegemos ao mais remoto na caminhada "para trás", até invadindo, no interesse de sua recolha, o terreno da chamada "pré-história", cabe dizer que pertence ao presente e à sua presença...).

Evoco estas considerações porque elas de algum modo permitem assinalar dois pontos a rigor opostos, mas conexos, rumo aos quais Eudoro de Sousa dirigiu sua reflexão: de um lado, ele se empenhou no desvelamento do espaço fenomenológico do que indicava com a cifra do mítico, o sinal do "passado" irredutível (à presença do presente, quer dizer: trata-se da dimensão do "outrora", como ele a designa também, por exemplo, no seu *Mitologia*); de outro lado, buscou a elucidação do que constitui esta "presença do presente" que a História verifica. Numa página extraordinária do livro *História e Mito*, num parágrafo solene e sombrio onde creio ouvir os ecos de uma terrível fala de coro (a do primeiro *Estásimo*) da *Antígona* de Sófocles, esclarece ele: "Presente é o Homem..."

Refere-se, aí, não ao genérico desenvolver-se do processo de hominização (tema que o fascinava), mas ao seu momento "desbordante", o mais crucial e excessivo: o do advento do Homem, figura "que deixa na sombra os homens", conforme dizia.

O "passado" assinala o outro rumo de sua busca, ligado ao primeiro que referimos como o acima e o abaixo da estrada heracliteana, a mesma para a ascensão e a subida (Cf. Heráclito, frg. 60 Diels-Kranz); mas aqui ela se processa através de um duplo movimento, que acompanha a investigação dos "vestígios" exteriores com uma arqueologia íntima dos sentidos. Neste rumo, a proposta de Eudoro de Sousa se erige em um grande desafio, pois ele propõe constituir não só em campo, mas inclusive em modelo para o itinerário filosófico o motivo mítico da catábase (por sinal, um dos mais brilhantes

**"Lástima que não
sejamos mais
egoístas, não no
sentido que se opõe
a 'altruísmo', mas
naquele em que
'eu' me oponho
a 'mim'..."**

tes cursos que ele proferiu na UnB versou sobre o tema das "descidas ao inferno", envolvendo a consideração "das catá-bases" sumero-acadianas até Dante Alighieri").

Os dois pontos assinalados evidentemente se reúnem na convergência de uma reflexão centrada no drama do enlace de homem e mundo, no seio de uma realidade que ultrapassa a ambos. Com isto se liga a sua proposta de uma teoria dramática do conhecimento; e aí também vai desembocar a sua meditação sobre o simbólico enquanto estrutura cognitiva e ontológica fundamental – questão de que tratou ainda evocando uma correspondência com a física heisenbergiana (com a teoria da complementariedade) e que discutiu em seu ensaio de perquirição das matrizes do pensamento metafísico grego; por sinal, o ponto de partida deste ensaio foi o exame das obras dos pré-socráticos e ele aí concluiu de forma surpreendente, arrebatadora, por identificar seu comum princípio com a "idéia-chave" da "mítica do horizonte".

Esta breve referência à problemática construída por Eudoro de Sousa objetiva apenas indicar, conquanto de forma demasiadamente sumária e imperfeita, a unidade profunda de sua obra, unidade que resplandece nos vários momentos de sua longa reflexão. Isto significa também que foram muitos os seus achados: quem diz "sempre o mesmo acerca do Mesmo" jamais se repete, pois tem consigo o que é novo, fala do Novo por excelência... Ora, foi com toda a justiça, com plenos direitos que ele tomou para si, colocando-a como título de um dos seus ensaios, o célebre frase de Sócrates.

Explorar a riqueza de seu legado, seguir-lhe o curso inovador é uma tarefa realmente difícil. Inimigo das rotinas teóricas, das trilhas batidas, incapaz de simplificações, Eudoro de Sousa muitas vezes surpreende pelo rigor com que desafia os pontos de vista consagrados, as ortodoxias e os lemas estabelecidos. Ele não receava remar contra a correnteza, como lhe observei a propósito de seu *Horizonte e Complementariedade* (onde, entre outras cousas, convida a uma nova leitura dos pré-socráticos e interpreta de forma

revolucionária a afirmação platônica sobre a realidade "para além da essência" com base numa fulgurante análise do tríptico dos mitos da República). Aliás, é preciso que se diga que se este livro extraordinário não foi ainda devidamente apreciado, deve-se isto com toda a certeza aos desafios que coloca. Os conhecimentos filosóficos, em particular de filosofia grega, a informação histórico-filológica, literária e mitológica que reclama para seu estudo em nosso meio pouca gente possui; Eudoro de Sousa o escreveu para estes poucos leitores, e de forma a exigir-lhes o máximo. Aliás, ficou muito surpreso quando se esgotou a primeira edição desta obra... por outro lado, embora escrita com uma concisão quase lacônica, ela atrai pela ousadia de sua concepção, de suas teses, argumentadas com segurança das mais firmes.

Assim como fascinava seus ouvintes com a força expressiva e o brilho de suas aulas, de suas palestras, até de suas conversas informais a respeito dos temas de sua predileção (lembro-me do encantamento de um grupo de jovens que se reuniu em Brasília, na casa do professor Sílvio Sawaia – eram arquitetos, nenhum deles grande conhecedor de Literatura ou Filosofia – para ouvir o professor Eudoro de Sousa falar-lhes de Fernando Pessoa, de Heráclito e dos mitos gregos), ele também pode conquistar os leitores pela beleza de seus escritos, sobretudo dos últimos, onde acredito mesmo que um certo arrebatamento poético às vezes prevalece. Não se acha aí a mesma precisão de *Horizonte e Complementariedade* nem a técnica ensaística enxuta mostrada em vários estudos de Dioniso em Creta. Diria que há neles algo de labiríntico, não por que lhes falte qualquer ordem, mas por que têm um traçado caprichoso, um tanto barroco, eu diria (com o perigo de ser mal entendido): dá a impressão de transitar entre distintos espaços teóricos, combinando imagens e temas de forma quase vertiginosa. O estilo torna-se então algo sibilino e há uma

insistência pouco menos que obsessiva em certas metáforas prediletas, exploradas quase a ponto do esquematismo (é o caso do "triângulo da complementariedade"). Acentua-se ainda a influência das idéias de seu amigo Vicente Ferreira da Silva, com um efeito, em meu modo de ver, não muito positivo. Ignoro como ele acolheria estas observações. O mais provável é que as contestasse... talvez não as quisesse discutir, por achá-las impressionistas demais; ou por que, para seu pensamento, já não fosse a hora de uma tal discussão.

No debate que travamos a respeito de seu *Horizonte e Complementariedade*, chegamos a uma situação curiosa: creio que acertei em apontar-lhe uma diferença significativa entre uma posição por ele assumida no livro – onde afirma a complementariedade (no sentido heisenbergiano do termo) de mito e metafísica na Grécia antiga – e o modo como se refere ao assunto no prefácio da mesma obra (o prefácio foi escrito depois, é claro). Agora penso que me enganei, porém, querendo comprometê-lo com uma tese que ele já tinha superado. Seu engano nesta discussão (sempre a meu juízo) esteve mais em julgar que a contradição assinalada empobrecera-lhe o trabalho, quando, pelo contrário, foi sinal de um avanço notável. O debate ficou registrado, pois ele incorporou a *Sempre o Mesmo Acerca do Mesmo* os dois questionários que lhe submeti, e onde lhe afirmei, entre outras coisas, que a obra discutida ainda desafiava o próprio autor... Na verdade, isto, em minha opinião, constitui um mérito, pois muito poucos são capazes de um livro assim; receio, porém, que ele aí tenha visto a acusação de uma grave deficiência, acusação que levou rigorosamente a sério. Sobre o ponto jamais nos entendemos.

Voltei ao assunto numa revisão crítica que fiz, para o *Anuário Antropológico 77*, de *Horizonte e Complementariedade* e de *Sempre o Mesmo acerca do Mesmo*. Agora acho que fui, aí, algo injusto na avaliação deste último ensaio, de cuja riqueza não me apercebi, talvez por estar fascinado pelo primeiro... Mas o fato é que Eudoro valorizou da maneira mais generosa minha crítica e minhas divergências –

estas, quicá, com um gosto especial, pois estou certo de que ele tanto estimava o antigo discípulo quanto achava extremamente aborrecido ter seguidores ou coisa parecida.

Havia de dar-lhe certa alegria maliciosa ver como ainda me espanto dos rumos tomados depois, em momentos significativos, pelo seu pensar. A forte continuidade que assinala o curso de sua reflexão é muito marcada, de modo que, quando encontramos nas suas últimas obras teses e pontos de vista já sustentados nas antecedentes, parece-nos logo não ter havido transformação maior que a acarretada por desenvolvimentos naturais, com alguma expansão do campo explorado. Todavia é patente, pelo menos, certa mudança de estilo: antes de mais nada, nos escritos posteriores a *Horizonte e Complementariedade* ele se dirige ao leitor de um modo cada vez mais direto e pessoal, sem o tom neutro da dicção ensaística de antes. Fala na primeira pessoa, e esta nada tem de *persona* literária ou filosófica: é mesmo Eudoro de Sousa em carne e osso que se expõe, num discurso crescentemente apaixonado, rico de tons em variação, de acentos múltiplos: às vezes solene e quase profético, às vezes elegíaco, e logo dramático, com frequência irônico (de uma ironia pura e profunda, sem traço ou travo de sarcasmo). Um tema que já antes se anunciava torna-se mais vigoroso e complexo: o da "irredutível subjetividade", de tal forma estruturado que não se compadece com nenhuma forma de subjetivismo – isto, aliás, ele condena tanto como repele a ingênua celebração, igualmente acrítica, da "objetividade"... O tema referido terá, talvez, um matiz eckartiano.

Outro surge, apresentado com incommum realce expressivo: o da oposição entre "simbólico" e "diabólico", traçada de tal modo que a descrição fenomenológica se rebate e redobra em axiologia, em sondagem-demanda verificativa de valores, no interior de um enunciado com qualquer coisa de parábola, em todo caso de para-simbologia, feito num tom quase oracular, entre os registros da meditação e da revelação: um tom que evoca a sonoridade das vozes de Nietzsche e de Kierkegaard. Vários temas e subtemas se arti-

culam com este, como numa fuga dirigida para a "trans-objetividade", invocando a mediação erótica, a mediação dramática...

Em um pensador tão empenhado no que meditava, a alteração de estilo não pode constituir fenômeno de superfície: por certo não se deve a mera circunstância, eventualidade ou capricho. Sem saber identificá-la precisamente, sinto que no mais profundo se verificou (sem rupturas, sem descontinuidades visíveis) uma efetiva transformação, quicá uma transfiguração de seu pensamento. Interpretá-lo me parece agora mais difícil... mais rica e mais desafiadora sua dádiva generosa.

Não é arbitrariamente que me refiro assim a seu pensar. O leitor sensível logo reconhece em tudo quanto ele escreveu o signo de uma constante disposição interior de abertura e franquia, a qual só é capaz, com efeito, quem sincero proclama: "Lástima que não sejamos mais egoístas, não no sentido em que 'egoísmo' se opõe a 'altruísmo', mas naquele, mais difícil de apreender, em que 'eu' me oponho a 'mim'..." Com efeito, perpassa por toda a sua obra a limpidez de um gesto de oferenda.

Neste ponto, sua produção o reflete com a maior clareza. Aliás, deu-se com ele uma coisa que sempre se dá com os personagens de Guimarães Rosa (um autor a quem muito apreciava, que colocava entre os gênios da literatura): há em seu nome próprio uma feliz revelação. Com efeito, o nome Eudoro diz em grego: "a bela dádiva". Quantos o puderam conhecer e amar têm sempre de maravilhar-se com o acerto desta denominação; e chegou o tempo de reconhecermos, na saudade sem tamanho, o duro desdobra do dom divino de sua presença, retirada agora... É mesmo verdade o que os poetas sempre disseram: os presentes dos imortais por fim com muita pena se pagam.

Mas falo de sua obra. Aqui a generosidade significa desafio. De fato, no plano do pensamento, nem sempre acontece que a doação mais franca seja por isso mais acessível. Pode bem dar-se o contrário, quem sabe...

Mesmo um leitor inteligente e culto, se não for cuidadoso, arrisca-se a grandes extravios na tentativa de interpretar-lhe as

"Talvez mereça que me chamem de idiota; podem fazê-lo, no sentido etimológico do grego ou no sentido comum do vernáculo. Neste, sofro de loucura mansa; naquele, sou portador de características incomuns."

teses fundamentais. Vejo a prova disto num artigo, por sinal muito interessante e simpático, que a seu respeito o prof. Antonio de Medina Rodrigues escreveu, e que foi publicado na *Folha de S. Paulo* de 18 de outubro de 1987. Pareceu ao ilustre professor que Eudoro de Sousa, por causa de seu cristianismo (mas dar-lhe o rótulo de "pensador cristão" já é equívoco) toma partido pela visão teísta, enquanto realizadora do sentido da transcendência, quando afirma a complementariedade entre os dois tipos de religião universalmente encontráveis, segundo Jensen (este antropólogo alemão opôs assim as perspectivas religiosas do "teísmo" e da "cosmobiologia"). Ora, está aí uma coisa que Eudoro de Sousa nunca fez. Ele nunca tomou tal partido, nem o poderia tomar, pois sabia perfeitamente qual o significado de complementariedade, na acepção heisenbergiana do termo; esta complementariedade foi Eudoro quem postulou, no caso. Por outro lado, ele verificou a prevalência em nosso mundo da perspectiva teísta, e viu nos seus mais exaltados momentos a manifestação de uma diretriz intelectual profunda cujo triunfo absoluto (concretizado, isto é, em total prejuízo da diretriz oposta) acarretou um rebaixamento do sensível; contra este rebaixamento, perpetrado na metafísica ocidental, ele protestou de diversas formas, em múltiplas passagens, com a maior das veemências. Foi Eudoro um filósofo que com a originalidade profunda de um grande rebelado, e com verdadeiro arrebatado, celebrou o sensível e proclamou a transcendência do sensível... no rumo do sensível. Foi ele também quem descreveu de forma apaixonada a profundidade das

manifestações religiosas "cosmobiológicas", em páginas onde há verdadeiro entusiasmo; aliás, com o mesmo entusiasmo ele nunca falou da revelação teísta. Seria até mais compreensível, penso eu, que o Prof. Medina Rodrigues cometesse o engano oposto (que afirmasse ter Eudoro privilegiado a "diretriz" encerrada na "cosmobiologia"); seria errado do mesmo jeito, porém mais compreensível. Não sei como pôde chegar a sua conclusão.

Bastaria este exemplo, eu acho, para mostrar a complexidade por vezes mal advertida do pensamento de Eudoro de Sousa e as exigências que generosamente faz. Mas outro sinal disto tenho aqui comigo, quando me vejo embaraçado na tentativa arriscada de acompanhar-lhe os passos da última etapa registrada da trajetória de sua meditação. Que é que me surpreende agora? O simples enunciado da pergunta já me expõe a uma ironia silenciosa... Que é que me surpreende?

Há um indício. "Mitologia" ele chamou a um livro onde expõe suas idéias de maneira muito vívida e pessoal. Assim o intitula, e nisto insiste: "O título diz: mitologia. Não o esqueça o leitor no andamento da leitura". Depois adverte, ainda no prefácio: "Mas não é coletânea de mitos, nem filosofia da mitologia. É, pura e simplesmente, mitologia". Sui generis, deve-se acrescentar. Do gênero não há outra obra. As páginas que percorro falam da grande aventura da humanização, do drama histórico; de temas míticos; metamorfoses, teogonias, catábases; do "simbólico" e do "diabólico"; de uma sentença quase enigmática de Heidegger, sobre os "acenanentes mensageiros da divindade" e seu "oculto reinar"; da excessividade caótica e de Deus... Acerca destes assuntos ele fala, aí, com uma variedade e riqueza expressiva que perturba: segue em arrebatada, caprichosa marcha de dançarino, traçando e escondendo com misteriosa evolução a vaga geografia desses tópicos. Mesmo assim me espanta o cuidado que teve em proclamar – assim o entendo – seu próprio exílio, estranhamente consentido, da filosofia... Mas quem quiser acusá-lo de extravagante neste passo, é bom que tenha cuidado. Ele está pre-

parado para isso. Preparado e disposto, com a arma cintilante de sua ironia, às vezes violenta:

"Talvez mereça que me chamem de idiota; podem fazê-lo, no sentido etimológico do grego ou no sentido comum do vernáculo. Neste, sofro de loucura mansa; naquele, sou portador de características incomuns. Posso até associar os dois, deixá-los associados, fundidos um no outro, até que me mostrem o que seja realmente real, mas não por sufrágio de maioria. Por enquanto, nada feito! Os outros que façam o que acho inútil fazer. Porque Realidade talvez seja o oposto da Objetividade, e muito bem se pode dar o caso de o "idiota" já se encontrar instalado na mais real das realidades, distraidamente, sem perseguir qualquer propósito definido, só por recusar a quintessência ou o refúgio do pensamento ajuizado dos outros. Não estou pronunciando outro "elogio da loucura", por que ninguém será louco por exortação alheia. Só sei, através de Platão, que o sair fora de si ou banir-se de si próprio é uma bênção divina, um inestimável dom dos deuses. Questão é só a de não ser louco por querer. Ou de não querer distinguir-se dos outros, por desafio ou acinte. Não sabem os que assim fazem, quanto os verdadeiros loucos se riem deles. Loucura não é extravagância, porque esta só é o mais significativo sinal da imbecilidade de quem não pode achar o caminho de sua casa, de quem, não sofrendo de nostalgia, nem o quer achar. Se Ulisses fosse extravagante, em vão o esperaria Penélope; a Odisséia não teria chegado ao fim. Não quero que ninguém pense que orgulhosamente estou fazendo de insensato. Sou lucidamente lúcido e, como tal, prosseguirei."

Sim. Com efeito. A sombra que o encobre não pode empanar esta luz, ainda brilhante nos seus escritos, na sua memória – e mais esplêndida na origem, na fonte noturna e clara, lá onde ele se recolheu, na terceira margem do rio, do extremo rio Oceano: além do horizonte, que agora ele ultrapassou. □

Ordep Serra, bacharel em Letras e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília, é atualmente professor de Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

Resumen

LA BELLA DÁDIVA – RECUERDO DE EUDORO DE SOUSA

Para distraerse, él hacía mapas del cielo y estudiaba los astros. Le gustaba acompañar los atrevidos acontecimientos hacia la conquista del espacio y la ronda indagadora de los satélites artificiales consultando informes, publicaciones de la NASA y de los centros de estudios astronómicos. Siempre tenía a mano los libros sobre las estrellas en su refugio de la Colina. Se empeñó en la construcción de un pequeño observatorio en la Universidad de Brasília y ahí llegó a dar cursos de iniciación a la Astronomía para un pequeño grupo de alumnos. Así descansaba de las intensas actividades intelectuales ejercidas en otros campos y hacía feliz un amor que cultivó desde temprano y que, en verdad, nunca lo abandonó – su encanto por la Astrofísica –, aunque no haya prevalecido. Sin embargo, otra vocación lo llamó, y él se dejó seducir por estudios diversos a los que se dedicó apasionadamente. En sus ensayos filosóficos, se encuentran varios indicios de un refinado interés por la física, por las matemáticas y un aficionado escrutador del cielo.

Abstract

WENDROUS GIFT – A MEMOIR OF EUDORO DE SOUSA

He used to entertain himself by plotting maps of the sky and surveying the stars. He enjoyed keeping up with the latest adventures of man's conquest of space and the probing orbits of artificial satellites, perusing reports, bulletins, publications by NASA and astronomy studies centres; his books on stars were always to hand in his retreat on campus. He had plans to build a modest observatory at Brasília University where he once taught a small group of students the rudiments of Astronomy. This was his relief from intense intellectual activity in other fields. It was also his way of giving vent to an interest that came to him early in life and that he never really relinquished, though it never came to the fore: his love of astrophysics. Yes, another vocation spoke louder and he was lured by scholarship of another kind to which he was passionately dedicated. But his essays on philosophy have tell-tale signs of a well-cultivated interest in physics and mathematics, the stamp of a star gazer.

NOEL ROSA

A CIRCULAÇÃO NA MODERNIDADE



O SAMBA É UMA LINGUAGEM QUE SE ESTRUTURA AO IMPACTO DA MODERNIDADE – O CRESCIMENTO DAS CIDADES (ESSENCIALMENTE, A DO RIO DE JANEIRO), O SURTI-
MENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E DE UM PÚBLICO CONSUMIDOR EM EXPANSÃO INTERAGEM COM RAÍZES FOLCLÓRICAS E COM AS CONDIÇÕES DE VIDA SEMPRE MARGINALIZADAS DAS CAMADAS POPULARES, PRODUZINDO O QUE SE CONSTITUIRÁ NO VEIO CENTRAL DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. NOEL ROSA, SURGINDO EM UM MOMENTO EM QUE A INDÚSTRIA CULTURAL EM TORNO DO SAMBA VAI DECISIVAMENTE SE IMPLANTANDO, LEVA A UM ACIRRAMENTO AS TENSÕES EXISTENTES NO INTERIOR DA LINGUAGEM E EM SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO. O TEXTO PROPÕE UMA TRAJETÓRIA SOBRE ALGUNS PONTOS NODAIS DA OBRA DE NOEL, DO MESMO MODO QUE ESTA CIRCULA SOBRE AS CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE SUBDESENVOLVIDA.

K Á Q U I

¹ Noel está defronte ao samba que desce do morro. Conscientemente interpõe-se entre ele e a multidão, varrida pelas ondas do rádio. "O samba está na cidade. Já esteve, é verdade, no morro, isso no tempo em que não havia aqui embaixo samba. Quando a bossa nasceu, a cidade derrotou o morro."¹

A passagem de determinadas formas musicais de fundo anônimo para o samba urbano, de autor, deslocado de seu contexto primitivo por novos meios de difusão (vide gravação de *Pelo Telefone*, 1917) – esta passagem crucial tem como protagonistas um núcleo de músicos negros que se reúnem em torno do candomblé da Tia Ciata – não no morro mas junto à Praça Onze, uma "África em miniatura" na Cidade Nova. J. B. da Silva, o Sinhô, se destaca do núcleo inicial por uma produção sambística sistemática, que procura adequar-se às condições de comunicação e sensibilidade que surgem com o decisivo impulso de crescimento das cidades. Mesmo intuitivamente e num projeto ainda oscilante, Sinhô constrói as bases de uma linguagem nova: ao mesmo tempo naif e ágil, versátil, urbana.

O samba se constitui sobre um terreno musical híbrido: em que pese a importância do tronco afro – onde se sobressaem o lundu e, mais mestiço, o maxixe – assimila vários elementos de outros gêneros, alguns de extração européia, em estágios diversos de aculturação no espaço sonoro brasileiro. "O brasileiro tritura tudo./Não sei por que./Mas tritura." (Orestes Barbosa, *Samba*).²

A produção de Noel se realiza em um corpo a corpo consciente com a massa urbana que vai se espessando – o que possibilita este contato 'corporal', entretanto, é a mediação do rádio e do disco. "Noel fez samba, mas o fez como parte de um caminho traçado em direção à multidão." (Jorge Caldeira).³ Fala o próprio, como num manifesto futurista: "Queria que meus ritmos dominassem, eletrizassem os músculos, influíssem decisivamente no movimento das multidões."⁴

Uma vertente da modernidade do início do século está nitidamente traçada no modernismo de (sobretudo) São Paulo. Este modernismo, partindo – é um possível esquema – da informação nova das vanguardas européias e situando-a nos trópicos subindustrializados, está destinado a pensar o primitivo e dialogar com ele. A outra vertente emerge no Rio de Janeiro, de uma rica base popular em confronto com o incipiente desenvolvimento urbano-industrial da metrópole.

² Compreende-se a incorreção geográfica de Noel e de tantos ao apontar o morro como lugar de origem do samba. A idéia explica-se pela lógica das classes sociais implícita na oposição cidade/morro.

É após a revolução rítmico-melódico-temática do time de bambas do Estácio – já existe aí a íntima contiguidade com o Morro de São Carlos – que compositores de origem na classe média passam a interferir na linha de evolução do samba.

Noel está entre estes, de 'fora da roda do samba' – imagine-se uma circunferência em cujo centro está o umbigo (*semba* = umbigada) que liga diretamente à mãe África – mas exatamente aonde está ele?

Diz Walnice Galvão que Noel assume o distanciamento do artista que "está de fora, pelas fimbrias da sociedade, sem qualquer intenção de nela se integrar: ela o produziu mas não tem lugar para ele." O Poeta da Vila não pode assumir o ponto de vista do operário nem do lumpen – tampouco pode enquadrar-se ao recorte ideológico de sua própria classe.⁵

Em Filosofia⁶, acuado, o sambista marca, acima das exigências e contingências da sociedade, o compromisso com sua linguagem:

*Não me incomoda que você me diga
Que a sociedade é minha inimiga
Pois cantando neste mundo
Vivo escravo do meu samba
Muito embora vagabundo*

A 'escravidão' marcaria uma opção definida pela arte como um fim em si mesmo e uma recusa – a nota irônica se faz ouvir na medida em que se percebe a inviabilidade desta opção. O poeta – sobretudo em sua nova versão trovadoresco-popular – transformou-se em um produtor de mercadorias como qualquer outro e sua produção está escravizada às regras do mercado.

*Mas a filosofia
Hoje me auxilia
A viver indiferente assim
Nesta prontidão sem fim
Vou fingindo que sou rico
Pra ninguém zombar de mim*

A saída parece se dar no cultivo de uma certa indiferença filosófica, que no fundo não se sabe se é também fingida.

Noel preocupou-se em tecer uma verdadeira dialética da mentira em várias de suas composições (*Mentira tão Necessária, Tudo que Você Diz, Você só... mente, Pra que mentir?*, etc...). "Saber mentir é prova de nobreza." "Pra que mentir/Se tu ainda não tens/Esse dom de saber iludir?" Mulher mentirosa. Poeta-fingidor.

O lugar ocupado por Noel não está, por certo, fora da estrutura de classes – mas em um ponto especialmente problemático e incerto – como o do elétron em órbita no átomo, conforme Heisenberg – dentro dela.

Vemos delinear-se uma concepção diferente de malandragem, do estar à margem. A utopia malandra⁷, cantada e decantada pelo Estácio e pelos primeiros sambas de Wilson Batista, traduzível na fórmula do 'se dar bem', já se esboroa ao duro impacto da realidade. Antes mesmo da censura à representação triunfante do malandro e do acirramento da repressão à sua prática, no Estado Novo, o projeto utópico malandro, que implicaria a virtualidade de uma linha onde as contradições de classe se anulassem, está exaurido.

Bide conta da sorte de alguns de seus companheiros do Estácio: Baiaco morto aos 22 anos, vítima de uma úlcera no estômago. Mano Edgar (n. 1900), assassinado durante uma briga de jogo no natal de 1931. Brancura teria morrido louco, em 1935: "Uma vez até, eu nem sabia de nada, encontrei ele no Estácio apanhando rato morto. Eu até chorei, sabe?" Nilton Bastos, o grande parceiro de Ismael Silva, aos 32 anos, tuberculoso, mal tendo assistido ao sucesso de seus sambas. Mano Rubem, irmão mais moço de Bide, morre também de tuberculose, antes da Deixa Falar sair às ruas, no carnaval de 1929.⁸

O discurso malandro, através sobretudo de Wilson Batista e Geraldo Pereira, passa a formular uma outra estratégia, volta-se sobre si mesmo e disfarça-se, interiorizando uma dialética ao mesmo tempo mais sutil e mais acirrada entre a linguagem do

poder e sua contestação.⁹ Noel Rosa, jogando por outro lado – e mesmo não se libertando de alguns preconceitos de classe média, como demonstra na polêmica com Wilson Batista – realiza uma operação simétrica: já temos uma consciência segunda da malandragem: metamalandragem.

3 *"Mesmo em guri, a minha grande fascinação era a música. Qualquer espécie de música. (...) Canções de simples amas-secas, ninando crianças; coisas sem nexos, brotadas da inspiração musical improvisada; ou o canto de pássaros, de pardais, de cigarras; ou mesmo a rude música urbana, com os rumores desconcertantes dos bondes, carroças, pregões – tudo isso me encantava."*¹⁰

Em um samba-canção exemplar de sua estratégia poética, *Três Apitos*, Noel mostra uma concepção lírica que destoa nitidamente dos lugares comuns do discurso amoroso dominante. Ao invés da janela e da paisagem bucólica inundada de lua, esquematizadas pelo 'ultra-romantismo' seresteiro, situa o objeto de seu amor em um ambiente fabril.

Os três versos iniciais apresentam o estímulo que induzem à lembrança da mulher desejada.

*Quando o apito
Da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você*

Diferente da *madeleine* proustiana ou dos sinos que demovem Fausto do suicídio, os apitos da fábrica não mobilizam recordações longínquas, soterradas no inconsciente – a recordação é recente e está bem à mão, entre tantas outras, bastando o sinal previsível dos apitos para trazê-la ao centro. Seu som é industrial e proletário – e estridente. Os três apitos estão nas rimas dos três primeiros versos, tendo como base a vogal tônica /i/: *apito/tecidos/ouvidos*; repercutem ainda na tônica de *ferir*, formando uma ambiência fonêmica aguda.

Este mesmo fonema é que faz a oposição *pano/piano*, como uma tecla percutida no registro agudo.

*(...) enquanto você faz pano
Faço junto do piano
Esses versos para você*

A relação estabelecida entre as duas palavras pela rima paronomásica é ao mesmo tempo de conflito e aproximação, tanto fonêmica como semanticamente. O modo de vida à margem do poeta revela-se não tanto assim fora das relações de trabalho capitalistas – bem como sua produção artesanal direciona-se cada vez mais no sentido do industrial.

Note-se a linha melódica contida, que quando parece querer ganhar maior ímpeto detém-se – como na sequência cromática descendente de "grito/tão aflito/da buzina do meu carro". Tal con-tensão, dis-tensão contínua do arrebatamento que a cada momento se insinua, arma uma fina dialogia entre o sentimento amoroso e a consciência lúdico-irônico-crítica. Este procedimento está em sintonia com o que ocorre no plano verbal: no caso do fragmento citado, um possível clichê romântico ("por que não atende ao grito/tão aflito") desloca-se para um outro



parâmetro, marcado por um distanciamento tecnológico e moderno.

A economia industrial não impede que a amada retenha a sua aura, sua qualidade de objeto único, ameaçada pela produção e reprodução em série:

*Mas você é mesmo
Artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você*

A dissolução da aura, um dos princípios-chave através dos quais Walter Benjamin caracteriza a modernidade, se dá de forma ambivalente em nossa (sub)modernidade tropical – ambivalente, leve, sem choques – mas se dá?

4 *Viva a bossa-sa-sa* *Viva a palhoça-ça-ça-ça* (Caetano Veloso, *Tropicália*)

A dissonância e o dilaceramento implicados no estado da modernidade poética dissolvem-se no pitoresco de uma sociedade simultaneamente moderna e arcaica¹¹: enredam-se na vegetação tropical, no contorno sinuoso da cidade-mulher.

A enumeração caótica de Coisas Nossas capta agilmente a superposição de realidades díspares típica do capitalismo periférico. Noel Rosa aí já é pré-tropicalista – é possível observar, por outro ou mesmo lado, um paralelismo de sua 'imagem do Brasil' com aquelas produzidas pelo Mário de Andrade do *Macunaíma* ou pelo Oswald de Andrade dos manifestos. Ainda: um tanto da contenção metafórica, da diretidade e da técnica de montagem dos poemas pau-brasil do mesmo Oswald.

*Queria ser pandeiro
Pra sentir o dia inteiro
A tua mão na minha pele a bater
Saudades do violão e da palhoça
Coisa nossa... coisa nossa...*

*O samba, a prontidão e outras bossas
São nossas coisas... são coisas nossas...*

*Malandro que não bebe, que não come
Que não abandona o samba
Pois o samba mata a fome
Morena bem bonita lá da roça
Coisa nossa... coisa nossa...*

(estribilho)

*Baleiro, jornaleiro
Motorneiro, condutor e passageiro
Prestamista e vigarista
E o bonde que parece uma carroça
Coisa nossa... muito nossa...*

(estribilho)

*Menina que namora
Na esquina e no portão
Rapaz casado com dez filhos sem tostão
Se o pai descobre o truque dá uma coça
Coisa nossa... muito nossa...*

(estribilho)

A montagem em sua pequena "sinfonia de uma metrópole" se dá através de uma rápida sucessão de planos, de anotações sintéticas e preciosas. Já a variação de pontos de vista, no caso, de adesão ou distanciamento crítico em relação à realidade em foco, ocorre virtualmente a cada momento – explodindo (auto)-ironicamente na afirmação reiterada de que estas 'são coisas nossas'.

O moderno apóia-se sobre uma base primitiva à qual não adere suficientemente. O deslizamento produzido cria um moderno outro, paródico, invertido, instável pela extensão de contrários que abarca.

A carnavalização estética (BAKTHIN) baseia-se sempre em uma visão de mundo dialógica, 'polifônica', que afirma um enunciado e o seu contrário. A modernidade subdesenvolvida é a modernidade carnavalizada.

A ambigüidade entre a montagem crítica e o prazer de pertencer a esta maravilhosa incongruência não se resolve – recusa-se a congelar um ponto de vista único sobre a pululante diversidade da metrópole tropical.

5 *Nous sommes batutas* *Batutas, batutas* (...) *Nous faisons tout le monde* *Danser le samba* (Pixinguinha e Duque, *Les Batutas*)¹²

Um samba como *Não Tem Tradução* move-se em um quadro de oposições semelhante: o recorte sobre a realidade brasileira enquadra o conflito entre valores primitivos, populares e nacionais com o influxo cultural dos países desenvolvidos, veiculado pela tecnologia. O fato de Noel, neste momento, inclinar-se explicitamente por um dos lados e pretender (talvez) que se resguarde sua pureza, não altera a agudeza da sua apreensão do processo.

É de fora que Noël descreve a situação – e é também de fora que propõe uma estratégia para enfrentá-la (nem do morro nem da cidade, mas neste trânsito – e dentro do samba).

A produção de sentido da sua ou de qualquer obra de arte não deve ser buscada no 'conteúdo' explícito mas em um plano de interpenetração e solidariedade entre significantes e significados – na 'forma do conteúdo' e no 'conteúdo da forma'.

Antes de mais nada, devem-se considerar as seleções operadas por sua letra, detendo-se sobre as novas maravilhas contemporâneas: o cinema falado, o telefone ou o foxtrote (gênero no qual ele mesmo veio a incursionar). Noel, poeta do cotidiano e do cidadão, está atento.

A sua poesia, que sempre atua no sentido de alargamento do léxico, com incorporação de palavras consideradas não-poéticas ou não-dicionarizadas, não vacila em adotar expressões de língua inglesa, vestindo-as com uma prosódia, pronúncia e ritmo brasileiros. E mais: fazendo-as atuar poeticamente em um contexto estranho – se no plano do significado "as rimas do samba não são I love You", enquanto significante a expressão rima efetivamente com "pra chuchu".

Interessante é que o compositor refere-se à impossibilidade de 'tradução' do samba ("não se lembra que o samba/não tem tradução/no idioma francês") mas não deixa de propor uma operação tradutora eficaz:

*Tudo aquilo
Que o malandro pronuncia
Com voz macia
É brasileiro
Já passou de português*

– a mesma operação deglutidora que é realizada com a língua inglesa, no canto. INTRADUÇÃO (Augusto de Campos). INTRADU-SAMBA. Não-tradução? Traduzir o samba por dentro, de dentro?

6

Quem dá mais?

*Por uma mulata que é diplomada
Em matéria de samba e de batucada
Com as qualidades de moça formosa
Fiteira, vaidosa e muito mentirosa*

*Cinco mil réis... Duzentos mil réis... Um conto de réis...
Ninguém dá mais de um conto de réis?
O Vasco paga o lote na batata
E em vez de barata
Oferece ao Russinho uma mulata*

Quem dá mais?

*Por um violão que toca em falsete
Que só não tem braço, fundo e cavalete
Pertenceu a Dom Pedro, morou no Palácio
E foi posto no prego por José Bonifácio*

*Vinte mil réis... Vinte-e-um e quinhentos... Cinquenta mil réis...
Ninguém dá mais de cinquenta mil réis?
Quem arremata o lote é um judeu
(Quem garante sou eu)
Pra vendê-lo pelo dobro no museu*

Quem dá mais?

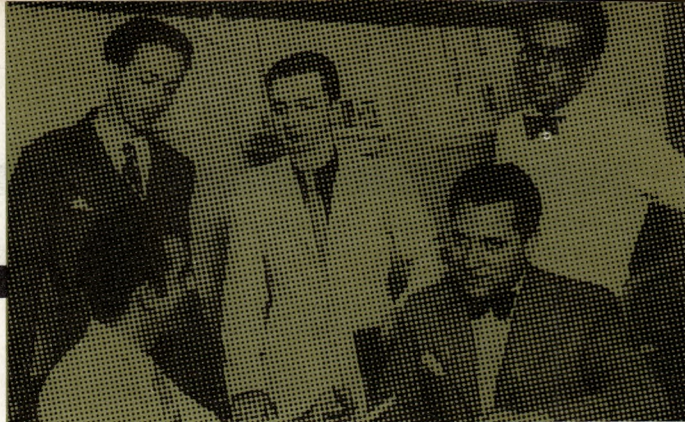
*Por um samba feito nas regras da arte
Sem introdução e sem segunda parte
Só tem estribilho, nasceu no Salgueiro
E exprime dois terços do Rio de Janeiro*

*Quem dá mais? Quem é que dá mais de um conto de réis?
Quem dá mais? Quem dá mais?
Dou-lhe uma... Dou-lhe duas... Dou-lhe três...
Quanto é que vai ganhar o leiloeiro
Que é também brasileiro
E em três lotes vendeu o Brasil inteiro?
Quem dá mais?*

A interpretação de Noel de *Quem Dá Mais?* é uma obra-prima do canto falado.

O samba fala-se. Para Mário de Andrade, a música folclórica brasileira baseia-se na superposição de uma rítmica aberta, de origem não-européia, que opera por adições infinitas, e a rítmica fechada da quadratura do compasso.¹³

Esta confluência de sistemas rítmicos realiza-se no samba como tensão entre o canto e a fala. O samba é mobilidade. Olha o breque: a irrupção de palavras pronunciadas, faladas – que resolve-se mais à frente no reatamento com a melodia e com o



Fotos – Diafilme Instituto Nacional do Cinema – Noel Rosa por Lúcio Rangel

ritmo de base. Este ritmo mesmo constrói-se sobre o deslocamento de acentos – é sincopado. Os versos tendem também a uma irregularidade de medida – seja por suas características intrínsecas ou pelos alongamentos e aceleramentos, pausas e cortes que o canto vai-lhes impondo.

A linhagem dos cantores do samba falado é ilustre. Um lugar por excelência revolucionário cabe a Mário Reis – com ele, a exploração das potencialidades vocais abertas pelo microfone, aliada a um fino sentido de ritmo e de colocação das alturas, viram pelo avesso a forma semi-operística de se cantar o samba – inaugurando uma técnica que será exponenciada por João Gilberto.

Noel, em *Quem Dá Mais?*, transita ágil e brilhantemente entre os pólos do canto e da fala, construindo toda sua enunciação sobre esta tensão. É verdade que existe aí a motivação realista do leilão – mas é simplesmente radical a solução que Noel dá a ela, correlacionando forma/conteúdo não apenas no sentido ‘fisiognômico’, superficialmente imitativo, mas em uma fusão orgânica que aciona planos de significação inesperados. As rupturas com a linha melódica podem se dar em uma palavra ou sílaba – no que podemos chamar de breque vocálico ou silábico. Ou então é a melodia que irrompe em um momento imprevisto, dentro do sintagma do breque: “dou-lhe três”.

O silêncio – ou seja, a utilização estrutural da pausa, como um som-zero – que para Brasil Rocha Brito poderia ser considerado como tendo surgido na música popular nacional com o advento da bossa-nova, ainda que não usado com muita frequência,¹⁴ aparece de modo marcante em *Quem Dá Mais?* As pausas – mais longas se dão após as interrogações lançadas pelo cantor, como expectativa de resposta – a verdade é que o fluxo musical é interrompido insistentemente, desde a introdução instrumental. O silêncio, uma espécie de radicalização do breque, permeia toda a estrutura do samba, esgarçando-a, criando um descontinuum sonoro altamente expressivo.

7 O jogo de contrários da letra de *Quem Dá Mais?* não se estabelece essencialmente pelo conflito na seqüência dos diferentes objetos de descrição, como é o caso da montagem de *Coisas Nossas*. Ele introduz-se dentro de cada objeto analisado – seria a montagem no interior de um mesmo plano, estático ou em movimento, continuando a metáfora cinematográfica – compondo um absurdo violão “que toca em falsete” mas “não tem braço, fundo e cavalete”; ou o “samba feito nas regras da arte”, que “só tem estribilho” mas “exprime dois terços do Rio de Janeiro”.

Afinal, o que é isto que se vende? Noel pretende ainda, com seu deslizamento de pontos de vista, projetar uma imagem oscilante do Brasil.

O movimento de apreensão alegórica termina por se dar no sentido inverso e complementar do de *Coisas Nossas*: a precariedade, o arcaísmo que é o Brasil é moderno – esta modernidade revela-se pelo signo do comércio.

Vende-se ainda e sobretudo a própria música. É desmontando a sua própria inserção na economia de mercado que o samba a revela. A inserção não é ideologicamente inocente: à música popular é imputado um determinado sistema de valores (a brasilidade), que ela deve veicular. Esta brasilidade, lida pela ótica da classe dominante, Noel efetivamente desmonta e implode, antes mesmo que ela tome sua forma mais acabada no Estado Novo.

A mulata, disfarçando com envolvente malícia a transação que se efetua, tem, como tudo o mais que se apregoa, uma dimensão metalingüística: ela é a musa do samba. Com Baudelaire, a prostituta torna-se a musa do poeta moderno – é inclusive o seu duplo, seu igual em condição.

A questão da comercialização é colocada de forma crucial no espaço da música popular. Lá está ela no marco inaugural do samba, quando Donga registra os direitos autorais da criação coletiva de *Pelo Telefone*, criando uma polêmica acesa no interior do grupo. Um pouco mais tarde, difunde-se a prática de compra da autoria de sambas.

A possibilidade de qualidade nesta produção musical se dá sempre no confronto com as imposições da lógica do mercado – e na ocupação de certas brechas inventivas, geradas na dinâmica e de um processo extremamente veloz.

Noel está consciente desta fratura da condição de artista e pergunta metamalandramente, entre cínico e inconformado: “Quanto é que vai ganhar o leiloeiro/que é também brasileiro”? A mobilidade do discurso de *Quem Dá Mais?* introduz a reflexividade crítica própria da paródia carnalizante. O samba, fragmentando a imagem do Brasil, lança os pedaços sobre o mercado, onde flutuam como escombros.

8 Noel Rosa tem diante de si, desobstruídos, os caminhos da cidade. Ele circula – lucidez ambulatória – pelos subúrbios da Zona Norte, pela Lapa ou Estácio, sobe os morros; observa o progresso do centro, seguindo, eventualmente, até a orla. Ter aprofundado esta trajetória sobre a metrópole subdesenvolvida e suas contradições faz da sua produção não apenas um momento altamente instigante do cancionário popular – mas a constitui, no espaço da cultura brasileira moderna, em um corte medular.

Não Vem do Morro Lá da Cidade
“Quem acha, vive se perdendo
Por isso agora
Eu vou me defendendo
Da dor tão cruel de uma saudade
Que por infelicidade
Meu pobre peito invade
Batuque é um privilégio
Ninguém aprende samba no colégio
O samba, na realidade
Não vem do morro nem lá da cidade
E quem suporta uma paixão
Saberá que o samba então
Nasce no coração”

(Feito de Oração, em parceria com Vadico)

Francisco J. C. Saraiva é poeta, um dos criadores do “Labirinto Transparente – Evento Especial Multimídia” (Brasília, maio/1987); licenciado em Letras pela Universidade de Brasília.

Referências Bibliográficas e Notas

1. Apud História da Música Popular Brasileira, fascículo Noel Rosa, p. 9, Abril Cultural, São Paulo, 1970.
2. Samba, p. 65, FUNARTE, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1978. A primeira edição deste incrível livro é de 1933.
3. Noel Rosa: de costas para o mar, p. 12, Brasiliense, São Paulo, 1982.
4. Apud Lúcio Rangel, *Sambistas & Chorões*, capítulo “As Confissões de Noel Rosa”, p. 83, Francisco Alves, São Paulo, 1962.
5. “Sem Malandragem, um Marginal Poeta: Noel Rosa” in História da Música Popular Brasileira – Grandes Compositores, fascículo “Noel Rosa”, Abril Cultural, São Paulo, 1982.
6. Segundo Almirante, o samba é de parceria com André Filho (conf. No tempo de Noel Rosa, p. 220, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1970). Noel costumava assumir integralmente a letra em suas composições de parceria.
7. O conceito de utopia malandra está em Cláudia Matos, *Acertei no Milhar*, v. pp. 54 e 117, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
8. Nova História da Música Popular Brasileira, fascículo “Bide, Maçã e o Estácio”, p. 10, Abril Cultural, São Paulo, 2ª ed., 1978.
9. Uma análise bastante aguda deste discurso encontra-se na obra citada de Cláudia Matos.
10. Apud Lúcio Rangel, op. cit., p. 78.
11. A combinação do moderno e do arcaico como alegoria do Brasil é o esquema utilizado por Roberto Schwarz em sua interpretação do tropicalismo (“Cultura e Política, 1964-69”) in *O Pai de Família e Outros Estudos*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
12. Composto durante a temporada dos Oito Batutas em Paris, em 1922. Conf. Sérgio Cabral, *Pixinguinha, Vida e Obra*, p. 44, FUNARTE, Rio de Janeiro, 1978.
13. *Ensaio sobre a Música Brasileira*, pp. 30 e 31, Martins, São Paulo, INL, Brasília, 3ª ed., 1972. Confira também José Miguel Wisnik, “Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo)” in *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira – Música*, p. 144, Brasiliense, São Paulo, 2ª ed., 1983.
14. “Bossa Nova”, in Augusto de Campos, *Balanço da Bossa e Outras Bossas*, p. 26, Perspectiva, São Paulo, 2ª ed., 1974.

Resumen

NOEL ROSA: LA CIRCULACIÓN EN LA MODERNIDAD

Noel Rosa marca un momento de ruptura con los orígenes proletarios o subproletarios de la samba, al mismo tiempo que produce una exacerbación de las contradicciones existentes en el interior del lenguaje y en su contexto de producción. El texto propone una trayectoria sobre algunos puntos centrales de la obra de Noel, del mismo modo que ésta circula sobre las contradicciones de la modernidad subdesarrollada.

Abstract

NOEL ROSA: CIRCULATING IN MODERNITY

Noel Rosa marks the break with the proletarian or subproletarian origins of samba, while heightening the contradictions that lie at the core of language and in the context in which it is produced. This text traverses some of the nodal points of Noel Rosa's work in the manner that his work circulates among the contradictions of underdeveloped modernity.

Tranqüilize-se o possível leitor: não é nossa intenção aqui escrever mais um artigo para demonstrar um *déjà vu* que, de tão repetido, já vai se tornando monótono: as ciências sociais não são neutras. De fato não são, nem podem ser. Num país como o Brasil – que é ao mesmo tempo a oitava potência industrial do mundo e a pátria onde 25 milhões de trabalhadores sobrevivem com uma renda mensal inferior a 15 dólares¹ –, sobretudo não devem ser. Essa, a nosso ver, é uma questão ganha. Mas, como tal, ela deve servir de ponto de partida a quem quer que se interesse em pensar a questão dos valores nas ciências sociais, e não como ponto terminal de um problema que está longe de ser resolvido. Tanto mais que, se de um lado é verdade que elas não são neutras, de outro não é menos verdade que, enquanto saberes que se definem como ciência, elas têm de satisfazer algumas exigências quanto à objetividade, vale dizer: quanto ao apoio factual sistematicamente controlado de suas afirmações. E, nesse caso, em alguma medida – ainda que se evite falar no nome maldito –, a questão da neutralidade nos procedimentos que levam à demonstração reaparece... insidiosa e insistente! Daí a sobrevivência da questão, que não pode ser elidida sem mais nem menos.

Ora, as unanimidades costumam ser perigosas. Na discussão teórica, por exemplo, elas podem levar à frase feita, que é a morte da reflexão. Pois ocorre-me exatamente suspeitar que essa questão da não neutralidade nas ciências sociais, tendo assumido a dignidade de uma questão pacífica, resvala freqüentemente na frase feita que, como tal, dispensa-nos de refletir sobre as peculiaridades da pesquisa social e seus resultados, que evidentemente não se confundem com o mero discurso apologético ou político. Não se confundem precisamente porque, ainda que toda pesquisa social tenha por trás de si – conscientemente ou não – uma valoração qualquer, essa mesma valoração, por sua vez, é disciplinada por alguns princípios metodológicos que fazem com que as suas afirmações possam ser empiricamente demonstradas, o que nem sempre ocorre com os discursos de outra natureza. Essa característica das ciências sociais incita, assim, que pensemos mais detidamente nessa questão. Ora, sem que pretendamos defender uma posição eclética, nos parece que a questão da neutralidade científica no domínio do social ad-

NEUTROS & NEUTROS

NA ELABORAÇÃO DO SABER CIENTÍFICO, OS PESQUISADORES, QUAISQUER QUE SEJAM AS SUAS VISÕES SOCIAIS DO MUNDO, SUBMETEM-SE A REGRAS OBJETIVAS. NO INSTANTE DE COLHER NA REALIDADE EMPÍRICA O APOIO FACTUAL SISTEMATICAMENTE CONTROLADO – E SÓ NESSE INSTANTE – O PESQUISADOR DEVE ADOTAR UMA POSTURA NEUTRA, CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA QUE ELE PRODUZA RESULTADOS OBJETIVOS.

LUCIANO OLIVEIRA

mite, como resposta, tanto um sim, quanto um não. É preciso então esclarecer em que medida sim, e em que medida não. Para chegar lá, contudo, temos antes que definir melhor a questão com que estamos trabalhando. Nesse sentido, nada melhor do que começar por uma decantação terminológica.

A tese que iremos defender aqui é simples: para nós, existe neutralidade e neutralidade. Em outros termos, tentaremos sustentar que existe uma neutralidade *latu sensu* e uma neutralidade *stricto sensu*; que a primeira, aplicada ao conjunto da atividade de investigação científica, é impossível; mas que a segunda, aplicada a um dos momentos em que se divide essa atividade, é indispensável. O paradoxo, que é apenas aparente, tentaremos resolvê-lo a partir da consideração de que o trabalho de pesquisa reparte-se em vários momentos, sendo que a neutralidade é um elemento essencial de apenas um deles. Isto feito, tentaremos mostrar que essa posição nada tem de ousada nem de original, e que ela se encontra implicitamente presente mesmo na argumentação dos autores que escrevem contra o mito da neutralidade científica. O nosso texto, assim, não pretende senão esclarecer um ponto que, em nossa opinião, merece uma atenção maior do que a que normalmente lhe dedica a crítica antipositivista. Para dar sentido à nossa argumentação, iniciemos por encarar o problema de um ponto de vista mais geral.

A PRODUÇÃO DE RESULTADOS OBJETIVOS

A questão da não neutralidade no conhecimento adentra nas ciências sociais pela mão de duas correntes em muito sentido opostas: o historicismo alemão (Dilthey, Simmel, etc.) e o marxismo². As idéias básicas do historicismo quanto a esse tema podem ser resumidas da seguinte forma: nas ciências sociais (ou, como eles diriam: nas ciências da cultura, do espírito, etc.), tanto o objeto de conhecimento quanto o sujeito que conhece estão imersos na história. Daí a historicidade do resultado da pesquisa. Tanto na escolha do objeto a ser pesquisado quanto na interpretação dos dados coligidos, o pesquisador é portador de uma determinada visão de mundo da qual ele não pode escapar. Não se trata simplesmente de ter um ponto de vista ao qual ele poderia renunciar para aceder a um co-

nhecimento neutro. Isso é impossível: ele é um ponto de vista, queira ou não, disso tenha consciência ou não.

A confluência entre esse pensamento e o marxismo será feita por Mannheim³, que a partir do seu clássico *Ideologia e utopia* integra toda essa problemática numa nova disciplina, a sociologia do conhecimento, mas aportando-lhe um elemento marxista: onde os historicistas clássicos se referiam a fatores como cultura, nação, religião, etc., enquanto condicionantes do conhecimento, ele vai se referir especialmente ao elemento classe. Ou seja: ainda que não desprezando a influência da visão de mundo de outros grupos sociais no processo de conhecimento, Mannheim definirá a classe como o mais importante agrupamento social para esse fim⁴. Ele, aliás, irá se referir explicitamente a Marx como o pai da sociologia do conhecimento.

Do seu lado, o pensamento marxista propriamente dito, como sabemos, também enfatiza a historicidade dos saberes – dentre os quais as ciências sociais –, numa linhagem ilustre que se inicia com o próprio Marx e prossegue com Lukács, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lucien Goldmann, etc., até, mais recentemente, os trabalhos de Michael Löwy, autor sobre quem adiante falaremos mais de perto.

Todos esse autores partilham uma visão marcadamente antipositivista. Por positivismo entenda-se – segundo a sugestão de Michael Löwy – a atitude do pesquisador que, diante do seu objeto de interesse, o mundo social, assume como postulados que a sociedade é regida por leis que atuam independentemente da vontade e da ação dos homens, e que ela pode, assim, ser estudada pelos mesmos métodos empregados pelas ciências da natureza; as ciências sociais, dessa forma, devendo se limitar à observação e explicação causal dos fenômenos, de maneira objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, e afastando desde o começo todas as pré-noções e pré-julgamentos⁵.

Por seu lado, a crítica antipositivista – quase toda ela, modernamente, ligada ao paradigma marxista⁶ – lembra que não há ciência neutra porque não há sujeitos neutros. O positivismo praticamente faz *tábula rasa* dessa problemática do sujeito, privilegiando, no processo de conhecimento, o objeto, que poderia, sem a interferência dos valores do cientista, ser apreendido em sua positividade. Sujeito e objeto, os dois pontos axiais do processo de

conhecimento, têm assim uma importância diferente para as duas correntes: para o antipositivismo, o primeiro comanda o processo; para o positivismo, o segundo é que teria essa prioridade.

A concepção positivista em seu estado puro é, evidentemente, precária. Para ver isso, consideremos o que diz Miriam Limoeiro Cardoso: "Na pesquisa empírica é para o real que o interesse se volta, é ele a sua finalidade principal. O que se visa é o seu entendimento, a sua explicação, o que certamente terá consequências práticas, ativas sobre este mesmo real. Suponho até que é a necessidade de intervenção no real que determina o esforço da pesquisa. Mas esta intervenção é deliberada e se quer consciente e conseqüente. Já aí temos um limite, pela adoção de uma perspectiva em função da qual se vai ao real. Ou seja, o que se capta do real não é o real nele mesmo, ou inteiro, mas o real perceptível por aquela perspectiva. Independente ele é, mas para o conhecimento, como objeto de conhecimento, ele depende da relação precisa que se estabelece entre ele e o sujeito, **relação essa que é o sujeito que propõe**"⁷ – grifamos.

Essa postura antipositivista fez fortuna e chegou mesmo a se consubstanciar em frases de efeito famosas. Assim Mannheim lembrará que "os fatos são feitos"⁸, e Sausure advertirá que "o ponto de vista cria o objeto"⁹. Mas é aqui que se coloca um problema crucial: se o sujeito não é um ser neutro, mas um ativo construtor do mundo pesquisado, pode ele, ainda assim, produzir conhecimentos que, mesmo sendo axiologicamente motivados, sejam objetivamente verdadeiros? – e, nesse caso, detentores de uma validade independente da coloração de quem os enunciou? A resposta positiva a essa indagação é tentada por Max Weber. Situando-se, neste particular, num terreno oposto ao positivismo, Weber reconhece várias vezes nos seus escritos metodológicos o papel indispensável que têm os valores na construção do objeto de pesquisa. Assim, diz ele: "... os valores supremos do interesse **prático** são e serão sempre de uma importância decisiva para a orientação que a atividade ordenadora do pensamento adota cada vez no domínio das ciências da cultura" – grifo no original. Nele não encontramos, assim, nenhuma pretensão à neutralidade axiológica na definição do campo de interesse do pesquisador. Mas o engajamento – que é indispensável – só é permitido nessa fase, digamos, prepara-

tória, pois logo a seguir ele faz a célebre afirmação de que "... na esfera das ciências sociais uma demonstração científica, **metodicamente correta**, que pretende ter atingido seu objetivo, deve poder ser reconhecida como exata igualmente por um chinês..."¹⁰ – grifamos.

Essa posição weberiana – que tentaremos adiante fazer nossa – tem merecido muitas críticas. Michael Löwy, por exemplo, observa que a teorização weberiana sobre o trabalho científico é de tendência historicista quando considera o instante em que a ciência elabora as **questões**, e de tendência positivista quando considera o instante em que a ciência elabora as **respostas**¹¹. Assim, replicando os argumentos de Weber, diz esse autor: "os julgamentos de valor, os pontos de vista de classe, as ideologias, utopias e visões do mundo dos grupos sociais influenciam de maneira decisiva – direta ou indiretamente, conscientemente ou não – o conjunto da atividade científica e cognitiva no domínio das ciências sociais, isto é, tanto a problemática, quanto a pesquisa empírica dos fatos e sua causalidade, assim como a interpretação social e histórica do conjunto"¹² – grifos no original.

Retenhamos da argumentação de Löwy três momentos: o da problemática, o da pesquisa empírica e o da interpretação dos dados. Quanto ao primeiro, ele como Weber estão de acordo no que diz respeito à presença inafastável dos valores. Quanto ao terceiro, a interpretação, a posição de Weber também não nos parece discrepar da de Löwy. A sua conhecida exortação no final de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, recusando a unilateralidade de uma interpretação quer "materialista" que "espiritualista" do fenômeno capitalista, e explicitamente reconhecendo que nenhuma das duas saberia ser exaustiva desse mesmo fenômeno, mas que ambas pertencem igualmente ao domínio do possível¹³, indica que a sua posição no que diz respeito à interpretação dos fatos também admite uma abertura por onde os valores inevitavelmente se intrometem. Como quer que seja, neutralizemos esse instante, pois para a finalidade deste artigo nos interessa reter basicamente o segundo, o da pesquisa empírica. É aqui onde, claramente, divergem Weber e os antipositivistas que lhe recriminam essa derrapagem positivista, a exemplo de Löwy. Weber, com efeito, acredita que uma **démarche** "metodicamente correta" pode – e deve – ser neutra, isto é, que deve ser

objetivamente válida, ou não será científica. O que a extensa crítica antipositivista diz é que, da mesma forma que não há problemática ou interpretação neutra, também não há método neutro, porque todos eles carregam dentro de si uma determinada teoria, uma visão de mundo que, afinal, não é neutra.

Aqui precisamos, antes de seguir, fazer um pequeno trabalho de tradução. Quando Weber fala em método ele não está se referindo exatamente ao significado que a palavra assumiu contemporaneamente na linguagem corrente, e que praticamente se confunde com o de técnica de pesquisa. Método, para Weber, é basicamente o trabalho de construção dos conceitos auxiliares a serem utilizados na pesquisa, os famosos *tipos-ideais*. Ora, esses não correspondem rigorosamente a realidades empíricas, uma vez que são construções prévias do pesquisador que deles se serve exatamente para ver até que ponto a realidade se afasta ou se aproxima desses quadros idealmente construídos. Ora, também aqui, diz Weber, “é o ‘ponto de vista’ dominante que (...) constitui o elemento determinante para a construção dos conceitos auxiliares”; mas, “no que diz respeito à maneira de utilizar os conceitos, o cientista aqui, como acontece em toda parte, está evidentemente jungido às normas do nosso pensamento”¹⁴. Ou seja, é apenas no momento de utilizar os conceitos na realidade empírica que o cientista está obrigado a abandonar o mundo dos valores e sujeitar-se às regras impessoais do pensamento lógico, por exemplo. É o instante da neutralidade axiológica.

Fazendo nossa essa postura weberiana e transpondo-a para um contexto e uma linguagem dos nossos dias, diremos que é no instante de colher na realidade empírica o apoio factual sistematicamente controlado – e só nesse instante –, que o pesquisador deve adotar uma postura neutra, condição indispensável para que ele produza resultados objetivos. É evidente que tocamos aqui no problema dos métodos e técnicas de pesquisa, os quais, como vimos, a crítica antipositivista também considera como valorativamente carregados. Detenhamo-nos assim sobre essa questão.

A OBJETIVIDADE POSSÍVEL

A questão da neutralidade ou não dos métodos e técnicas de pesquisa empírica sempre esteve ao largo da especulação

positivista sobre as condições de validade da investigação nas ciências sociais. Quando, já nesse século, Merton, um pensador de orientação positivista, estabelece o campo de trabalho de uma nova disciplina, a sociologia da ciência, a qual, compreensivelmente, não constitui uma continuidade em relação à sociologia do conhecimento antipositivista de Mannheim – como nos lembra Boaventura Santos¹⁵, a questão da validade dos métodos de in-

O texto weberiano contém elementos que demonstram que o seu autor errou não porque escolheu um método inadequado, mas porque não usou corretamente o método que escolheu.

vestigação permanece de fora do elenco de temas a serem abordados pela nova disciplina. Segundo Boaventura Santos, “a sociologia da ciência pode estudar não só a estrutura cultural da ciência, como o impacto da sociedade na criação dos focos de interesse, na seleção dos problemas, no ritmo do desenvolvimento, etc.” Mas, “os critérios de validade e as demais condições teóricas e metodológicas serão objeto da filosofia da ciência ou da teoria da ciência, mas nunca da sociologia da ciência. Do ponto de vista da perspectiva em que esta divisão do trabalho intelectual assenta pode dizer-se que pertence à sociologia da ciência o estudo daquilo que na ciência não é científico”¹⁶. Ou seja, os métodos e técnicas de pesquisa eram considerados como estando isentos da interferência de fatores sócio-políticos, daí a impropriedade de se pensar sociologicamente sobre os mesmos.

Essa posição hoje já não se sustenta. Atualmente existe uma abundante literatura – inspirada sobretudo pelo paradigma

marxista – que trata de levar a crítica antipositivista até o núcleo do que parecia a cidadela inexpugnável do positivismo: a validade trans-histórica da metodologia científica¹⁷. Como dizem Bourdieu, Passeron e Chamboredon, autores de um estudo já clássico dentro dessa orientação, “o debate sem fim sobre a ‘neutralidade axiológica’ serve freqüentemente de substituto à discussão propriamente epistemológica sobre a ‘neutralidade metodológica’ das técnicas e, com isso, fornece uma nova caução à ilusão positivista. Por um efeito de deslocamento, o interesse pelos pressupostos éticos ou pelos valores ou fins últimos desvia do exame crítico da teoria do conhecimento sociológico o que existe de engajamento nos atos mais elementares da prática”¹⁸.

Os exemplos dando conta da falsa neutralidade dos métodos e técnicas são inúmeros. Para não irmos muito longe, limitemo-nos a lembrar algumas críticas que são freqüentemente endereçadas a uma das técnicas mais utilizadas pela sociologia de caráter positivista, o levantamento de opinião através de questionários. Citemos, a propósito, outra vez Miriam Limoeiro Cardoso:

“A unicidade da construção teórica já nos deu conta da falsidade da suposição da técnica universal e neutra. Se na análise da sociedade e dos grupos eu trabalho com questionários, faço perguntas aos indivíduos e utilizo as suas respostas como se fossem a realidade daqueles indivíduos – buscando a ‘objetividade’ posso verificar que a técnica da entrevista tem por trás a suposição de que a realidade dos indivíduos é a sua consciência, mesmo se eu estiver levando em consideração a deformação da situação pergunta-resposta. Além disso, aquela técnica me obriga a atomizar o meu objeto de estudo. Pode a teoria em que me baseio dizer que não é assim, mas o uso do questionário supõe alguma ‘teoria’ em que a sociedade e os grupos não sejam senão a soma dos indivíduos de que se compõem. Se eu seleciono os indivíduos por amostras aleatórias, estou de saída, e sem qualquer possibilidade de recuperação posterior, supondo que não há distinção essencial entre eles, ou melhor, que as distinções sociais são todas superficiais, de tal modo que posso tratar a todos igualmente, que todos entenderão igualmente a minha pergunta igual (basta

que eu tenha cuidado no instante de formulá-la) e que, assim, o significado de respostas idênticas será também idêntico. Se estratifico as minhas amostras, os critérios que presidem à estratificação deverão considerar as variáveis trabalháveis pelos técnicos de amostragem. Se as distinções sociais efetivas dos grupos em questão não tiverem essas características..."¹⁹ – grifos, aspas e reticências no original.

Além disso, costuma-se ainda ajuntar que essa metodologia, ao criar uma situação fictiva à parte do mundo das relações sociais concretas – a situação da entrevista –, subtrai os entrevistados da vivência real dos conflitos, tornando praticamente impossível captar ou prever sua conduta numa situação de crise. Esse fato induz a resultados que não levam em conta a existência de tais situações, impossíveis de serem reproduzidas no contexto de uma interação social "pacífica" como é a entrevista – o que, por sua vez, leva a conclusões politicamente conservadoras²⁰. Concedamos que essas críticas são bem fundadas e as incorporem ao nosso próprio raciocínio. Mas então revisaremos o que dissemos antes e iremos, nós também, dizer que não há neutralidade – e portanto objetividade – possível?

Não completamente, porque apesar de tudo há que se salvaguardar uma especificidade do conhecimento nas ciências sociais, aquilo que, como já dissemos, torna-o diferente do mero discurso apoloético ou político. Essa especificidade, a nosso ver, consiste em que o método e suas técnicas, uma vez adotados – e o pesquisador deve estar consciente dos riscos inerentes a essa adoção –, não podem depois ser transgredidos, sob pena de se estar trapaceando. "Os fatos são feitos", é verdade, mas essa feitura deve obedecer a regras que sejam aceitas pelo pensamento lógico, como são as da representatividade amostral, das inferências estatísticas, etc. É essa particularidade que torna o conhecimento nas ciências sociais demonstrável e, portanto, objetivo. Curiosamente, como tentaremos adiante demonstrar, essa posição é implicitamente aceita por aqueles mesmos críticos que recusam a possibilidade de qualquer neutralidade axiológica do pesquisador em não importa que fase da pesquisa.

A NEUTRALIDADE COMO VOCAÇÃO

Para ver isso, voltemos inicialmente a Michael Löwy e a uma crítica que ele faz a uma interferência axiológica que teria, em determinado momento de A ética protestante e o espírito do capitalismo, nublado a pretendida neutralidade da pesquisa empírica de Weber. Mais uma vez, nos permitiremos o recurso a uma citação longa. Diz Löwy:

**Os fatos não são
"neutros".
Tornam-se neutros
se a sua existência
puder ser
demonstrada
através de
procedimentos
aceitos pelo
pensamento
lógico.**

"... há certas passagens do livro onde Weber é levado por seu desejo (axiológicamente motivado) de refutar o marxismo, e permite a esta aspiração valorativamente carregada de interferir na análise empírica da causalidade. Por exemplo, examinando este representante típico do espírito capitalista, Benjamin Franklin, para quem a busca do dinheiro era um fim em si, uma vocação moral, Weber sublinha: 'no século XVIII, em condições pequeno-burguesas, em meio às florestas da Pensilvânia, onde os negócios ameaçavam degenerar em troca por simples falta de dinheiro, onde quase não se via traço das grandes empresas industriais, onde os bancos começavam a dar os primeiros passos, o mesmo fato (fazer dinheiro, ML) pôde ser considerado por Benjamin Franklin como a essência da conduta moral, e até aconselhada em nome do dever. Falar aqui de 'reflexo' das condições 'materiais' sobre a 'superestrutura

ideal' seria um puro 'contra-senso'. A explicação da atitude de Benjamin Franklin deve ser buscada, em consequência (segundo Weber), na educação puritana que ele recebeu de seu pai, e não em quaisquer circunstâncias econômicas. Ora, o que Max Weber parece esquecer ou negligenciar no fogo de sua polêmica contra o materialismo histórico, é que B. Franklin nasceu e viveu sua juventude (até a idade de 17 anos) em Boston, a primeira cidade da América e a mais capitalista de todas; que em seguida ele viveu menos nas 'florestas da Pensilvânia' do que em Filadélfia, a segunda ou terceira cidade da América, bastante próspera no século XVIII; e que, além disso, ele morou durante vários anos em Londres, na época sem dúvida o maior centro da economia capitalista no mundo inteiro"²¹ – grifos no original.

A crítica de Löwy, bem fundada, dá conta de uma derrapagem de Weber que, segundo creio, fornece uma boa ocasião para se discutir a questão da possibilidade de uma investigação "metodicamente correta". Ocorre que o próprio texto weberiano contém elementos que demonstram que o seu autor errou não porque escolheu um método inapropriado ou ideologicamente comprometido – neutralizemos essa questão –, mas porque não usou corretamente o método que escolheu. Recapitulemos: o equívoco weberiano dever-se-ia, segundo Löwy, a uma interferência valorativamente carregada (o desejo de refutar o marxismo) na análise empírica da causalidade empreendida por Weber. Essa derrapagem tem assim uma explicação que a sociologia do conhecimento fornece: Löwy, situado num ponto de vista diferente, vê com tanta clareza aquilo que Weber não "viu"... Mas se a explicação é sociológica, a demonstração do erro weberiano é estritamente lógica. Vejamos.

O problema que preocupa Weber é como Benjamin Franklin, "em meio às florestas da Pensilvânia", poderia ter desenvolvido um espírito do capitalismo tão acentuadamente em desproporção com o meio circundante, ainda pré-capitalista. Nesse caso, falar em "reflexo das condições materiais sobre a superestrutura ideal seria um puro contra-senso". Daí a explicação fazer apelo à educação puritana de Benjamin Franklin. E onde Weber vai buscar elementos para sustentar sua tese? Segundo ele diz explicitamente, na

"autobiografia" de Franklin, ou seja, em sua história de vida, para usar terminologia moderna²². Mas, nesse caso, ele não poderia, para ser coerente com sua própria metodologia, ter desconsiderado fatos tão importantes de sua biografia como ter vivido em Boston, Filadélfia e Londres. Isso quer dizer que Löwy demonstra, com apoio em fatos que não podem ser desmentidos, que Weber cometeu um erro capaz de ser detectado pelo pensamento lógico. E este autor, defrontado com essa refutação, teria de levar em consideração esses fatos que ele antes teria esquecido ou negligenciado. Isso é para dizer que tanto Weber quanto Löwy, apesar de suas divergências teóricas e ideológicas, têm um terreno comum a partir do qual um diálogo objetivo pode ser estabelecido: o da factualidade demonstrada.

Ora, esse é um conceito fundamental para se pensar (ou repensar) a questão da neutralidade nas ciências sociais, no modo e no instante como aqui a concebemos. Os fatos não são "neutros", é verdade, na medida em que eles são construídos a partir do "fluxo do devenir incomensurável (que) corre sem cessar até a eternidade"²³. Mas, ponto crucial, eles são objetivos se – e na medida em que – a sua existência pode ser demonstrada através de procedimentos que, aceitos pelo pensamento lógico, são dessa forma neutros... Pois é exatamente isso que, mesmo recusando-se a pronunciar a palavra que não ousa dizer o seu nome, diz Michael Löwy no final do seu livro quando, reconhecendo que o saber científico possui uma "autonomia relativa" em relação aos interesses de classe, discorre sobre as regras a que estão submetidos os trabalhos de natureza científica: "essas regras são objetivas e devem ser respeitadas por todos os cientistas, qualquer que seja a sua visão social do mundo. Independentemente do seu ponto de vista de classe o historiador sabe que ele deve provar suas afirmações por um certo tipo de documentos, que um testemunho isolado é insuficiente e deve ser confrontado com outros, que ele deve respeitar a cronologia no estudo da causalidade, etc."²⁴ – grifamos.

Dentro do conjunto do seu pensamento, Löwy não parece atribuir grande importância a esse nível de discussão. Partidário, à maneira de Lucien Goldmann, de uma sociologia diferencial do conhecimento, ele expõe o seu pensamento através do que ele chama de "alegoria do belvedere", inspirado numa metáfora topo-

lógica que se encontra em Rosa Luxemburgo e também em Mannheim – para não falar no próprio Marx. Segundo essa alegoria, os pontos de vista das diferentes classes sociais não se situam num mesmo patamar através do qual a realidade social pode ser observada. Ao contrário, as classes sociais, cujos interesses coincidem com o sentido do desenvolvimento histórico de determinado período, ocupam um belvedere mais alto do que o das outras

**Não pode haver
atividade de
pesquisa que se
pretenda científica
se a noção de
neutralidade for
totalmente
descartada.**

classes, daí que o seu horizonte de visibilidade é maior. No século XVIII, a classe que detinha o horizonte mais largo era a burguesia; depois dela, a classe que detém a possibilidade de uma visibilidade maior é o proletariado. Como uma vê o que à outra é vedado, não há uma ciência social que seja pacificamente aceita por uma e outra. Mas muito abaixo disso, "existe enfim uma parte da paisagem que é visível de todas as alturas: é a 'zona de consenso' entre os diversos pontos de vista, geralmente limitada ao nível mais imediato, mais 'terra a terra' do conhecimento (a Bastilha caiu em 14 de julho de 1789, etc.)"²⁵. Ora, o que é isso senão o enunciado de que a esse nível a neutralidade operacional é uma possibilidade real?

Da mesma forma, também outros críticos do positivismo – mesmo se a palavra neutralidade permanece não enunciada – terminam por conceder que não pode haver atividade de pesquisa que se pretenda científica se a noção de neutralidade é completamente descartada. Assim Irineu Ribeiro dos Santos, depois de ter afirmado que "não existem teorias, metodologias e técnicas de observação inteiramente neutras", conclui adiante pela observação de que, em assim sendo, "a

vigilância epistemológica rigorosa deve tornar-se uma quase-obsessão, para que as interferências ideológicas sejam reduzidas ao mínimo humanamente possível"²⁶. Boaventura Santos, escrevendo sobre a complexa relação entre teoria e dados empíricos, de um lado afirma ser um pressuposto falso o de que "os dados têm uma existência atórica", ou de que eles "são constatações puras que se oferecem aos diferentes apetites teóricos"; adiante, entretanto, conclui com essa ponderada e bem torneada reflexão: "os dados têm sempre uma disponibilidade (variável) para a reconstrução. Esta disponibilidade é o grão de verdade contido na ilusão, da constatação. O elemento (ou resíduo) constativo dos dados é a sua forma específica de resistência à gula monopolística da prática teórica. Este elemento constitui a dimensão irreduzível de positivismo em todo trabalho sociológico por mais antipositivista que se proclame"²⁷ – grifamos.

Ainda outra vez: o que isso significa senão o reconhecimento implícito de que o processo de conhecimento nas ciências sociais tem, num de seus momentos, a neutralidade como vocação? Nesse caso, se estamos interessados em destacar a especificidade do conhecimento científico em relação a outras formas de discursos esse seu aspecto assume uma importância que não deve ser minimizada. Sobretudo porque desconsiderá-la é, queira-se ou não, deixar o caminho aberto para a gula teórica que pode descambar naquilo que Michel Thiollent chama de teoricismo – isto é, num discurso supergeneralizante cuja força de convicção repousa antes na adesão a argumentos de autoridade do que na comprovação factual²⁸. E nesse caminho não estamos muito longe do puro e simples desdém pelos fatos (pois eles não "existem"!); fenômeno cujo exemplo mais clássico, na literatura, é o pobre Winston de 1984, infeliz funcionário do Ministério da Verdade, que tinha por tarefa reescrever a cada dia a história do seu país, de acordo com as prescrições do Grande Irmão. E como às vezes a vida imita a arte...

INTERPRETAÇÃO E FACTUALIDADE

Algumas palavras e um último exemplo para concluir. O argumento central que procuramos desenvolver neste texto foi o de que as ciências sociais, necessariamente engajadas na escolha da proble-

mática e na interpretação dos resultados, não podem dispensar o princípio da neutralidade axiológica no instante da aplicação empírica do método escolhido – mesmo quando esse método, por sua vez, não se apresenta completamente isento de pressupostos... Dissemos que essa *démarche* é imprescindível para que os dados colhidos no decorrer da pesquisa sejam dotados de objetividade, sem a qual anula-se o próprio conceito de ciência. Tais dados, embora possam ser discutidos – pois eles são “construídos” a partir de um método – não podem ser negados. Ilustremos essa afirmação com um exemplo concreto.

Foi anteriormente lembrado que a pesquisa de opinião, apesar de todo o aparato técnico que a cerca, está imbuída de uma certa visão atomista da sociedade e induz a resultados concordes com o senso comum mais imediato. Logo, não é neutra. Um bom exemplo disso nos é fornecido pelos levantamentos de opinião que abordam o problema da violência urbana no Brasil de hoje e dos métodos a serem utilizados na sua repressão. Invariavelmente elas apontam que a maioria da população é a favor de medidas extremas como a pena de morte. Mais do que isso, elas apontam que essa população apóia mesmo a eliminação dos delinquentes pela própria polícia. Num levantamento desse tipo feito recentemente em Recife, 68,9% das pessoas interrogadas concordavam com a pena de morte; 53,7% desse mesmo contingente eram a favor da eliminação de delinquentes pelas forças policiais²⁹.

Ora, é evidente que tais dados podem ser discutidos e que eles não falam por si. Os próprios números, apesar de toda objetividade, permitem as mais diversas leituras. Uma interpretação, digamos, de direita, poderá escorar-se no sociologismo mais chão e daí deduzir que se faz necessária e urgente a legalização da pena de morte; uma interpretação, digamos, ligada à sociologia crítica, dirá que esses números demonstram exatamente que essa metodologia capta a realidade na sua instantaneidade mais imediata e que, ao contrário, é preciso levar a investigação até os níveis mais estruturais onde se forma a opinião pública. Mas o que importa ressaltar – para os efeitos de nossa argumentação – é que tais dados não podem ser negados em sua factualidade. Isto é, que aos mesmos percentuais (ou a algo próximo disso) chegariam os nossos dois hipotéti-

cos sociólogos dotados de propósitos tão diferentes, desde que, como é evidente, um e outro aplicassem o método escolhido de forma correta, vale dizer, neutra...

Isso equivale a reconhecer, num nível mais geral, a existência de certos domínios da realidade (como são os da lógica, por exemplo) contra os quais os imperativos da política, da ideologia, dos interesses de classe, etc., não podem prevalecer. Para voltar a Winston, o nosso funcionário do Ministério da Verdade, lembremo-nos de que ele alicerça a certeza de que estava produzindo a mentira quando confronta a sua tarefa com uma simples conta de somar cujo resultado – apesar dos desígnios em contrário do Grande Irmão – era sempre o mesmo: dois mais dois é igual a quatro! O fim da história, como sabemos, é muito triste e talvez seja melhor não relembra-lo aqui. □

Este texto amplia e organiza algumas idéias expostas verbalmente pelo autor num Seminário de Acompanhamento de Pesquisa (SAP) que teve lugar na Fundação Joaquim Nabuco (Recife), em 1986, organizado pelas pesquisadoras Maria Lia Pandolfi e Rejane Meirelles. O autor agradece as críticas feitas a uma primeira versão por Roberto Motta e Michael Löwy.

Luciano Oliveira é pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Depto. de Ciência Política) e doutorando em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris).

Referências Bibliográficas e Notas

1. Cf. Ricardo Lima, “Ano 2000: mais trabalho e muita pobreza”, *Humanidades*, UnB, nº 12, 1987.
2. Ao sumarizar o percurso desse tema nas ciências sociais, valemo-nos principalmente das informações contidas no livro de Michael Löwy, *Paysages de la Vérité*, Paris, Anthropos, 1985.
3. Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
4. Idem, p. 297.
5. Löwy, op. cit., p. 71.
6. Vale lembrar que a oposição entre positivismo e marxismo nem sempre ocorre, pois que o marxismo também compreende uma vertente de inspiração positivista. Com efeito, a visão da história como um processo que obedece a leis objetivas longe está de ser estranha ao marxismo. Basta lembrar que Engels faz da noção de socialismo científico o tema de uma de suas principais obras; ou que, ainda nos anos 70 deste século, Althusser empenhou-se em demonstrar que Marx houvera fundado uma “ciência da história”, da mesma maneira que os gregos fundaram a matemática e Galileu, a física.
7. In: *Para o Conhecimento dos Objetos Históricos*, repro. s/d, p. 7.
8. Mannheim, op. cit., p. 128.
9. Citado por P. Bourdieu, J. – C. Passeron e J. – C. Chamboredon, *Le Métier de Sociologue*. Paris, Mouton/Bordas, 1968, p. 58.

10. Max Weber, *Essais sur la Théorie de la Science*, Paris, Plon, 1965, p. 131.

11. Löwy, op. cit., p. 38.

12. Idem, p. 42.

13. Max Weber, *L'Éthique Protestante et l'Esprit du Capitalisme*, Paris, Plon, 1964, p. 248.

14. Max Weber, *Essais...*, p. 171.

15. Boaventura de Souza Santos, “Da Sociologia da Ciência à Política Científica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 1, 1978.

16. Idem, p. 18.

17. Ver, entre outros, além dos autores já citados (M. Löwy; Miriam L. Cardoso; Bourdieu, Passeron e Chamboredon; e Boaventura de S. Santos), ainda os seguintes: Louis Althusser, *Sobre o Trabalho Teórico*, Lisboa, Presença, 2ª edição; Michel Thiollent, *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*, São Paulo, Pólis, 1980; Irineu Ribeiro dos Santos, “Teoria do Conhecimento e Pesquisa Social”, *Temas – IMESC*, São Paulo, vol. 1, nº 2, 1984.

18. In: op. cit., p. 68.

19. Miriam Limoeiro Cardoso, “O Mito do Método”, *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, 1976, p. 92.

20. Ver, a propósito, Bourdieu, Passeron e Chamboredon, op. cit., p. 71; e Michel Thiollent, op. cit., p. 16.

21. Michael Löwy, op. cit., pp. 46 e 47.

22. Max Weber, *L'Éthique...*, p. 54.

23. Max Weber, *Essais...*, p. 171.

24. Michael Löwy, op. cit., p. 222.

25. Idem, p. 219.

26. Irineu R. dos Santos, op. cit., p. 125.

27. Boaventura de S. Santos, “O Estado, o Direito e a Questão Urbana”, *Conflito de Direito de Propriedade*, Rio de Janeiro, Forense, 1984, p. 7.

28. Michel Thiollent, op. cit.

29. Cf. Luciano Oliveira e Afonso Pereira, *A Polícia na Boca do Povo e a Percepção Social do Combate à Violência*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1986, paper.

Resumen

NEUTROS Y NEUTROS

En la elaboración del saber científico, los investigadores, con cualquier visión social del mundo, se someten a reglas objetivas. En el instante de recoger, en la realidad empírica, el apoyo de los hechos sistemáticamente controlados – y sólo en ese instante – el investigador debe adoptar una postura neutra, condición indispensable para que produzca resultados objetivos.

Abstract

NEUTRALS & NEUTRALS

In working up scientific knowledge, researchers submit to objective rules, whatever their social outlook on life. When he consults empiric reality to extract the systematically controlled factual support he seeks, then – and only then – must the researcher adopt a neutral stance, a necessary condition for obtaining objective results.

IN MEMORIAM

JOAQUIM PEDRO: O MERGULHO POSSÍVEL

Projetado internacionalmente nos anos sessenta devido à originalidade de uma parte de suas produções e à revelação crua das mazelas do terceiro mundo, o cinema brasileiro, a partir da década seguinte, abandonaria essa linha de inquietação e denúncia para transformar-se num significativo reflexo da política e da ótica oficiais dos piores anos da ditadura. A censura e a estatização do cinema através da Embrafilme acabaram por conter o ímpeto criativo do cinema novo e do marginal-tropicalismo, impondo um pacto de bom comportamento do qual resultou um cinema tão importante em termos quantitativos e de qualidade técnica, quanto vazio de conteúdo e criação.

A procura fácil dos recordes de bilheteria e do mercado externo levou nossos filmes e cineastas ao abandono das questões essenciais de linguagem em favor da busca obstinada de padrões de consumo. Até mesmo alguns importantes nomes do cinema novo não resistiram à pressão do modelo dominante e realizaram filmes que figuram em suas obras como claros desvios.

Dos que se mantiveram coerentes com suas buscas temáticas e estéticas, três realizadores sempre mereceram especial admiração: Glauber Rocha, Leon Hirszman e Joaquim Pedro de Andrade. Significativamente — eu até diria simbolicamente — os três não estão mais entre nós. E o último que nos escapou ao convívio preparava-se para retornar à atividade após oito anos sem fazer um filme.

Ligado ao cinema novo por laços de amizade, contemporaneidade e pensamento, Joaquim Pedro definiu desde cedo, no entanto, um espaço, uma trajetória e um estilo marcadamente pessoais. Se em Leon ressaltavam a militância e a combatividade, e em Glauber a espontaneidade e a extroversão, Joaquim era o cineasta da interiorização e do cálculo.

Em 1960, quando o CPC da UNE produziu “Cinco Vezes Favela”, o episódio “Couro de Gato”, de Joaquim Pedro, destoava um pouco do clima improvisado e tendente ao panfletário que dominava os demais curtas que compunham o filme. A pequena obra-prima de Joaquim era um trabalho introspectivo, metódico, rigoroso mesmo.

“Garrincha, Alegria do Povo”, realizado dois anos mais tarde, reproduzia a espontaneidade do tema e do material documental. Mas atrás da festa popular e do ídolo descontraído, Joaquim mergulhava na solidão do mito e na miséria dos adoradores.

Introspectivo por natureza e pela formação que fez dele um leitor paciente e profundo, Joaquim haveria de sofrer muito nos idos de 64. E o primeiro resultado da introjeção dessa experiência seria “O Padre e a Moça” (66), estudo do amor impossível inspirado na obra de outro eremita mineiro, o poeta Drummond.

A ebulição mundial de 68 e a eclosão do tropicalismo não poderiam escapar às antenas desse solitário construtor de imagens. E “Macunaima”, de 1969, representaria mais do que uma posição pessoal diante da nação esfacelada. O trabalho de Joaquim alcançaria enorme sucesso de público e seria o ponto de partida para uma série de filmes que adotaria o referencial do modernismo e da antropofagia para interpretar o Brasil do AI-5: “Como Era Gostoso o Meu Francês”, de Nelson Pereira dos Santos, “Pindorama”, de Jabor — ambos de 71 —, “O Monstro Caraba”, de Bressane (73), “Uirá”, de Gustavo Dahl (74), por exemplo.

A esta altura, apesar do caráter sintético destas observações, já é possível identificar uma das linhas mestras da obra de Joaquim Pedro: a busca permanente de um diálogo crítico e criador com o Brasil e seu cinema. Integrado no país

e no cinema novo, Joaquim sempre guardou, no entanto, um distanciamento que lhe permitia uma postura crítica e uma contribuição criadora. Foi assim, por exemplo, em “Macunaima”, onde se utilizou de um material de origem erudita para resgatar a contribuição da chanchada carioca e, principalmente, para transformar uma aparente narrativa cômica em verdadeira “pesquisa do caráter nacional”, como disse Miguel Pereira.

O diálogo com o país motivaria seu filme seguinte, “Os Inconfidentes” (de 1972), resposta clara ao oficialismo e à tendência “milagreira” dos filmes e do Brasil da época. Ao contrário da tendência dominante nos filmes patrióticos de então, “Os Inconfidentes” abandonava o herói para centralizar-se nos intelectuais e propor os rumos da resistência.

Dominados o país pela euforia e o cinema brasileiro pela comédia erótica, Joaquim manteria sua coerência nos dois filmes seguintes (“Guerra Conjugal”, de 74, e “Vereda Tropical”, de 78/9), nos quais, como escreveu Ismail Xavier, repetiu a “utilização do referencial culto para trabalhar criticamente um gênero popular”.

O momento difícil por que passa hoje o cinema brasileiro, refletindo em suas obras a perplexidade que domina o país, incapacitado para descobrir rumos e posturas, deveria levar-nos ao entendimento da contribuição e mesmo do desaparecimento de Joaquim Pedro. De alguns anos para cá, um novo grupo de cineastas começou a impor-se de forma desordenada e dispersa, e os sucessivos encontros entre seus componentes indicam o início de uma convergência de posições e tendências.

Superada a fase eufórica dos recordes e da Embrafilme, sem dúvida estamos no ponto em que é necessário dedicar atenção para o presente do país e o passado recente do cinema brasileiro. É nesse ponto que o exemplo de Joaquim Pedro deve ser motivo de análise.

Em 1980 Glauber escreveu que “o cinema de Joaquim não tem idade porque ele mantém o mesmo equilíbrio revelador do primeiro curta ao último longa”. É nessa integridade que reside o caráter perene dos seus trabalhos, na medida em que o cineasta mineiro foi dos poucos que tentaram descobrir, atrás da mera narrativa, onde residiam afinal os traços do inconsciente coletivo brasileiro. Talvez por esse designio — não apenas por gosto pessoal — Joaquim tenha lançado mão da melhor literatura brasileira para informar sua obra de cineasta, bebendo nas fontes de Manuel Bandeira, Drummond, Trevisan, Cecília Meireles, Gilberto Freire, Mário e Oswald de Andrade. Talvez se possa dizer que, a rigor, Joaquim tenha trabalhado sempre com um único tema, materializado num só personagem Garrincha-Macunaima-Oswald.

Talvez por isso seu último filme tenha sido justamente a cinebiografia do “homem do pau-brasil” e tenha Joaquim desaparecido antes de proceder à grande síntese de “Casa Grande e Senzala”.

Se existe sentido nesses momentos históricos em que uma geração cede espaço a outra, ainda que prematuramente, talvez também a saída de cena de Joaquim Pedro esteja indicando que agora cabe a outros redescobrir os caminhos que nos têm levado, aos trancos e espasmos, a cada vez nos aproximarmos mais desse personagem mestiço, contraditório, metade-Europa-metade-sertão, um pouco tupi, um tanto negro, que Joaquim encarnou.

Glauber, Leon, Joaquim, Tancredo, Otília, Henfil, Drummond...

Não pode ser mera coincidência.

Geraldo da Rocha Moraes



CIÊNCIAS SOCIAIS

Os "brasilianistas" soviéticos

BOIKO, Pavel et alii, Brasil: desenvolvimento atual e perspectivas. Moscou, Academia de Ciências da URSS, 1986, 159p.

O que está ocorrendo nos últimos anos com o regime governante no Brasil? O que é a liberalização? Será ela uma série de concessões forçadas ou uma estratégia com objetivos bem definidos que vem sendo posta em prática no decurso de vários anos? Que fatores estão por trás da evolução do regime político brasileiro?

Estas e outras questões são colocadas por pesquisadores do Instituto da América Latina da Academia de Ciências da URSS na coletânea **Brasil: desenvolvimento atual e perspectivas**.

Esta publicação compreende oito estudos, dentre os quais: "A formação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil" de A. Karavaiev (que editou recentemente em português, pela Editora Progresso, um alentado estudo denominado **Brasil, passado e presente do capitalismo periférico**); "O desenvolvimento industrial", de A. Jelezniak; "Transnacionais na economia do Brasil", de S. Soldovnikov; "Após o milagre econômico", de P. Boiko; "O processo de liberalização", de I. Chokina e "Mudanças na correlação de forças", de A. Gontcharov.

Esta coletânea faz parte da série **América Latina: investigações dos cientistas soviéticos**, editada pela Academia de Ciências regularmente, em várias línguas, ao lado de outras séries temáticas. Nesta breve resenha, abordaremos alguns pontos que nos chamaram a atenção nas análises apresentadas pelos referidos estudos.

No estudo que abre a coletânea, A. Karavaiev lembra que o ponto de partida para a evolução econômica foi uma forma atrasadíssima de organização social do trabalho, e que mais tarde o progresso da sociedade brasileira foi entravado pela pilhagem sistemática do país. Segundo o autor, a

crise do capitalismo brasileiro, hoje, está estreitamente ligada à crise geral do sistema capitalista, tendo todavia algumas particularidades: "Tal como em muitos outros países periféricos, esta crise é agravada por um conjunto de contradições específicas originadas pela presença de vários regimes econômicos além da exploração imperialista. Ao contrário da Europa e dos EUA, a crise não é resultado de um nível elevado de desenvolvimento do capitalismo, mas uma consequência de seu fraco desenvolvimento". Para A. Gontcharov, em seu estudo sobre as mudanças na correlação de forças, a oligarquia brasileira foi forçada a entregar o poder político aos militares, para sair da aguda crise sócio-política em 1964, saída que lhe garantiu a conservação das posições dominantes e a modernização acelerada do capitalismo: "desde então toda a responsabilidade pelos custos sociais dessa política recairia, aos olhos do povo brasileiro, sobre o regime militar autoritário". De acordo com o autor, este sistema político funcionou até o momento em que a estratégia econômica, associada a uma conjuntura favorável, pôde assegurar o "milagre econômico" que consolidava as posições do grande capital e da oligarquia financeira e concedia parte das vantagens às numerosas camadas médias, enquanto o movimento operário debilitado, dividido, estava sob controle. A situação começou a mudar quando o modelo começou a falhar, devido ao acúmulo de contradições internas e à crise da economia mundial. Para Gontcharov, uma circunstância muito importante que influiu na situação política foi a mudança de posição da grande burguesia nacional e estrangeira em relação ao regime militar. Assinala o autor que o governo militar utilizava amplamente o setor público. Os círculos financeiros e industriais que se fortaleceram no período do "milagre" começaram a considerar o prosseguimento das atividades de Estado na esfera econômica um lamentável obstáculo, uma excessiva "ingerência" que ameaçava os fundamentos da "livre iniciativa".

Esta postura consolidou-se nos anos de declínio econômico, quando ficou claro que o regime não estava propenso a sacrificar incondicionalmente os interesses do setor público para satisfazer os crescentes apetites da alta burguesia. Para impedir tal evolução, esta última começa a exigir cada vez mais a "liberalização econômica", com a ampliação da participação direta dos maiores grupos financeiro-industriais no processo de elaboração da estratégia governamental, notadamente com a subordinação do setor público aos interesses do grande capital privado. Um outro aspecto ressaltado ainda por Gontcharov é o fato de que a permanência no poder das Forças Armadas, como instituição estatal, conduziu, inevitavelmente, à politização de parte considerável dos militares, que durante a execução de funções no aparelho estatal viram as consequências sociais que a política do governo teve para amplos setores da sociedade brasileira: "A experiência prática e o conhecimento das contradições reais e dos conflitos sociais abalaram o seu sistema de estereótipos ideológicos e políticos, formado por longos anos de doutrinação no espírito das concepções das fronteiras ideológicas. "No que concerne ao processo de liberalização, o autor assinala que, não obstante as inúmeras divergências no seio das Forças Armadas, os promotores do processo conseguiram manter o controle sobre o setor militar, impedindo sua divisão segundo critérios políticos. Por outro lado, ressalta o fato extremamente grave de que os meios democráticos não souberam manter sólidos vínculos com a oficialidade: "os preconceitos antimilitaristas de uns e as concepções elitistas, o espírito corporativo e a desconfiança nos "políticos", de outros, facilitaram bastante a tarefa dos dirigentes da liberalização controlada".

A vinculação do processo de liberalização com o interesse do meio empresarial em desestatizar a economia é também enfatizada no estudo apresentado por Isabella Chokina. Segundo a autora a grande burguesia enriquecida

nos anos do "milagre econômico" começou a exigir insistentemente a limitação de qualquer interferência do Estado na direção da economia. Ela nota como **O Estado de S. Paulo** e a revista **Visão**, dentre outros, iniciaram intensa campanha contra as empresas estatais e a favor da livre iniciativa: "As transnacionais e o grande capital local a elas associado, que antes utilizavam o setor público dentro de seus interesses, agora manifestavam-se contra o fortalecimento do papel deste, pois isto ameaçava suas posições na economia do país". Recorda a autora que neste contexto agravaram-se também as relações entre o Brasil e os EUA e as causas não foram tanto a "defesa dos direitos humanos" da administração Carter, mas, sobretudo, a diversidade de objetivos estratégicos: "Os militares nacionalistas exigiam que o governo limitasse os privilégios dos monopólios estrangeiros, fomentasse o desenvolvimento industrial do país e diversificasse o comércio exterior". No âmbito dos diferentes estudos desta coletânea, seja analisando o processo de industrialização brasileira, o papel das transnacionais, as mudanças na correlação de forças ou o processo de liberalização, há indicadores que deixam entrever com clareza a investida constante dos grandes grupos privados no intento de se apropriarem dos setores públicos rentáveis tanto na área produtiva (mesmo nos setores vitais da economia como o petróleo, a siderurgia), quanto na área dos serviços.

E, dentre as medidas sugeridas pelas análises, destaca-se, além da diversificação do comércio exterior, a necessidade de um desenvolvimento autodeterminado na área tecnológica como condição necessária para a independência econômica. De acordo com A. Karavaiev, "atualmente, quando cresceu de forma sensível o papel da ciência como força produtiva imediata, o fortalecimento da própria base técnico-científica assume especial importância para a solução dos problemas do desenvolvimento industrial e sócio-econômico". Os referidos estudos, ricos e bem funda-

mentados, apresentam-se numa linguagem clara, objetiva e concreta apesar de escritos por especialistas, tornando-se uma leitura fácil e interessante para aqueles que se voltam para a compreensão de nossa complexa e peculiar realidade, em especial as causas e consequências das mudanças e o caráter contraditório dos próprios processos.

Maria Rosa Abreu é professora da Faculdade de Educação da UnB.

SUGESTÃO AOS EDITORES

Franglish: a alienação lingüística no 1º mundo.

GOBARD, Henri. *L'Aliénation linguistique (Analyse tétraglossique)*. Paris, Flammarion, 1976, 298p.

O livro foi publicado há 12 anos, o que à primeira vista falaria contra sua apresentação hoje ao leitor brasileiro. Seria um anacronismo. Acontece que o assunto discutido por Gobard é atualíssimo, não só para a situação francesa, a que ele se refere, mas com mais razão ainda para a brasileira. O livro é prefaciado por Gilles Deleuze, que apresenta um resumo das teses principais avançadas por Gobard.

O assunto é a alienação lingüística. Não de uma perspectiva teórica, mas sob a forma de uma análise crítica do comportamento lingüístico dos franceses frente ao inglês. Em suma, ele trata do "monopólio do inglês" que se insinua gradualmente no ensino francês. Hoje, o chique é falar inglês, cantar em inglês, ler em inglês, lamentar-se quando não se acha uma palavra portuguesa (francesa, no caso) que traduza uma outra inglesa. Aliás, não é propriamente "inglês". Trata-se do "americano". Tanto que Gobard fala da geração *galloricaine*, um misto de francês e americano. É ela que dá o tom. A língua dos galo-ricos é o *franglais*, pelo menos numa fase inicial. Em seguida vem a fase do *franglish* para, finalmente, se chegar ao objetivo máximo que é *English*. Nesta fase, o francês es-

tará completamente eliminado, a invasão lingüística do "imperialismo lingüístico americano" se terá completado.

A invasão lingüística seria inofensiva se não viesse no bojo de uma invasão cultural e econômica mais ampla. Assim, quando se tem os olhos e o coração voltados para os Estados Unidos, tudo que vem de lá é bom. Isto facilita a venda de seus produtos, a exportação de suas músicas, de seus modismos, etc. Aliás, alguém no Brasil já disse que o que é bom para os EUA é bom para o Brasil. O interessante é que Gobard não põe a culpa dessa alienação lingüística aos Estados Unidos nos americanos. Trata-se de uma dominação *sui generis* em que os dominados buscam alegre e ansiosamente seus próprios grilhões. Os dominadores não iriam negá-lo, diante de tanta sofreguidão. Assim, os babacas franceses (e os brasileiros mais ainda) se entregam de bom grado à dominação multinacional americana. E por América se entende apenas aquela porção de terra situada entre o México e o Canadá. O resto é não-Estados Unidos, assim como as outras línguas do mundo são não-ingles.

Para operacionalizar sua análise, Gobard propõe o que chama "tetragênese da linguagem" (p.23). Diz ele: "O aparecimento da linguagem pode ser compreendido a partir de seus quatro componentes: afetivo, cognitivo, técnico-lúdico e mágico" (p. 23). A função afetiva é preenchida pela *linguagem vernacular*, aprendida em casa, a língua natal, materna. Nela mais se comunica do que se comunica. A função cognitiva é exercida pela *linguagem veicular*, aprendida por necessidade de comunicação mais ampla, urbana, interurbana, ao contrário da primeira, que é eminentemente de origem rural. A *língua-referenciária*, por seu turno, funciona como referência cultural, tanto oral como escrita, nos provérbios, literatura. É a função técnico-lúdica. A função mítica, por fim, também está relacionada à temporalidade, só que uma temporalidade "fora do século", da eternidade. Enfim, a *linguagem mítica* é a que se usa para se

comunicar com o além, com o desconhecido, mágico, etc.

Na Idade Média, o vernacular era a língua materna, o veicular o latim, o referenciário o grego antigo, e o mítico o hebraico. Na Bretanha do séc. XVIII, o bretão era o vernacular, o francês o veicular, o latim o referenciário e o grego antigo o mítico. Em Londres, hoje, o vernacular é a língua materna (o *cockneey*, etc.), o inglês o veicular; o francês, o grego e o latim são as linguagens referenciárias. O mítico é representado pelo latim, o chinês, etc.

Na França, hoje, o inglês já invadiu a área do veicular. No âmbito científico, quase tudo se dá em inglês, quase tudo está escrito em inglês. A função mítica também está sendo exercida pelo inglês. Na área do "rock", p.ex., ninguém entende nada do que os cantores estão dizendo. Mas isso não importa. Aliás, é até melhor. O mágico está justamente aí. Não é necessário entender. É o inatingível, o além. Até aí, tudo bem. O processo de invasão lingüística está ainda incipiente. A coisa fica mais séria se esta invasão atingir o referenciário, o setor da referência histórica do povo. Se ela penetrar também o vernacular significa que a invasão se completou, pois este é o último reduto de legitimidade cultural de uma nação. Segundo Gobard, entre os galo-ricos isto já se deu. A referência histórica para eles é usaica. O francês só é usado quando não há outro jeito, pois pensa-se em inglês. Se não for possível, pelo menos em *franglish*, e, na pior das hipóteses, em *franglais*.

Se a invasão lingüística americana fosse só em nível nacional (na França, na Alemanha, no Japão, por causa da guerra), até que se compreenderia. Acontece que hoje o fenômeno é mundial. Gobard chega a falar em "cosmo-ricanismo". No Brasil, pelo menos, há uma imensa quantidade de brasileiros que falam em inglês em casa com os filhos a fim de que aprendam a língua dos patrões sem sotaque, como manda o figurino.

A pergunta que se põe é: "Será que este processo de americanização do mundo é inevitável, devi-

do ao fato de os EUA estarem na vanguarda do progresso?". A resposta de Gobard é negativa. Como seu pensamento é dialético, ele está consciente de que uma padronização geral é prejudicial até para os próprios americanos. Com isso obteríamos uma sociedade desdiferenciada, padronizada. As pessoas seriam apátridas, sem língua materna, sem orgulho, escravos do relativismo capitalista que acham que tudo é intercambiável, tudo pode ser trocado, vendido, comprado, tudo é igual, ou diferente, pouco importa. Tudo é descartável, inclusive o amor. Enfim, "um mundo em que se conhece o preço de tudo e o valor de nada", segundo a citação que faz de Oscar Wilde.

Da metade do livro em diante, Gobard passa a comentar uma polémica travada por ele e seus colegas de universidade sobre o ensino de inglês (Gobard é prof. de inglês por profissão). Ele se bateu veementemente contra o que chamou de "teoria unilingüista" de seus colegas que queriam suprimir a obrigatoriedade do francês para aqueles que iriam se formar em inglês. Para ele isso está em perfeita sintonia com a invasão lingüística americana. Não sabe "se se deve atribuí-lo ao cinismo que se acoberta sob a língua dominante ou à inconsciência daqueles que estão definitivamente alienados e felizes de sê-lo". O francês fica assim rejeitado em seu próprio território. A alegação para sua supressão é que a obrigatoriedade feriria os direitos dos falantes de outras línguas que não irão trabalhar com francês em outros países. Portanto, eles teriam direito de estudar só inglês na França, que se transformaria num "protetorado atlântico" americano, "esperando que Paris venha a se rivalizar com Honolulu" (p.158).

Gobard é contra a pedagogia que considera uma estado no país a melhor maneira de se aprender sua língua. Ele a considera uma "teoria hoteleira que assimila o estudante a um turista e a uma esponja". É o ensino unidimensional, praticado por professores de "anglo-americano" que são "macacos galo-ricos contentes de sê-lo" (p.167) e que formam co-

lonizados lingüísticos. "O colonizado lingüístico é uma pessoa desinteressada. Ele se desinteressa por sua própria cultura bem como por todas as outras culturas, com exceção da cultura colonizadora". É "um colonizado voluntário" (p. 166). Enfim "a alienação lingüística é característica de uma mentalidade de colonizado voluntário para a destruição de sua própria cultura e para a maior glória do anglo-americano" (Ad majorem Yanqui Gloriam) (p.168).

Dentro da mesma linha de alienação lingüística e de exclusão (anulação) da língua materna do aprendiz, Gobard é contra o "método direto" e o "método Berlitz". Ambos não aceitam a tradução. Ele é de opinião que o aluno precisa traduzir, precisa dominar as estruturas de sua língua materna. Ela enriquece o aluno. "A tradução é não somente um exercício insubstituível, mas uma competência essencial". "A tradução se opõe à destruição da verdade na medida em que a transmite, isto é, a tradução é uma reconstrução". Mas, a ideologia alienante que se acha por trás dessa recusa dos professores galo-ricanos em traduzir é que com a tradução teriam que usar o francês, uma língua não-inglesa, ou melhor, não-americana. É uma não-língua, portanto, pode ser deixada de lado, quando muito ser tolerada em alguns contextos.

Para mostrar que não apenas critica mas também faz, Gobard transcreve as traduções francesas de *The Raven*, Annabel Lee e *Dream within a Dream*, três famosos poemas de Edgar Allan Poe, feitas por ele.

Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência. Afinal, o padrão determina o padrão.

Hildo Honório do Couto/UnB

O riso do povo

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. Brasília, Edit. Universidade de Brasília/HUCITEC, 1987. 419p.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin

(1895-1975), embora traduzido e publicado tardiamente no Ocidente, vem sendo considerado pela crítica especializada não só um dos maiores teóricos da literatura deste século como também o autor de um pensamento poderoso sobre as Ciências Humanas, iluminando-as com uma visão unitária e derivada de sua concepção original e excêntrica da Linguagem e da Cultura.

Com efeito, segundo Bakhtin, o campo inteiro destas ciências pode ser circunscrito pela identidade de sua matéria – os textos (falas, discursos, documentos), e pela unidade de seu método – a interpretação, entendida como "compreensão respondente", por ele denominada Dialogia, uma das categorias de análise mais importantes do autor. Através do "Princípio Dialógico", que pressupõe o outro como logicamente anterior a qualquer ato de enunciação, Bakhtin é capaz de esclarecer questões complexas relacionadas ao texto e à língua, assim como as relações e mediações entre estes fenômenos e o contexto sócio-histórico.

Trabalhando sistematicamente com uma questão que emergiu como preocupação central em nosso século – a Linguagem –, fornece-nos uma contribuição substancial, uma compreensão rigorosa (embora não formalista) de sua dinâmica e de sua natureza sócio-ideológica.

Seus conceitos mais importantes são derivados desta concepção de linguagem: a **inter textualidade**, um sistema interno de citações inerente a todo texto que dialoga com outros textos; e a **polifonia**, a pluralidade de vozes e consciências reverberando sob toda enunciação. Através de suas formulações precisas Bakhtin constrói molduras rigorosas na análise da Cultura, da literatura e das Ideologias.

Há muitas razões para explicar as dificuldades de penetrar no pensamento bakhtiniano. A primeira delas é que praticamente só a partir dos anos 70 começou a ser traduzido e publicado fora da União Soviética. Em seu país mesmo, as resenhas biográficas são unânimes, foi um filósofo desconhecido

e marginal. Escrevendo no contexto dos anos 20 e 30, perseguido pelo regime, ao que tudo indica por suas ligações com o cristianismo ortodoxo, Bakhtin viveu exilado na Sibéria, entre 1930 e 1936, onde, já com a saúde debilitada, exerceu funções em diversas repartições públicas.

Foi contudo figura central e catalisadora de diversos círculos de estudos dos quais participavam, também filósofos, poetas, músicos e artistas plásticos.

Seu último emprego foi como professor de um liceu nos arredores de Moscou, de 1937 a 1961, quando se aposenta. Morre em 1975, em um asilo em Klimovsk, deixando um imenso espólio literário que está longe de ser esgotado. Pouco a pouco tornam-se conhecidos escritos fundamentais sobre estética e poética, além das críticas percucientes de textos literários.

Sua análise exaustiva da obra de François Rabelais – recentemente publicada sob o título *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento* (Ed. UnB/Hucitec) – foi terminada em 1940 como tese de Doutorado que, apesar de defendida em 1946, não lhe deu a titulação almejada, devido às querelas acadêmicas que suscitou, por deslocar-se das tendências mais prestigiadas à época, e por propor novas questões a respeito de estilo e do gênero romanesco.

Esta obra, ao que parece, passou por grandes remanejamentos até a data de sua publicação, em 1965.

Possuidor de conhecimentos aprofundados da civilização europeia, Bakhtin surpreende-nos também por sua erudição que, longe de ser ornamental e vazia, funciona como um **background** dialógico nas interpretações que empreende sobre as obras romanescas escolhidas. Desviando o estudo do gênero da visão consagrada, que o filia à tradição épica, redescobre para o mundo Ocidental, contra seu racionalismo e dogmatismo, todo o vasto domínio do folclore e da literatura carnavalesca, em uma incursão aprofundada pela poética histórica, de onde saem revitalizados os gêne-

ros cômicos – a sátira, o diálogo socrático, as diversas formas de paródia – presentes no imaginário Ocidental desde o final da Antiguidade Clássica.

São eles os únicos capazes de iluminar toda a riqueza das imagens e símbolos sensíveis presentes na obra de François Rabelais, reveladora da relatividade alegre, da ambivalência da verdade, das formas desta cultura específica que detém o poder de inverter os valores e hierarquias e instaurar o reino utópico da liberdade.

É este o filão visado por Bakhtin a partir de seu insight mais brilhante: o espaço da praça pública, como o **locus** por excelência de todo o repertório de gestos livres e de palavras e expressões injuriosas e elogiosas ao mesmo tempo.

É Bakhtin o autor desta bela imagem que representa o povo, entendido como corpo coletivo, que ri na praça pública. O coro popular que, vendo desfilar diante de si uma História oficial da qual não se percebe como ator, inverte-a, parodia e ri.

Toda essa rica cultura cômica sempre viveu e evoluiu fora da esfera oficial da ideologia e da literatura elevada. O Riso, inalienável e universal, funciona como um "corretivo popular" à gravidade, ao medo e à miséria. A cosmovisão popular antepõe ao sério, o cômico, à realidade, o utópico, e ao espírito, o princípio do baixo material e corporal.

É no contexto da Festa que o riso – o humor de festa – pode assumir a plenitude de sua significação: sua universalidade (pois o mundo inteiro aparece sob o aspecto visível e jocoso) e sua ambivalência – alegre e sarcástico, negativo e regenerador.

Essa lógica original ao mundo às avessas só pode ser entendida se articularmos este sistema de imagens providas do realismo grotesco a uma posição de valores típica da cultura popular: é a imagem tradicionalíssima do ciclo dinâmico das sucessões, a roda da fortuna, que permite recuperar o elo entre o homem e a natureza: o corporal, o sócio-histórico e o cósmico. O tempo em movimento garante a alternância e a relatividade das posições: o alto e o

baixo, o antigo e o novo, o começo e o fim, a morte e o renascimento, a miséria e a abundância, alternam-se sempre, provando que nenhuma situação e nenhuma verdade são definitivas.

Ao abordar a difícil obra de Rabelais, Bakhtin nela perceberá a existência de uma verdadeira enciclopédia e de uma gramática de cultura popular da Idade Média e do Renascimento, captando e registrando a importante transição histórica que estava em vias de ocorrer na cultura européia.

Apesar de sua dinâmica própria e da localização histórica dos fenômenos que analisa, Bakhtin revela-nos certos traços de imprecisabilidade da Cultura Popular, que incitam o estudioso desta matéria a reorientar suas reflexões em direção aos aspectos positivos (não idealizadores) por ele apontados.

É essa a afirmação da força profética de uma cultura milenar que, pela festa e pelo riso, é capaz de instaurar uma "segunda vida", afastando o medo, a miséria e o constrangimento. Pois se tudo é relativo e inacabado, a própria ordem do mundo pode ser totalmente modificada. A transformação e a metamorfose estão na base e no horizonte desta cosmovisão que se abre para o reino utópico das possibilidades.

Maria Angélica Brasil G. Madeira
Professora do Departamento de Sociologia/UnB

FÍSICA

Perguntas simples, respostas complexas

HAWKING, Stephen W. Uma breve história do tempo. Rio de Janeiro, Rocco, 1988. 262p.

A proposta de Stephen Hawking é bastante ambiciosa se formos pensar sobre a amplitude do tema proposto. Falar sobre o tempo é uma tarefa quase hercúlea, que poucos conseguem cumprir com a competência alcançada pelo autor, para que os não-iniciados em Física ou Filosofia possam compreender e admirar seu texto. Não é pequeno o número de vezes

que ficamos diante de situações paradoxais, ou de difícilíssima compreensão, quando pensamos ou discursamos sobre o tempo. Se o espectro abordado por um livro vai do "Big Bang" aos Buracos Negros, ficamos diante de uma situação de puro descrédito: será possível um leigo compreender objetos inusitados onde as leis físicas e as equações matemáticas ordinárias simplesmente não funcionam? Falar sobre a curvatura do espaço-tempo, é falar sobre um mundo onde o cotidiano deixou de existir, abrindo caminho para a "magia" de um pensamento quadridimensional. E, no entanto, nós todos estamos vivendo situações deste tipo.

Como podemos saber que nosso Universo nasceu da explosão de uma singularidade há 20 bilhões de anos? A resposta mais óbvia a esta pergunta é: não podemos saber! Achamos que foi assim. Não se trata de um posicionamento baseado em uma fé ou em um conhecimento pretensamente revelado. Não é dessa forma que a Ciência elabora suas propostas ou teorias. Ao lermos UMA BREVE HISTÓRIA DO TEMPO, constatamos que Hawking concorda com a possibilidade de um dia a Ciência poder ter acesso a uma teoria que "explique" o Universo. Essa é uma esperança que convive com os homens há milênios. Já houve épocas em que esta esperança habitava os corações dos Filósofos, já houve a vez dos Teólogos, ou ainda há. Eventualmente a Ciência pode ter a preocupação de montar tal teoria. É aflitivo imaginarmos o caminho que ainda temos pela frente para chegar a tal conquista. Os cientistas procuram dividir o problema em duas partes: Primeiro, verificando que o Universo obedece a leis físicas que permitem a partir da observação do presente, e dos indícios do passado, tentar inferir como o Universo será no futuro. A segunda parte é a mais problemática de todas, pois trata do início do Universo. Gerar uma teoria que explique o surgimento do Universo tem sido uma preocupação que "assombra" a Humanidade desde tempos imemoriais.

Hoje, o que temos à disposição

são teorias parciais que tentam explicar fragmentos do Mundo Físico. Se nós acreditarmos que o Universo não é arbitrário, que obedece a leis – mesmo que não as conheçamos todas –, é viável a crença de poder unir todas nossas teorias em uma única, completa e unificada, capaz de descrever tudo no Universo.

Como somos seres livres para observar o cosmo como quisermos e construir deduções lógicas a partir de nossa percepção, ficamos diante de um intrigante e extasiante paradoxo, apresentado por Hawking:

"Se de fato existe uma teoria completa e unificada, ela provavelmente determinará também as nossas ações. Assim, a própria teoria determinaria o início de nossa busca neste sentido! E por que determinaria que chegássemos às conclusões certas a partir da evidência? Ela não poderia igualmente determinar que esboçássemos as conclusões erradas? Ou que não atingíssemos quaisquer conclusões?"

Precisamos pensar nisso. Este livro nos inicia neste caminho; lê-lo pode ser uma forma de questionar nosso papel, nossas possibilidades, e, até mesmo, nossa capacidade de entender, um dia, o que é o Universo.

A leitura de um texto como o de Stephen Hawking produz em nós uma "revolução" na maneira de pensar o cotidiano. Sempre imaginamos que nos bastam três dimensões de espaço para localizarmos um ponto em qualquer lugar. Podemos dizer que temos um livro a 2 metros de uma parede; a 1,5 metro de outra e a 80 centímetros do chão. Serão realmente suficientes estas três dimensões para localizarmos tudo no Mundo em que vivemos? Se marcamos um encontro com um amigo na esquina de duas ruas, estamos determinando as três coordenadas espaciais. Entretanto, se não combinarmos, também, a hora do encontro, podemos errar por algumas horas ou, até mesmo, por alguns dias! O que aprendemos com Einstein, e nos é transmitido por Hawking, é que o tempo se mostra como uma coordenada integrada às outras três. Saber a

posição da Terra durante sua revolução ao redor do Sol, implica obter quatro coordenadas, pois o instante onde ocorre a determinação é imprescindível para a compreensão do comportamento dinâmico de nosso planeta no espaço e no tempo.

No capítulo sobre "Espaço e Tempo" somos muito bem informados sobre as complexas consequências de vivermos em um Mundo quadridimensional e de como a Relatividade Geral e a Restrita tratam e explicam o Mundo. Ficamos expostos a uma nova visão de passado e futuro e, por que não, do próprio presente.

Em alguns momentos, as divagações ou as consequências das interpretações de alguns conceitos físico-matemáticos podem deixar os leitores mais desprevenidos sem compreender algumas nuances das teorias apresentadas. Um pouco de insistência e uma releitura deverão ser suficientes para que a compreensão melhore e faça com que o leitor saia em busca de outras leituras complementares. O tema é fascinante e a forma de apresentá-lo é, o mais possível, coloquial. Certamente, temas tais como as curvaturas do espaço e do tempo (que se tornam "armadilhas" para a matéria e para a própria energia), um sentido do fluir do tempo, o Universo em expansão onde as galáxias se afastam umas das outras, de um futuro frio e sombrio para o Mundo, e as tentativas humanas de compreender tudo isso, transformam este texto de Hawking em uma leitura fascinante que não poderá deixar de mudar um pouco a mente daqueles que entrarem em contato com seu conteúdo, uma vez que perguntas simples que exigem respostas complexas são apresentadas – e não respondidas. Não nos é possível compreender por que (apesar de sermos capazes de construir modelos explicativos para o Universo) existe um Universo para o modelo descrever? Por que o Universo chega a todas as preocupações do existir? A teoria unificada é tão constrangedora que traz à tona sua própria existência? Se existe um Criador, quem o teria criado?

A maior parte dos cientistas

está preocupada em responder o que é o Universo. O porquê tem ficado para os filósofos.

A afirmação mais conclusiva da obra é vastíssima:

"Se existir a teoria completa (...) seremos todos capazes de fazer parte das discussões sobre a questão de por que nós e o Universo existimos. Se encontrarmos a resposta para isso teremos o triunfo definitivo da razão humana; porque teremos atingido o conhecimento da mente de Deus."

Esta obra torna-se leitura obrigatória para aqueles que se sentem inquietos diante das questões cosmológicas que quase sempre acabamos por fazer. Não esperamos, portanto, um conjunto de respostas, mas, antes, um magnífico conjunto de perguntas. Estas tocarão fundo o leitor, permitindo que ele reformule sua visão-de-Mundo, sua posição no Universo e, talvez, que ele possa concluir que o Universo tem um propósito e que ele faz sentido.

Airton Lugarinho é astrônomo e editor do caderno "Dúvidas da Ciência".

TESE DE MESTRADO

Sindicalismo e Estado

LEITE, Márcia de Paula. Trabalhadores e sindicatos na crise do populismo. Tese de mestrado na UNICAMP, 1983.

O trabalho de Márcia Leite coloca em cena um dos temas centrais da política brasileira contemporânea: o populismo. Experiência generalizada nos contextos políticos latino-americanos, marcou o período da nossa democracia representativa entre os anos 1945 e 1964. A relação direta entre lideranças carismáticas e as massas definiu um certo estilo de fazer política no país que hoje ainda sobrevive em determinadas propostas. Daí o sentido da atualidade que esta tese oferece ao leitor, remetendo-o a problemáticas do passado recente que não parecem estar ainda superadas.

Neste texto, a ênfase é dada ao período de crise do populismo conforme apresentado por

WEFFORT¹, no qual as massas ultrapassam os limites de atuação impostos pelo Estado populista (mobilizações no campo, maior número de greves, reivindicações por reformas estruturais), colocando em xeque o modelo de dominação vigente desde os anos trinta. É neste cenário crítico que a autora vai encontrar os principais personagens políticos do drama que teve como desfecho o golpe de 1964.

Tomando como eixo da análise a relação entre os sindicatos e o Estado no governo João Goulart, valoriza o plano da política como explicativo do comportamento de classe, enfatizando assim as orientações ideológicas e a capacidade de ação presentes nos grupos sócio-políticos. De outro lado, propõe-se também a recuperar o tipo de participação e as formas de atuação das bases operárias naquele período.

O material levantado pela pesquisa destaca a orientação nacionalista adotada pelos dirigentes sindicais, direcionando-os para o Estado e deixando em plano secundário suas relações com as bases operárias. As diferentes greves políticas analisadas (13º salário, da legalidade, do gabinete e do plebiscito) expressaram a vinculação direta existente entre sindicatos e Estado populista e tiveram como resultado o próprio fortalecimento do movimento sindical.

É interessante observar que a ação sindical deste período esteve demarcada pela estrutura sindical corporativista e a ausência do direito de greve. Apesar desses obstáculos institucionais, o movimento sindical em um contexto de relativo jogo democrático pôs em prática as organizações sindicais paralelas², através das quais rompiam-se as proibições de unidade horizontal da classe trabalhadora, e conseguiu realizar inúmeras greves tratadas com "vistas grossas" pelo aparelho de Estado.

A política sindical sob o comando do Partido Comunista integrou as lutas econômicas corporativas dos trabalhadores com o fortalecimento do processo democrático. A incorporação dos sindicatos à campanha nacionalista

que incluía as reformas de base no governo Goulart passou a dar a tônica do conteúdo das reivindicações, mantendo uma subordinação das lutas sindicais à política do PC. Este privilegiamento da plataforma nacionalista e reformista acabou por deixar de lado a luta contra a estrutura sindical corporativa e nem sempre respondeu satisfatoriamente às reivindicações econômico-profissionais das bases.

Aliás, a relação entre a direção sindical e suas bases foi bastante problemática neste período. A organização no local de trabalho não fazia parte da orientação adotada pelos sindicatos, e só a partir de 1968 esta reivindicação foi incorporada definitivamente à pauta das organizações sindicais. Tanto a presença de delegados sindicais nas empresas como a formação de "Comissões de Fábrica" não constituíam prioridades do trabalho sindical, o que fez com que o movimento se apoiasse quase que exclusivamente nos sindicatos e nas organizações paralelas intersindicais. Esta falta de enraizamento nos locais de trabalho foi motivo para sustentar o cupulismo presente na ação sindical. Por outro lado, as bases operárias foram responsáveis por movimentos espontâneos diversos em defesa de reivindicações econômicas e profissionais, muitas vezes encampadas posteriormente pelos sindicatos.

A base social do sindicalismo deste período estava apoiada nos setores estatais e para-estatais (portuários, marítimos, ferroviários), considerados mais sensíveis à opinião ideológica entre interesses nacionais e estrangeiros³. Porém, o setor privado, especialmente as indústrias de ponta, estava afastado da campanha nacionalista e a penetração sindical era mais difícil. Nas grandes empresas monopolistas a alta produtividade permitirá níveis salariais mais altos, esquema de promoção e outros benefícios, e os problemas daí oriundos (ritmo e intensidade do trabalho, chefias arbitrárias, insalubridade, etc.) não eram alvo das propostas encaminhadas pelos sindicatos. É neste sentido que a autora afirma que "a falta de

organização dos trabalhadores na base, bem como o descolamento dos sindicatos em relação aos trabalhadores do setor privado constituíram-se assim nos principais fatores responsáveis pela limitação da representatividade dos sindicatos entre os trabalhadores".

O desfecho político do golpe de 1964 pôs fim ao funcionamento do jogo populista baseado no tripé burguesia nacional, sindicatos e Estado, onde a primeira era muito mais um aliado simbólico do que real. Da parte do Estado, o governo Goulart enfrentou o acirramento da crise econômico-política, acentuado mais ainda pela oscilação do apoio político procurado por Jango, ora à esquerda, ora à direita, no sentido de legitimá-lo no exercício do poder. Nesta postura ambígua, acabou por enfraquecer-se diante dos dois setores, fazendo uma opção tardia pelo movimento sindical e popular.

Da parte do movimento sindical, o atrelamento à plataforma populista, tendo o Estado como defensor dos interesses dos trabalhadores, o descolamento dos trabalhadores do setor privado, a incapacidade de propor uma ação sindical autônoma, a falta de organização das bases, a confiança na proximidade física com o presidente da República e a ilusão do legalismo das Forças Armadas acabaram resultando na derrota de 1964. Um final lúgubre para um período de êxito da pressão sindical sobre o Estado e da proliferação das organizações populares em todo o país. Um movimento das bases que só renasceria na década de setenta, renunciando o fim do autoritarismo e o surgimento de novos atores sociais e políticos.

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Referências Bibliográficas e Nota

1. Weffort, Francisco C., O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.
2. Organizações de cúpula tendo como base os sindicatos oficiais.
3. Andrade, Regis de C. Movimento Trabalhista e Sindicato sob o Nacional-Populismo. São Paulo, mimeo, 1974.

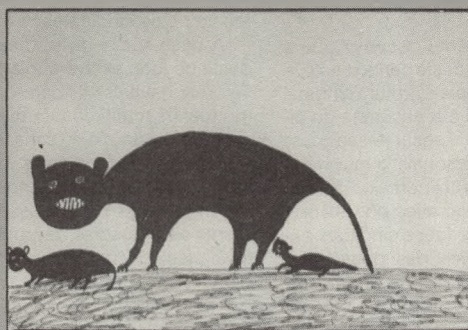
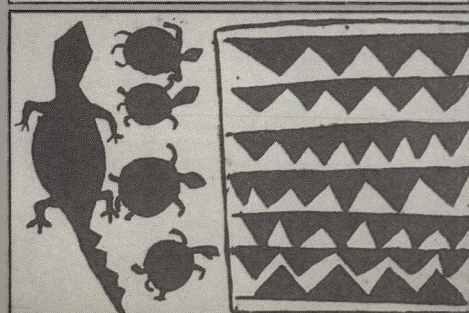
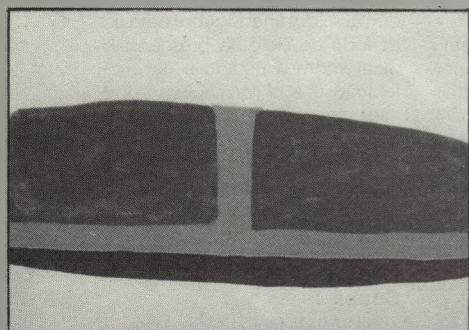
Editor:

IVANECK PEREZ ALVES □

1988 A CRISE PASSOU AO LARGO

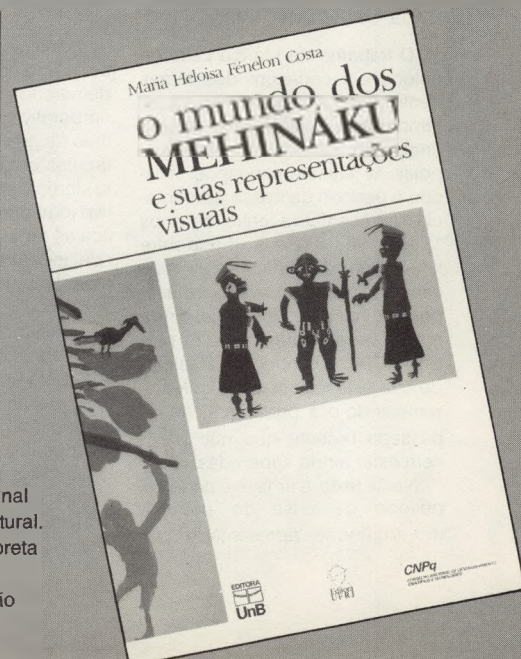
1988 significa para a Editora UnB o ano da retomada do crescimento editorial e da consolidação de novas coleções e publicações.

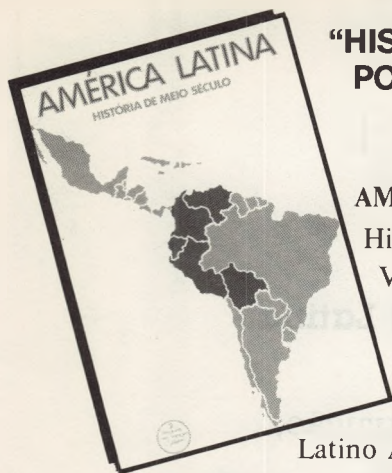
Com uma média de lançamento por semana, a Editora UnB espera voltar a figurar entre as 40 maiores editoras do país, com cerca de cinquenta obras publicadas, uma tiragem de 180 mil exemplares e uma venda proporcional no período. As coleções Pensamento Científico e Pensamento Latino-Americano e Caribenho, com os recentes lançamentos de fim de ano, e a revista Humanidades, com uma circulação 120% maior do que a do início de 88, são exemplos da consolidação de uma política editorial que nunca descuidou dos aspectos qualitativos de suas obras publicadas, sempre norteou a sua atuação seguindo os compromissos da Editora UnB com a Universidade, a região e o país.



A VIDA COMO O ÍNDIO VÊ.

Conheça com a arte dos Mehináku a percepção original da natureza e a fantástica representação do sobrenatural. Neste fascinante trabalho de antropologia, que interpreta desenhos e pinturas de várias tribos do Alto Xingu, reproduzidos a cores, você avançará na compreensão das sociedades primitivas.

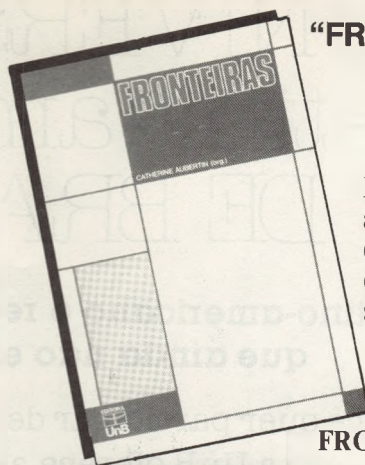




“HISTÓRIAS DE AMOR, PODER E GUERRA”

AMÉRICA LATINA:
História de meio século —
Vol. 1 e 2

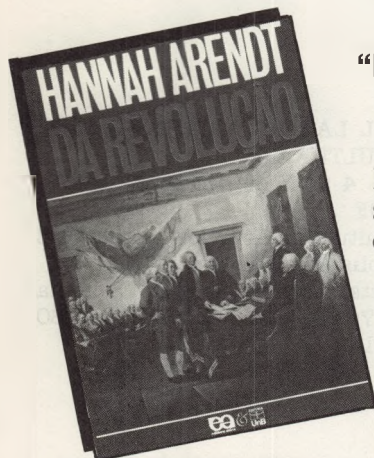
Coleção Pensamento
Latino Americano e Caribenho
Editora UnB



“FRONTEIRAS POLÍTICAS E UTÓPICAS”

Dez artigos que debatem
a questão da ocupação
do espaço vazio e sua
consequência
socio-econômica.

FRONTEIRAS, Editora UnB



“NOSSA CAUSA, A LIBERDADE”

Repensar o Estado, a
sociedade e as classes
que nela se confrontam.

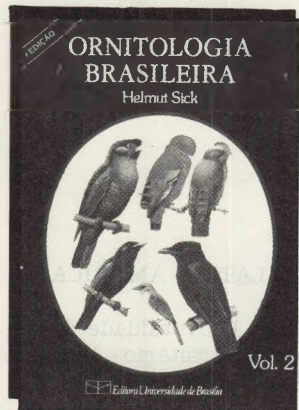
DA REVOLUÇÃO,
de Hanna Arendt
Editora UnB/Ática



“DEUS E A CIÊNCIA: A INTERAÇÃO POSSÍVEL”

A interação entre a
religião e a ciência.
A influência do
cristianismo na
construção do
pensamento científico.

A RELIGIÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA MODERNA Editora UnB/Polis Editora



“VOAR É COM OS PÁSSAROS”

Um minucioso estudo de
1.500 espécies de
pássaros brasileiros.
Totalmente ilustrado em
cores.

ORNITOLOGIA BRASILEIRA, Helmut Sick
3.^a edição — Editora UnB

Indicado para o prêmio Jabuti 88, da Câmara Brasileira do Livro.

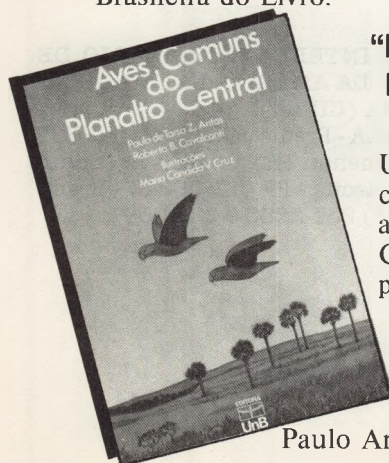


“CIÊNCIA E ESPORTE CONSTRUINDO O HOMEM DE FERRO”

O primeiro livro editado
no Brasil sobre o esporte
que mais cresce no
mundo.

TRIATLON: TREINAMENTO E COMPETIÇÃO,

Glenn P. Town
Editora UnB



“ELEJA AS AVES DO PLANALTO”

Um belíssimo manual de
campo para observar
aves em liberdade.
Conhecer é o primeiro
passo para preservar.

AVES COMUNS DO PLANALTO CENTRAL
Paulo Antas e Roberto Cavalcanti.
Editora UnB



“NADA DE NOVO NO NOVO ESPAÇO URBANO”

A especulação
imobiliária sempre acaba
afastando os pobres
quando o bairro em que
moram ganha
equipamentos urbanos.

BRASÍLIA — A METRÓPOLE EM CRISE,
Aldo Paviani — Editora UnB

UNIVERSIDADE latino-americana DE BRASÍLIA

**"Ser latino-americano é realizar a América Latina
que ainda não está realizada."**

Se você quer participar deste tempo de construção,
a UnB oferece as seguintes opções:

PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM
ESTUDOS COMPARATIVOS SOBRE
AMÉRICA LATINA E CARIBE (FLACSO
- UNB)

FLACSO - Programa Brasil - Instituto
de Ciências Humanas - UnB Campus
Universitário - Brasília - DF CEP 70919
Tel.: (061) 274-5362 e (021) 240-5678

NÚCLEO DE ESTUDOS CARIBENHOS E
LATINO-AMERICANOS (NECLA)

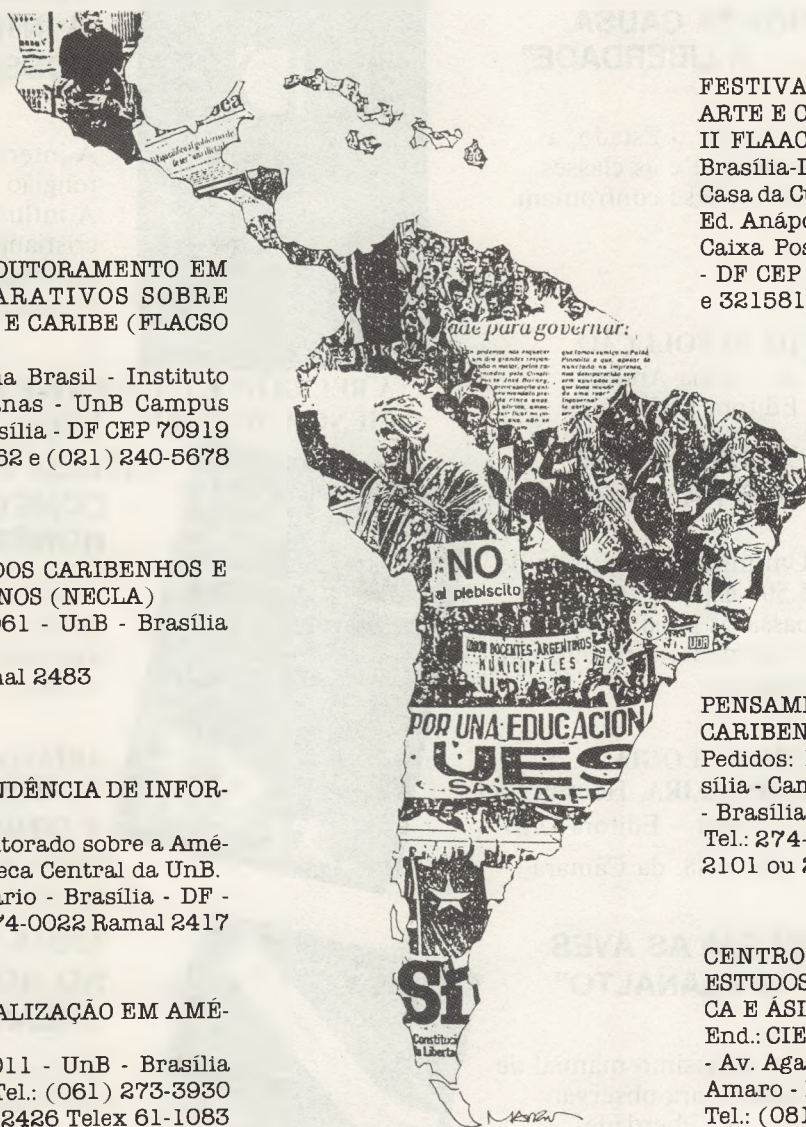
Caixa Postal 15-3061 - UnB - Brasília
- DF CEP 70919
Tel.: 274-0022 Ramal 2483

PROJETO INDEPENDÊNCIA DE INFOR-
MAÇÕES

12.500 teses de doutorado sobre a Amé-
rica Latina. Biblioteca Central da UnB.
Campus Universitário - Brasília - DF -
CEP 70919 - Tel.: 274-0022 Ramal 2417

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AMÉ-
RICA LATINA

Caixa Postal 15-3011 - UnB - Brasília
- DF CEP. 79919 - Tel.: (061) 273-3930
e 274-7172 Ramal 2426 Telex 61-1083



FESTIVAL LATINO AMERICANO DE
ARTE E CULTURA (FLAAC)

II FLAAC- 4 a 13 de agosto de 1989 -
Brasília-DF

Casa da Cultura da América Latina - SCS
Ed. Anápolis 2º andar CEP 70300

Caixa Postal 15-3140 - UnB - Brasília
- DF CEP 70919 - Tel.: (061) 273-7180
e 3215811

PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E
CARIBENHO

Pedidos: Editora Universidade de Bra-
sília - Campus Universitário - Asa Norte
- Brasília - UnB CEP 70919

Tel.: 274-3182 ou 274-0022 Ramais
2101 ou 2186

CENTRO INTERUNIVERSITÁRIO DE
ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA, ÁFRI-
CA E ÁSIA (CIELA)

End.: CIELA - Prédio da Reitoria da FESP
- Av. Agamenon Magalhães s/nº - Santo
Amaro - Recife - PE CEP 50040 - Brasil
Tel.: (081) 231-2660 e 221-0591

UNIVERSIDADE

Viva

Humanidades

Guia para os autores, ilustradores e assinantes

Aos autores

1. Os originais devem ser enviados em três vias ao Editor-chefe:

Silvia Távora

Editora Universidade de Brasília

Revista HUMANIDADES – Campus Uni-
versitário – Caixa Postal 153001

70.910 – Brasília – DF – Brasil

2. Os artigos enviados poder-se-ão destinar às várias seções da revista, abrangendo qualquer área de conhecimento humano.

- Ensaios
- Análises e diagnósticos sociais, políticos, econômicos
- Estudos de caso
- Relatos de experiências
- Reportagens
- Crônicas
- Entrevistas
- Perfil de pensadores
- Criação literária, contos, poesias, fragmentos de romance
- Artigos científicos
- Resenhas críticas de publicações

3. Os artigos devem ser, preferencialmente, inéditos. Poderão sofrer revisão por parte da Edição e, se necessário, serão enviados de volta ao autor com as sugestões de mudanças ou solicitação de maiores informações. Nenhuma modificação de estrutura ou conteúdo será feita sem o prévio consentimento do autor.

4. Os trabalhos publicados na revista só poderão ser reproduzidos com a autorização expressa da Edição da revista. As idéias neles contidas são de absoluta responsabilidade de seus autores.

5. Apresentação dos originais:

- a) Os artigos devem ser datilografados em laudas de 30 linhas, de 72 toques, não devem ultrapassar 25 laudas.
- b) Devem conter, além do texto propriamente dito:
 - Uma abertura (**lead**), datilografada em lauda separada, abordando as principais idéias (idéia) do artigo. Esta abertura se destina a motivar o interesse do leitor pelo tema.
 - Notas e referências bibliográficas. Nos dois casos devem ser relacionadas no final dos originais e apresentadas de forma padronizada.
 - Resumos em português, inglês e espanhol.
 - Ilustrações, fotos, gráficos e tabelas, se for o caso.
 - Um breve currículo do autor de no máximo 5 linhas.

6. Resenhas críticas

As resenhas críticas a livros, periódicos, artigos de periódicos ou teses devem conter as informações bibliográficas da publicação em pauta (nome, título, editor, ano da publicação, tradutor e título original se for o caso) e não devem ultrapassar as 70 linhas. Elas são

assinadas e devem trazer alguma informação sobre o autor da resenha.

7. Sugestões aos editores

Esta seção, também de resenhas críticas, se destina a sugerir títulos estrangeiros para publicação em português aos editores em geral.

Aos ilustradores

Além de encomendar a artistas gráficos e plásticos ilustrações específicas para os artigos publicados, a revista **Humanidades** aceita trabalhos inéditos de ilustração, relacionados a algum texto ou auto-suficientes, no caso de **charges**, por exemplo. Elas devem atender às proporções da revista:

Verticais – 9,0 x 23,0 cm

Horizontais – 11,5 x 19,0 cm

Página inteira – 23,0 x 19,0 cm

Os ilustradores devem enviar um breve currículo pessoal (cerca de 5 linhas) junto com as ilustrações.

Aos assinantes

Humanidades é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Você pode adquirir *Humanidades* em bancas e livrarias ou fazer a sua assinatura anual (quatro números) utilizando o cupom abaixo. O preço do exemplar avulso é de Cz\$ 1.000,00 e o da assinatura Cz\$ 3.800,00 (Cz\$ 3.500,00 para os estudantes que anexarem fotocópia de comprovante de matrícula). *Estes preços são válidos até 31/12/88.*

CUPOM DE ASSINATURA



Editora Universidade de Brasília

Humanidades

[illegible]

Sim, desejo assinar *Humanidades* nas condições oferecidas.

ASSINALE NOS QUADROS APRESENTADOS A OPÇÃO CORRESPONDENTE

FORMA DE PAGAMENTO

VALE POSTAL
(ANEXO)☐ CARTÃO DE
CRÉDITO☐ CHEQUE NOMINAL À EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (ANEXO)

NOME DO CARTÃO

Nº DO CARTÃO DE CRÉDITO	VALIDADE	ASSINATURA

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

COLE AQUI

COLE AQUI

COLE AQUI



A seguradora de toda a família.

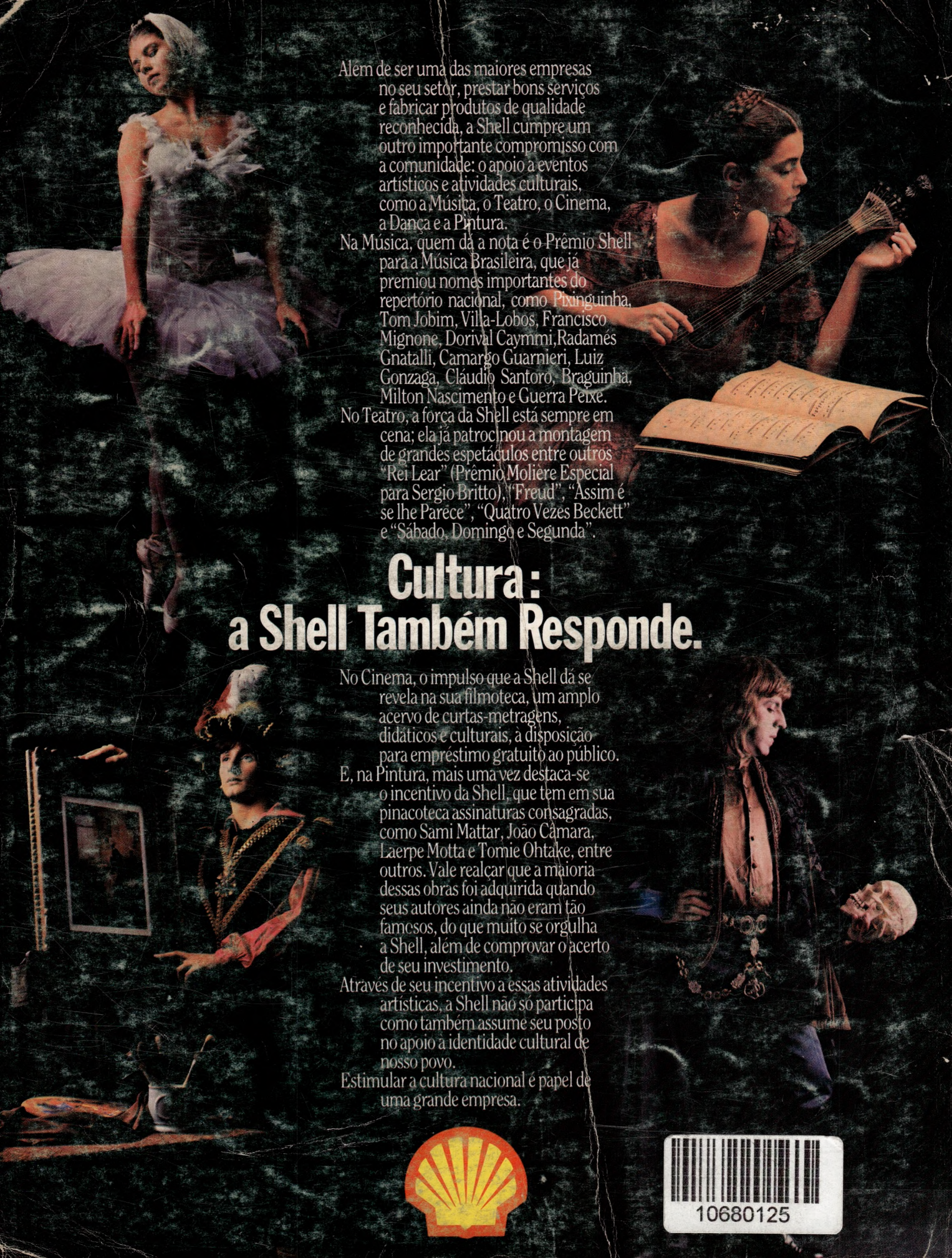
SASSE
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 116 - 5º, 6º e 7º andares Rio de Janeiro-RJ - Telefone: (021) 275-4022

SUCURSAIS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmares, 115 and. salas 1105/1106 Ed. Delmiro Gouveia - Centro - Maceió - Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 - 7º and. salas 71/72 Centro - Manaus Tel.: (092) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 - 7º and. salas 706/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes - Bairro da Sê - Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 396 Centro - Fortaleza Tels.: (085) 231-9655/226-2260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. União - 10º and. Brasília-DF Tels.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 - 1º and. Centro - Vitória - Tels.: (027) 223-6173/223-2539
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 - 11º andar - salas 1113/1115 Ed. Parthenon Center Centro - Goiânia - Tel.: (062) 223-7306
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 - 8º and. Ed. Centro Comercial de São Luís Centro - São Luís - Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro - Cuiabá - Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande - Tel.: (067) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 - 10º and. conj., 1001 a 1010 Centro - Belo Horizonte - Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Srrzedelo Corrêa, 160 Centro - Belém - Tel.: (091) 224-1883
PARAÍBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro - João Pessoa - Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 - 4º and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro - Curitiba - Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marquês de Herval, 167 - 5º and. Salas 501/510 Sº Antônio - Recife - Tel.: (081) 224-3139
PIAUÍ (PI) Rua Elizeu Martins, 1294 - 2º and. salas 204 Centro - Teresina - Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 - salas 902, 903 e 904 Edifício Canaçu - Centro - Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andradas, 995 - 8º and. salas 601 e 602 Centro - Porto Alegre - Tel.: (051) 21-3344/21-3671
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 - 4º and. Centro - Rio de Janeiro - Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 - 5º e 6º andares Cerqueira César - São Paulo - Tels.: (011) 289-7844/7563/7156/7685
SANTA CATARINA (SC) Av. Osmar Cunha, 15 - 4º andar - Bloco C conjuntos 401 e 402 - Florianópolis - Tels.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 - salas 321 e 332 Edifício Orvidio Teixeira - Centro - Aracaju - Tel.: (079) 221-1327



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como Pinguinha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Braguinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sergio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".

Cultura: a Shell Também Responde.

No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.



10680125